AMBIENTE DE NEGÓCIOS NO BRASIL:
TRANSFORMAÇÕES SOB O RADAR

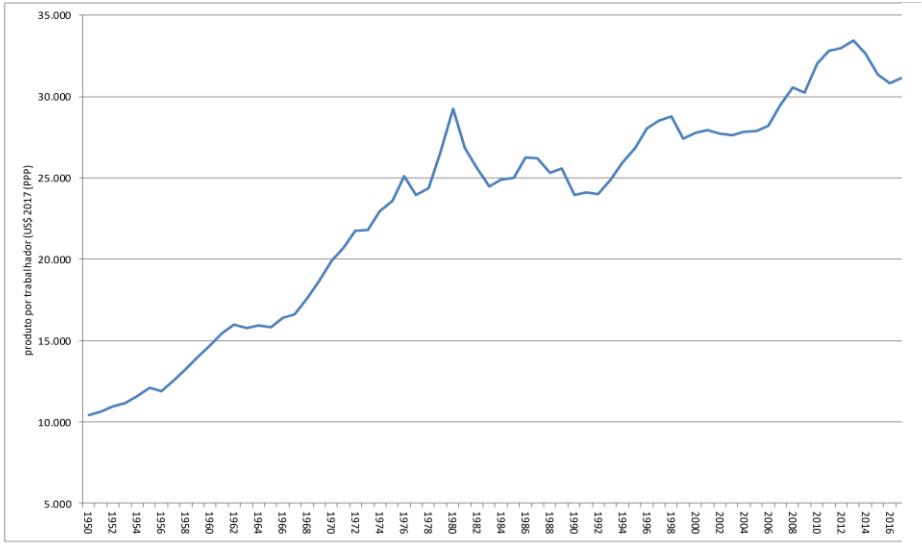
SEPEC – SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE

Ministério da Economia
Governo Federal do Brasil

http://gov.br/sepec

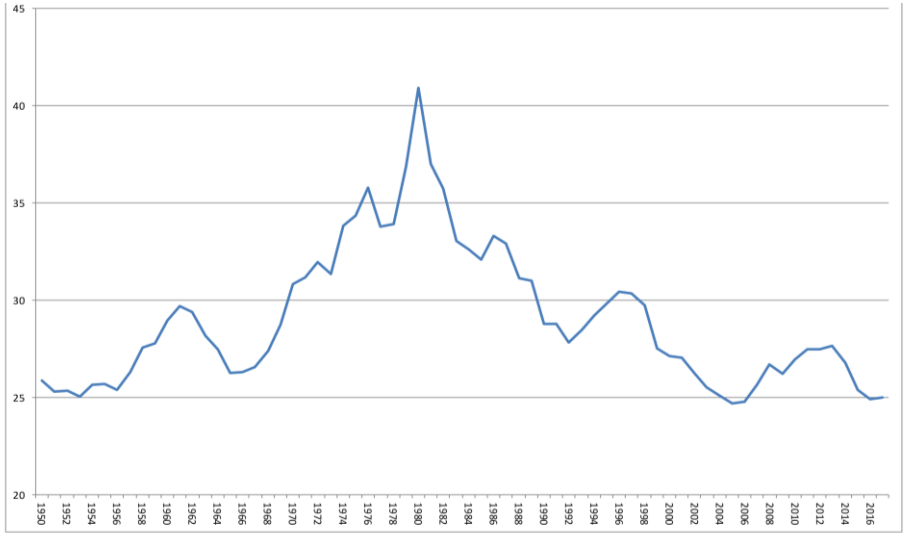
A ESTAGNAÇÃO DA PRODUTIVIDADE

PIB por Trabalhador (Condições reais)



Fonte: Conference Board

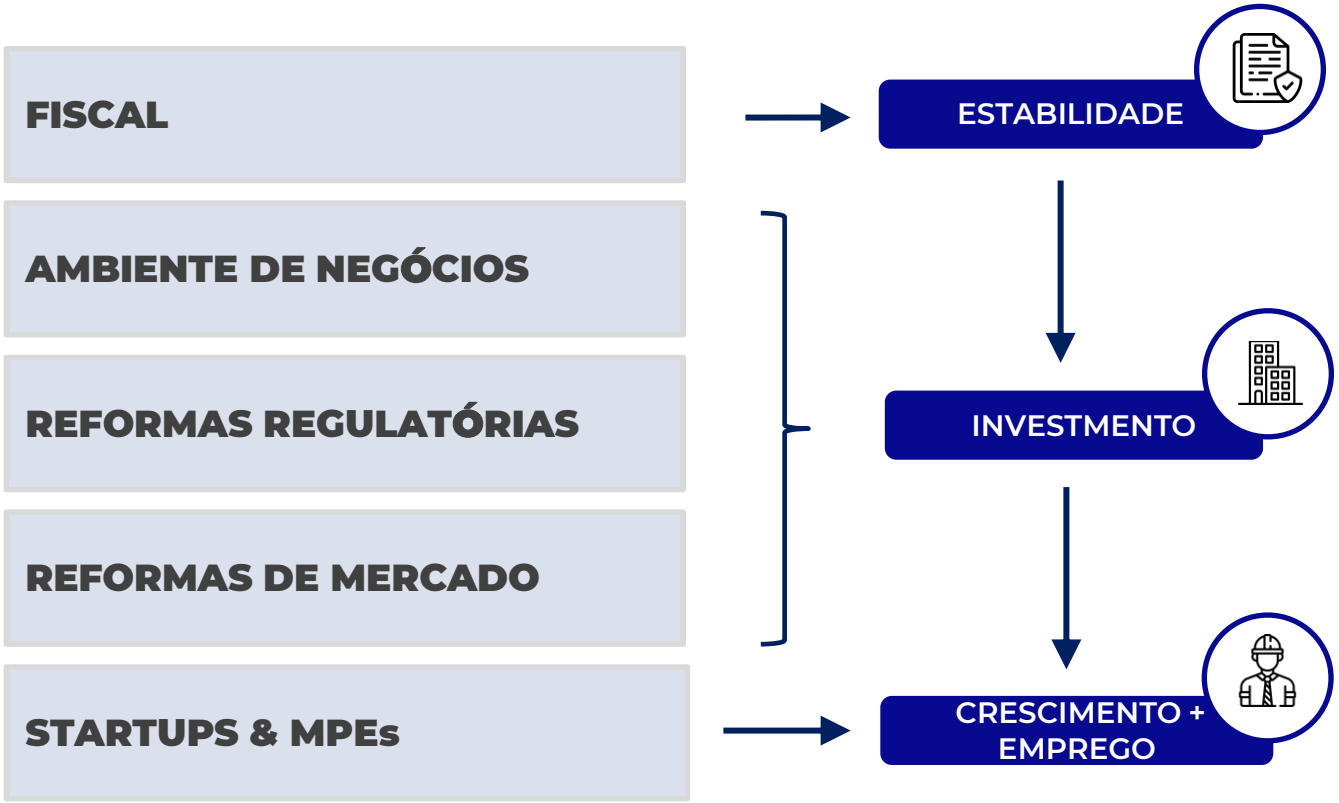
PIB por Trabalhador (% dos EUA)



OBS: Em %

Fonte: Conference Board

A SOLUÇÃO


FISCAL
AMBIENTE DE NEGÓCIOS
REFORMAS REGULATÓRIAS
REFORMAS DE MERCADO
STARTUPS & MPEs
ESTABILIDADE
INVESTMENTO
CRESCIMENTO + EMPREGO

3 ANOS DE REFORMAS

2019

Abril	Junho	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
- Lei do Cadastro Positivo	- Novo Quadro de Agências Reguladoras	- Lei de Liberdade Econômica - Acordo Mercosul-UE	- Direito da Segurança Social - Marco de Telecom	- Revisão do Contrato de Direitos de Transferência	- FGTS: redução de custos no crédito imobiliário

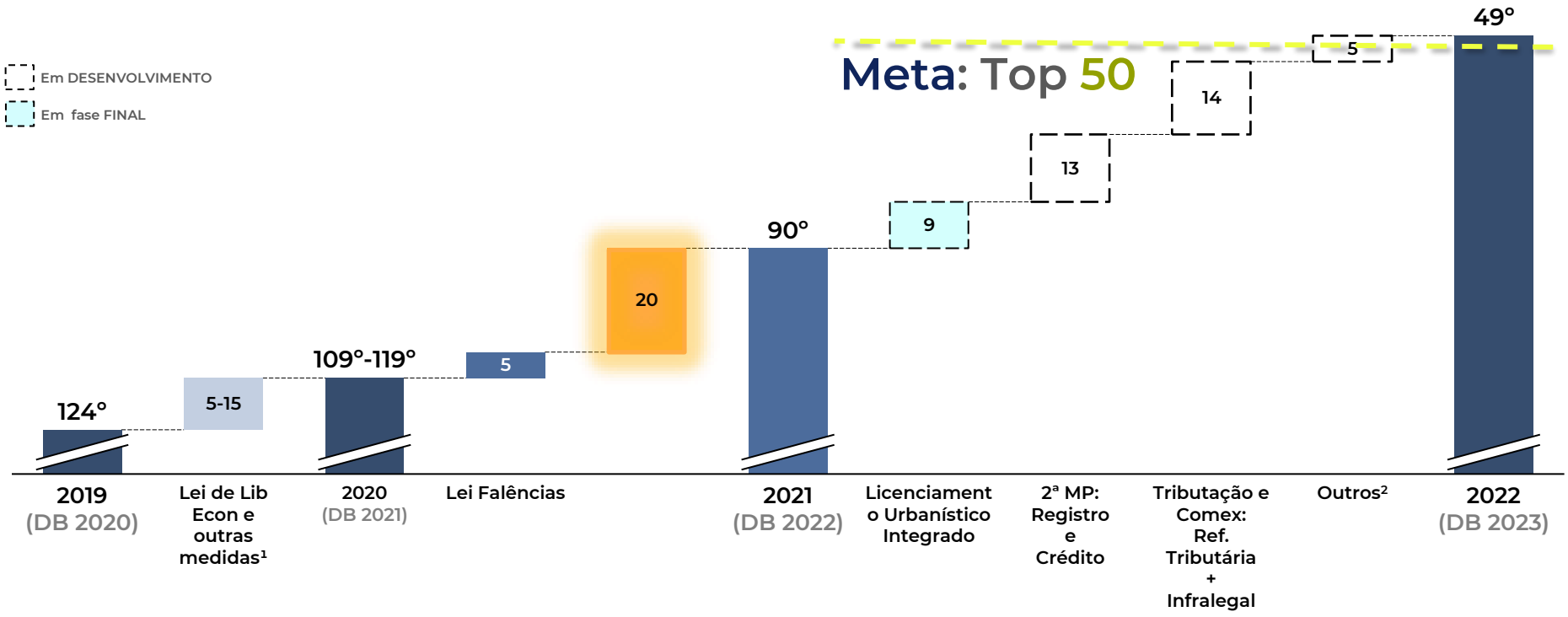
2020

Abril	Maio	Julho	Dezembro
- Nova Lei do Agro - Lei Contribuinte Legal - Resolução Lei Kandir	- Assistência a Estados e Municípios	- Marco do Saneamento	- Lei de Falências - Lei do FUST - Lei de IOT

2021

Fevereiro	Março	Abril	Maio	Julho	Agosto
- Autonomia do Banco Central	- Lei do Gás	- Lei de Licitações	- Novo Quadro de Agências Reguladoras - Marco legal das Startups	- Lei de Depósitos Voluntários - PRONAMPE	- Lei de Ferrovias - Lei do VSAT - Lei do Ambiente de Negócios - Lei de ZPEs

AMBIENIENTE DE NEGÓCIOS



O COMPROMISSO DO BRASIL EM MELHORAR O AMBIENTE EMPRESARIAL

- Redução dos procedimentos necessários para iniciar um negócio de 10 para 3 - **abertura de um negócio por dia**
- **Licenças automáticas para empresas de baixo e médio risco**



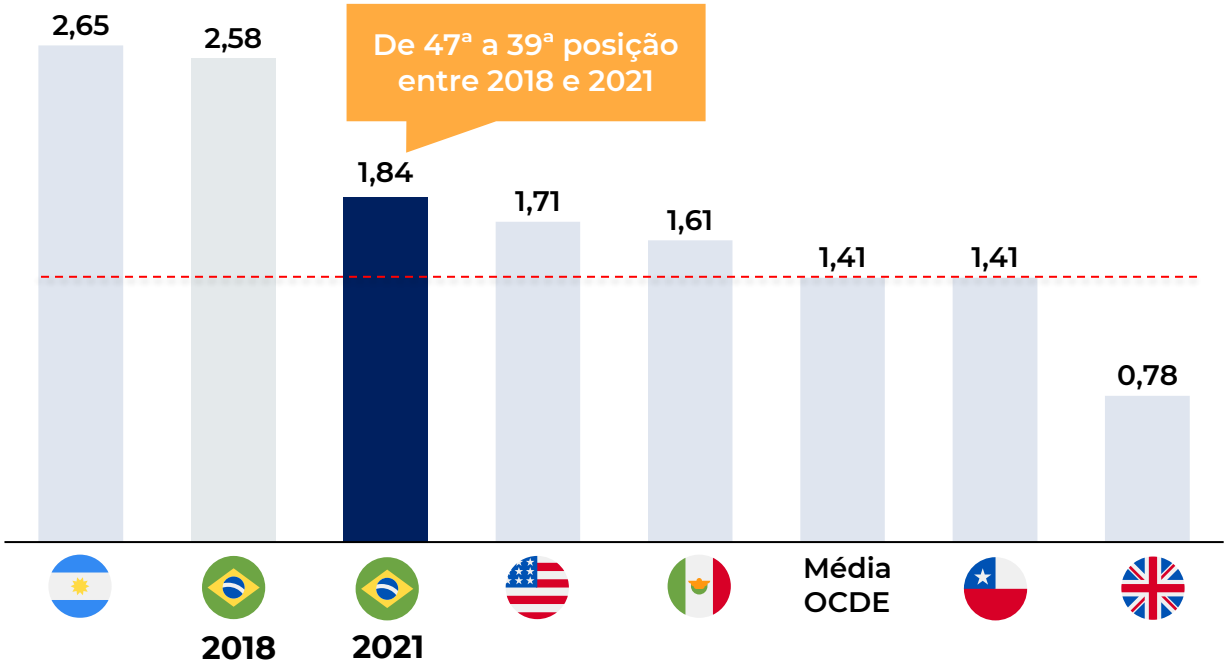
- **Período máximo para obtenção de eletricidade - 45 dias** (média da OCDE é 75 dias)
- **~50% de redução no tempo** de obtenção da licença de construção
- **~30% de redução no custo** de licenciamento de obras

- **~30% de redução no tempo do processo de execução**
- Introdução do "***Dip Financing***" na legislação brasileira

- Reforma do sistema de garantias capaz de **impactar o volume do crédito privado em 30% do PIB**, de acordo com estudos comparativos do Banco Mundial

MELHORIA DA REGULAMENTAÇÃO DO MERCADO DE PRODUTOS

A pontuação projetada do Brasil no Ranking PMR
Estimativa baseada na análise feita pela SEPEC



Para medir a posição regulamentar dos países e acompanhar os progressos da reforma ao longo do tempo, a OCDE tem vindo a produzir, desde 1998, um conjunto de indicadores de regulação do mercado de produtos (PMR).

Panorama regulamentar - PMR

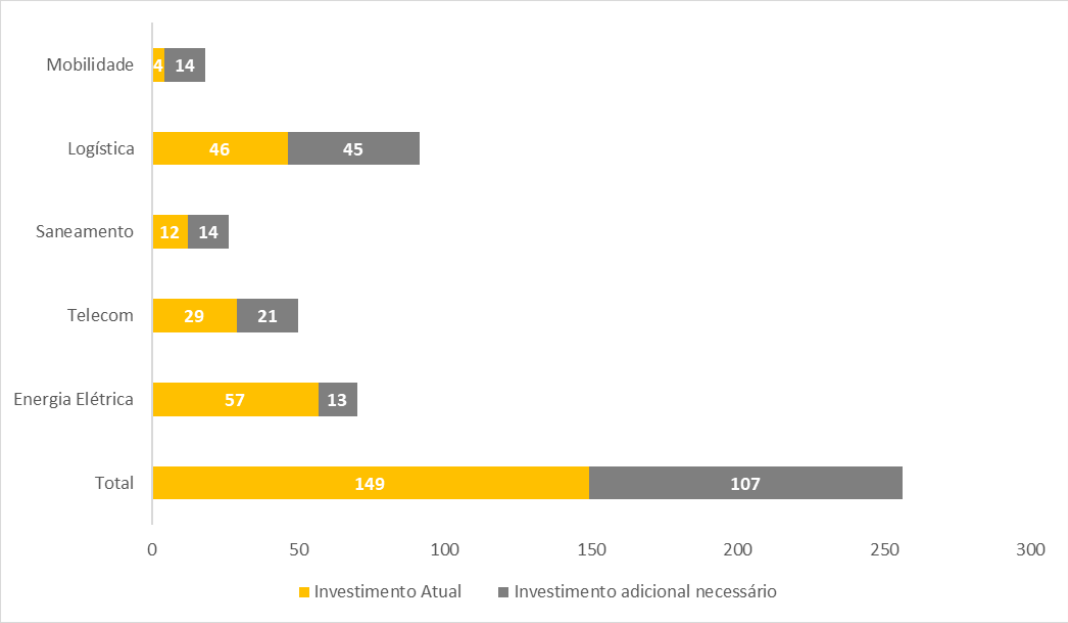
- ✓ **Racionalização dos regulamentos para O&G (Lei 14,134/2021)**
- ✓ **Fim da restrição ao capital estrangeiro na indústria aérea (Lei 13.842/2019)**
- ✓ **Fim da restrição ao capital estrangeiro no setor das Telecomunicações (Lei 14,195/2021)**
- ✓ **Nova lei da banda larga, com maior segurança jurídica para os investimentos (Lei 13,879/2019)**
- ✓ **Incentivos para realizar análises custo-benefício (Calculadora de encargos regulamentares - CalReg)**
- ✓ **Redução da burocracia e da carga regulamentar (Decreto 10,411/2020)**

Melhoramentos regulamentares implementados (Setembro 2021)

FONTE: SEAE/SEPEC/ME, RELATÓRIO DOING BUSINESS 2020 E RELATÓRIO DOING BUSINESS 2021 SUB-NACIONAL DO BANCO MUNDIAL

NOVAS REFORMAS REGULATÓRIAS

+ R$ 107 BI A.A EM INVESTIMENTOS PRIVADOS EM INFRAESTRUTURA



LEI DE SANEAMENTO

- Fim das restrições à participação do setor privado.
- Previsão **de R$ 700 bilhões em investimentos** para acesso universal.

MARCO DE TELECOM

- O governo federal promoveu reformas para as telecomunicações (apenas no 5G esperava-se um **investimento de R$ 160 bilhões**)

NOVAS REFORMAS REGULATÓRIAS (Cont.)



LEI DE FERROVIAS

- **Lei de Liberalização** que atrai R$ 100 bilhões em novas linhas ferroviárias.



LICENCIAMENTO URBANO INTEGRADO (MURIN)

- **~50% em redução no tempo** na obtenção da licença de construção
- **~30% em redução no custo** de licenciamento de obras



ESTRADAS

- **Novo modelo de concessão** com melhor partilha de riscos e quadro de incentivos, permitindo a exploração privada de mais de 30 mil km de rodovias.

FUTURAS REFORMAS REGULATÓRIAS



LEI de PPPs

- **Adoção de melhores práticas internacionais para contratos de PPP** (por exemplo, compartilhamento de riscos, incentivos, processo de licitação), fomentando mais onda de **investimentos privados em infraestrutura**.



CABOTAGEM (BR do Mar)

- **Redução dos custos de cabotagem em mais de 15%**
- **Expansão de até 40%** nas embarcações para uso na cabotagem



MARCO LEGAL DO SETOR ELÉTRICO

- **Desregulamentação do setor,** com o pleno acesso ao mercado livre de energia, e melhoria dos sinais de preços para a expansão da capacidade.

VIABILIZANDO A COMPETIÇÃO

Em progresso
Em execução

DECRETO DE DESREGULAMENTAÇÃO

Obrigação de rever os méritos das regulamentações existentes, com redução dos encargos regulamentares e convergência às normas técnicas globais.

SITUAÇÃO ATUAL

PRÓ SAÚDE

Choque de oferta no setor saúde, com a retirada de restrições burocráticas à prestação de serviços e à comercialização de medicamentos.

SITUAÇÃO ATUAL

AVALIAÇÃO REGULATÓRIA

Identificar e analisar os efeitos negativos das restrições decorrentes de regulamentações impostas por normas públicas.

SITUAÇÃO ATUAL

CONCESSÕES FLORESTAIS

Redução da burocracia e melhoria dos incentivos às concessões florestais, forma relevante de estimular o desenvolvimento sustentável na região amazônica.

SITUAÇÃO ATUAL

PRÓ LIBERDADE PROFISSIONAL

Remoção de restrições indevidas aos serviços profissionais, como fixação de preços e proibição de publicidade.

SITUAÇÃO ATUAL

MARCO DA ENGENHARIA

Eliminação de restrições indevidas que dificultam a atuação de empresas e profissionais estrangeiros da área de engenharia no Brasil.

SITUAÇÃO ATUAL

PRODUTOS FARMACÊUTICOS

Gratuidade para medicamentos de venda livre.

SITUAÇÃO ATUAL

MARCO DA CONTRUÇÃO CIVIL

Grande redução de requisitos burocráticos para construção e racionalização de regras urbanas

SITUAÇÃO ATUAL

RECURSOS INTEGRADOS

Fim da proibição da atividade de jogos no Brasil.

SITUAÇÃO ATUAL

IMPULSIONANDO STARTUPS

MARCO LEGAL DAS STARTUPS

- Maior acesso ao mercado de capitais;
- Flexibilização a gestão e redução da burocracias;
- Aumento da oferta de capital para investimentos em startups;
- Fortalecimento da segurança jurídica para todos os atores envolvidos;
- Expansão da liberdade contratual para o investimento anjo;
- Ambiente regulatório para testar diferentes inovações;
- Novo procedimento para o setor público na contratação de soluções inovadoras

BRASIL +

INOVATIVA 15K

... O BRASIL TEM O MAIOR PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DE STARTUP DA AMÉRICA LATINA +2200 EMPRESAS ACELERADAS... INOVATIVA 15K

... E O 2° MAIOR PROGRAMA DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL PARA MPES DO MUNDO, 50 MIL EMPRESAS DESDE 2020... BRASIL +

... O BRASIL FOI O 3° PAÍS NO MUNDO QUE LEVANTOU OS MAIS STARTUPS UNICÓRNIO EM 2019 ...

... R$ 26,7 BILHÕES FORAM INVESTIDOS EM STARTUPS BRASILEIRAS NO 1°tri 2021. RECORDE! SURPREENDENDO EM 45% O MONTANTE TOTAL INVESTIDO EM 2020

REINDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL

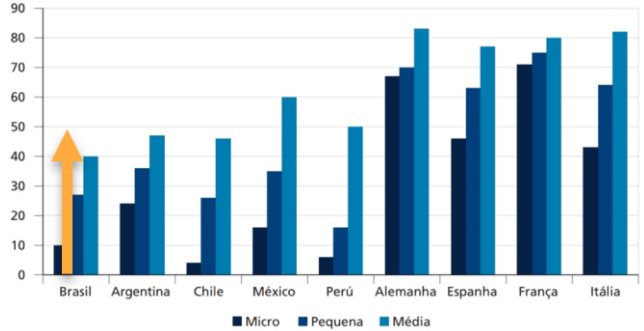
COM AS REFORMAS JÁ IMPLEMENTADAS, O CUSTO DE FAZER NEGÓCIOS NO BRASIL JÁ DIMINUIU R$ 400 BILHÕES



REFORMAS E IMPACTOS	
Reforma Tributária	- R$ 124,7 Bi
Reforma Administrativa	- R$ 67,3 Bi
Marco legal do Saneamento	- R$ 56,3 Bi
Marco legal do Setor Elétrico	- R$ 42.8 Bi
Lei Ambiente de Negócios	- R$ 20.1 Bi
Marco legal Telecom	- R$ 19,6 Bi
Marco legal das Startups	- R$ 12,8 Bi
Lei do Gás	- R$ 12,5 Bi
Privatização da Eletrobrás	- R$ 4,0 Bi
Lei da Liberdade Econômica	- R$ 3,8 Bi
Estratégia de Governo Digital	- R$ 3,4 Bi

PEQUENOS NEGÓCIOS

Produtividade relativa em países da América Latina selecionados OCDE (em % de produtividade de grandes empresas = 100%)



Competitividade Digital e Compromisso com a Inovação e Empreendedorismo G20 (OCDE) 2021



VIABILIZAR

- **Brasil +**
- **Novo Sebrae**

Resultados:

- Total de contratações: **+ 3 MM**
- Produtividade: **52%;+**
- Acumulado: **10,9 vezes**

SIMPLIFICAR

- **Ambiente de Negócios**
- **Desregulamentações**

Resultados:

- + **R$ 312 b – R$ 625** b em riqueza gerada

INCLUIR

- **Crédito (Pronampe + PEAC):**
- **Garantias (SNGC):**

Resultados:

- Mais de R$ 160 bilhões em empréstimos de crédito e mais de 968.000 operações.

AVANÇAR

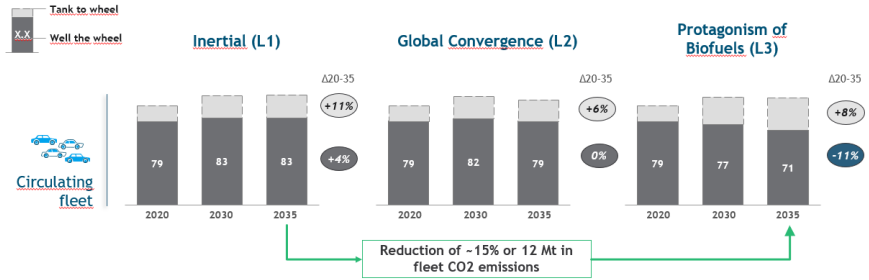
- **Caminho Digital:**
- **Caminho Estrangeiro:**

Resultados:

- 66% das pequenas empresas brasileiras já iniciaram o processo de digitalização;

CRESCIMENTO VERDE

EMISSÃO DE CO2 – MILHÕES DE TONELADAS DE CO2 / ANO



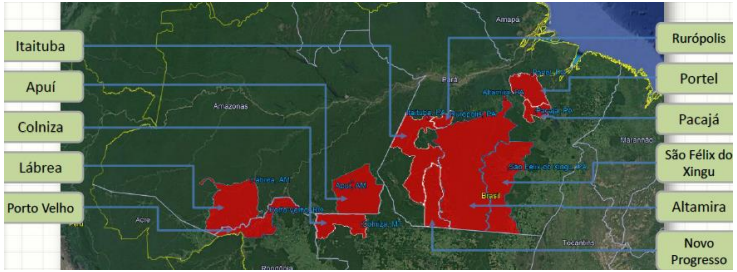
BAIXO CARBONO

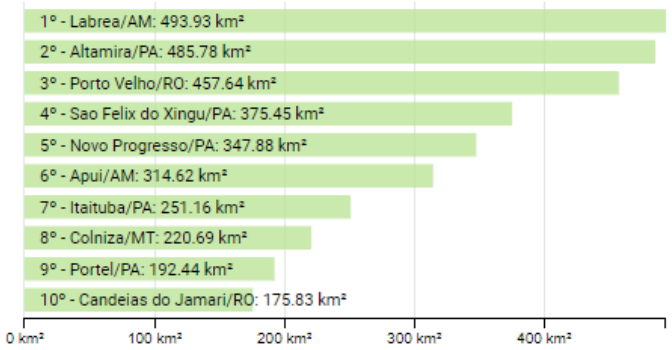
1. Segundo Instituto Financeiro Internacional (IFF), o **setor de créditos de carbono deve atingir R$ 100 bilhões por ano em 2050,** 10x o mercado atual.

2. Brasil se propõe alcançar a **neutralidade até 2050**

3. Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE) que regulamenta o **mercado de créditos de carbono no país está em votação**

PRIORIDADE - PLANO DA AMAZÓNIA 2021/2022

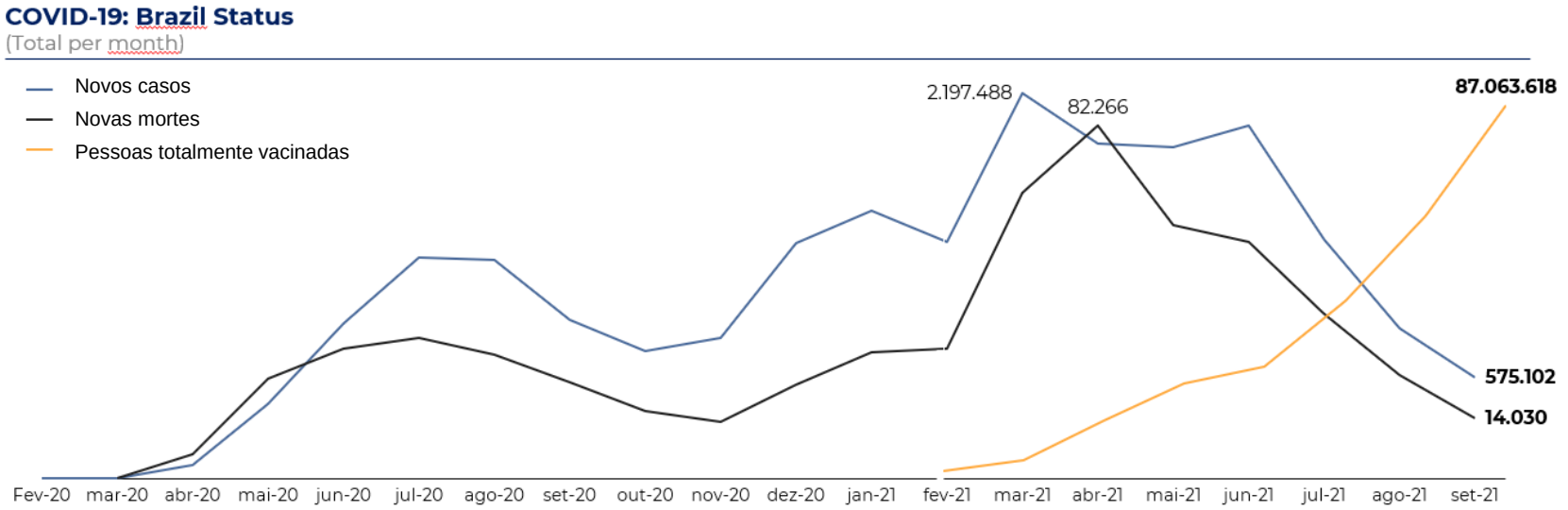




FONTE: SDIC/SEPEC/ME, BAIN COMPANY E TERRA BRASILIS

CENÁRIO ATUAL

COM O AVANÇO DA VACINAÇÃO NO BRASIL, O NÚMERO DE CASOS E NOVAS MORTES DIMINUIU...

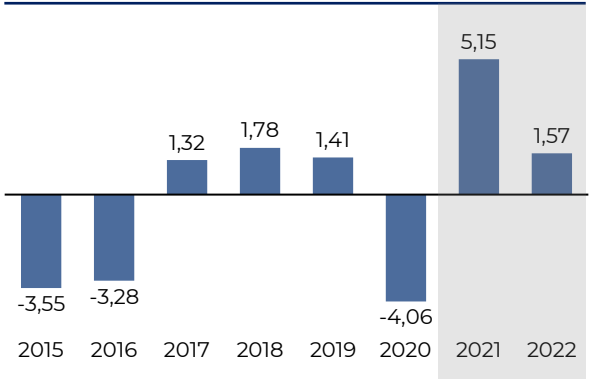


Com mais de 280 milhões de doses distribuídas e 230 milhões já aplicadas, o Brasil ultrapassou a marca de 40% da população totalmente imunizada

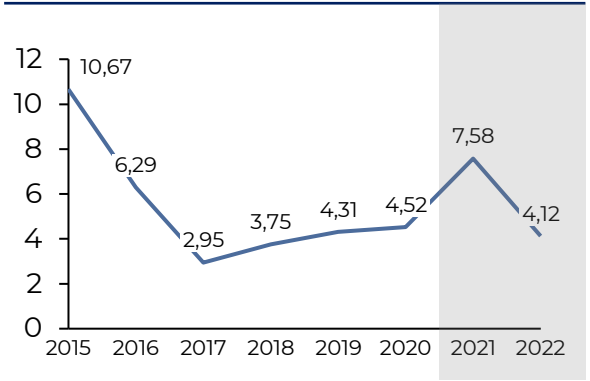
CENÁRIO ATUAL (Cont.)

Projeção

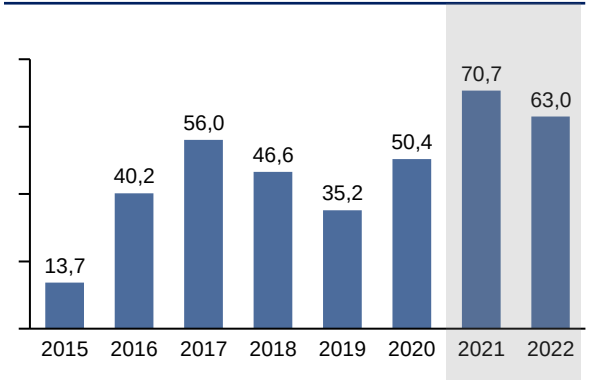
Produto Interno Bruto (PIB)
(% A.A)



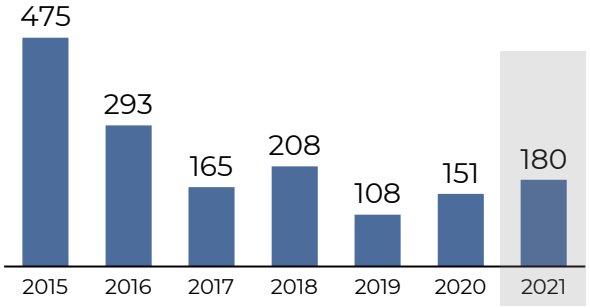
Inflação (IPCA)
(% A.A)



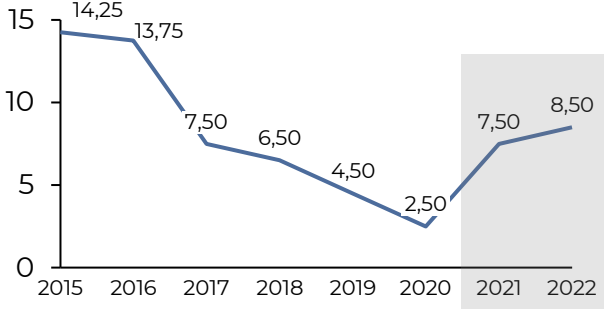
Balança Comercial
USD bi



Troca de Crédito (CDS)
(média anual)



Taxa de juros (meta SELIC)
(% eop)



... CONTRIBUINDO PARA A MELHORIA DOS INDICADORES ECONÔMICOS E PERSPECTIVAS DE MERCADO PARA O BRASIL.

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade

Paulo Roberto Nunes Guedes
Ministro da Economia

Carlos Alexandre Da Costa
Secretário Especial de Produtividade e Competitividade

Bruno Monteiro Portela
Secretario Especial Adjunto de Produtividade e Competitividade

Leonardo Batista Paiva
Chefe de Gabinete da Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade

Luiza de Amorim Motta Deusdará
Subsecretaria de Supervisão e Estratégia da Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade

Fernando Freire Dutra
Diretor de Apoio a Gestão da Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade

Geanluca Lorenzon
Secretário de Advocacia da Concorrência e Competitividade

Tólio Ribeiro
Secretário de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação substituto

Gustavo Leipnitz Ene
Secretário de Desenvolvimento da Infraestrutura

Equipe Técnica:

Adriana Nogueira
Adriana Amorim
Alexandre Messa Peixoto da Silva
Amélia Regina Mussi Gabriel
Andrey Vilas Boas
Claudio Evangelista de Carvalho
Etienne Lopes Ribeiro de Arruda
Edson Silveira
Fabiano Mezadre Pompermayer
Fábio Hideki Ono
Fábio Silva
Filipe Soares Vidal
Gabriel Godofredo Fiuza de Bragança
Graziele Cristina Silveira Zerbini Costal
Jackieline Conca
José Ricardo Ramos Sales
José Ricardo de Freitas Martins da Veiga
Michael Dantas
Luca Seeder Iacona
Lucas Henrique de Alcantara Viana
Marcelo de Matos Ramos
Marcelo Leandro Ferreira
Mayna Ruggiero
Paulo Isobe
Rodolfo Benevenuto
Thaise Pereira Pessoa Dutra
Thalia Lacerda de A. G. de Montezuma
Tólio Edeo Ribeiro

SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE
MINISTÉRIO DA ECONOMIA
PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL



MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO

SEMPE

MPE E MEI FORMALIZADOS ATÉ DEZ/2021: **19.256.165**

ARTESÃOS FORMALIZADOS ATÉ DEZ/2021: **170.379**

EMPREENDEDORISMO

PORTAL DO EMPREENDEDOR



ACESSOS NO PORTAL DO EMPREENDEDOR EM 2021:

12.1 MILHÕES DE EMPREENDEDORES

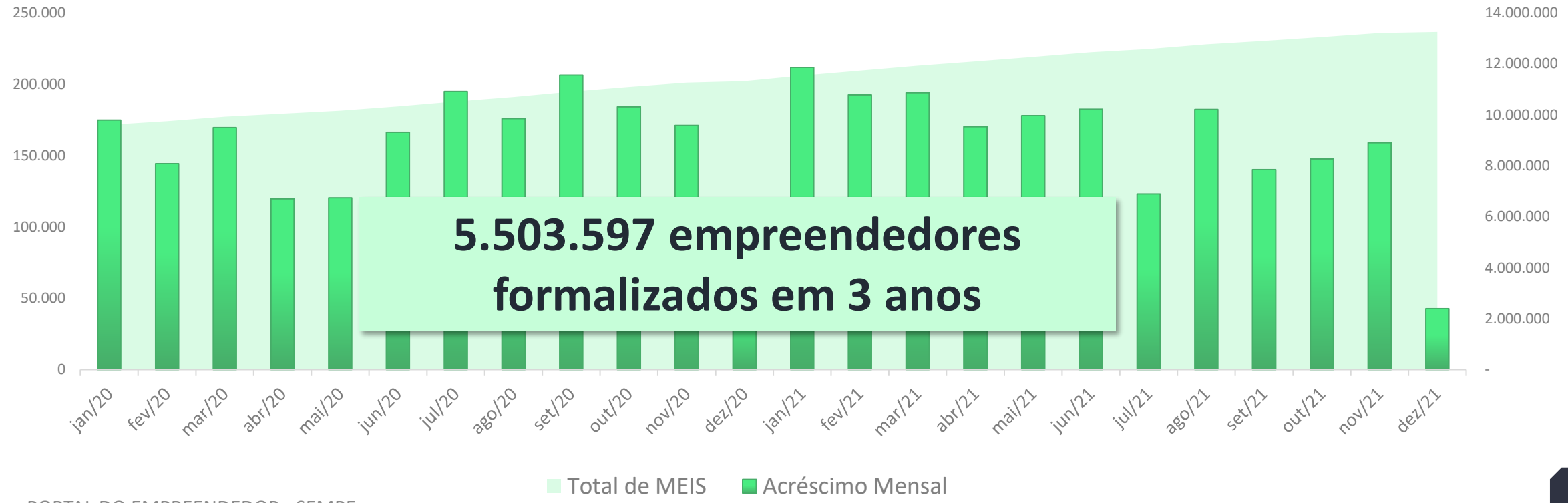
MEI - MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

13,2 MILHÕES DE MEI

EM 31/12/2018 ERAM 7,7 MILHÕES DE MEI

EM 2019	EM 2020	EM 2021
+1,6 MI	+1,8 MI	+1,9 MI

+17,4% em relação a 2020



5.503.597 empreendedores formalizados em 3 anos

MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SIMPLES NACIONAL

6,0 MILHÕES DE MPE NO SIMPLES NACIONAL ATÉ 31/12/2021

5.024.548 MILHÕES MPENO SIMPLES NACIONAL EM 31/12/2018

MPE ABERTAS EM 2019

+652 MIL

MPE FECHADAS 2019

398.263

MPE ABERTAS EM 2020

+658 MIL

MPE FECHADAS 2020

376.309

MPE ABERTAS EM 2021

+735 MIL

MPE FECHADAS 2021

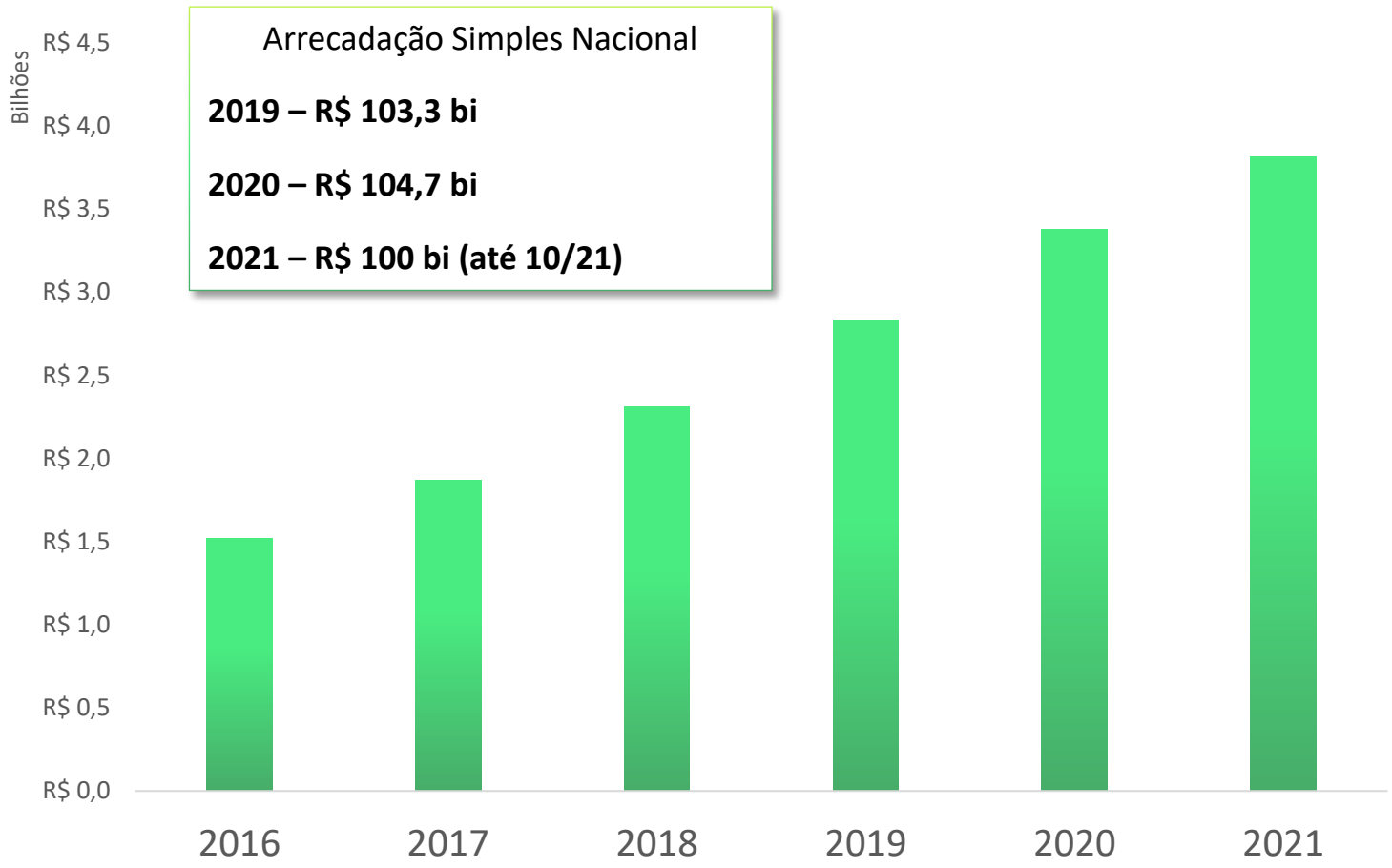
379.392

2.046.934 MPE ABERTAS NOS ÚLTIMOS 3 ANOS

1.153.964 DE MPE FECHADAS NOS ÚLTIMOS 3 ANOS

MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS

Valor da Arrecadação dos MEIS



R$ 9,9

BILHÕES DE ARRECADAÇÃO DO MEI NOS ÚLTIMOS 3 ANOS

33%

ESTAVAM NA INFORMALIDADE

76%

MEI COMO ÚNICA FONTE DE RENDA

61%

FORAM ATRAÍDOS PELOS BENEFÍCIOS DE FORMALIZAÇÃO

AVANÇOS DO PORTAL DO EMPREENDEDOR



- **MIGRAÇÃO DO PORTAL DO EMPREENDEDOR PARA O PORTAL GOV.BR –** Portal de serviços do governo federal.
- **MAIS SEGURANÇA** no processo de inscrição, alteração e baixa do MEI – autenticação no gov.br (13,2 milhões)
- **EMPRESTÔMETRO**. Ferramenta para acompanhamento dos volumes e número de contratações de crédito dos programas governamentais para micro e pequenas empresas;
- **NOVA SEÇÃO CRÉDITO**. Disponibilizar informações de ações, programas e políticas visando simplificar e desburocratizar o acesso dos pequenos negócios à produtos e serviços financeiros;
- **BUSCADOR DE MÁQUINAS DE CARTÃO E DE CRÉDITO**. Canal digital que possibilita ao empreendedor receber das instituições financeiras os custos e condições dos serviços e das linhas de crédito;
- **FORMALIZAÇÃO DE ESTRANGEIRO**. Possibilitar o acesso de estrangeiros ao programa;

- **IMPLEMENTAÇÃO DA DISPENSA DE ALVARÁ E LICENÇA DE FUNCIONAMENTO**. Os microempreendedores não precisam mais de alvarás de funcionamento e licenças para começar a operar;
- **PROPOSTA DE AMPLIAÇÃO DAS OCUPAÇÕES PERMITIDAS PARA O MEI.** Ampliar o número de ocupações permitidas para a formalização.
- **CRED+** . Canal de acesso digital a produtos e serviços financeiros para microempreendedores individuais, micro e pequenas empresas e artesanato;
- **MOTORISTA DE APLICATIVO**. Inclusão da ocupação no portal do empreendedor. 140 mil empreendedores formalizados;
- **PARCERIA Mtur**. Orientar o empreendedor sobre a obrigação do Cadastro de Atividades Turisticas – CADASTUR;
- **MEI CAMINHONEIRO**. Aprovação do PL 188/21 que cria o MEI CAMINHONEIRO com faturamento de R$251 mil e inclui a SEMPE NO CGSN.

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

COMPETITIVIDADE



ACESSO A SERVIÇOS FINANCEIROS - CRED +

735 MIL
NECESSIDADES

745 SOLICITAÇÕES DE MÁQUINAS DE CARTÃO

114 BANCOS CREDENCIADOS



PRONAMPE – 2020 E 2021

+ 62 bilhões

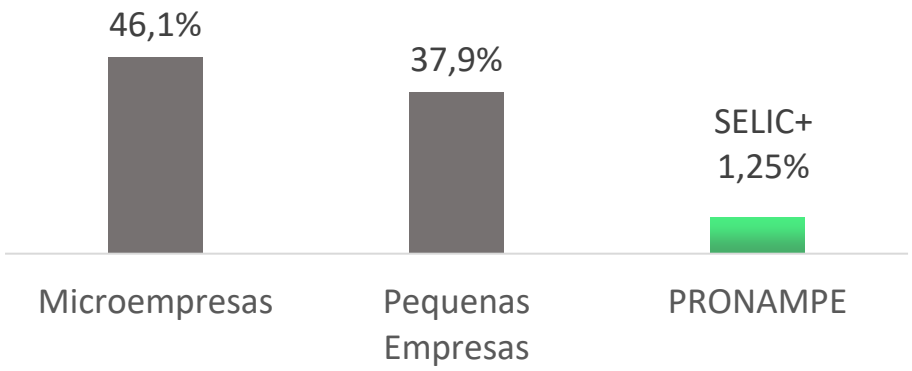
DISPONÍVEIS ÀS MPES

694 mil

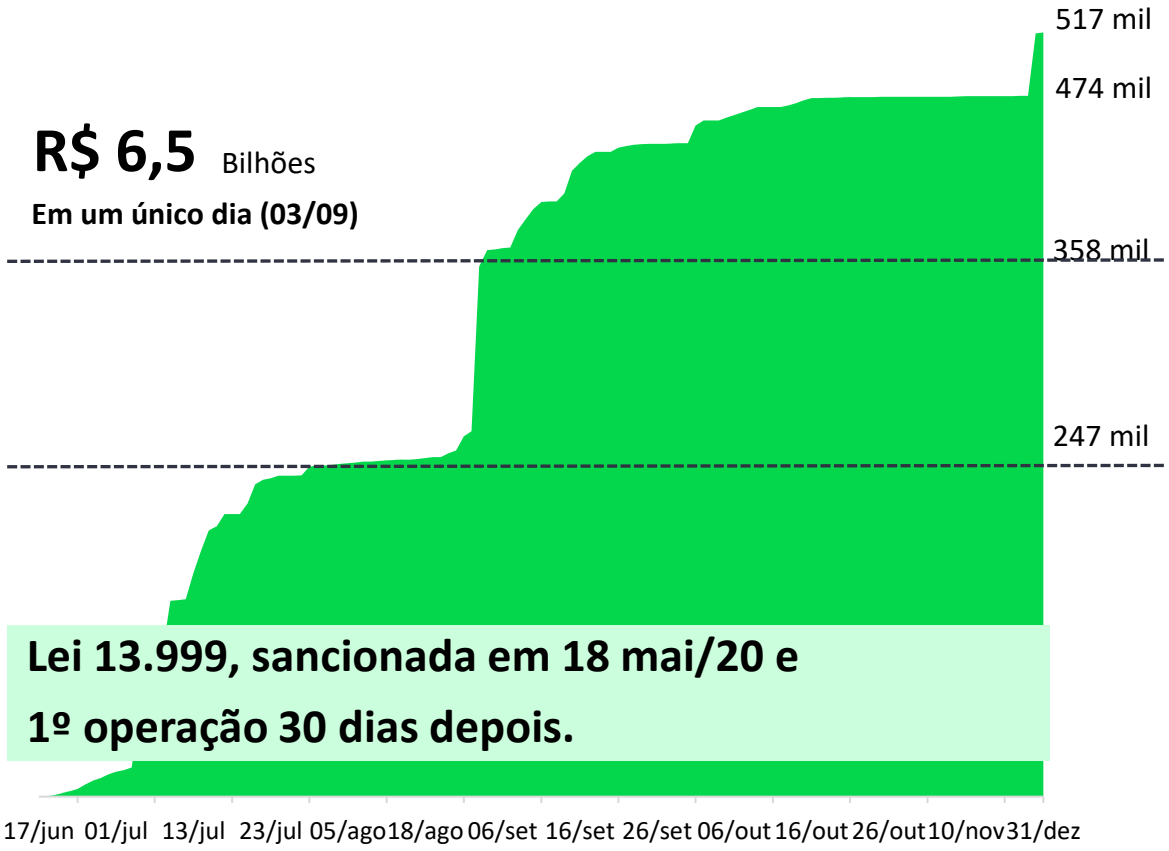
MPES ATENDIDAS

Tx de Juros até 10x menor

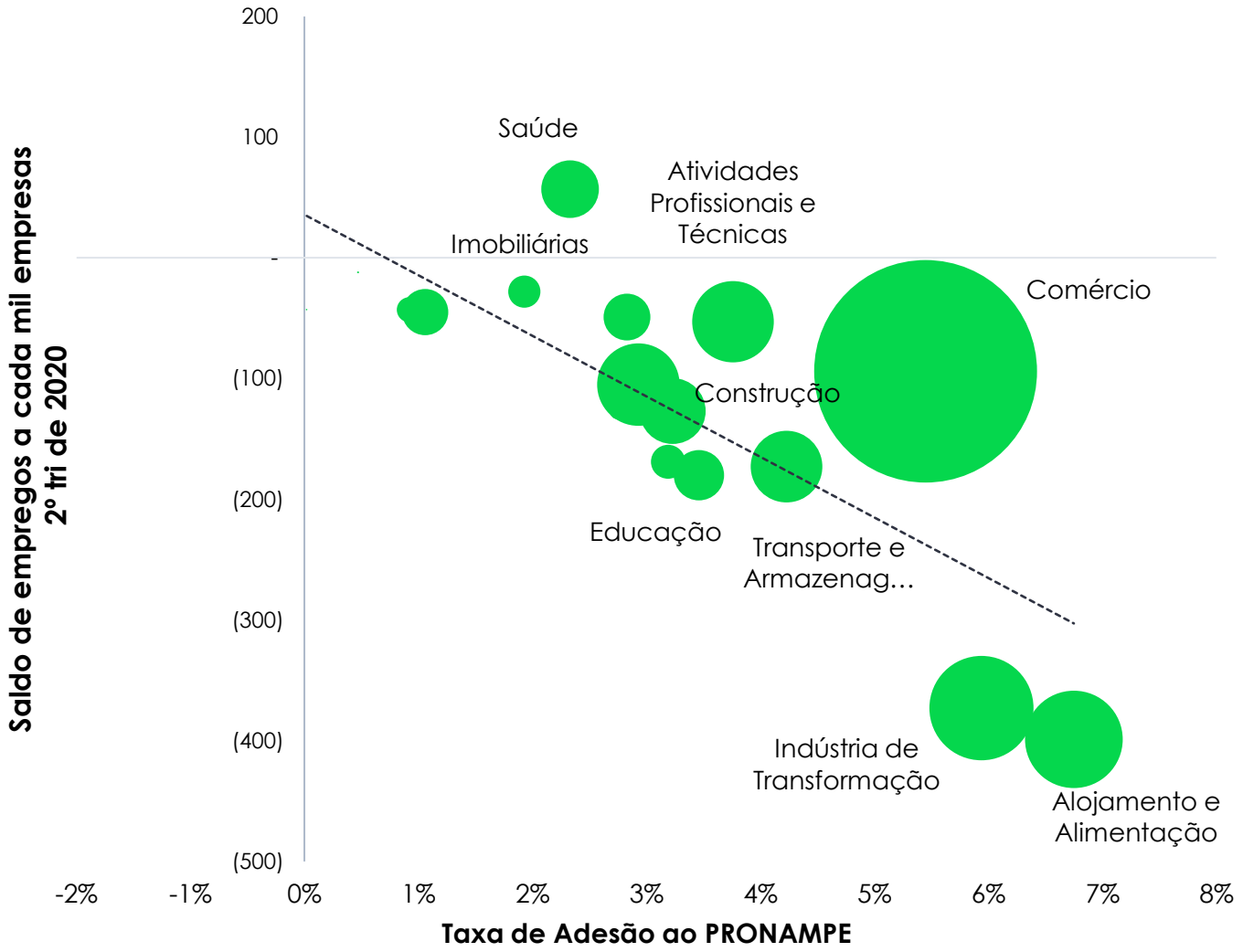
QUE A MÉDIA PRATICADA NO MERCADO (mar/20)



Evolução do PRONAMPE



PRONAMPE



Operações:

42,7% para **Microempresas**

57,3% para **Pequenas Empresas**

Taxa de adesão foi maior aos setores que mais necessitaram.

Apoio direto à **manutenção de empregos**.

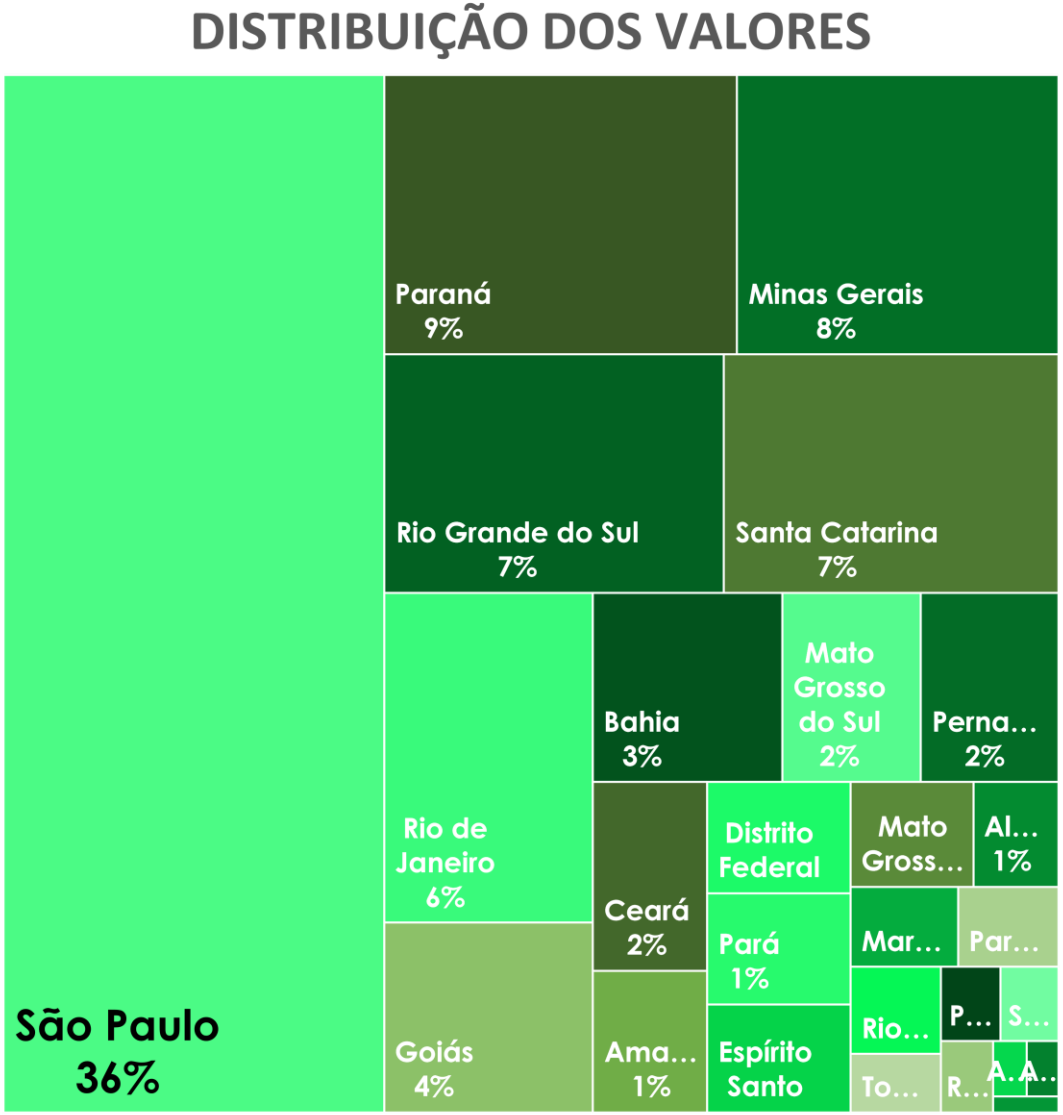
SEMPE

PEAC-FGI

Programa Emergencial de Acesso a Crédito com objetivo de apoiar as pequenas e médias.

R$ 90,4 BILHÕES

133 MIL CONTRATOS



DEFESA DO EMPREENDEDOR – LANÇADO EM 2021



Monitoramento de editais de compras públicas em todos o Brasil

384

Editais SEM Tratamento Diferenciado em 2021



Alerta qualquer **movimentação legislativa** que impacte as micro e pequenas

399

Projetos Mapeados, **269 analisados** e 51 com posições contrárias



Abre **canal para manifestações** de empreendedores

370

Manifestações, com 11 registros de descumprimento constitucional



INSERÇÃO ECONÔMICA

ARTESANATO BRASILEIRO

PROGRAMA DO ARTESANATO BRASILEIRO

170.379
ARTESÃOS
BENEFICIADOS

+34,8 MIL
ARTESÃOS CADASTRADOS NOS
ÚLTIMOS 3 ANOS

7 FEIRAS
EM 2019, 2020 E 2021

RODADA DE NEGÓCIOS
REALIZADA EM 2021 COM COMPRADORES NACIONAIS E INTERNACIONAIS COM ESTIMATIVA DE NEGÓCIOS DA ORDEM DE R$ 4,6 MILHÕES EM VENDAS PARA OS PRÓXIMOS 12 MESES

Volume de negócios das feiras

412.023
PEÇAS COMERCIALIZADAS PELOS ARTESÃOS

R$ 16.962.574,00
EM VENDAS REALIZADAS PELOS ARTESÃOS

NOVAS PARCERIAS

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO COM A COLÔMBIA

Fortalecer a cooperação econômica e comercial entre os dois países em matéria de micro, pequenas e médias empresas, empreendedorismo e artesanato.

ACT COM 27 ESTADOS

Desenvolver atividades de valorização do artesão brasileiro, elevando o seu nível cultural, profissional, social e econômico, bem como desenvolver, promover o artesanato e realizar o suporte técnico operacional para a execução das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do setor.

LABORATÓRIOS TÉCNICOS "ARTESANATO MAIS COMPETITIVO"

Implantar Laboratório Técnico - Artesanato Competitivo, de forma a fomentar o artesanato como atividade sustentável e de inclusão social e produtiva, como gerador de ocupação e renda. CONVÊNIOS ES, CE e AM.

MEMORANDO DE ENTENDIMENTOS SEBRAE

Promover o desenvolvimento do artesanato brasileiro, com foco na desburocratização, otimização de recursos, produtividade, inclusão produtiva e aumento da formalização dos artesãos.

Lançamento da Trilha de Capacitação para Artesãos.

ACT AMAZON

Capacitação em Marketing digital e criação da Loja do Programa do Artesanato Brasileiro.

CNI

Auxílio no acesso ao crédito, contribuindo para o aumento da produtividade e competitividade da indústria brasileira, inclusive por meio de ações no âmbito da Rede de Núcleos de Acesso ao Crédito (Rede NAC-CNI)

CONVÊNIO UFMG – DIAGNÓSTICO DO ARTESANATO BRASILEIRO

Estruturar sistema de gestão do artesanato brasileiro, com elaboração de diagnóstico e planejamento estratégico para o incremento das políticas públicas, melhoria dos processos, dos resultados e da gestão. APERFEIÇOAMENTO BASE CONCEITUAL, LEI 13.180 E AGENDA DE AÇÕES.

CONVÊNIO ABDI

Fornecer informações estratégicas a formuladores de políticas e permitir o desenvolvimento de competências de microempreendedores e MPE.

MERCADO LIVRE

Capacitação em Marketing digital e criação da Loja do Programa do Artesanato Brasileiro, que já conta com 794 produtos vendidos, 129 Artesãos cadastrados.

APRENDENDO A EXPORTAR ARTESANATO

Ferramenta no portal do artesanato para apoiar o artesão na sua inserção no comércio exterior.

ACT EMBRATUR

Promover o artesanato brasileiro, no âmbito do Programa do Artesanato Brasileiro e da Política Nacional de Turismo.

ACT APEX Brasil

"Projeto Comprador" por meio do qual os compradores internacionais serão convidados a participar e visitar feiras estratégicas voltadas para o Artesanato Brasileiro.

CONVÊNIOS – ORÇAMENTO IMPOSITIVO

23

CONVÊNIOS
FORMALIZADOS

R$ 9,1 MILHÕES

CAPACITAÇÃO, REALIZAÇÃO DE FEIRAS, FOMENTO AO EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO, MODERNIZAÇÃO DE ESPAÇOS DE ATENDIMENTOS AOS MEIS E ARTESÃOS

R$ 3,8 MILHÕES

EM RECURSOS REPASSADOS PARA OS CONVENENTES

A EXECUÇÃO DOS CONVÊNIOS FORAM IMPACTADAS POR MUDANÇAS ADMINISTRATIVAS NOS ESTADOS/MUNICÍPIOS, FALTA DE EQUIPE CAPACITADA E PELA PANDEMIA COVID-19, RESTRINGINDO ASSIM AS CAPACITAÇÕES E FEIRAS DE ARTESANATO

FÓRUM PERMANENTE



FÓRUM PERMANENTE

FÓRUM PERMANENTE
DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

ENTREGAS :

- Marco Legal do Reempreendedorismo
- Cartilhas de Marcas e Patentes
- Atualizações da Lei 123
- PRONAMPE
- Nova Lei de Licitações
- Marco Legal das Startups
- Posicionamento LGPD
- Política Nacional da MPE
- Criação do CT Microempreendedor Individual



80
INSTITUIÇÕES

40
REUNIÕES ANUAIS

2022

JORNADA MEI

ECONOMIA DIGITAL

- **Como podemos garantir o sucesso de MEIs no contexto da economia digital?**



Mapeamento e antecipação das **competências**, habilidades técnicas, gerenciais e comportamentais

Construção de **jornadas** de desenvolvimento das competências

Autoavaliação de competências e maturidade digital

PLATAFORMA DIGITAL

Carteira Digital do MEI e CCMEI Digital

ORIENTA MEI
Ferramenta com o objetivo de dar publicidade e conhecimento ao MEI

Solicitação de crédito pelo **CRED+** com envio de dados fiscais da RFB

BAIXA AUTOMÁTICA POR ÓBITO

Utilização do Nome Social no Nome Empresarial do MEI

Retirar a regra de solicitação de número de recibo de DIRPF ou título de eleitor para o processo de inscrição

2022 – PROGRAMA DO ARTESANATO BRASILEIRO

Implantação do Selo de Origem do Artesanato Brasileiro

Desenvolvimento do APP ”Off Line SICAB”

Manutenção das feiras nacionais

Realização do Prêmio Nacional do Artesanato Brasileiro

Acordo de Cooperação Técnica com a MAGALU

Entrega do diagnóstico do Artesanato Brasileiro e elaboração de agenda de trabalho

AVAL PARA O ARTESÃO E PARA O MICROCRÉDITO

Ofertar garantias ao artesão brasileiro e ao Microcrédito produtivo orientado

Direcionar mais de 500 milhões do FUNPROGER para o FGO e para o FGM

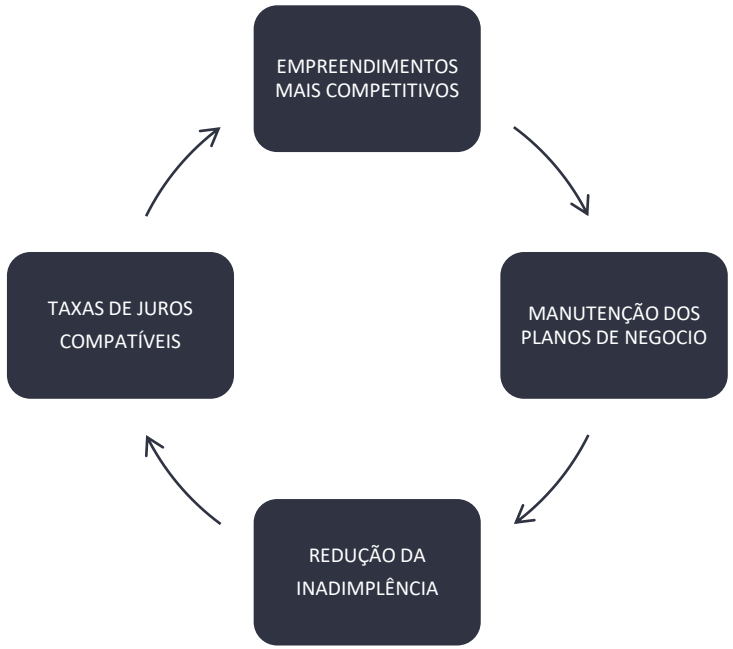


Objetivo....

Editar medida provisória para extinção do Funproger e redirecionamento dos recursos para o FGM E para o FGO.

SISTEMA NACIONAL DE GARANTIAS

Facilitar o acesso ao crédito com taxas e prazos adequados aos Micro e para Pequenos empreendedores



Ciclo virtuoso para expansão do crédito para MPE

Objetivo....

Concluir a proposta de regulamentação do Conselho Monetário Nacional

PRONAMPE – RETOMAR CONTRATAÇÕES EM 2022

Ofertar novas garantias por meio do Pronampe lastreados nos recursos já internalizados no fundo

Reutilizar os recursos das operações amortizadas na contratação de novas garantias

Garantir uma carteira de

25 bi

até 31.12

Objetivo....

Aprovar o PL 3188/2020, que autoriza a reutilização de recursos do Pronampe

POLÍTICA NACIONAL

DAS MPES

Finalidades:

I – **orientar e harmonizar os programas** e iniciativas em todas as esferas da Administração Pública direta e indireta e das entidades que impactem no ambiente das MPEs.

II – **promover a competitividade e o desenvolvimento** das micro e pequenas empresas, por meio da **estruturação de eixos estratégicos**, da **articulação** e do **incentivo ao empreendedorismo** como elemento mobilizador da economia e desenvolvimento do país.

Aprovação da Política

Mapeamento de Iniciativas

Governança para gestão das ações

Repositório de **Boas Práticas** para Municípios

Integração das áreas de **comunicação**

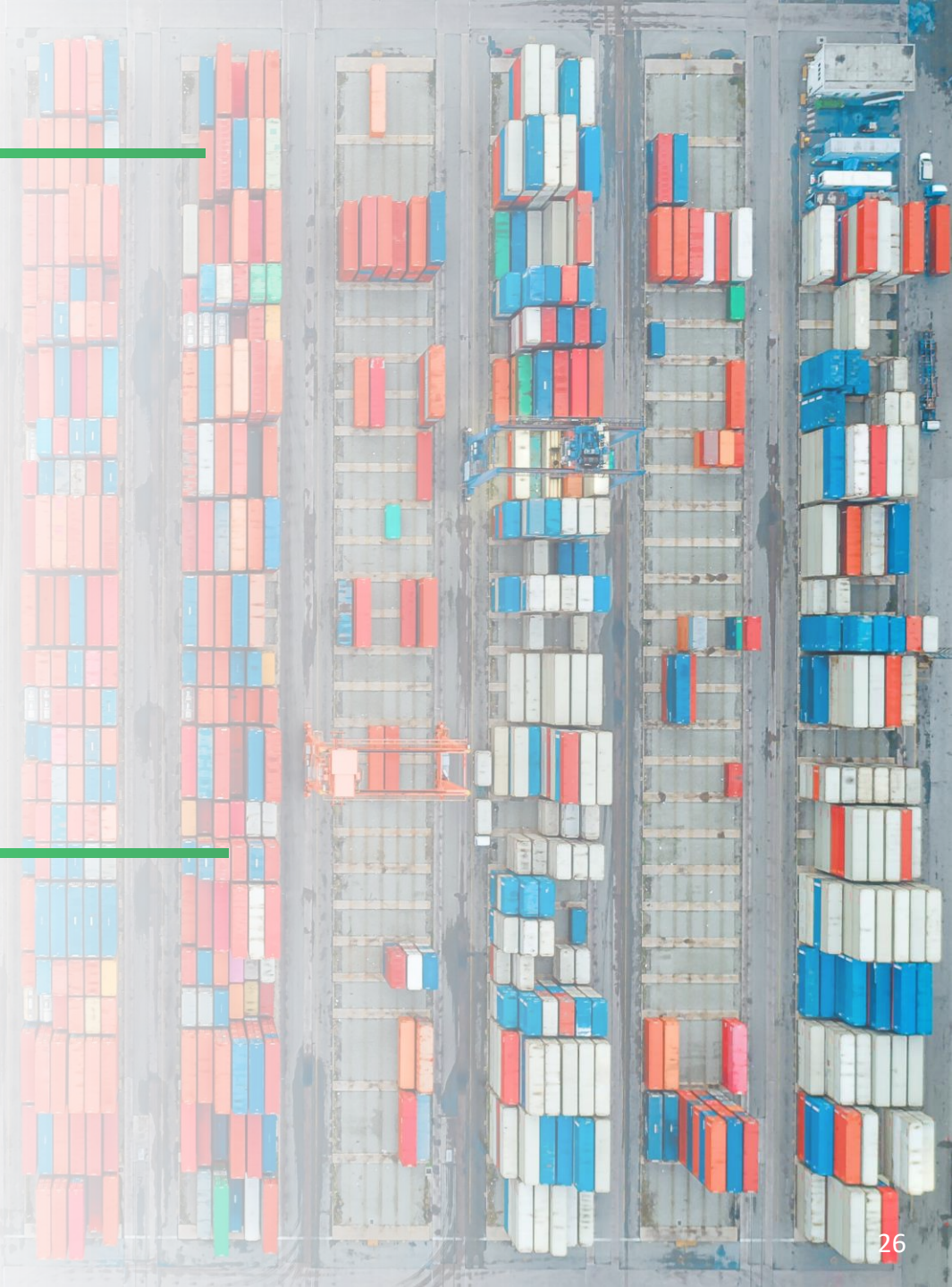
Indicadores de avaliação

Análise estratégica das ações do Fórum

DESAFIOS DE INTERNACIONALIZAÇÃO

3 DESAFIOS DE INOVAÇÃO ABERTA PARA INTERNACIONALIZAÇÃO DE MPES

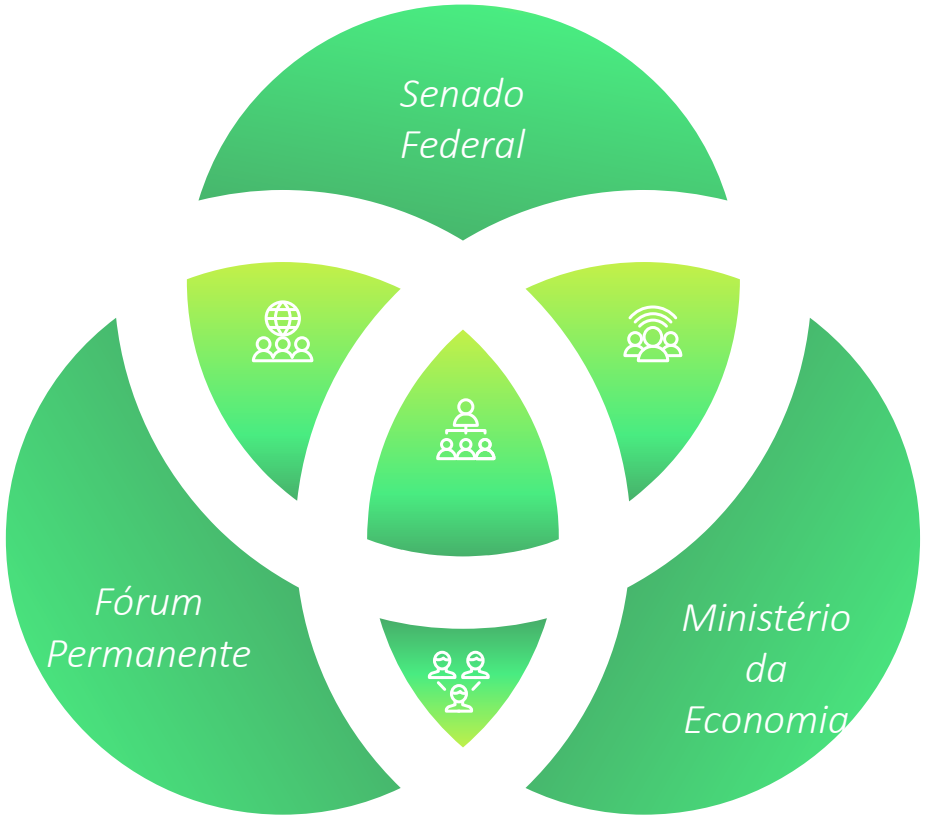
15 STARTUPS SELECIONADAS PARA DESENVOLVIMENTO DAS SOLUÇÕES



PRÊMIO CIDADES EMPREENDEDORAS

FOMENTO DE INICIATIVAS MUNICIPAIS QUE PROMOVAM O EMPREENDEDORISMO

APROVAÇÃO DO PLP 33 - REEMPREENDEDORISMO



Após 3 anos de discussões no Fórum Permanente das MEPPs, com a participação de mais de 60 instituições, foi apresentado o PLP 33/2020

Diretrizes

Estimular a negociação com os credores o quando antes, com processos simples e rápidos

Permitir a rápida liquidação dos bens para mitigação de prejuízos

Tirar a pecha de empreendedor falido ao permitir o reempreendedorismo

SGC CENTRAL

Sociedade Garantidora de Crédito

FÓRUM PERMANENTE
DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE/SEPEC
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E INOVAÇÃO/SDIC
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE

O Patrocínio de fundos para as Sociedades de Garantia de Crédito

O QUE É O SOCIEDADE DE GARANTIA?

- Sistema Mutualista
- Balizador de taxas de juros e tarifas bancárias
- Facilita o acesso ao crédito
- Fomentador da economia local
- Auxilia na redução da mortalidade das MPE´s
- Qualifica as operações para as Inst. Financeiras parceiras

SGC CENTRAL
Sociedade Garantidora de Crédito

Caminho do Crédito





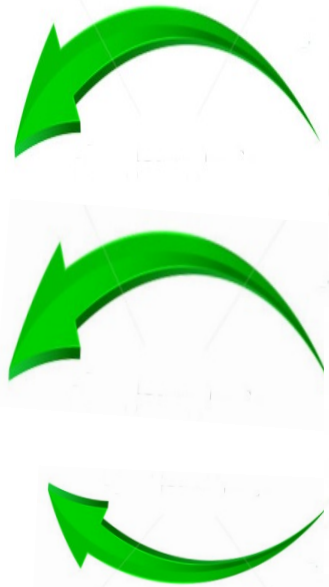




Garantiacrédito
Sociedade de Garantia de Crédito















BENEFÍCIOS



- Melhor acesso ao crédito
- Melhores condições (prazos e taxas)
- Acesso a garantias
- Acesso a assessoramento
- Acesso a informação
- Integração de uma rede empresarial



- Garantia líquida
- Garantia qualificada
- Menor provisionamento de recursos
- Aumento da base de clientes
- Redução de custos de análise



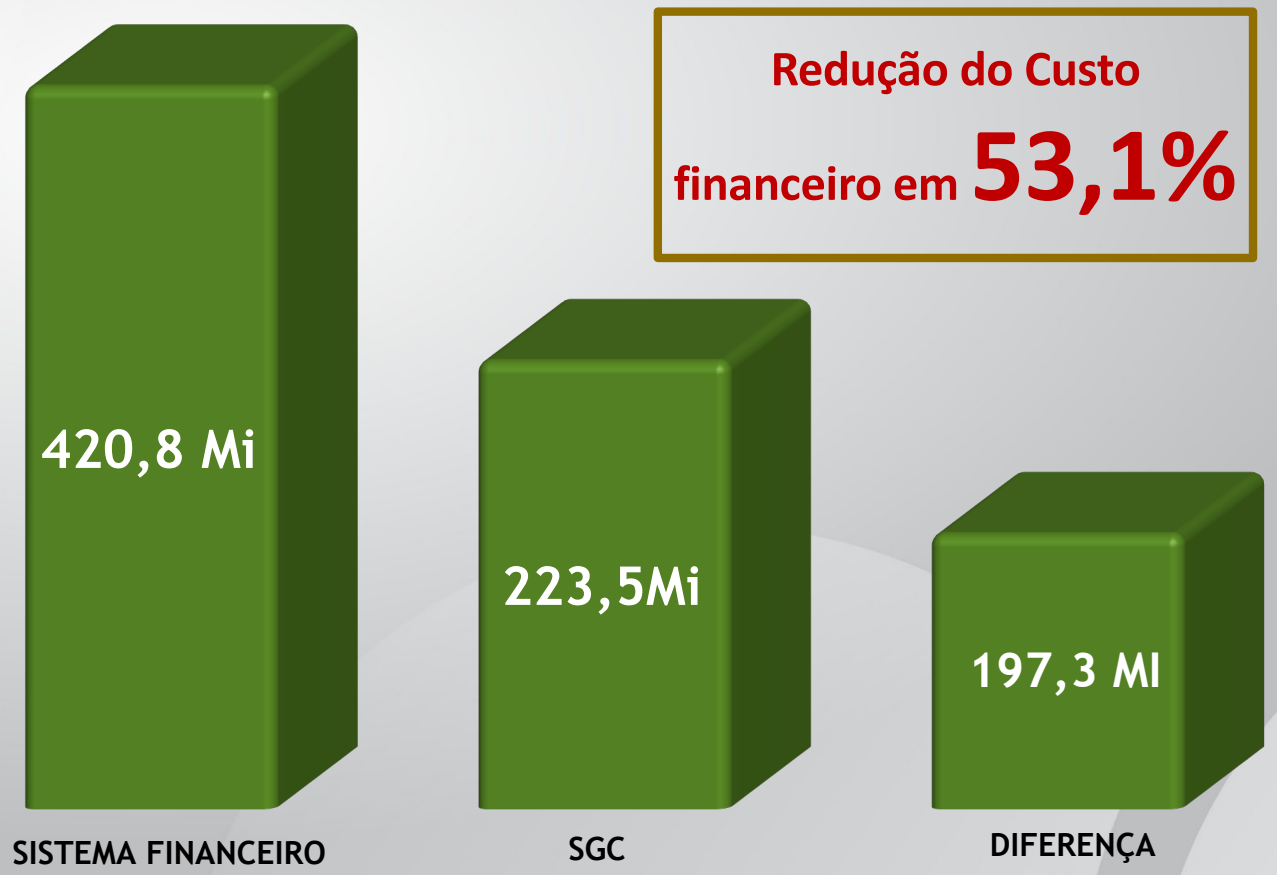
Município

- Melhor ambiente para as MPEs
- Promoção/incentivo às MPEs
- Aumento do número de empresas
- Atração e aumento de investimentos
- Aumento do emprego/ocupação
- Melhoria da arrecadação fiscal

IMPACTO COM AS SGC NO BRASIL

TAXAS DE JUROS MÉDIA PRATICADAS NO PERÍODO (9 anos):

- Na Instituição financeira: **2,50% a.m.**
- Pela SGC: **1,20% a.m.**



Redução do Custo financeiro em 53,1%

Ref. DEZEMBRO/2020

Ações

COM AS PREFEITURAS DO PARANÁ

CARTILHA

ACORDÃO 472/12
TCE/PR



CONTROLE DE APORTES MUNICIPAIS NAS SGC FILIADAS

MUNICIPIO	SGC	APORTE APROVADO LEI	APORTE REALIZADO	A APORTAR	EM NEGOCIAÇÃO
GUARAPUAVA	CENTRO SUL	954.000	954.000		
PONTA GROSSA	CENTRO SUL	400.000	200.000	200.000	
MANOEL RIBAS	CENTRO SUL				50.000
TURVO	CENTRO SUL				50.000
CAPITAO LEONIDAS MARQUES	GARANTIOESTE	30.000	30.000		
CASCAVEL	GARANTIOESTE	800.000	300.000	500.000	
FOZ DO IGUACU	GARANTIOESTE	2.000.000	700.000	1.300.000	
ITAIPULANDIA	GARANTIOESTE	600.000	600.000		
MISSAL	GARANTIOESTE	200.000	100.000	100.000	
TERRA ROXA	GARANTIOESTE	40.000	40.000		
TOLEDO	GARANTIOESTE	1.125.000	1.125.000		
TUPASSI	GARANTIOESTE	50.000	50.000		
CHOPINZINHO	GARANTISUDOESTE	100.000	100.000		
FRANCISCO BELTRÃO	GARANTISUDOESTE				1.000.000
SÃO JOÃO	GARANTISUDOESTE				100.000
PATO BRANCO	GARANTISUDOESTE	2.500.000		2.500.000	
SAUDADE DO IGUAÇU	GARANTISUDOESTE	1.000.000	1.000.000		
CAMPO LARGO	GARANTISUL	100.000		100.000	
ARAUCARIA	GARANTISUL	3.173.000	173.000	3.000.000	
CURITIBA	GARANTISUL	10.000.000	10.000.000		
SAO JOSE DOS PINHAIS	GARANTISUL				1.000.000
LONDRINA	GARANTINORTE	5.000.000	5.000.000		
PARANAVAI	NOROESTE GARANTIAS	30.000		30.000	
NOVA ESPERANÇA	NOROESTE GARANTIAS	50.000	50.000		
MARINGA	NOROESTE GARANTIAS	3.000.000	3.000.000		
TOTAL		**31.152.000**	**23.422.000**	**7.730.000**	**2.200.000**

FUNDOS APORTADOS

- ✓ Governo do Estado do Paraná
  - ✓ R$ 10 milhões
- ✓ Cooperativas de Crédito
  - ✓ R$ 10,5 milhões
- ✓ Privado
  - ✓ R$ 3,5 milhões
- ✓ SEBRAE
  - ✓ R$ 35,0 milhões

Porque?

O Municipio deve aportar recursos no fundo garantidor local



Prefeituras

R$ 100.000,00



10 X



Garantiacrédito
Sociedade de Garantia de Crédito

R$ 1.000.000,00

GARANTIA

Agente Financeiro



CRÉDITO

R$ 1.250.000,00



PERSPECTIVAS

- ✓ **Cooperativa de Garantia**
- ✓ **Acesso ao FGI (Lei 12.087/2009)**

> Art. 7º Fica a União autorizada a participar, no limite global de até R$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais), de fundos que, atendidos os requisitos fixados nesta Lei, tenham por finalidade, alternativa ou cumulativamente:
>
> II - garantir indiretamente, nos termos do estatuto do fundo, o risco das operações de que trata o inciso I, inclusive mediante:
>
> a) garantia de operações cobertas por fundos ou sociedades de garantia de crédito;

- ✓ **Sistema Nacional de Garantias**
- ✓ **Ganhar escala**
- ✓ **Processo de Inclusão Financeira**

ONDE ESTAMOS?

GARANTEOESTE - SC
AV. GETÚLIO VARGAS, 1748,
CHAPECÓ – SC - (49) 3025-4407 / 3025-5955

GARANTE SC
RUA AFONSO GROSSKOPF, 352
SÃO BENTO DO SUL - SC - (47) 3631-0535

GARANTISUDOESTE - PR
RUA FLORIANÓPOLIS, 478
FRANCISCO BELTRÃO - PR - (46) 3524-7983/3055-3401

GARANTISUL - PR
RUA HEITOR STOCKLER DE FRANÇA, 356
CURITIBA – PR - (41) 3075-0470

SGC CENTRO SUL - PR
RUA XV DE NOVEMBRO, 8040
GUARAPUAVA – PR - (42) 3621-5595

GARANTIOESTE - PR
RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 1878
TOLEDO - PR - 3055-2604 / 3055-4970

NOROESTE GARANTIAS - PR
RUA BASILIO SALTCHUK, 388, 1º ANDAR
MARINGÁ - PR - (44) 3023-2283

GARANTINORTE - PR
RUA SANTA CATARINA, 50, SALA 2401
LONDRINA - PR - (43) 3323-5031

GARANTIPARANAÍBA - MG
RUA DORES DO IDAIA, 17, 3º ANDAR
PATOS DE MINAS – MG - (34) 3821-0466

SGC NORDESTE
AV. FLORIANO PEIXOTO 715 4º ANDAR
CAMPINA GRANDE – PB - (83) 3343-1298

SGC AMAZÔNIA
TV DOUTOR MORAES, 21, 6° ANDAR
BELÉM - PA - (94) 3322-3619

SGC CENTRAL

Sociedade Garantidora de Crédito



ANBC
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS BUREAUS DE CRÉDITO

Em apenas **dois anos** o Cadastro Positivo reduziu, em média, **10,4%** nas taxas cobradas no crédito pessoal não consignado para novos tomadores de crédito.

Nesse período, os birôs de crédito já contabilizaram a inclusão de cerca de **100 milhões** de consumidores e empresas.

Conheça outros ganhos da economia demonstrados no relatório **Análise dos Efeitos do Cadastro Positivo**, divulgado pelo Banco Central.

TOMADORES DE CRÉDITO COM INFORMAÇÃO POSITIVA - PF e PJ

-10,4% de juros
(média de toda a amostra)

-15,9% de juros
(para os 25% da amostra com a maior variação da nota de crédito)

QUEDA NA TAXA DE JUROS ANUAL

31 p.p.
(média de toda a amostra)

40 p.p.
(para os 25% da amostra com a maior variação da nota de crédito)

NÚMERO DE BENEFICIADOS

2017 - sem inclusão automática

6 milhões

2019 - com inclusão automática

100 milhões

AUMENTO NO NÚMERO DE CADASTRADOS



15 vezes

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS FOCADAS EM MPEs



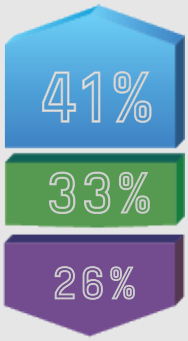
88%
pretendem usar o Cadastro Positivo nas suas análises de crédito

CONSULTAS - EMPRESAS NÃO FINANCEIRAS



60%
das consultas ao Cadastro Positivo de consumidores foram realizadas por empresas não financeiras

CONSUMIDORES

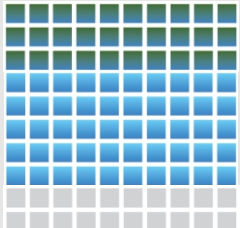


41% melhoraram a nota de crédito e conseguiram melhor classificação de risco

33% permaneceram na mesma faixa de classificação da nota de crédito

26% tiveram queda na nota de crédito

NOTA DE CRÉDITO - EMPRESAS



30% migraram para a faixa de MENOR risco para a tomada de crédito

50% se mantiveram na faixa de MENOR risco para a tomada de crédito

20% migraram para a faixa de MAIOR risco para a tomada de crédito

ABDE
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE DESENVOLVIMENTO

Crédito para as MPMEs

Julho de 2021

ABDE
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO

Nossa missão

"Contribuir para o **desenvolvimento sustentável – econômico, social e ambiental – do país**, e representar com excelência os interesses dos associados."

A ABDE tem como propósito o fortalecimento do Sistema Nacional de Fomento e a promoção do desenvolvimento do país.

Sistema Nacional de Fomento (SNF)

O SNF conta com **34 instituições**, distribuídas entre os seguintes grupos:

- Bancos Federais;
- Bancos de Desenvolvimento Estaduais;
- Agências de Fomento;
- Bancos Públicos Comerciais Estaduais;
- Bancos Cooperativos;
- Finep;
- Sebrae.



Associados - ABDE



Áreas de atuação prioritária do SNF

Setor público



Municípios



Infraestrutura



PPPs e concessões



Saneamento básico

Setor privado



Microcrédito



Agronegócio



Micro e Pequenas Empresas

Temas transversais



Inovação



Sustentabilidade

Sistema Nacional de Fomento (SNF) em números

PARTICIPAÇÃO NA OFERTA DE CRÉDITO



% da carteira total do Sistema Financeiro Nacional

FINANCIAMENTO DE LONGO PRAZO



% da carteira de crédito com prazo superior a 3 anos

MODERNIZAÇÃO DO SETOR PÚBLICO



% da carteira de crédito para o setor público

INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA



% da carteira de crédito para investimento e infraestrutura

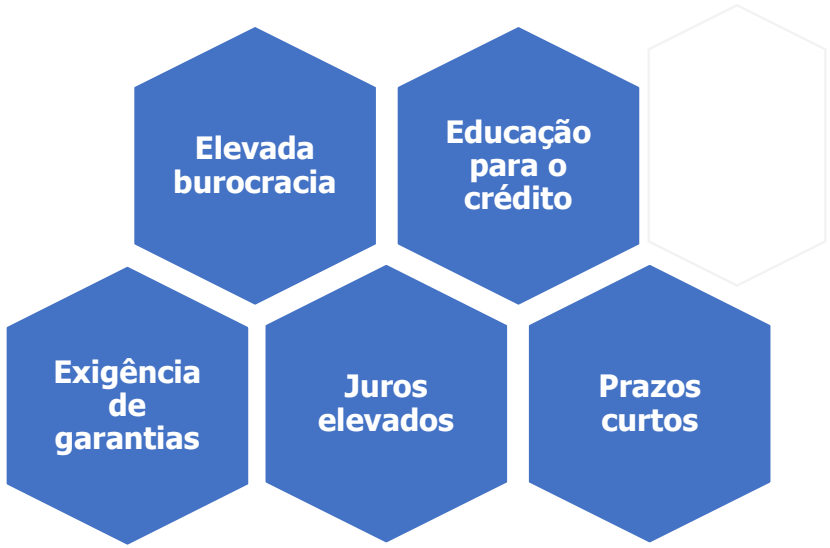
ATUAÇÃO PARA ALÉM DO CRÉDITO

- Estruturação de projetos, PPPs e concessões;
- Atuação em mercados de capitais;
- Gestão de fundos públicos;
- Instrumentos de garantia de crédito;
- Desenvolvimento e implementação de políticas públicas.
- ***Expertise* local:** papel das subnacionais para canalizar recursos internacionais e federais para atores locais.

Aprimorar atuação como **mobilizador de capitais privados para projetos de desenvolvimento**.

Entraves no financiamento de MPMEs

Principais gargalos de acesso ao crédito por MPMEs

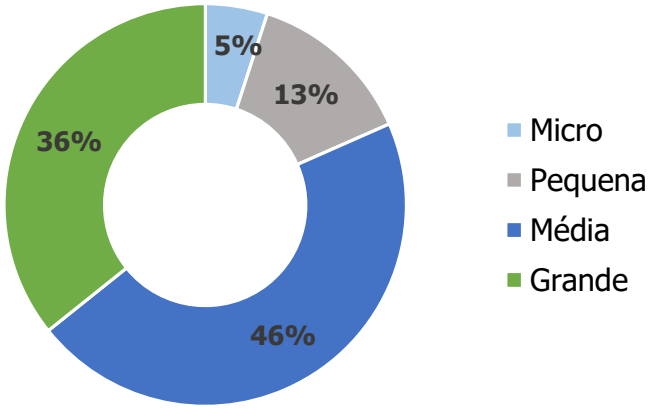


Fonte: SEBRAE, elaborado por ABDE.

- **Pré-crise: perda de participação** no saldo total das operações de crédito entre 2015 e 2019;
- **Crédito para Investimento:** saldo menor para a modalidade no segmento de MPMEs em 2019, quando comparado ao de 2015;
- **Problemas de adequação de crédito:** MPMEs tem acesso a linhas menos adequadas, com custos mais elevados e menores prazos.

Atuação do SNF com as MPMEs

Carteira de crédito por porte das IFDs subnacionais (março de 2021)

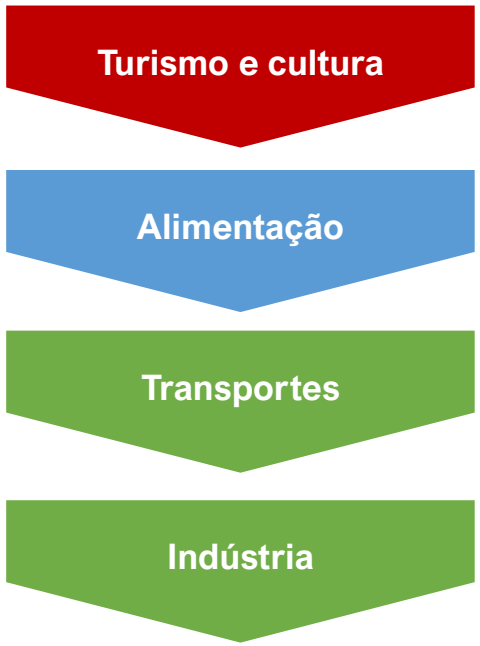


Fonte: Banco Central do Brasil, elaborado por ABDE.

- **O SNF** possui forte atuação no segmento de MPMEs. O conjunto de IFDs **representa 28% do crédito** para o segmento no mercado nacional;
- O conjunto de 19 IFDs subnacionais, tem **64% de sua carteira** dedicada às MPMES;
- O **alto engajamento do SNF** com o segmento se traduz em financiamentos mais adequados, sobretudo para investimentos, com taxas mais baixas e prazos mais longos.

Crise da Covid-19: impacto sobre as MPMEs

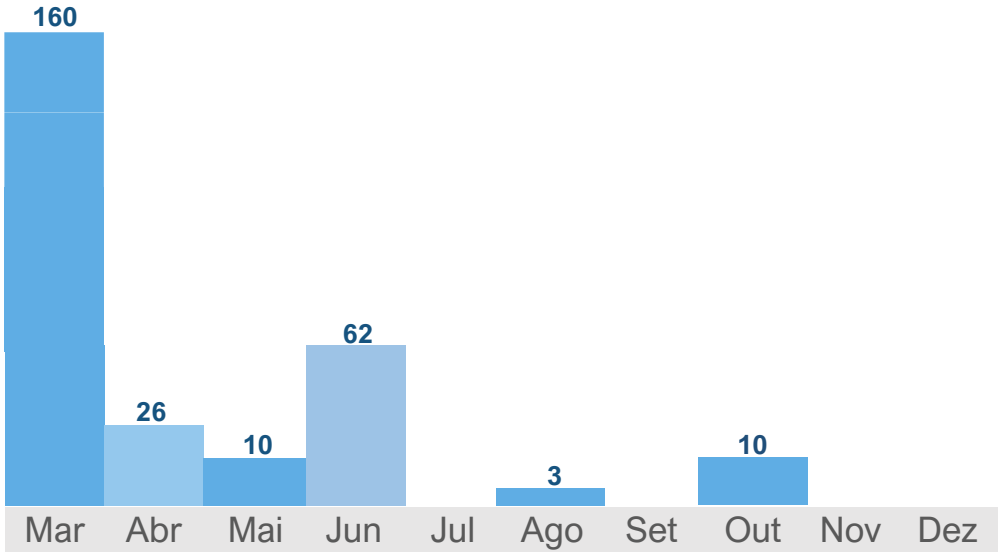
Principais setores afetados



- **Necessidades imediatas:** busca por linhas de liquidez (capital de giro) no mercado de crédito. **Ponto principal:** carência e prazo;
- **Médio e longo prazos**: recursos para reposicionamento de modelos de negócio na retomada das atividades – *e-commerce*, adaptações sanitárias, aprimoramento de gestão etc.
- **Restrições na oferta de crédito**: elevada percepção de risco – "empoçamento de recursos, mesmo com medidas monetárias.

MPMEs e a crise da Covid-19

Recursos adicionais disponibilizados por mês durante a crise da Covid-19 (R$ bilhões)



Fonte: ABDE.

- **Ação tempestiva: R$271 bilhões** de recursos adicionais foram disponibilizados pelo SNF para as MPMEs. Desse total, R$228 por meio das associadas da ABDE;
- **Resposta imediata**: em março, **R$ 160 bilhões** foram empregados para o apoio ao segmento, em 30 novas linhas de financiamento, acréscimo de recursos em linhas existentes, entre outras medidas.
- **+40% crescimento** no total da carteira do SNF com MPMEs

Programas garantidores emergenciais



Peac

- Operador/Gestor: **BNDES**
- Total aportado de **R$ 20 bilhões**;
- SNF representou **24% do total** contratado, um total de R$ 21,7 bilhões.
- Agentes habilitados do SNF: **14 IFDs**

Pronampe

- Operador/Gestor: **BB**
- Total aportado de **R$ 37,9 bilhões**;
- SNF representou **79% do total** contratado, um total de R$ 37,5 bilhões.
- Agentes habilitados do SNF:**13 IFDs**.

- **Ação além do crédito:** aposta em medidas de mobilização de capitais, como instrumentos garantidores, com focalização no segmento de MPMEs;
- **Alavancagem dos recursos privados:** os programas emergenciais destravaram a liquidez, permitindo que recursos de diversas medidas de natureza fiscal e monetárias chegassem às MPMEs;

FUNDOS GARANTIDORES



FGI TRADICIONAL

- Gestor: **BNDES**
- Patrimônio Líquido de **R$ 1,3 bilhão**;
- SNF representou **46,1%** do total de garantias pelo fundo em 2019.
- **15 cotistas do SNF**: BDMG, Desenvolve SP, Caixa, BRDE, Fomento PR, Badesul, Badesc, Sicredi, Banrisul, Goiás Fomento, AgeRio, Banco do Brasil, Desenvolve MT, Bandes e BNB;

FGO

- Gestor: **Banco do Brasil**
- Patrimônio Líquido de **R$ 3,7 bilhões**;
- **Todos os agentes financeiros são instituições do SNF**: Banco do Brasil, Caixa, BNB, AgeRio, Desenvolve SP.

FAMPE

- Gestor: **Sebrae Nacional**
- Patrimônio Líquido de **R$ 1,3 bilhão**;
- O total de **R$ 5,6 bilhões** de garantias atuais foram por meio das instituições SNF.
- **Conveniadas do SNF**: Banco do Brasil, Caixa, Banese, BRDE, AgeRio, Desenvolve SP, BDMG, Banco Sicoob, AGE, Fomento TO, Fomento PR, Desenvolve RR, AGN, Piauí Fomento, Goiás Fomento e BRB.

SNF E OUTRAS MODALIDADES



FUNDOS GARANTIDORES ESTADUAIS

GARANTIA SOLIDÁRIA

SOCIEDADES GARANTIDORAS DE CRÉDITO

FUNDOS GARANTIDORES ESTADUAIS



Instituição	Grupo	Ação	Público-alvo	Objetivo	Recursos disponibilizados
Banese	Banco Comercial Estadual	Fundo de Aval	Profissionais liberais autônomos, MPEs	Preservação do emprego e renda da população sergipana	50.000.000
Bandes	Banco de Desenvolvimento controlado por UF	Fundo de Aval Bandes	Micro e pequenos empreendedores individuais (MEIs) e autônomos.	Subsidiar financiamentos a empreendimentos de diferentes portes e segmentos.	100.000.000
Fomento PR	Agência de Fomento	Fundo de Aval Garantidor das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Paraná – FAG/PR	MPEs	Dar celeridade na aprovação das operações de crédito	7.200.000
Badesc	Agência de Fomento	Criação do Fundo de Aval do Estado de Santa Catarina - FAE/SC	MPMEs	Servir como garantia às MPMEs que não dispõem de garantias reais para oferecer ao BADESC	102.500.035

Pontos de destaque:

- Os fundos de aval com participação da União são instrumentos positivos para ampliar o acesso das empresas a instrumentos de crédito;

- Os programas emergenciais estabelecidos por meio de fundos garantidores conseguiram destravar a liquidez do mercado financeiro, fazendo com que os recursos de diversas medidas emergenciais de natureza fiscal e monetária chegassem às MPMEs;

- O fortalecimento dos fundos garantidores é fundamental para que tenham uso contínuo e não apenas emergencial, uma vez que a necessidade e as restrições de crédito, exacerbadas em momentos de crise, são características permanentes do segmento das MPMEs.

Agendas à frente

- Ampliação do *funding* adequado para operarem com carências e prazos alongados a taxas competitivas;
- Fortalecimento do crédito assistido;
- Discussão sobre garantias:
    i. Fortalecimento do instrumento para que tenham uso contínuo e não apenas emergencial;
    ii. Redução da incerteza e do risco para atuação do SNF sem comprometer a sustentabilidade financeira das instituições;
- Aprimoramento de mecanismos de governança e gestão de riscos, para equilibrar as particularidades do segmento gestão eficiente das carteiras das IFs;
- Orientação do financiamento às MPMEs com alinhamento às agendas de sustentabilidade.

Propostas de reformulação do Fampe

Atuação Emergencial

1. Aproximação das características dos programas emergenciais
   ⇨ **elevar o % de *stop loss*, reduzir a alavancagem e aumentar % de cobertura, reduzir a cobrança de encargos;**
2. **Orçamento dedicado** e com prazo limite de atuação;
3. Atuação com foco no % de Comprometimento do Fundo (CF).

Curto-prazo

Revisão do modelo institucional

1. **Transparência sobre a atuação do fundo**
2. Estratégias inovadoras
3. **Risco das operações**
4. Sustentabilidade e **revisão dos encargos**
5. **Assistência Técnica** para operações garantidas

Médio e longo-prazo

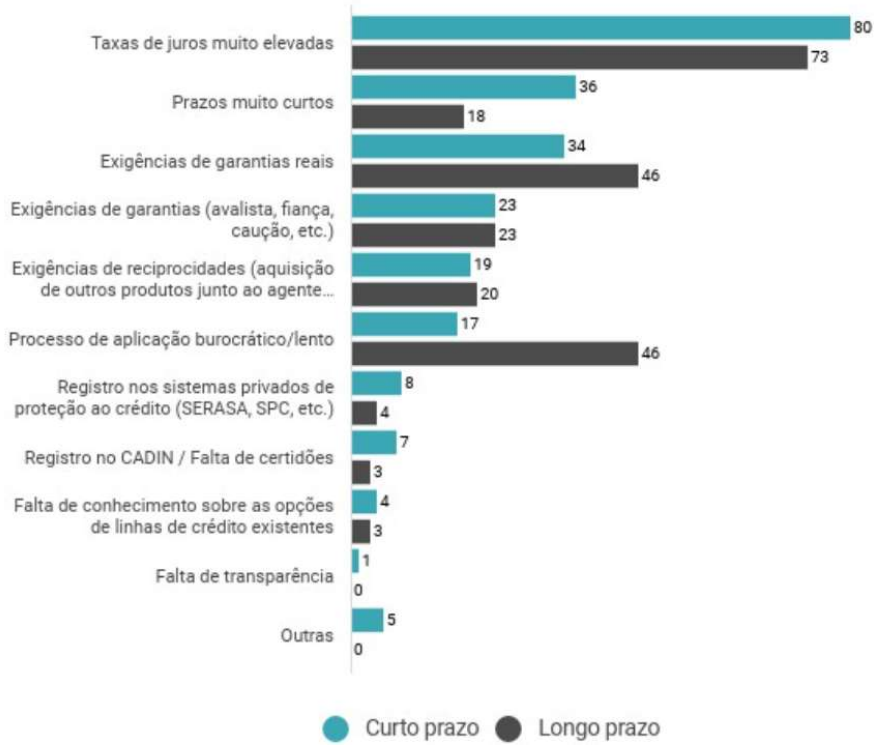
Obrigado!

José Gordon
Secretário-Executivo
secex@abde.org.br



Juros altos são a principal dificuldade dos empresários na contratação de crédito

Reduzir juros é a melhor alternativa para possibilitar o acesso ao crédito?



Fonte: PESQUISA CNI - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - 2019

O Spred é alto por conta do risco de crédito

Atuar na causa e não na consequência

Gráfico 3.2 – Decomposição do ICC
Média 2018 a 2020

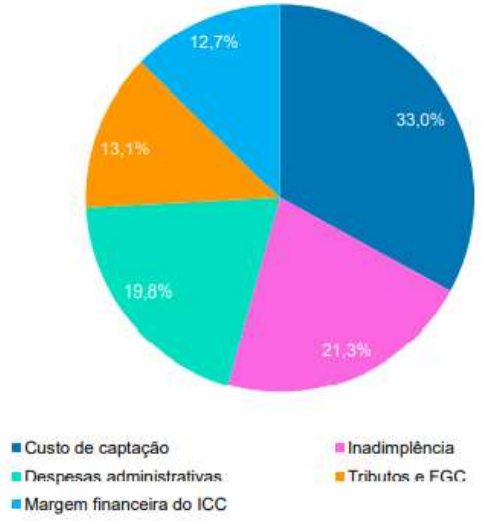
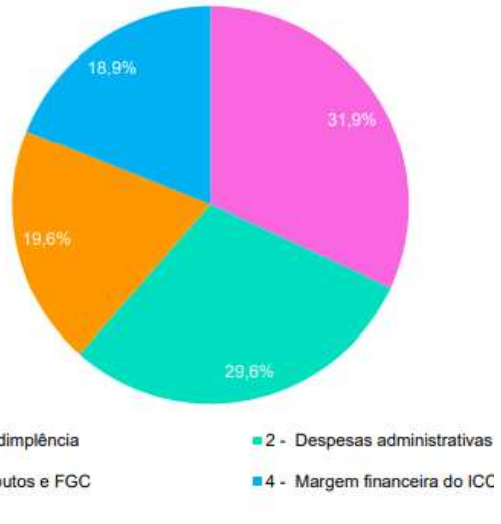


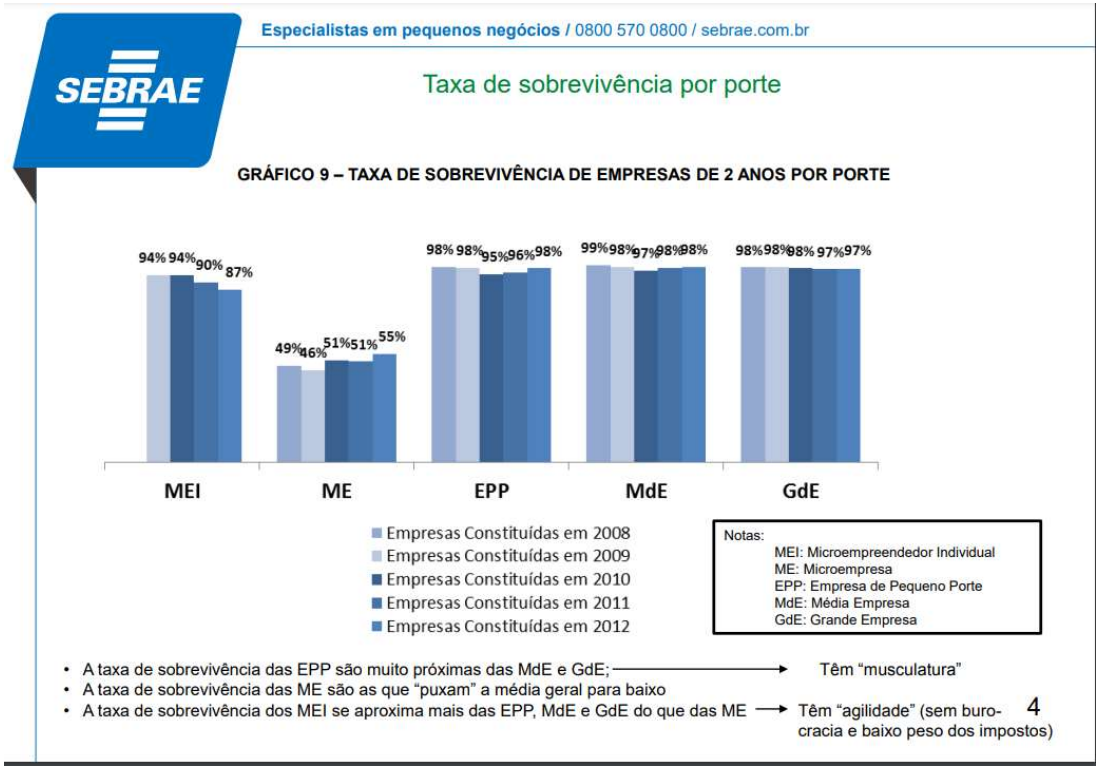
Gráfico 3.4 – Decomposição do *spread* do ICC
Média 2018 a 2020



Fonte: Relatório de Economia Bancária - Bacen - 2019

O risco de crédito é alto porque a sobrevida é baixa

As microempresas representam a menor sobrevida em 2 anos



Fonte: Sobrevivência das Empresas no Brasil - Sebrae 2016

A sobrevida é baixa porque....

Planejamento, gestão e comportamento são centrais ao sucesso das MPEs



Fonte: CAUSA MORTIS O sucesso e o fracasso das empresas nos primeiros 5 anos de vida - SEBRAE - 2014

Os bancos exigem garantias

Operações com garantias possuem taxa de juros menores



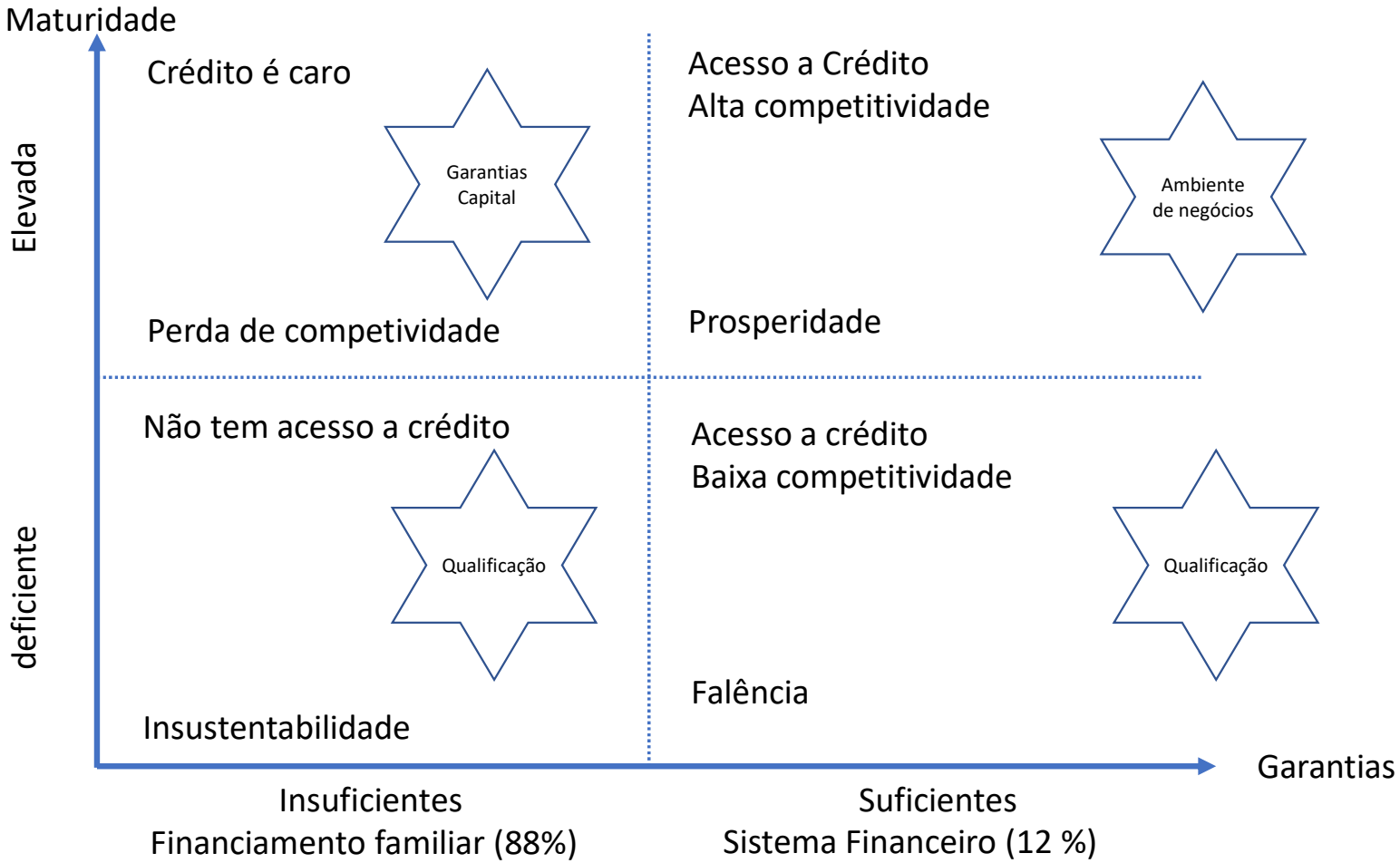
Fonte: Relatório de economia bancária: Bacen 2018

O sucesso exige qualidade

Maturidade - qualidade na gestão de custos, clientes e produtos



Maturidade e garantias não andam juntos.....



Parceiros identificam bons modelos de negócio

Como identificar a maturidade dos negócios de MPE?

Apostar na proximidade

- Sociedades Garantidoras
- Cadeias produtivas
- Patrocínio subnacional

Desafios para o novo sistema nacional de garantias de crédito

Escalar a concessão de garantias

Ampliar a aceitação das garantias pelos bancos

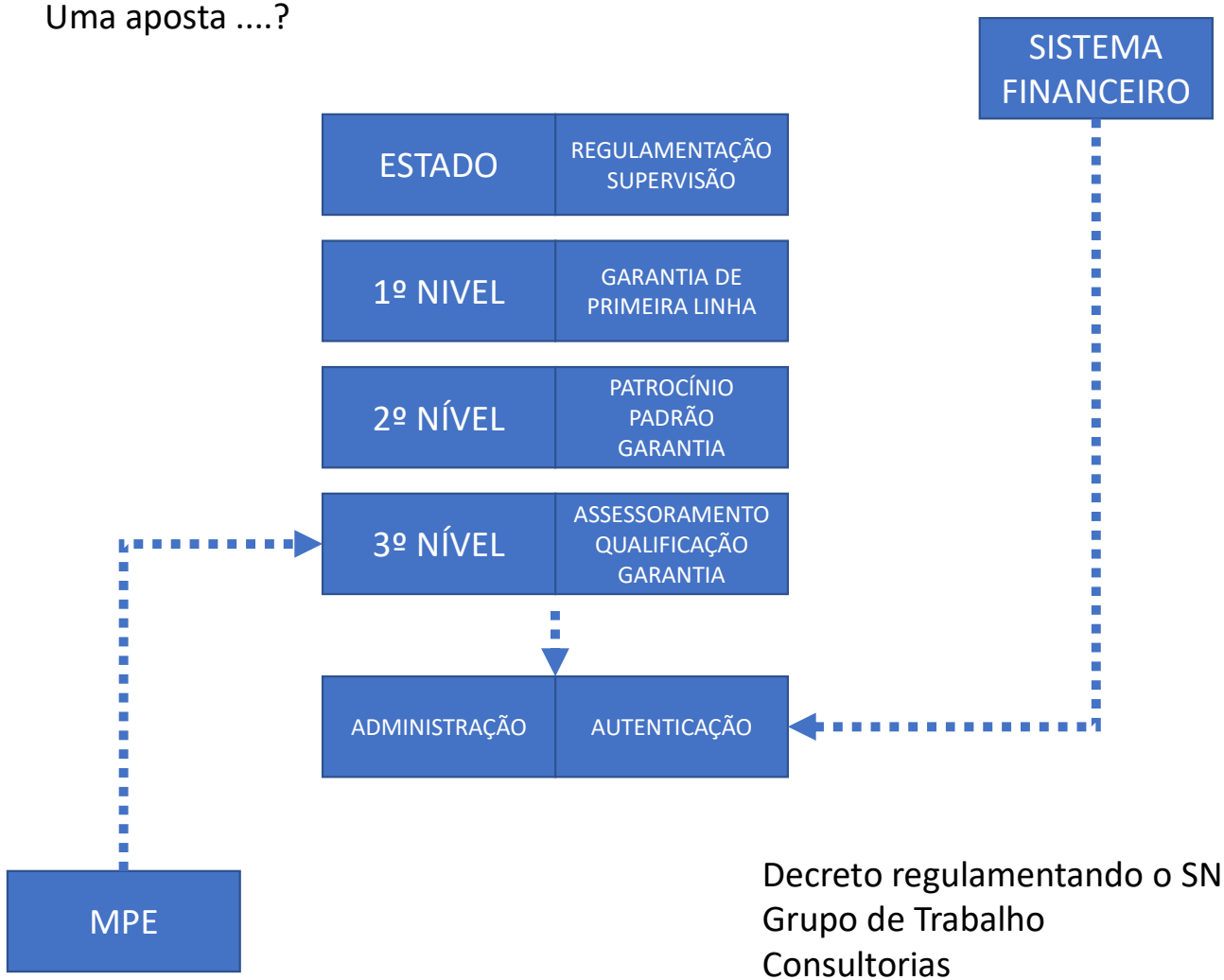
Definir padrão de operação

Desburocratizar a contratação do crédito

Sustentabilidade econômico e financeira

Qual o caminho a seguir?

Uma aposta ....?



Decreto regulamentando o SNG
Grupo de Trabalho
Consultorias

LIBERDADE PARA EMPREENDER E CRESCER

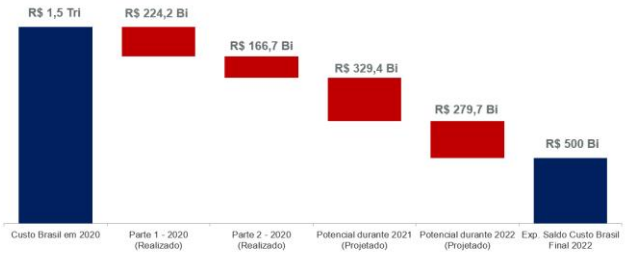
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE

SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE · MINISTÉRIO DA ECONOMIA · PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

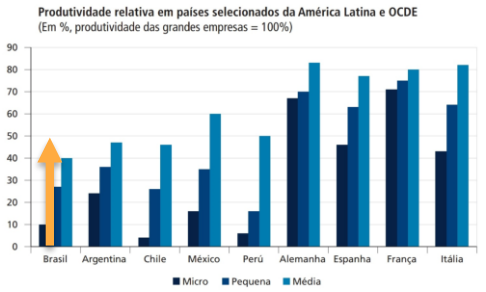
Em Execução · Em Tramitação · Em Desenvolvimento · Aprovado · Pronto

Ambiente de Negócios

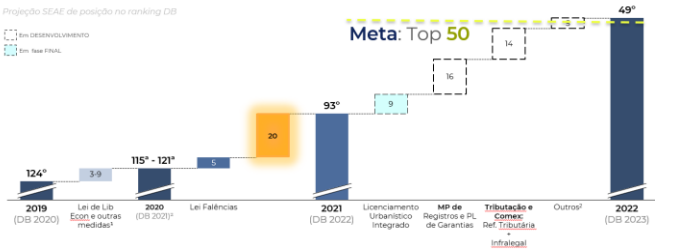
CUSTO BRASIL: MENOS R$1 TRILHÃO



PRODUTIVIDADE DE MPEs +30%



TOP 50 DOING BUSINESS

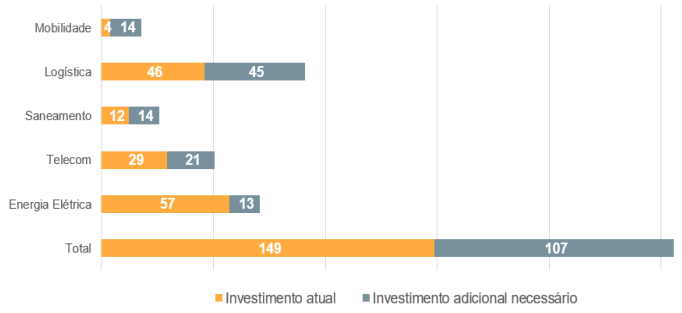


COMO VIABILIZAR ?

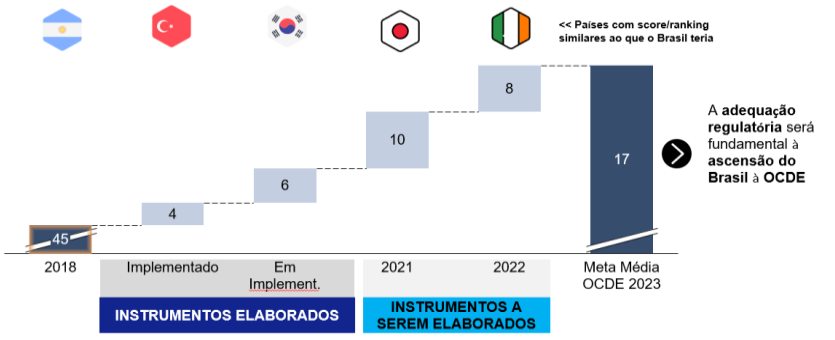
- ✓ PRONAMPE
- ✓ PEAC
- ✓ Observatório da Desregulamentação
- ✓ Novo Ex-Tarifário
- ✓ Lei de Falências
- ✓ Portal do Empreendedor
- ✓ Sistema de Defesa do Empreendedor
- ✓ Lei de Liberdade Econômica
- ✓ FIARC
- ✓ Cadastro Positivo
- ✓ MP de Crédito Extraordinário
- ✓ MP Ambiente de Negócios
- ✓ Sistema Nacional de Garantias
- ◕ PL do Licenciamento Ambiental
- ◕ Marco Legal do Reemprendedorismo
- ◕ Eficiência Máxima
- ◕ PL Lobbying
- ◑ PL do Microcrédito
- ◑ Nova Amazônia Verde
- ◑ Pró Segurança Jurídica
- ◔ Emenda Tiradentes
- ◔ Simplifica Tributário
- ◔ PL da Liberdade Profissional

Choque de Investimento Privado

+ R$ 107 BILHÕES a.a. EM INVESTIMENTOS PRIVADOS EM INFRAESTRUTURA



MÉDIA DA OCDE NO RANKING DO PMR EM 2 ANOS

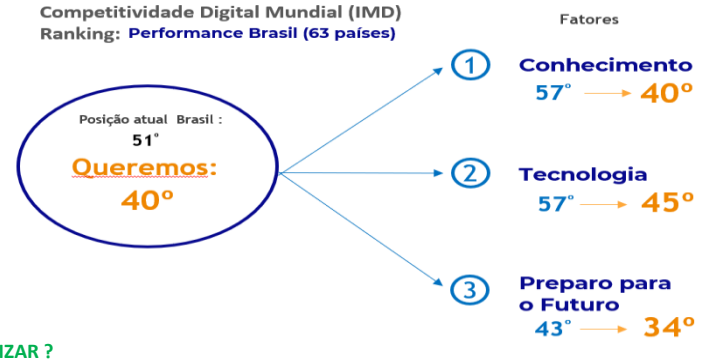


COMO VIABILIZAR ?

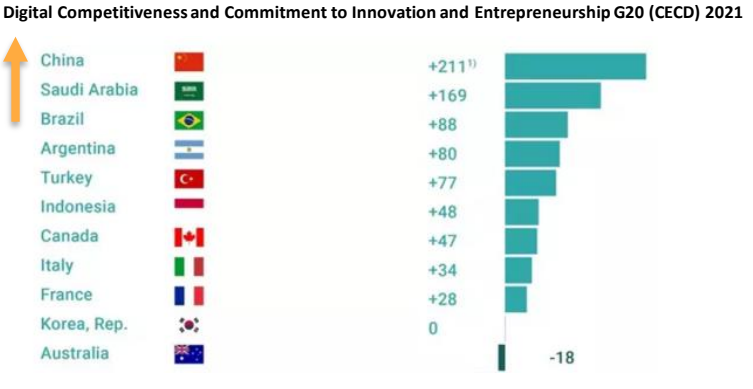
- ✓ Marco do Saneamento
- ✓ Marco de Telecom
- ✓ Avaliação Econômica de Projetos (ACB)
- ✓ Marco de Ferrovias
- ✓ Pró Combustíveis
- ✓ PL do FUST
- ✓ PL do Gás
- ✓ ZPE Custo China
- ✓ BR do Mar e Praticagem
- ◕ Pró-Terra
- ◕ Debêntures de Infraestrutura
- ◕ PL Setor Elétrico
- ◕ PL Regime de Partilha
- ◕ PL de PPP e Concessões
- ◕ Aproxima
- ◔ Marco da Saúde Privada
- ◔ Marco Mercado de Capitais
- ◔ Marco da Construção Civil

Futuro Digital e Produtivo

TOP 3 ECOSSISTEMA DE STARTUPS



MATURIDADE DIGITAL DO SETOR PRODUTIVO + 20%



COMO VIABILIZAR ?

- ✓ Marco Legal das Startups
- ✓ Brasil Mais
- ✓ PI Classe Mundial
- ✓ Inovativa 15K
- ✓ Câmara da Indústria 4.0
- ✓ Startup Point
- ✓ Economia 4.0
- ✓ Nova Lei de Informática
- ✓ Digitaliza Brasil
- ◕ Lei do Bem

RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO DOS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS 2021

Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade

Ministério da Economia

SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE
MINISTÉRIO DA ECONOMIA
PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

ORGANIZAÇÃO DO RELATÓRIO

- **A Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade 04**
- **Entregas Para a Sociedade 13**
  - *Entregas Medidas Legais e Infralegais 15*
  - *Demais Entregas 33*
  - *Demais Entregas Entidades Supervisionadas 72*
  - *Demais Entregas Task Forces 79*
- **Atividade 1 - Programas Estratégicos SEPEC 84**
  - *Redução do Custo Brasil 85*
  - *Concorrência Para a Prosperidade 87*
  - *A Grande Desregulamentação 94*
  - *Programa Regionais e Setoriais 96*
  - *Emprega Mais 100*
  - *Investimento em Infraestrutura 104*
  - *Brasil 4.0 ..... 109*
  - *Prospera MPEs 113*
- **Atividade 2 – Programas Estratégicos Entidades Supervisionadas 116**
  - *Modernização do Sistema Brasileiro de Propriedade Industrial 117*
  - *Fortalecimento do Modelo da Zona Franca de Manaus 118*
  - *Melhoria da Qualidade de Produtos e Serviços 121*
  - *Desenvolvimento Produtivo ABDI 122*
- **Atividade 3 – Task Forces – Covid-19 ..... 123**

Nota: dados até 17/12/2021

ORGANIZAÇÃO DO RELATÓRIO

- **Acompanhamento dos Programas Estratégicos SEPEC**
  - *Redução do Custo Brasil* *129*
  - *Concorrência para a Prosperidade* *140*
  - *A Grande Desregulamentação* *190*
  - *Programa Regionais e Setoriais* *201*
  - *Emprega Mais* *218*
  - *Investimento em Infraestrutura* *232*
  - *Brasil 4.0* *273*
  - *Prospera MPEs* *290*
- **Acompanhamento Programas Estratégicos Entidades Supervisionadas 304**
  - *Modernização do Sistema Brasileiro de Propriedade Industrial* *305*
  - *Fortalecimento do Modelo da Zona Franca de Manaus* *315*
  - *Melhoria da Qualidade de Produtos e Serviços* *322*
  - *Aumento da Maturidade Digital do Setor Produtivo Brasileiro* *344*
- **Relatório de Acompanhamento Task Forces – Covid-19 ..... 348**
- **Anexo 1 - Gestão Das Contribuições Do Setor Produtivo Às Task Forces 361**

Nota[1]: dados até 17/12/2021

Nota[2]: As informações contidas neste relatório servem também como subsídio para a elaboração do Relatório de Gestão Integrado do Ministério da Economia.

CAPÍTULO 1

A SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE

Estrutura Organizacional
Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade

A SEPEC



Carlos Da Costa
Secretário Especial de Produtividade e Competitividade

- **Missão:** *Viabilizar o aumento da produtividade, por meio da livre iniciativa, do mercado concorrencial, do capital humano e da modernização das empresas brasileiras*

A SEPEC é um órgão do **Ministério da Economia** responsável pela gestão integrada dos temas e políticas que devem resultar no aumento da produtividade e da competitividade do nosso país. Nesse sentido, algumas competências anteriormente vinculadas aos extintos Ministérios da Fazenda; Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, bem como Indústria, Comércio Exterior e Serviços foram concentradas na SEPEC, que passou a contar com as seguintes áreas:

Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura (SDI)

A **SDI** responde pelo planejamento da infraestrutura nacional e subnacional, além do monitoramento do portfólio de projetos de desenvolvimento da infraestrutura e de aspectos relacionados à regulação e aos mercados afetos a temas de infraestrutura.

Gustavo Leipnitz Ene
Secretário de Desenvolvimento da Infraestrutura

Secretaria da Advocacia da Concorrência (SEAE)

A **SEAE** responde pelo debate acerca da proteção e estímulo à concorrência em todas as atividades, sobretudo no que tange aos aspectos legais e regulatórios, assim como pela articulação das estruturas de mercado, com vistas ao estímulo à concorrência e, consequentemente, à competitividade.

Geanluca Lorenzon
Secretário da Advocacia da Concorrência e Competitividade

Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação (SDIC)

A **SDIC** responsável pelas políticas de desenvolvimento da indústria, comércio e serviços, além da coordenação dos debates sobre inovação nesses segmentos, bem como a articulação das ações voltadas para o desenvolvimento das micro e pequenas empresas.

João Accioly
Secretário de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação

Estrutura Organizacional
Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade

A SEPEC

As **Vinculadas** e as **Supervisionadas** do Ministério da Economia sob a SEPEC, são entidades autônomas administrativa e financeiramente que fazem parte do ciclo de gestão para alcance dos resultados relativos a temas e políticas afetas à SEPEC, a saber:

SUFRAMA

A SUFRAMA é Autarquia responsável pela gestão da Zona Franca de Manaus, modelo de integração econômica adotado para a região Norte do país, que busca garantir a soberania nacional, a preservação da floresta em pé e o desenvolvimento social.

INPI

O INPI é órgão central do sistema brasileiro de propriedade industrial responsável pela execução da política nacional de propriedade intelectual do Estado, principalmente, por meio do registro e concessão de marcas, patentes, desenho industrial, transferência de tecnologia, indicação geográfica, programa de computador e topografia de circuito integrado.

INMETRO

O INMETRO é órgão do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial responsável por executar as políticas nacionais de metrologia, qualidade e tecnologia, com o objetivo de fortalecer as empresas nacionais, aumentando sua produtividade e competitividade, por meio da adoção de mecanismos destinados à melhoria da qualidade de produtos e serviços.

ABDI*

A ABDI (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial) incentiva a adoção e difusão de tecnologias para a transformação digital do setor produtivo. A Agência tem a missão de ser indutora da cultura de digitalização da economia e cumpre papel significativo no processo de formulação e execução de programas e projetos voltados para a transformação digital do setor produtivo brasileiro.

* Entidade de cooperação governamental supervisionada pela SEPEC.

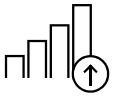
Estrutura Organizacional
Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade

A SEPEC

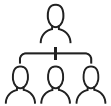
Informações sobre a origem da SEPEC

- O Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços foram agregados as Secretarias de Desenvolvimento e Competitividade Industrial; de Comércio e Serviços; de Inovação e Novos Negócios; além da Secretaria Executiva do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação; da Subsecretaria de Informação e Gestão Estratégica; e da Secretaria Especial de Micro e Pequenas Empresas*.
- O Ministério da Fazenda foi incorporado a Secretaria de Promoção da Produtividade e Advocacia da Concorrência.
- O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, passou a integrar a Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura e o Departamento de Assuntos Microeconômicos e Regulatórios.

Decorrências objetivas da racionalização de estrutura



- Com a junção das estruturas anteriormente mencionadas, foi possível reduzir em aproximadamente 20% o quantitativo de cargos em comissão que atendiam as referidas áreas.



- A Secretaria Especial de Produtividade, e Competitividade (SEPEC) surgiu no contexto de racionalização da máquina pública, e uniu áreas antes dispersas por 4 Ministérios distintos. Estruturando assim, a SDI, a SEAE, SDIC e SPPE.**

* Com exceção do Departamento de Registro Empresarial e Integração; e da Junta Comercial do Distrito Federal que estão vinculadas à SEDGG.
** De acordo com o disposto no Decreto nº 10.761/2021 a SPPE foi extraída do corpo de secretarias que compõem a SEPEC.

A SEPEC

A Sepec tem conduzido a sua atuação com o foco em três eixos estratégicos, voltados para:



- **Ambiente de Negócios:** que busca reduzir o Custo Brasil em R$ 1 trilhão, aumentar a produtividade de Micro e Pequenas Empresas em 30%, e levar o Levar o Brasil ao top 50 dos melhores países do mundo para se fazer negócios até 2022; o **Futuro Digital e Produtivo:** que visa aumentar a maturidade digital do setor produtivo em 20%, posicionar o país em Top 3 no Ecossistemas de *Startups* Mundial e qualificar 10 milhões de pessoas em Tecnologia da Informação (TI); e **Choque de Investimento Privado:** que objetiva somar mais R$ 107 bilhões ao ano em investimento privados em infraestrutura e atingir a média da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) no *ranking* do PMR em dois anos. Os 8 programas estratégicos da SEPEC, apresentados nos próximos capítulos estão distribuídos nesses 3 eixos.

Levar o Brasil ao top 50 dos melhores países do mundo para se fazer negócios até 2022

Reduzir o Custo do Brasil em R$ 1 Trilão

+ 30% na produtividade de MPEs

Brasil Top 3 no ecossistema de Startups Mundial

Aumentar a Maturidade Digital do Setor Produtivo em 20 %

10 milhões de pessoas qualificadas em T.I

Atingir a média da OCDE no Ranking do PMR em 2 anos

+ R$ 107 Bilhões a.a. em Investimentos Privados em Infraestrutura

8 PROGRAMAS DIVIDOS EM 3 EIXOS

Ambiente de Negócios

Futuro Digital & Produtivo

Choque de Investimento Privado

A SEPEC



- A Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade (SEPEC/ME) possui três grandes eixos de atuação estratégicos: (i) Ambiente de Negócios (ii) Futuro Digital e Produtivo, e (iii) Choque de Investimento Privado, que atualmente são compostos por 7 Programas Estratégicos (**Atividade 1**). Além disso, a SEPEC é responsável pelo acompanhamento dos programas estratégicos de suas vinculadas **(Atividade 2**). E para enfrentar os impactos econômicos da pandemia do Coronavírus, foram elaboradas 12 forças-tarefa estratégicas denominadas: *Task Forces Covid-19* **(Atividade 3)** .

Atividade 1 – Programas Estratégicos da SEPEC*

7 PROGRAMAS ETRATÉGICOS

59 PROJETOS

+750 ATIVIDADES (ENTREGAS E TAREFAS)

Ambiente de Negócios



- Redução do custo Brasil;
- Prospera MPEs;
- Programa Regionais e Setorias;
- A Grande Desregulamentação;

Choque de Investimento Privado



- Concorrência Para Prosperiddade;
- Investimento em Infraestrutura;

Futuro Digital & Produtivo



- Brasil 4.0.

Atividade 2 – Programas Estratégicos - Supervisionadas

2.1 Modernização do Sistema Brasileiro de PI	2.2. Fortalecimento Modelo Zona Franca de Manaus	2.3 Melhoria da qualidade de produtos e serviços

Atividade 3 - Task Forces - Covid-19

3.1 Gestão das Contribuições do Setor Produtivo	3.5 Solução de Inovação de Startups	3.9 Planos Setoriais Críticos
3.2 Vamos Vencer	3.6 Garantia de Crédito ao Setor Produtivo	3.10 Mapeamento das Cadeias Produtivas
3.3 Oferta de Produtos Críticos	3.7 Elaboração e Articulação dos Instrumentos Legais	3.11 Ações Coordenadas para a Retomada com Zelo a Saúde
3.4 Portal de Qualificação	3.8 Barômetro Setorial	3.12 Plano de Recuperação Econômica

* Este relatório contém o detalhamento de Entregas realizadas em um oitavo Programa capitaneado pela **extinta** Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE).

DESTAQUES

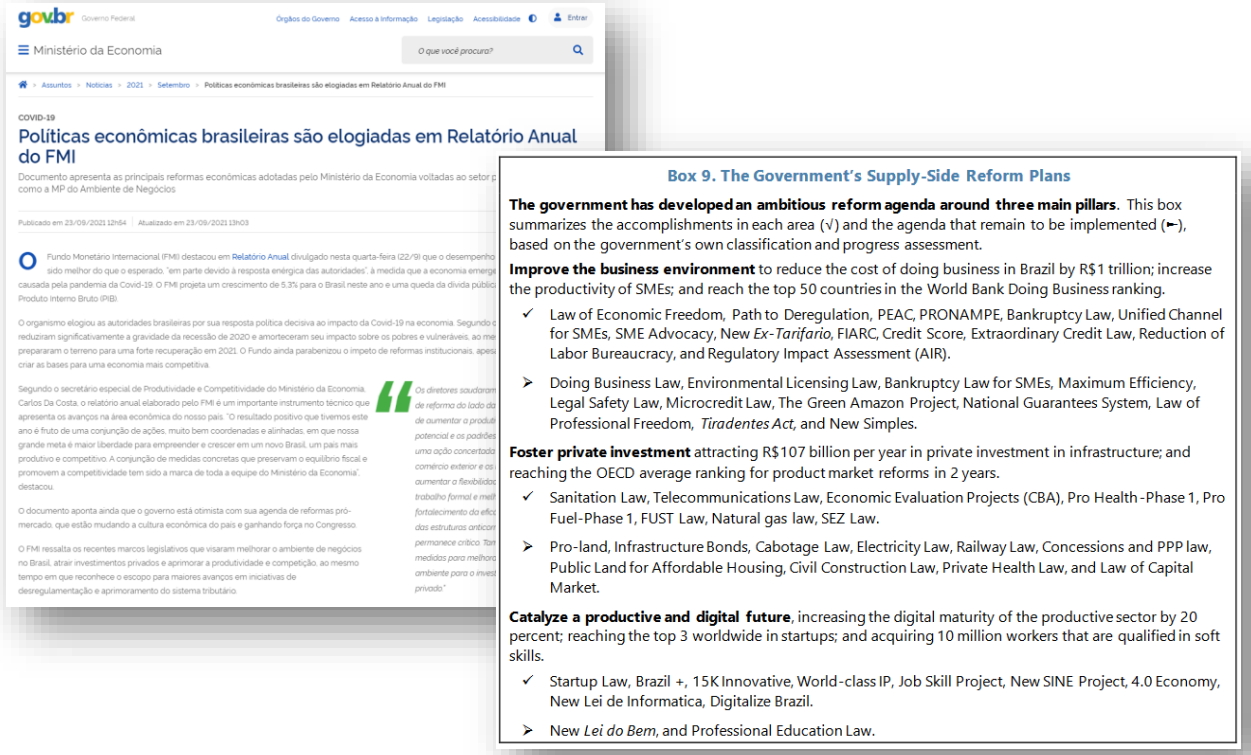
FRUTO DE AÇÕES COORDENADAS E ALINHADAS



A Atuação da SEPEC tem sido determinante para a recuperação econômica do Brasil

Programas Estratégicos SEPEC

> “Essas políticas **reduziram significativamente a gravidade da recessão** de 2020 e amorteceram seu impacto sobre os pobres e vulneráveis, ao mesmo tempo em que **prepararam o terreno para uma forte recuperação** em 2021.
>
> **FMI, 2021**



gov.br Governo Federal — Órgãos do Governo · Acesso à Informação · Legislação · Acessibilidade · Entrar

Ministério da Economia — O que você procura?

Assuntos > Notícias > 2021 > Setembro > Políticas econômicas brasileiras são elogiadas em Relatório Anual do FMI

COVID-19

Políticas econômicas brasileiras são elogiadas em Relatório Anual do FMI

Documento apresenta as principais reformas econômicas adotadas pelo Ministério da Economia voltadas ao setor p… como a MP do Ambiente de Negócios

Publicado em 23/09/2021 12h54 | Atualizado em 23/09/2021 13h03

O Fundo Monetário Internacional (FMI) destacou em Relatório Anual divulgado nesta quarta-feira (22/9) que o desempenho … sido melhor do que o esperado. "em parte devido à resposta enérgica das autoridades", à medida que a economia emerge… causada pela pandemia da Covid-19. O FMI projeta um crescimento de 5,3% para o Brasil neste ano e uma queda da dívida pública … Produto Interno Bruto (PIB).

O organismo elogiou as autoridades brasileiras por sua resposta política decisiva ao impacto da Covid-19 na economia. Segundo o … reduziram significativamente a gravidade da recessão de 2020 e amorteceram seu impacto sobre os pobres e vulneráveis, ao me… prepararam o terreno para uma forte recuperação em 2021. O Fundo ainda parabenizou o impeto de reformas institucionais, apes… criar as bases para uma economia mais competitiva.

Segundo o secretário especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia, Carlos Da Costa, o relatório anual elaborado pelo FMI é um importante instrumento técnico que apresenta os avanços na área econômica do nosso país. "O resultado positivo que tivemos este ano é fruto de uma conjunção de ações, muito bem coordenadas e alinhadas, em que nossa grande meta é maior liberdade para empreender e crescer em um novo Brasil, um país mais produtivo e competitivo. A conjunção de medidas concretas que preservam o equilíbrio fiscal e promovem a competitividade tem sido a marca de toda a equipe do Ministério da Economia", destacou.

O documento aponta ainda que o governo está otimista com sua agenda de reformas pró-mercado, que estão mudando a cultura econômica do país e ganhando força no Congresso.

O FMI ressalta os recentes marcos legislativos que visaram melhorar o ambiente de negócios no Brasil, atrair investimentos privados e aprimorar a produtividade e competição, ao mesmo tempo em que reconhece o escopo para maiores avanços em iniciativas de desregulamentação e aprimoramento do sistema tributário.

Os diretores saudaram … de reforma do lado da … de aumentar a produti… potencial e os padrões … uma ação concertada … comércio exterior e os … aumentar a flexibilidad… trabalho formal e mell… fortalecimento da efic… das estruturas anticor… permanece crítico. Tom… medidas para melhora… ambiente para o inves… privado."

Box 9. The Government's Supply-Side Reform Plans

The government has developed an ambitious reform agenda around three main pillars. This box summarizes the accomplishments in each area (√) and the agenda that remain to be implemented (➢), based on the government's own classification and progress assessment.

Improve the business environment to reduce the cost of doing business in Brazil by R$1 trillion; increase the productivity of SMEs; and reach the top 50 countries in the World Bank Doing Business ranking.

- ✓ Law of Economic Freedom, Path to Deregulation, PEAC, PRONAMPE, Bankruptcy Law, Unified Channel for SMEs, SME Advocacy, New *Ex-Tarifario*, FIARC, Credit Score, Extraordinary Credit Law, Reduction of Labor Bureaucracy, and Regulatory Impact Assessment (AIR).
- ➢ Doing Business Law, Environmental Licensing Law, Bankruptcy Law for SMEs, Maximum Efficiency, Legal Safety Law, Microcredit Law, The Green Amazon Project, National Guarantees System, Law of Professional Freedom, *Tiradentes Act*, and New Simples.

Foster private investment attracting R$107 billion per year in private investment in infrastructure; and reaching the OECD average ranking for product market reforms in 2 years.

- ✓ Sanitation Law, Telecommunications Law, Economic Evaluation Projects (CBA), Pro Health-Phase 1, Pro Fuel-Phase 1, FUST Law, Natural gas law, SEZ Law.
- ➢ Pro-land, Infrastructure Bonds, Cabotage Law, Electricity Law, Railway Law, Concessions and PPP law, Public Land for Affordable Housing, Civil Construction Law, Private Health Law, and Law of Capital Market.

Catalyze a productive and digital future, increasing the digital maturity of the productive sector by 20 percent; reaching the top 3 worldwide in startups; and acquiring 10 million workers that are qualified in soft skills.

- ✓ Startup Law, Brazil +, 15K Innovative, World-class IP, Job Skill Project, New SINE Project, 4.0 Economy, New Lei de Informatica, Digitalize Brazil.
- ➢ New *Lei do Bem*, and Professional Education Law.

Relatório Artigo IV Brasil 2021 – IMF



SEPEC FOI SELECIONADA PARA SER AGRACIADA NO PRÊMIO DE RECONHECIMENTO PROFISSIONAL: IDEIAS INOVADORA 2021 DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA

CAPÍTULO 2

ENTREGAS PARA A SOCIEDADE



Totalização de Entregas Para a Sociedade

Programas Estratégicos da SEPEC (Atividade 1)

Desde janeiro de 2019, a Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade já realizou 245 entregas, entre medias legais e infralegais, como também, a conclusão de iniciativas que possuem impacto direto no aumento da competitividade no setor produtivo brasileiro. Os próximos subcapítulos objetivam detalhar cada uma dessas entregas, viabilizadas por meio dos 8 programas estratégicos da SEPEC.

	Legais e Infralegais	Demais Entregas	Total de Entregas
Redução do Custo Brasil	2	9	13
Concorrência para a Prosperidade	34	49	81
A Grande Desregulamentação	3	7	7
Programas Regionais e Setoriais	7	14	21
Emprega Mais*	4	16	20
Investimento em Infraestrutura	7	23	29
Brasil 4.0	4	47	45
Prospera MPEs	6	13	19
Total	**67**	**178**	**245**

Nota: dados até 17/12/2021

Apesar de estarem em tramitação no Congresso Nacional, as seguintes entregas legais, que não foram desenvolvidas integralmente pela SEPEC não foram contempladas como concluídas nesse documento: PL Regieme de Partilha; PL Praticagem; PLS Conteúdo Local. Outras entregas legais, desenvolvidas pela SEPEC, enviadas ao Congresso Nacional estão detalhadas no subcapítulo Demais Entregas.

* Programa não faz mais parte do escopo dos Programas Estratégicos Ministeriais, conforme disposto no Decreto n° 10.761/2021.

ENTREGAS DE MEDIDAS LEGAIS E INFRALEGAIS

PROGRAMAS ESTRATÉGICOS SEPEC



Entregas Para a Sociedade - Medidas Legais e Infralegais

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2021

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Medida**	**Descrição**
Ambiente de Negócios	**Redução do Custo Brasil**	Lançamento do PMCC (Portaria SEPEC/ME Nº 12.302 de 28/11/19).	• Dispõe sobre a criação do Programa de Melhoria Contínua da Competitividade e cria o Comitê Deliberativo de Melhoria Contínua da Competitividade e dá outras providências.
Ambiente de Negócios	**Redução do Custo Brasil**	MPAN: Medida Provisória do Ambiente de Negócios (1.040/2021) Sancionada pela Presidencia da República	• Aborda estruturalmente as principais dimensões da realização de negócios no país. insere-se dentro do objetivo de posicionar o Brasil dentre o top50/top quartil dos principais rankings de competitividade.
Ambiente de Negócios	**A Grande Desregulamentação**	Decreto de AIR - Decreto Nº 10.411/2020.	• Regulamenta a Análise de Impacto Regulatória, prevista na Lei das Agências - Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019 e na Lei de Liberdade Econômica - Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019.
Ambiente de Negócios	**A Grande Desregulamentação**	Instrução Normativa do FIARC- N°97/2020.	• Publicada instrução normativa que Estabelece o programa Frente Intensiva de Avaliação Regulatória e Concorrencial e dá outras providências.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade - Medidas Legais e Infralegais

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2021

A SEPEC

Eixo	Programa	Medida	Descrição
Ambiente de Negócios	A Grande Desregulamentação	IN da Desoneração Regulatória – N° 111/2020.	• Estabelece os quesitos de referência para análises referentes a melhoria regulatória relacionada à diminuição dos custos de negócios.
Ambiente de Negócios	Programa Regionais e Setoriais	Portaria de agilização dos processos de Ex-tarifário - Portaria Nº 309/2019.	• Estabelece regras procedimentais mais ágeis para análise de pedidos de redução temporária e excepcional da alíquota do Imposto de Importação para bens de capital - BK e bens de informática e telecomunicações - BIT sem produção nacional equivalente, por meio de regime de Ex-tarifário.
Ambiente de Negócios	Programa Regionais e Setoriais	Rota 2030 - Portaria Interministerial P&D - Portaria Nº 3.852/2020.	• Estabelece os termos, as condições, a forma de prestação de informações para elegibilidade e cômputo e o processo de análise dos dispêndios em pesquisa e desenvolvimento de que trata o Decreto nº 9.557 de 2018.
Ambiente de Negócios	Programa Regionais e Setoriais	Eficiência Máxima - Decreto nº 10.602/2021 (PPB)	• Ato infralegal dispõe sobre regras e política industrial para o setor de tecnologias da informação e comunicação.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade - Medidas Legais e Infralegais

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2021

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Medida**	**Descrição**
Ambiente de Negócios	Programa Regionais e Setoriais	Eficiência Máxima - Decreto nº 10.615/2021 (PADIS).	• Decreto que regulamenta a Lei nº 11.484/2007 - PADIS (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores)
Ambiente de Negócios	Programa Regionais e Setoriais	Eficiência Máxima - Portaria conjunta MCTI/ME Nº 4.558/2021 (Alterações dos anexos dispostos no Decreto 10.356/2020).	• Portaria Conjunta que altera os anexos contidos no Decreto nº 10.356, de 2020 regulamentando a Lei da Informática (nº 8.248/1991) que dispõe sobre as regras de credenciamento das empresas, apuração e uso dos créditos fiscais, medida importante para estimular a competitividade e a capacitação técnica de empresas brasileiras produtoras de bens de informática, automação e telecomunicações.
Ambiente de Negócios	Programa Regionais e Setoriais	Eficiência Máxima - Portaria conjunta MCTI/ME Nº nº 4.546/2021 (habilitação à Lei de Informática).	• A Lei nº 8.248/1991 (Lei de Informática) estabelece um programa de geração de créditos financeiros às empresas produtoras de bens de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC), com o objetivo de fomentar o desenvolvimento do setor, bem como o investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação. A Portaria Interministerial cumpre determinação da referida lei.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade - Medidas Legais e Infralegais

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2021

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Medida**	**Descrição**
Ambiente de Negócios	**Programa Regionais e Setoriais**	Mobilidade e Logística Sustentável – Resolução nº 234/2021 (Autopeças).	• Trata-se de normativo que altera a lista de autopeças sem produção nacional equivalente, constante dos Anexos I e II da Resolução nº 23, de 30 de dezembro de 2019, no âmbito do Regime de Autopeças Não Produzidas. Refere-se, também, à inclusão de 291 ex-tarifários automotivos, com alteração para 2% da alíquota ad valorem do Imposto de Importação, nos Anexos I e II, da Resolução nº 23, de 30 de dezembro de 2019, além de 16 (dezesseis) alterações e 3 (três) exclusões de ex-tarifários do Anexo I.
Ambiente de Negócios	**Prospera MPEs**	Decreto nº 10.780/2021 (Institui o Sistema Nacional de Garantias).	• Sistema que visa democratizar o acesso ao crédito de qualidade para alavancar a produtividade das MPEs. Incluem-se a qualificação gerencial e administrativa, qualificação produtiva, revisão de normas, disponibilização de soluções web e construção de um sistema de garantias de crédito.
Ambiente de Negócios	**Prospera MPEs**	Portaria Interministerial SEPEC/SETO/ME/BCB n° 11.591 (GT para SEPEC, Fazenda e BACEN)	• Dispõe sobre a constituição de Grupo de Trabalho com o objetivo de formular propostas para ampliação do acesso a crédito para microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade - Medidas Legais e Infralegais

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2021

A SEPEC

Eixo	Programa	Medida	Descrição
Ambiente de Negócios	Prospera MPEs	Pronampe - Decreto n° 10.739 (Regulamenta o Art. 9° da Lei n° 14.161, de 2 de junho de 2021)	• Decreto que regulamenta Lei que trata da destinação do percentual de 20% dos recursos do FGO às pessoas jurídicas beneficiárias do Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos)
Ambiente de Negócios	Prospera MPEs	Pronampe - Portaria SEPEC/ME n° 8.025/2021 (Prazos e Taxa de Juros)	• Regulamenta o § 4° do art. 3° da Lei n° 13.999/2020, incluído pela Lei 14.161/2021, acerca da previsão do ato da SEPEC para dispor sobre o prazo e taxa de juros das operações contratadas no âmbito do Pronampe.
Ambiente de Negócios	Prospera MPEs	Pronampe - Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte Permanente (PL n° 5.575/2020) - Sancionada pela Presidência da República	• Medida para permitir o uso do Pronampe, de forma permanente, como política oficial de crédito, de modo a conferir tratamento diferenciado e favorecido às MPEs. Com vistas a consolidar os pequenos negócios como agentes de sustentação, de transformação e de desenvolvimento da economia nacional.
Ambiente de Negócios	Prospera MPEs	Pronampe - Portaria n° 7.263/2021 contemplando os CNAEs das MPEs que se enquadram no Perse.	• Portaria define os códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE que se consideram setor de eventos nos termos do disposto no § 1º do art. 2º da Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade - Medidas Legais e Infralegais

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2021

A SEPEC			
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Resolução CGSIM do Licenciamento Urbanístico Integrado publicada no DOU	• Estabelece o conceito de baixo risco para os licenciamentos de obras e habite-se, contemplando sistema nacional integrado entre CBMs e prefeituras; automatização dos licenciamentos de Baixo Risco B; digitalização dos procedimentos.
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Resolução CNPE da abertura do refino – CNPE n°09/2019.	• Estabelece diretrizes para os desinvestimentos que venham a ser realizados por empresas que ocupem posição dominante no segmento de refino nacional.
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Resolução que revoga subsídio de GLP - CNPE 17/2019.	• Revoga subsídio no mercado de GLP que ocasionava barreiras à entrada em vários segmentos da atividade.
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Resolução CPPI de Diretrizes Concorrenciais para o TRIP - CCPPI nº 71/2019.	• Publicada resolução que opina favoravelmente à qualificação da política federal de estímulo ao transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.

Entregas Para a Sociedade - Medidas Legais e Infralegais

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2021

A SEPEC

Eixo	Programa	Medida	Descrição
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Resolução CNPE sobre Grupo de Trabalho de análise do Diesel Verde e do Processo H-BIO nº 13/2020	• Institui Grupo de Trabalho para avaliar a inserção de Diesel Verde e do ProcessoH-BIO na Política Energética Nacional.
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Resolução CNPE sobre concorrência no downstream - CNPE 12/2019.	• Publicada Resolução CNPE 12/2019, de 04/06/19, com diretrizes de incentivo à concorrência no setor de combustíveis.
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Resolução CNPE importação de insumo de biodiesel – nº 9/2020.	• Resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) que autoriza o uso de matéria prima importada para a produção de biodiesel acatando proposta da SEAE de autorização em caráter permanente.
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Resolução CNPE sobre modelo de comercialização do biodiesel.	• Resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) estabelece as diretrizes para a comercialização de biodiesel em todo território nacional, e dá outras providências

Entregas Para a Sociedade - Medidas Legais e Infralegais

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2021

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Medida**	**Descrição**
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Decreto de Monitoramento do Novo Mercado de Gás - Decreto nº 9.934/2019.	• Institui comitê interministerial, no qual a SEAE participa, para monitorar a implementação das ações necessárias à abertura do mercado de gás natural e propor ao CNPE eventuais medidas complementares. É intitulado de Comitê de Monitoramento da Abertura do Mercado de Gás Natural (CMGN).
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Instrução Normativa sobre admissão temporária de FSRU – RFB n° 1989/2020.	• Instrução normativa publicada acatando proposta da SEPEC que visava conferir segurança jurídica para a inclusão de embarcações (FSRU), utilizadas na movimentação de GNL, no regime aduaneiro especial de admissão temporária de bens importados utilizados na indústria de petróleo e gás natural.
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Portaria para Alfandegamento de FSRU - RFB 473/2020.	• Implementa ajustes pretendidos no alfandegamento de FSRU (floating storage regasification unit) utilizado por terminais GNL.
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Resolução CNPE do novo mercado de gás natural - CNPE 16/2019.	• Estabelece diretrizes e aperfeiçoamentos de políticas energéticas voltadas à promoção da livre concorrência no mercado de gás natural, nas condições possibilitadas pelo modelo regulatório vigente no país.

Entregas Para a Sociedade - Medidas Legais e Infralegais

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2021

A SEPEC

Eixo	Programa	Medida	Descrição
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Decreto que institui BidSim – Decreto n° 10.320/2020.	• Publicação do decreto que institui o Programa para Aprimoramento das Licitações de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural e o seu Comitê Interministerial Executivo.
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Resolução CNPE sobre prorrogação de contratos de E&P - 06/2020.	• Resolução publicada com aproveitamento parcial da NT da SEAE. A proposta da SEAE foi de tornar explicitada necessidade de justificar prorrogação com demonstração dos benefícios para União comparativamente ao leilão.
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	PL de Reestruturação do FUST - PL 172/2020 Sancionada pela Presidência da República.	• Medida dispõe sobre a Reestruturação do Fundo de Universalização de Telecomunicações dispõe sobre a destinação dos recursos, a administração, a finalidade e os objetivos do (Fust). Também prevê a administração do Fundo por um Conselho Gestor.
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	PL IoT (Internet das Coisas) - PL 6.549/2019 Sancionada pela Presidência da República.	• Medida Legislativa que tem o objetivo de incentivar a chamada Internet das Coisas, reduzindo a zero as taxas de fiscalização de instalação e as taxas de fiscalização de funcionamento dos sistemas de comunicação máquina a máquina.

Entregas Para a Sociedade - Medidas Legais e Infralegais

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2021

A SEPEC

Eixo	Programa	Medida	Descrição
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	MP Vsat - Medida Provisória n° 1.018/2020 sancionada pela Presidência da República.	• Medida de racionalização dos encargos setoriais existentes sobre a internet via satélite, que atualmente inviabilizam sua disseminação.
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Decreto Cadastro Positivo - Decreto nº 9.936/2019	• Sistematiza a avaliação e de concessão de scores de crédito a consumidores considerando seus padrões históricos de adimplência e o conjunto de seu relacionamento financeiro (empréstimos, cartões de credito, contas de serviços públicos, crediários, etc).
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Decreto de não renovação do acordo com o Chile - Decreto nº 10.121/2019.	• Torna pública a decisão, pela República Federativa do Brasil, de não renovar a vigência do Convênio entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile sobre Transportes Marítimos, firmado em 25 de abril de 1974.
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Revisão da Portaria INMETRO nº 54/2016.	• Instrumento que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Equipamentos sob Regime de Vigilância Sanitária.
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Resolução CNPE sobre Abastecimento do Mercado GLP	• Estabelece as diretrizes para a garantia da segurança do abastecimento nacional de gás liquefeito de petróleo – GLP

Entregas Para a Sociedade - Medidas Legais e Infralegais

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2021

A SEPEC

Eixo	Programa	Medida	Descrição
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Resolução CNPE n° 04/2021 sobre a Redução da Mistura Obrigatória do Biodiesel no Oleo Diesel.	• Instrumento que estabelece a redução da mistura obrigatória do biodiesel no óleo diesel de 13% (B13) para 10% (B10), com validade específica o 79º Leilão de Biodiesel.
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Resolução CNPE n° 12/2020 sobre Monitoramento e Coordenação do Mercado de Combustíveis.	• Dispõe sobre diretrizes para o monitoramento e a coordenação do abastecimento nacional de combustíveis. Proposta é resultado do trabalho do Subcomitê do CT- CB sobre infraestrutura de combustíveis.
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Resolução CNPE n° 07/2021 sobre o Programa Combustível do Futuro.	• Resolução tem como objetivo propor medidas para incrementar o uso de combustíveis sustentáveis e de baixa intensidade de carbono, bem como a aplicação de tecnologia veicular nacional, com biocombustíveis, com vistas a maior descarbonização da matriz de transporte.
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	PL do Risco Hidrológico sem Brasduto (Lei n° 14.052/2020) - Sancionada pelo Presidente da República	• Lei que busca pôr fim ao impasse entre governo e geradoras de energia elétrica em torno do chamado risco hidrológico (diferença entre a expectativa de geração e a energia de fato gerada).

Entregas Para a Sociedade - Medidas Legais e Infralegais

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2021

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Medida**	**Descrição**
Choque de Investimento Privado	**Concorrência para Prosperidade**	PL do Gás (PL 6.407/2013) - Sancionada pela Presidência da República.	• Nova lei que promove a concorrência e atrai investimentos no setor, trazendo inúmeros benefícios à sociedade e ao consumidor. As novas medidas a serem implementadas a partir da nova lei focam principalmente no quesito concorrência. A partir dela, será retomada a competitividade da indústria nacional nos seus diversos segmentos, como celulose, fertilizantes, petroquímica, siderurgia, vidro e cerâmica. O impacto positivo também terá reflexo no agronegócio, gerando mais empregos e renda.
Choque de Investimento Privado	**Concorrência para Prosperidade**	Decreto nº 10.712/2021 (Regulamentador da Lei do Gás)	• As inovações no arcabouço normativo visam à ampla reforma do setor de gás natural para a formação de um mercado aberto, dinâmico e competitivo. Dentro desse escopo, o Decreto complementa as disposições da lei para esclarecer os termos e orientar a regulação e os agentes da indústria de gás natural, dessa forma, assenta diversas definições técnicas, cuida da fungibilidade do gás natural e da possibilidade de tratamento regulatório equivalente do biometano e outros gases intercambiáveis.
Choque de Investimento Privado	**Concorrência para Prosperidade**	Portaria para Inclusão de Embarcações no Regime Especial de Admissão Temporária.	• Instrumento que dispõe sobre aplicação do regime aduaneiro especial de admissão temporária.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade - Medidas Legais e Infralegais

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2021

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Medida**	**Descrição**
Choque de Investimento Privado	**Concorrência para Prosperidade**	Resolução ANP (n° 852/2021) - Serviço de Refino (CP 16/2020).	• Discute agenda regulatória na qual se propõe regulamentação da prestação de serviço de refino. Propõe-se também flexibilização da comercialização de derivados. Propostas visam criar novas alternativas de monetização do petróleo do segmento onshore.
Choque de Investimento Privado	**Concorrência para Prosperidade**	MP Desestatização da Eletrobrás (MP n° 1.031/2021) - Sancionada pela Presidência da República.	• Medida que dispõe sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e altera a Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973, a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.
Choque de Investimento Privado	**Concorrência para Prosperidade**	PL do Free Flow (PL n° 886/2021) - Sancionada pela Presidencia da República.	• Propõe a concessão de isenção do pagamento de pedágio a quem comprovar residência permanente ou exercer atividade profissional permanente no município em que se localiza a praça de cobrança da tarifa, em concessões de rodovias federais e as decorrentes de delegação da União para estados, Distrito Federal ou municípios.
Choque de Investimento Privado	**Concorrência para Prosperidade**	Decreto nº 10.786/2021 (Denúncias dos acordos marítimos com ARG e URU).	• O Decreto em questão estabelece a não renovação dos acordos em 2022 que tem tido como resultado o encarecimento do preço do frete e o prejuízo à competitividade do setor produtivo brasileiro.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade - Medidas Legais e Infralegais

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2021

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Medida**	**Descrição**
Choque de Investimento Privado	**Concorrência para Prosperidade**	Decreto nº 10.839/2021 (Medidas Compensatórias).	• Decreto que regulamenta os procedimentos administrativos relativos à investigação de existência de subsídios e à aplicação de medidas compensatórias.
Choque de Investimento Privado	**Concorrência para Prosperidade**	Marco Legal das Zonas de Processamento de Exportações ZPEs (MP 1.033/2021) - Sancionada pelo Presidente da República	• Medida que moderniza o regime das Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs); revoga a obrigatoriedade das empresas de exportarem 80% da produção; abrindo à iniciativa privada a possibilidade de propor a criação de ZPEs no Brasil. Possibilita, ainda, a instalação de prestadores de serviços nas ZPEs.
Choque de Investimento Privado	**Concorrência para Prosperidade**	Decreto nº 10.710/2021 (Capacidade econômico - Financeira).	• Decreto que regulamenta o parágrafo único do art. 10-B da Lei nº 11.445/07 que dispõe que a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira da contratada será regulamentada por decreto do Poder Executivo.
Choque de Investimento Privado	**Investimento em Infraestrutura**	Planejamento Integrado de Longo Prazo - Publicação Decreto nº 10.526/2020	• Decreto que institui o Comitê Interministerial de Planejamento da Infraestrutura e o Plano Integrado de Longo Prazo da Infraestrutura no âmbito do Governo federal.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade - Medidas Legais e Infralegais

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2021

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Medida**	**Descrição**
Choque de Investimento Privado	**Investimento em Infraestrutura**	Decreto do CISB, Comitê Interministerial de Saneamento Básico - Decreto nº 10.430/2020	• Tem a finalidade de assegurar a implementação da política federal de saneamento básico de que trata a referida lei, e de articular a atuação dos órgãos e das entidades da administração pública federal através do (CISB) quanto à alocação de recursos financeiros em ações de saneamento básico.
Choque de Investimento Privado	**Investimento em Infraestrutura**	Decreto do apoio técnico-financeiro – Publicação do decreto nº 10.588/2020	• Decreto que dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União à adaptação dos serviços públicos de saneamento básico, e sobre a alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou geridos ou operados por órgãos ou entidades da União.
Choque de Investimento Privado	**Investimento em Infraestrutura**	Marco Legal Saneamento Básico - (PL 4.062/19) Sancionada pela Presidência da República.	• Medida que atualiza o marco legal do saneamento básico. Atribui à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) a competência para editar normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico.
Futuro Produtivo Digital	**Investimento em Infraestrutura**	Novo Marco de Telecom - PL de Telecom PLC 79/2019 (Lei n° 13.879/2019) Sancionada pela Presidência da República.	• Medida que possibilita alteração do regime de concessões para autorizações, viabilizando investimentos privados no setor.

Entregas Para a Sociedade - Medidas Legais e Infralegais

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2021

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Medida**	**Descrição**
Choque de Investimento Privado	Investimento em Infraestrutura	MP de Ferrovias (MP nº 1065/2021) publicada.	• Por estratégia elaborada após entrave do PLS 261 foi decidido a elaboração de Medida Provisória com conteúdo similar ao PLS 261/2018 - Dispõe sobre a exploração do serviço de transporte ferroviário, o trânsito e o transporte ferroviários e as atividades desempenhadas pelas administradoras ferroviárias e pelos operadores ferroviários independentes.
Futuro Digital e Produtivo	Investimento em Infraestrutura	Decreto para a ampliação da infraestrutura de telecomunicações - Decreto Nº 10.480/2020.	• Decreto que regulamenta a “Lei das Antenas”. Dispõe sobre medidas para estimular o desenvolvimento da infra. de redes de telecomunicações e regulamenta a Lei nº 13.116/2015.
Futuro Digital e Produtivo	Brasil 4.0	Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador (Lei Complementar n° 182/2021) - Sancionado pela Presidência da República.	• Anteprojeto de Lei que visa melhorar o ambiente de negócios, facilitar o investimento nessas empresas, e alavancar o ecossistema de empreendedorismo inovador no Brasil.
Futuro Digital e Produtivo	Brasil 4.0	Decreto nº 10.617/2021 (GIPI).	• Ato Normativo Infralegal que institui o Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual.
Futuro Digital e Produtivo	Brasil 4.0	Decreto n° 10.886/2021 (Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual)	• Orienta as iniciativas do governo e traz sete eixos estratégicos e 210 ações a serem realizadas na tentativa de melhorar os indicadores de eficiência de PI.

Entregas Para a Sociedade - Medidas Legais e Infralegais

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2021

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Medida**	**Descrição**
Futuro Digital e Produtivo	Brasil 4.0	Decreto nº 9.892/2019 (Nova Governança do Brasil Mais).	• Altera o Decreto nº 9.547, de 30 de outubro de 2018, para instituir o Comitê de Orientação Estratégica do Programa Brasil Mais Produtivo.
Futuro Digital e Produtivo	Emprega Mais	Decreto n° 10.110/2019 (Estratégia de Qualificação Profissional).	• Publicado decreto que institui a Estratégia Nacional de Qualificação para a Produtividade e o Emprego e o Conselho de Desenvolvimento do Capital Humano para a Produtividade e o Emprego.
Futuro Digital e Produtivo	Emprega Mais	Estruturação do Fundo a Fundo: Resolução regulamentando o monitoramento e o Relatório de Gestão - Resolução CODEFAT n. 888 em 02 de dezembro de 2020.	• Resolução para tratar do relatório de gestão do Sine e do acompanhamento e monitoramento da execução das ações e serviços do Sine.
Futuro Digital e Produtivo	Emprega Mais	Estruturação do Fundo a Fundo: Portaria SPPE/SEPEC/ME nº 2893/2021 de Regulamentação do monitoramento e Relatório de Gestão.	• Instrumento que dispõe sobre relatório de gestão do Sine e do acompanhamento e implantação da nova organização do Sine.
Futuro Digital e Produtivo	Emprega Mais	Regulamentação das alterações promovidas no PNMPO (Revisão da Portaria n. 1.190/2018)	• Portaria com novas regras para o cadastro das instituições autorizadas a operar ou participar do PNMPO, contemplando as alterações e os novos tipos de instituições incluídas pela Lei n. 13.999/2020.

DEMAIS ENTREGAS

PROGRAMAS
ESTRATÉGICOS
SEPEC



Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2021

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Ação**	**Descrição**
Ambiente de Negócios	Redução do Custo Brasil	Abertura do canal único de propostas para a sociedade.	• Ferramenta de análise e priorização das demandas do setor produtivo. Estabelecimento de canal transparente de comunicação com a sociedade civil.
Ambiente de Negócios	Redução do Custo Brasil	Construção de ferramenta CRM para sociedade com mapeamento e status dos pleitos Real Time.	• Ferramenta de classe de sistema de informações para sociedade com mapeamento e status dos pleitos em tempo real, com o objetivo de reduzir o Custo Brasil.
Ambiente de Negócios	Redução do Custo Brasil	Criação do Site Redução do Custo Brasil.	• Site com precificação dos projetos, ações realizadas durante período da pandemia, histórico de relatórios, metodologia simplificada e completa, link do formulário para recebimento das solicitações, dashboard em tempo real e outros.
Ambiente de Negócios	Redução do Custo Brasil	Lançamento da Frente Parlamentar Pelo Brasil Competitivo.	• Governo Federal, Congresso Nacional e setor produtivo alinhados na implementação de medidas que reduzam o Custo Brasil. A Estratégia desta frente está voltada para o primeiro pilar dos projetos que estão em tramitação na Câmara e Senado.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2021

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Ação**	**Descrição**
Ambiente de Negócios	**Redução do Custo Brasil**	Índice de Concorrência dos Municípios (ICM).	• Ferramenta criada no país para avaliar de forma sistemática, contínua e estruturada o ambiente de negócios dos municípios brasileiros. Os indicadores poderão ser utilizados para implementações da Lei de Liberdade Econômica, Lei de Ambiente de Negócios e outras regulamentações federais, além de atrair investimentos estrangeiros.
Ambiente de Negócios	**Concorrência para Prosperidade**	REG OCDE - Estratégia de Melhoria Regulatória: *Product Market Regulation*	• Traça estratégia e implementa instrumentos legais para: Levar o Brasil ao top 50 dos melhores países do mundo para se fazer negócios até 2022 e atingir a média da OCDE no Product Market Regulation até 2022 (resultados demonstrados em 2023).
Ambiente de Negócios	**Concorrência para Prosperidade**	REG OCDE - Recomendação sobre Neutralidade Concorrencial.	• Objetivo é fomentar um ambiente de negócios de concorrência justa e equânime entre os agentes econômicos, desencorajando a adoção de regulações distorcivas. O Brasil se compromete, nos processos de compras governamentais, a estabelecer condições de concorrência abertas, justas, não discriminatórias e transparentes.
Ambiente de Negócios	**Concorrência para Prosperidade**	Envio do **PL Engenheiros** ao Congresso Nacional.	• Retirada de barreiras concorrenciais à atuação de empresas e profissionais estrangeiros de engenharia, por meio da remoção de reservas de mercado e simplificação do processo de registro.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2021

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Ação**	**Descrição**
Ambiente de Negócios	Concorrência para Prosperidade	**PL Lobbying** enviado ao Congresso Nacional	• Dispõe sobre a atividade democrática que visa levantar, representar ou defender determinados interesses.
Ambiente de Negócios	A Grande Desregulamentação	Melhoria Regulatória - Site Único (gov.br/reg).	• Colocado no ar site único e gratuito dedicado às regulações. https://www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/reg
Ambiente de Negócios	A Grande Desregulamentação	Observatório de Desregulamentação - Curso Licenciamento 4.0.	• Oferta de curso direcionado para agentes públicos e cidadãos em geral que atuam ou tenham interesse na temática de proteção à livre iniciativa e ao livre exercício de atividade econômica.
Ambiente de Negócios	A Grande Desregulamentação	Melhoria Regulatória - Calculadora de Onerosidade Regulatória.	• Lançamento da ferramenta de cálculo de custos regulatório decorrente de normas, para empresas, indivíduos e administração pública. Seu escopo abrange custos diretos e administrativos, sem incorporar os custos indiretos.
Ambiente de Negócios	A Grande Desregulamentação	Melhoria Regulatória - Protocolo de Boas Práticas – Brasil x EUA.	• Assinado o Protocolo de Boas Práticas Regulatórias entre Brasil e EUA. Promove boas práticas regulatórias para a administração pública, compatibiliza o nosso arcabouço normativo e aproxima os países, reduzindo barreiras não-tarifárias ao comércio e facilitando futuros acordos.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2021

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Ação**	**Descrição**
Ambiente de Negócios	A Grande Desregulamentação	Formulário de Sugestões Regulatórias.	• Uma boa prática regulatória recomendada pela OCDE e presente no Protocolo de Boas Práticas Regulatórias Brasil-EUA é a criação de um canal dedicado à sugestões de normativos. Trata-se de atuação complementar à realizada por meio do Portal Participa + Brasil, em que se abre a possibilidade para encaminhamento de sugestões que não sejam escopo de consultas públicas ou tomadas de subsídio ativas.
Ambiente de Negócios	A Grande Desregulamentação	Guia para Decreto AIR (10.411/2020).	• Com a publicação do Decreto nº 10.411/2020 que regulamenta a Análise de Impacto Regulatória, prevista na Lei das Agências - Lei nº 13.848/2019 e na Lei de Liberdade Econômica - Lei nº 13.874/2019 se fez necessária a criação, revisão e acompanhamento do novo Guia AIR, tendo como objetivo aprimorar a competitividade e produtividade, de modo a evitar o entulho regulatório e diminuir o Custo Brasil.
Ambiente de Negócios	A Grande Desregulamentação	Automatização do Site Único (gov.br/reg).	• Pelo fato de inúmeras consultas serem realizadas no website, a SEPEC viabilizou junto à SERPRO a construção de uma plataforma automatizada de publicação e registros das consultas tornando a atualização do site viável e menos dispendiosa.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2021

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Ação**	**Descrição**
Ambiente de Negócios	Programa Regionais e Setoriais	Eficiência Máxima - Plataforma Nacional de Mobilidade Elétrica.	• Colocada no ar a Plataforma Nacional de Mobilidade Elétrica (PNME) para disseminar e promover mobilidade elétrica no Brasil.
Ambiente de Negócios	Programa Regionais e Setoriais	Eficiência Máxima - Prazo para análise de Ex-tarifário.	• Redução do prazo de análise de ex-tarifário de 90 para 69 dias.
Ambiente de Negócios	Programa Regionais e Setoriais	Ex-tarifário - Lançamento do Site	• Plataforma com informações estatísticas e dados abertos: todos os ex-tarifários vigentes por data de vigência, tipo de produto (BIT ou BK), NCM, descrição do produto e instrumento normativo de referência.
Ambiente de Negócios	Programa Regionais e Setoriais	Eficiência Máxima - Processos de PPB.	• Resolução de 68 Processos Produtivos Básicos no combate ao backlog.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2021

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Ação**	**Descrição**
Ambiente de Negócios	Programa Regionais e Setoriais	PPB - Lançamento do Site.	• Atualização do site do Ministério da Economia/SEPEC relacionado ao tema Processos Produtivos Básicos, organizando as informações e permitindo a consulta quanto ao status dos pleitos.
Ambiente de Negócios	Programa Regionais e Setoriais	PPB – Processos de PPB em um prazo médio de 120 dias.	• A Lei nº 8.248/1991, e o Decreto-Lei nº 288/1967, definem que os Ministérios da Economia e da Ciência, Tecnologia e Inovações estabelecerão os processos produtivos básicos no prazo máximo de 120 dias, contado da data da solicitação fundada da empresa interessada. A meta foi definida e cumprida de forma que o prazo médio de todos os pleitos em carteira seja inferior ao prazo de 120 dias.
Ambiente de Negócios	Programa Regionais e Setoriais	CONVÊNIOS - Concluir análise financeira das "Prestações de Contas" Convênios em atraso.	• Análise conclusiva, Técnica, do estoque de prestações de contas não analisadas e atrasadas até 2016 à, determinação consignada no item 1.7.1 do Acórdão nº 5094/2019 - TCU - 1ª Câmara, referente às transferências concedidas pelo extinto Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), bem como eventual estoque atrasado ocorrido em exercícios subsequentes.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2021

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Ação**	**Descrição**
Ambiente de Negócios	Programa Regionais e Setoriais	CONVÊNIOS - Concluir análise técnica das "Prestações de Contas" Convênios em atraso.	• Todas as análises técnicas dos convênios listados no Acordão nº 5.094/2019, sob a competência da SEPEC foram concluídas e encaminhadas para a análise financeira sob a responsabilidade do Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio.
Ambiente de Negócios	Programa Regionais e Setoriais	NAV - Mapeamento da Bioeconomia na Amazônia (PRODOC/PNUD/SDIC) - Produto 4 - Relatório Final.	• Relatório final sobre Bionegócios na Amazônia brasileira: casos de sucesso, barreiras e perspectivas. Conclusão sobre os avanços e inovações constatadas, desafios, recomendações no setor.
Ambiente de Negócios	Programa Regionais e Setoriais	NAV - Programas Prioritários da Zona Franca de Manaus - CAPDA - Produto 4 - Pactuar os indicadores com os atores	• Pactuação entre Ministério da Economia, Suframa, Coordenadores dos Programas Prioritários, ICTs e empresas para desenvolvimento de um modelo de avaliação dos Programas Prioritários no âmbito da Lei de Informática da Zona Franca de Manaus e proposição de indicadores de acompanhamento.
Ambiente de Negócios	Programa Regionais e Setoriais	NAV - Avaliação do Estado do Financiamento da Bioeconomia na Amazônia Legal (BIOFIN) - Produto 4: Panorama Mecanismos de Financiamento Prioritários para Bioeconomia	• Panorama sobre os mecanismos de financiamento prioritários, suas características e a justificativa para sua priorização, descrevendo o método e os critérios usados para a seleção.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2021

A SEPEC

Eixo	Programa	Ação	Descrição
Ambiente de Negócios	Programa Regionais e Setoriais	AGREGAÇÃO DE VALOR – Contextualização: panorama atual, dados estatísticos, contexto mercadológico	• Contextualização acerca dos produtos selecionados (algodão, milho, soja, bauxita, florestas plantadas), sendo panorama atual, dados estatísticos e contexto mercadológico.
Ambiente de Negócios	Programa Regionais e Setoriais	AGREGAÇÃO DE VALOR – Definição dos produtos (commodities).	• Definição dos produtos a serem estudados, são eles: algodão, milho, soja, bauxita/alumina, florestas plantadas.
Ambiente de Negócios	Programa Regionais e Setoriais	GUIA DO TURISMO - Definição das diretrizes estratégicas.	• Definidas as diretrizes de ação para lançamento do produto que será utilizado como um guia para a retomada econômica do setor de turismo no Brasil
Ambiente de Negócios	Programa Regionais e Setoriais	GUIA DO TURISMO - Lançamento do guia em parceira com o Ministério do Turismo.	• Lançamento do Guia de retomada econômica do Turismo realizado em parceria com o Mtur. Produto pode ser entendido como guia para a retomada econômica do setor de turismo no Brasil, contendo um breve diagnóstico, levantamento das oportunidades e dos desafios para os empresários de turismo, mapeamento das boas práticas realizadas por países de referência em turismo para recuperação e transformação econômica do setor e iniciativas identificadas a partir da coleta de dados para serem referência no turismo.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2021

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Ação**	**Descrição**
Ambiente de Negócios	Prospera MPEs	Inserção do Marco Legal do Reempreendedorismo na pauta do Senado.	• Pautado no Senado Federal o Projeto que institui o Marco Legal do Reempreendedorismo, que estabelece a renegociação tratamento diferenciado em diversos aspectos às Micro e pequenas empresas.
Ambiente de Negócios	Prospera MPEs	Aprovação do Marco Legal do Reempreendedorismo PLP 33/2020 no Senado.	• Institui o Marco Legal do Reempreendedorismo, que estabelece a renegociação especial extrajudicial, a renegociação especial judicial e a liquidação especial sumária, bem como altera a falência das microempresas e empresas de pequeno porte.
Ambiente de Negócios	Prospera MPEs	Novas Funcionalidades no Portal do Empreendedor - Desenvolvimento do Emprestômetro.	• Contabiliza, em tempo real, os empréstimos realizados por meio de programas públicos de acesso a crédito. A ferramenta foi desenvolvida e é operacionalizada pela Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade (SEPEC) do Ministério da Economia, com apoio do Sebrae.
Ambiente de Negócios	Prospera MPEs	Desenvolvimento de buscador de crédito com cotação de meio de pagamento dentro do Portal do Empreendedor.	• Desenvolvedor proporciona ao cidadão uma funcionalidade de Buscador de Maquininhas de Cartão no canal digital crédito que possibilita receber das instituições financeiras os custos e condições do serviço Meio de Pagamento.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2021

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Ação**	**Descrição**
Ambiente de Negócios	Prospera MPEs	Acesso a solução para Micro e Pequenas Empresas.	• Serviço que busca facilitar o acesso do Microempreendedor Individual e da Micro e Pequena Empresa à diversas soluções financeiras no Portal do Empreendedor que ajudam sua empresa a crescer.
Ambiente de Negócios	Prospera MPEs	Nas novas funcionalidades no Portal do Empreendedor foi possibilitado o retorno da solicitação de produtos e serviços financeiros pela da entidade credenciada para o empreendedor dentro da solução.	• Canal para criar solicitações de produtos e serviços financeiros. Estas solicitações são encaminhadas para as instituições escolhidas, juntamente com documentação pessoal e empresarial. Este processo facilita o trâmite da solicitação e garante que empreendedor possa ter acesso a diversas soluções de maneira totalmente eletrônica.
Ambiente de Negócios	Prospera MPEs	Piloto da ferramenta do Sistema de Defesa do Empreendedor.	• Instrumento oficial de fiscalização do cumprimento dos comandos constitucional e legal de tratamento diferenciado, simplificado e favorecido às MPE. Além de ofertar curso de EAD com objetivo de capacitar e informar os interessados a respeito da LC nº123/2006 que estabelece normas nacionais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte.
Ambiente de Negócios	Prospera MPEs	Assinatura de Convênio de Cooperação CAF (Banco de Desenvolvimento da América Latina).	• Assinatura de Convênio de Cooperação com o Banco de Desenvolvimento da América Latina para financiamento de consultoria para desenvolvimento do sistema de garantias e das outras ações de crédito.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2021

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Ação**	**Descrição**
Ambiente de Negócios	Prospera MPEs	Realização do Seminário do Marco Legal do Reempreendedorismo.	• Exposição aprofundada tratando sobre Marco Legal do Reempreendedorismo, que estabelece a renegociação especial extrajudicial, a renegociação especial judicial e a liquidação especial sumária, bem como altera a falência das microempresas e empresas de pequeno porte.
Ambiente de Negócios	Prospera MPEs	Desenvolver buscador de crédito com cotação de linhas de crédito de capital de giro e investimento.	• A funcionalidade no canal digital crédito possibilita receber das instituições financeiras as condições das linhas de crédito, capital de giro e investimentos solicitadas.
Ambiente de Negócios	Prospera MPEs	Edição da Medida Provisória n° 1.053/2021 que abre crédito Crédito Extraordinário.	• Instrumento que abre Crédito Extraordinário alocado para Fundo de Garantia de Operações (FGO) destinado ao Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), linha de crédito que financia capital de giro e investimentos.
Ambiente de Negócios	Prospera MPEs	Operacionalização do PRONAMPE.	• Operacionalização da linha de crédito especial para ajudar micro e pequenas empresas com recursos financeiros, promovendo o fortalecimento dos pequenos negócios e evitando demissões.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2021

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Ação**	**Descrição**
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Pró Saúde - MIPs - Liberação da Regulação de Preços.	• Liberação gradual de medicamentos isentos de prescrição médica, medicamentos fitoterápicos, produtos tradicionais fitoterápicos e anestésicos locais injetáveis de uso odontológico da regulação para estabelecimento de preços e do ajuste anual estabelecidos pela CMED.
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Pró Combustíveis - Apoio a elaboração da MP Mercado de Combustíveis.	• Medida que autoriza a venda direta de etanol hidratado por produtores ou importadores a revendedores (postos de abastecimento e transportador-revendedor-retalhista). A MP propõe alterações na Lei nº 9.478/1997, a Lei do Petróleo.
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Pró Combustíveis - Compromissos de desinvestimento da Petrobras em refino.	• O CADE e a Petrobras celebraram o Termo de Compromisso de Cessação por meio do qual a estatal se compromete a vender oito refinarias de petróleo, incluindo os ativos relacionados a transporte de combustível.
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Novo Mercado de Gás - Acompanhamento da Privatização da Gaspetro.	• A privatização da Gaspetro permite a saída da Petrobras da etapa de distribuição de gás natural.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2021

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Ação**	**Descrição**
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Novo Mercado de Gás - Arrendamento de terminal GNL-BA.	• Em 2019, foi firmado o Termo de Compromisso de Cessação de Prática entre Petrobras e CADE para a promoção da concorrência no mercado de gás natural. O arrendamento do terminal de GNL é um dos compromissos desse Termo.
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Novo Mercado de Gás - Ato Confaz sobre ICMS no Processamento de Gás Natural.	• A medida permite, do ponto de vista tributário, o processamento de gás de terceiros nas unidades de processamento, contribuindo para a maior promoção da concorrência no mercado de gás.
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Novo Mercado de Gás - Ato Confaz sobre ICMS no Transporte de Gás Natural	• Revisão da cobrança de ICMS no fornecimento de gás realizado no sistema integrado (malha de transporte) se fazia necessária para permitir a entrada de concorrentes da Petrobras nesse serviço. A revisão ocorreu com aprovação Ajuste SINIEF 17/2019, em outubro de 2019, que é a norma do CONFAZ com regras para a referida cobrança.
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Novo Mercado de Gás - Chamada Pública do Gasbol	• É um processo que possibilita a entrada de novos carregadores de gás natural com atuação no país. A entrada de novos carregadores é uma das condições de transição do mercado de gás natural para uma estrutura mais concorrencial.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2021

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Ação**	**Descrição**
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Novo Mercado do Gás - Compromissos da Petrobras de desinvestimentos e acesso de terceiros.	• O CADE e a Petrobras celebraram Termo de Compromisso de Cessação, em 08 de julho de 2019, decorrente de investigações na autarquia sobre supostas condutas anticompetitivas da Petrobras no mercado de gás natural no Brasil.
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Novo Mercado do Gás - Decisão da Diretoria da ANP sobre especificação do gás.	• A ANP aprovou a revisão de registro constante da Ata da 1012ª Reunião de Diretoria, realizada em 12/03/2020, relativa ao encaminhamento da revisão da Resolução ANP nº 16, de 2008, que trata da especificação de gás natural, nacional e importado, comercializado no país.
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Novo Mercado do Gás - Deliberação de Mercado Livre RJ.	• Publicada Deliberação AGENERSA 4142, de 2020, do mercado livre do Estado RJ.
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Novo Mercado do Gás - Deliberação Mercado Livre SP.	• Publicação de Norma pela ARSESP que regulamenta mercado livre da comercialização de gás natural no Estado de SP, inclusive, condições de contratação do consumidor livre acatando sugestões da SEPEC que visam a redução do custo do gás.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2021

A SEPEC

Eixo	Programa	Ação	Descrição
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Novo Mercado do Gás - Indicadores de monitoramento da política de abertura.	• SEAE participa oficialmente de Comitê Interministerial de Monitoramento da Política de Abertura do Gás Natural (CMGN). A pedido do comitê, a Secretaria tem construído base de dados de indicadores para monitorar essa política.
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Novo Mercado do Gás - Nota técnica sobre CP ARSESP 10/2020 (Mercado Livre).	• Publicação de Nota Técnica referente à Consulta Pública nº10/2020 da ARSESP que apresenta proposta de regulamentação para o mercado livre de gás natural desse estado.
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Pró-Conecta - Apoio e Estruturação de Medida para Novo Marco de Telecom PLC 79/2019 para criação da Lei 13.879/2019.	• Possibilita alteração do regime de concessões para autorizações, viabilizando investimentos privados no setor.
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Pró-Conecta - Estudo Segurança Cibernética no 5G.	• estudo sobre aspectos concorrenciais da segurança cibernética no 5G. Estudo visa mitigar os riscos de implantação de padrão de tecnologia. Nos próximos anos, as redes 5G deverão desempenhar um papel central na ativação de novas iniciativas de transformação digital e no suporte a novos casos de uso de negócios que estão além do alcance da atual.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Ação**	**Descrição**
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Pró Crédito - Pagamentos de tributos federais por meio de DARF (Fintechs).	• Por iniciativa da SEAE junto a RFB, esta reviu o regulamento, publicando a Portaria ME n. 13, de 13/01/2020, que inseriu as fintechs na rede de arrecadação de receitas federais.
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Pró Crédito - Queda de tarifas da Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP).	• Instituições reclamaram junto à SEAE do alto custo operacional da Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP) e da falta de transparência na divulgação das metodologias de cálculo do custo. A Seae efetuou gestões e reuniões com a CIP, tendo havido redução de tarifas.
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Pró Crédito - Cadastro Positivo.	• O cadastro positivo, sistemática de avaliação e de concessão de scores de credito a consumidores considerando seus padrões históricos de adimplência e o conjunto de seu relacionamento financeiro.
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Pró Logística - Revisão das regras de slots em Congonhas	• Publicado documento (Decisão ANAC 109/2019) que dispõe revisão das regras para coordenação do aeroporto de Congonhas/SP.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2021

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Ação**	**Descrição**
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Pró-Comex - ADTs Emirados Arabes, Suíça e Cingapura	• Acordo entre a República Federativa do Brasil e República de Singapura, Emirados Árabes Unidos e a Confederação Suíça para Eliminar a Dupla Tributação em relação aos Tributos sobre a Renda e Prevenir a Evasão e a Elisão Fiscais e de seu Protocolo, assinados em 7 de maio de 2018, em 3 de maio de 2018 e em 12 de novembro de 2018, respectivamente.
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Pró-Comex - Assinatura da Convenção de Singapura	• O Brasil assinou a Convenção das Nações Unidas sobre Acordos Comerciais Internacionais. A Mediação é um processo através do qual as partes tentam chegar a um acordo amigável para sua disputa, com a assistência de um "Mediador" sem autoridade para impor às partes uma solução para o conflito. Busca, nestes termos, permitir o enforcement de acordos comerciais firmados mediante procedimentos dessa via para os países signatários.
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Pró-Comex - Acordo de Livre Comércio entre Brasil e Chile	• O texto trata de diversos pontos adicionais a acordo tarifário assinado, estabelecendo compromissos como facilitação de comércio, barreiras técnicas ao comércio, comércio transfronteiriço de serviços, investimentos, comércio eletrônico e compras governamentais.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2021

A SEPEC

Eixo	Programa	Ação	Descrição
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	**PL do Desenvolvimento Econômico de Terras Indígenas** enviada ao Congresso Nacional.	• Enviado ao Congresso o projeto de lei estabelece condições para realização de pesquisa e lavra de recursos minerais, bem como aproveitamento de recursos hídricos em terras indígenas.
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	**PL do Desenvolvimento Verde da Amazônia** enviada ao Congresso Nacional	• Medida dispõe sobre modernização das regras para exploração sustentável de recursos florestais, com simplificação e realinhamento de incentivos.
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	**PL BR do Mar e Cabotagem** aprovada no Senado Federal	• O PL BR do Mar visa estimular o uso da cabotagem, aumentar a frota nacional e equilibrar a matriz de transportes brasileira.
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Pró Mercado de Capitais - Internalização de Ordens Negociais.	• Envio de parecer sobre alteração na Instrução CVM n. 461, de 23/10/2007, para permitir que corretoras efetuem a internalização da execução de ordens de compra/venda de ativos - o match/casamento entre ordens de compra e venda, fora do ambiente de bolsa de valores (B3).

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2021

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Ação**	**Descrição**
Choque de Investimento Privado	Investimento em Infraestrutura	Aproxima - Acordo Cooperação com município piloto.	• Celebração de acordo de cooperação com município para implantação do projeto piloto do Aproxima.
Choque de Investimento Privado	Investimento em Infraestrutura	Edição da Medida Provisória (MP Construção Civil + Aproxima).	• Alternativamente, inserção do texto referente ao Aproxima, que permite a destinação dos terrenos da União ao Programa, na MP 996/2020 da Casa Verde e Amarela.
Choque de Investimento Privado	Investimento em Infraestrutura	Acompanhamento do Leilão da CASAL.	• Acompanhamento do leilão da Companhia de Saneamento de Alagoas a fim de acompanhamento às novas regras da Lei 14.026/2020 (Lei do Saneamento).
Choque de Investimento Privado	Investimento em Infraestrutura	Acompanhamento do Leilão da CEDAE.	• leilão de concessão da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae) do Rio de Janeiro incentivada pelo novo marco de saneamento, que trouxe a liberdade econômica e investimentos privados no setor, tendo um resultado de 22,7 bilhões em outorga.
Choque de Investimento Privado	Investimento em Infraestrutura	Acompanhamento do Leilão da SANESUL.	• leilão de concessão da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul a fim de acompanhamento às novas regras da Lei 14.026/2020 (Lei do Saneamento).

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2021

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Ação**	**Descrição**
Choque de Investimento Privado	**Investimento em Infraestrutura**	Manutenção dos Vetos Relativos ao Novo Marco Legal do Saneamento.	• Acompanhamento e atuação para os vetos e manutenção da Lei 14.026/2020 (Lei do Saneamento).
Choque de Investimento Privado	**Investimento em Infraestrutura**	Metodologia de cálculo para a indenização de investimentos em bens reversíveis não amortizados no Sanemaneto.	• O Contrato BRA10/640/38308/2020, celebrado no âmbito da Request for Proposal (RFP) JOF 1974/2020, que tem por objetivo apoiar a Agência Nacional de Águas (ANA) na elaboração de norma de referência a respeito da metodologia de cálculo para a indenização de investimentos em bens reversíveis não amortizados ao final de contratos de delegação dos serviços públicos de saneamento.
Choque de Investimento Privado	**Investimento em Infraestrutura**	**PL do Setor Elétrico** - pautado pela Comissão de Infraestrutura do Senado.	• Tramitando no Senado o PLS que dispõe sobre o modelo comercial do setor elétrico, a portabilidade da conta de luz e as concessões de geração de energia elétrica.
Choque de Investimento Privado	**Investimento em Infraestrutura**	**PL do Setor Elétrico** aprovada no Senado Federal.	• PLS que institui o novo marco regulatório do setor elétrico. O Projeto de Lei do Senado abre caminho para um mercado livre de energia, com a possibilidade de portabilidade da conta de luz entre as distribuidoras. PLS dispõe sobre o modelo comercial do setor elétrico e as concessões de geração de energia elétrica.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2021

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Ação**	**Descrição**
Choque de Investimento Privado	**Investimento em Infraestrutura**	Acompanhamento do Leilão A-4 (realizado pelo MME).	• Leilão destinado à compra de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração de fontes hidráulica, eólica, solar fotovoltaica e térmica a biomassa, conforme as diretrizes constantes das Portarias Nos 514/2011, 444/2016 e 1/2021 do Ministério de Minas e Energia (MME).
Choque de Investimento Privado	**Investimento em Infraestrutura**	Acompanhamento do Leilão A-5 (realizado pelo MME).	• Expansão do setor elétrico por leilão regular a partir da demanda prevista pelas distribuidoras. o Leilão de energia nova A-5 de 2021 foi anunciado pelo MME por meio da portaria nº 10/2021 e tem como expectativa trazer mais de R$ 3bilhões em investimentos.
Choque de Investimento Privado	**Investimento em Infraestrutura**	**PL de Ferrovias** aprovada no Congresso Nacional	• Dispõe sobre a exploração do serviço de transporte ferroviário, o trânsito e o transporte ferroviários e as atividades desempenhadas pelas administradoras ferroviárias e pelos operadores ferroviários independentes, institui o Programa de Autorizações Ferroviárias, e dá outras providências.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2021

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Ação**	**Descrição**
Choque de Investimento Privado	**Investimento em Infraestrutura**	**PL PPPs e Concessões** enviada ao Congresso Nacional.	• Aprimora o marco legal para a realização de parcerias de investimentos com o setor privado, com ênfase em regras que aumentem a segurança jurídica dos contratos, garantam a livre concorrência e o desenvolvimento do mercado de capitais.
Choque de Investimento Privado	**Investimento em Infraestrutura**	Manual Setorial de Análise Socioeconômica de Custo Benefício para o Setor de Recursos Hídricos (versão SDI).	• Esse Manual apresenta a metodologia de Análise Custo-Benefício aplicada para projetos de Investimentos em Infraestrutura Hídrica de Interesse Estratégico e Relevância Regional.
Choque de Investimento Privado	**Investimento em Infraestrutura**	Manual Setorial de Análise Socioeconômica de Custo Benefício para o Setor Elétrico (versão SDI).	• Manual apresenta a metodologia de Análise Custo-Benefício aplicada para projetos de Investimentos em Expansão da Geração de Energia Elétrica.
Choque de Investimento Privado	**Investimento em Infraestrutura**	Projeções de variáveis econômicas necessárias aos planos setoriais	• Projeções elaboradas para gerar premissas de crescimento demográfico e econômico necessárias aos diversos planos setoriais de infraestrutura, de forma a dar uniformidade entre os setores.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2021

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Ação**	**Descrição**
Choque de Investimento Privado	**Investimento em Infraestrutura**	Publicação Guia Geral de Análise de Custo Benefício (ACB).	• O Guia de ACB propõe um formato padronizado para a avaliação socioeconômica, estabelecendo diretrizes metodológicas como período de análise, identificação do projeto e taxa de desconto. Ademais, fornece orientações práticas sobre análise fundamental, requisitos informacionais da ACB, estimação de custos, benefícios e conversão para preços sociais.
Futuro Digital e Produtivo	**Investimento em Infraestrutura**	Redução taxas IOT e VSAT - Colaboração de Estruturação e Acompanhamento	• O objetivo é zerar as taxas de Fistel, CFRP e Condecine sobre IOT com o objetivo de massificar o uso da internet das coisas, base para a indústria 4.0 e igualar as taxas de VSAT aos de chips de celular para promover a massificação da banda larga em áreas remotas e isoladas
Futuro Digital e Produtivo	**Brasil 4.0**	Brasil Mais - Reformulação da Plataforma Web e inserção de novos conteúdos.	• Inserção de questionário ao público-alvo do programa para captar impactos e demandas derivadas da crise relacionada à pandemia.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2021

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Ação**	**Descrição**
Futuro Digital e Produtivo	**Brasil 4.0**	Assinatura de Contrato de Gestão para repasse de recursos visando financiamento de projetos de P&D (MCT, EMBRAPII).	• A proposta é que o Ministério passe a aportar anualmente recursos ao orçamento da Embrapii. Essa parceria permitirá a ampliação da capacidade da Embrapii de financiar projetos cooperativos de PD&I com foco em modalidades de apoio ou setores prioritários definidos pela SIN/SDIC/SEPEC
Futuro Digital e Produtivo	**Brasil 4.0**	Atendimento da Fase 1 do programa Brasil Mais - Produtividade	• As micro, pequenas e médias empresas participantes do Brasil Mais recebem capacitação, apoio técnico e consultorias para melhoria das práticas de gestão e produção que resultem em aprimoramento de processos, redução de custos e aumento das vendas e da produtividade. Em 2021, SEBRAE e SENAI concluíram quase 43 mil atendimentos e iniciaram o apoio a outras 19 mil empresas. Os resultados já medidos indicam ganhos de produtividade médios entre 30% e 50%..
Futuro Digital e Produtivo	**Brasil 4.0**	Lançamento do Programa Reformulado – Brasil Mais	• Programa focado no aumento da produtividade das empresas brasileiras de todos setores da economia oferece conteúdo online, capacitação, apoio técnico e consultoria a empresas para o aprimoramento de competências.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2021

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Ação**	**Descrição**
Futuro Digital e Produtivo	Brasil 4.0	"Ideiaz - Powered by InovAtiva" - 1º ciclo do programa de aceleração de projetos inovadores (edição piloto).	• Programa de aceleração de ideias e projetos de negócios inovadores em estágio de ideação por meio da conexão gratuita com incubadoras e aceleradoras de todas as regiões do país. O atendimento foi realizado por 15 incubadoras e aceleradoras previamente selecionadas, que ofereceram atividades de mentoria, consultoria organizacional, suporte tecnológico, suporte para formalização do negócio e qualificação empreendedora. O programa é realizado por Anprotec, Sebrae e Sepec/ME.
Futuro Digital e Produtivo	Brasil 4.0	"Ideiaz - Powered by InovAtiva" - Encerramento do 1º ciclo do programa de aceleração de projetos inovadores.	• Fim do ciclo do Ideiaz Powered by Inovativa, programa de aceleração de ideias e projetos de negócios inovadores em estágio de ideação por meio da conexão gratuita com incubadoras e aceleradoras de todas as regiões do país.
Futuro Digital e Produtivo	Brasil 4.0	InovAtiva Conecta: Covid-19.	• Realizado Webinar com Atores Governamentais com instrumentos para apoiar startups com soluções focadas na Covid-19.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2021

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Ação**	**Descrição**
Futuro Digital e Produtivo	Brasil 4.0	Evento InovAtiva Day - Evento de conexão regional do 2˚ ciclo de 2021.	• InovAtiva Day é um evento gratuito organizado pelo hub InovAtiva que ofereceu treinamento de pitch para os participantes da segunda edição, além de painéis abertos ao público com a presença de grandes nomes do empreendedorismo e inovação do País. Tem por objetivo integrar e capacitar empreendedores, e incentivar e promover trocas de conhecimento e conexões entre atores dos ecossistemas regionais.
Futuro Digital e Produtivo	Brasil 4.0	Evento InovAtiva Day 2021.1.	• Evento de conexão regional do programa de aceleração InovAtiva Brasil. Objetiva integrar e capacitar empreendedores, incentivar e promover trocas de conhecimento.
Futuro Digital e Produtivo	Brasil 4.0	Evento InovAtiva Experience 2019.2 - Evento final de conexão do programa de aceleração InovAtiva Brasil (novo modelo de evento).	• O evento ocorreu na Escola de Negócios do Sebrae, em São Paulo, e contou com a presença de mais de 400 participantes, sendo 108 startups, 181 empreendedores e cerca de 170 investidores e mentores. Executadas mais de 60 atividades, entre mentorias, treinamentos de pitchs e palestras

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2021

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Ação**	**Descrição**
Futuro Digital e Produtivo	Brasil 4.0	Evento InovAtiva Experience 2020.1 - Evento final de conexão do programa de aceleração InovAtiva Brasil.	• Realizado o encerramento do evento InovAtiva Experience, evento que concluiu o ciclo de aceleração do 1° semestre de 2020. Pela 1ª vez na história do programa, o evento foi realizado totalmente online e houve ainda o recorde de startups aceleradas e de mentores/investidores presentes.
Futuro Digital e Produtivo	Brasil 4.0	Evento InovAtiva Experience 2020.2 - Evento final de conexão do programa de aceleração InovAtiva Brasil	• Evento de conexão com stakeholders do mercado em que se apresentam para uma banca de investidores, grandes empresas e aceleradoras.
Futuro Digital e Produtivo	Brasil 4.0	Evento InovAtiva Experience - Evento final de conexão do 1o ciclo de 2021 do programa de aceleração InovAtiva Brasil.	• Evento que encerra os ciclos dos programas de aceleração InovAtiva Brasil e é centrado em atividades de capacitação dos participantes e ações de conexão destes com potenciais investidores, mentores e outros atores de referência do empreendedorismo inovador no Brasil.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2021

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Ação**	**Descrição**
Futuro Digital e Produtivo	Brasil 4.0	Execução do InovAtiva 2021-24 - Chamamento público e celebração do novo Termo de Colaboração	• Assinatura de celebração da parceria por parte da Organização da Sociedade Civil (OSC) para estruturação do maior programa de aceleração de startups da América Latina, InovAtiva Brasil.
Futuro Digital e Produtivo	Brasil 4.0	InovAtiva Brasil - Ciclo 2020.1.	• Primeiro ciclo de aceleração para seleção das Startup e Divulgação e Inscrições. Oferece capacitação, conexão e mentoria. Em cada edição, são selecionados até 160 negócios inovadores de todos os segmentos de atuação, que estejam em estágios de operação ou tração, de acordo com critérios de participação.
Futuro Digital e Produtivo	Brasil 4.0	InovAtiva Brasil - Ciclo 2020.2.	• Segundo ciclo de aceleração para seleção das Startup e Divulgação e Inscrições. Ciclo para capacitação, conexão e mentoria.
Futuro Digital e Produtivo	Brasil 4.0	InovAtiva Brasil - Lançamento do Ciclo 2021.1 do programa nacional de aceleração de startups	• Realização do ciclo de aceleração 2021.1 do programa InovAtiva Brasil entre os meses de março e agosto, no qual 340 startups foram aceleradas. O programa realizado pela Sepec/ME em parceria com o SEBRAE Nacional.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2021

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Ação**	**Descrição**
Futuro Digital e Produtivo	Brasil 4.0	InovAtiva Brasil - Lançamento do Ciclo 2021.2 do programa nacional de aceleração de startups.	• Realização do ciclo de aceleração 2021.2 do programa InovAtiva Brasil entre os meses de junho e dezembro (data prevista), no qual até 314 startups serão aceleradas. O programa é realizado pela Sepec/ME em parceria com o SEBRAE Nacional.
Futuro Digital e Produtivo	Brasil 4.0	Ciclo de aceleração 2019.2 e de negócios de Impacto.	• InovAtiva Aceleração, com os dois ciclos de aceleração: mentoria e conexão de startups com investidores.
Futuro Digital e Produtivo	Brasil 4.0	InovAtiva SocioAmbiental - Ciclo 2020.	• Um desdobramento do InovAtiva Brasil, conta com todos os conteúdos deste, assim como conteúdos voltados para a aceleração de negócios inovadores que possuam o potencial de gerar lucro e, ao mesmo tempo, resolver um problema social ou ambiental.
Futuro Digital e Produtivo	Brasil 4.0	StartOut Brasil - Ciclo "Lisboa 2021" do programa de apoio à internacionalização de startups brasileiras	• O ciclo Lisboa do Programa StartOut Brasil capacitou 40 empresas brasileiras e realizou a conexão de forma remota com atores portugueses. Nesse período, as startups tiveram oportunidade de participar e expor suas soluções no Web Summit (maior evento de inovação do mundo) realizado em Lisboa.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2021

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Ação**	**Descrição**
Futuro Digital e Produtivo	Brasil 4.0	InovAtiva Experience - Evento final de conexão do 2° ciclo de 2021 do programa de aceleração InovAtiva Brasil.	• O InovAtiva Experience marcou a conclusão dos ciclos dos programas de aceleração do InovAtiva com a realização dos Demodays. Startups participantes tiveram a oportunidade de apresentar suas soluções para bancas de investidores.
Futuro Digital e Produtivo	Brasil 4.0	"Ideiaz - Powered by InovAtiva" - 2º ciclo do programa de aceleração de projetos inovadores	• Ciclo Ideiaz Powered by Inovativa, é o programa de aceleração de ideias e projetos de negócios inovadores em estágio de ideação por meio da conexão gratuita com incubadoras e aceleradoras de todas as regiões do país.
Futuro Digital e Produtivo	Brasil 4.0	InovAtiva de Impacto Socioambiental - Ciclo 2021 do programa nacional de aceleração de startups	• esse é um programa de aceleração de startups voltado a empresas com soluções com impacto positivo em ações sociais e ambientais. Serão selecionados um número recorde de startups (80) com esses tipos de soluções.
Futuro Digital e Produtivo	Brasil 4.0	Criação do selo brasileiro de Indicação Geográfica	• Criação de um selo oficial brasileiro para identificar as indicações geográficas nacionais, com o objetivo de promover os produtos e serviços como indicação geográfica pelo INPI e disseminar para o público consumidor os produtos e serviços de origem geográfica nacionais.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2021

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Ação**	**Descrição**
Futuro Digital e Produtivo	Brasil 4.0	Formalização da Câmara Brasileira da Indústria 4.0.	• Instância de governança que coordena atores governamentais e representantes dos setores industriais e da academia para formular e implementar iniciativas voltadas à adoção de tecnologias 4.0 pela indústria brasileira..
Futuro Digital e Produtivo	Brasil 4.0	Inauguração do C4IR.	• O Centro Afiliado para 4ª Revolução Industrial no Brasil atuará com marcos regulatórios e políticas públicas que acelerem a implementação, no território nacional e no mundo, de políticas de dados, Internet das Coisas e Inteligência artificial.
Futuro Digital e Produtivo	Brasil 4.0	Programa prioritário de Indústria 4.0 e Modernização Industrial.	• Propicia uma maior adoção de tecnologias digitais e de Indústria 4.0, principalmente nas pequenas e médias empresas.
Futuro Digital e Produtivo	Brasil 4.0	Elab. Marco Referencial - Digitalização da Economia Brasileira.	• Elaboração de um plano de Transformação Digital para aumento de produtividade das empresas brasileiras.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2021

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Ação**	**Descrição**
Futuro Digital e Produtivo	Brasil 4.0	Adesão ao Tratado de Budapeste enviada ao Congresso Nacional.	• Adesão ao Tratado de Budapeste para o depósito internacional de microrganismos relacionados a patentes.
Futuro Digital e Produtivo	Brasil 4.0	Adesão ao Protocolo de Madri para o registro internacional de marcas.	• Adesão ao Protocolo de Madri que busca desburocratizar o registro internacional de marcas.
Futuro Digital e Produtivo	Brasil 4.0	Ampliados os acordos com o PPH (*Patent Prosecution Highway).*	• Auxilia os depositantes em seus esforços para obter direitos patentários com maior segurança jurídica e de modo mais eficiente em diversos países.
Futuro Digital e Produtivo	Brasil 4.0	Programa prioritário de Indústria 4.0 e Modernização Industrial.	• Propicia uma maior adoção de tecnologias digitais e de Indústria 4.0, principalmente nas pequenas e médias empresas.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2021

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Ação**	**Descrição**
Futuro Digital e Produtivo	Brasil 4.0	Diagnóstico geral do sistema de Propriedade Intelectual do Brasil.	• Diagnóstico geral do sistema de Propriedade Intelectual do Brasil para definição de futuras ações no projeto PI Classe Mundial.
Futuro Digital e Produtivo	Brasil 4.0	Fim do período de extensão para vigência de patentes e fim da anuência prévia da ANVISA.	• inserida na Medida Provisória n° 1.040 e sancionada pela Pesidência da República. A proposta elimina a possibilidade de extensão do período de vigência de patentes além dos 20 anos e sedimenta o entendimento de que o INPI é o único órgão competente para examinar os critérios de patenteabilidade de um pedido de patente.
Futuro Digital e Produtivo	Brasil 4.0	Plano de Combate ao Backlog de pedidos de patentes.	• O Plano de Combate ao Backlog de Patentes é uma estratégia que pretende diminuir em 80% o estoque de pedidos pendentes de exame – o chamado backlog – até 2021.
Futuro Digital e Produtivo	Brasil 4.0	Avaliação das regras de Proteção de Dados de Testes Clínicos de produtos farmacêuticos.	• Avaliação de impacto de diferentes cenários regulatórios para a exclusividade de dados de testes clínicos apresentados à ANVISA.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2021

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Ação**	**Descrição**
Futuro Digital e Produtivo	Brasil 4.0	Lançamento do Portal de Propriedade Intelectual.	• Portal eletrônico para centralizar informações de políticas públicas de propriedade intelectual, O Portal conferirá transparência à implementação das ações implementadas sob o guarda-chuva da Estratégia. Ademais, o Portal visa a se estabelecer como hub de informações sobre propriedade intelectual no Brasil, facilitando o acesso dos usuários aos serviços de propriedade intelectual.
Futuro Digital e Produtivo	Brasil 4.0	Divulgação da Proposta final da Estratégia de Propriedade Intelectual	• São propostas mais de 210 ações para transformar o sistema de Propriedade Intelectual brasileiro para incentivar a criatividade e os investimentos em inovação.
Futuro Digital e Produtivo	Brasil 4.0	Recriação do Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (GIPI).	• O GIPI foi recriado em julho de 2019, para propor ações e coordenar a atuação do governo federal no tema propriedade intelectual.
Futuro Digital e Produtivo	Brasil 4.0	Publicação do Plano de Ação da Estratégia de PI.	• A Estratégia Nacional de PI implementada por meio de Planos de Ação bienais que apresentarão ações prioritárias, responsáveis pela execução, recursos destinados, metas específicas e indicadores de monitoramento.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2021

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Ação**	**Descrição**
Futuro Digital e Produtivo	Emprega Mais	Emprega Mais Qualificação - ACT Sebrae para vouchers.	• Firmado acordo de cooperação com o SEBRAE para oferta de cursos alinhados à demanda e no aumento da empregabilidade e da produtividade, abrangendo sistema de vouchers empresariais.
Futuro Digital e Produtivo	Emprega Mais	Emprega Mais Qualificação - ACT Senai para vouchers.	• Firmado acordo de cooperação com o SENAI para oferta de cursos alinhados à demanda e no aumento da empregabilidade e da produtividade, abrangendo sistema de vouchers empresariais.
Futuro Digital e Produtivo	Emprega Mais	Emprega Mais Qualificação - Escola do Trabalhador 4.0 - Parceria Firmada entre Microsoft e SEPEC	• A participação da Microsoft visa oferecer orientação personalizada da plataforma Escola do Trabalhador, que será focada no alinhamento entre a oferta de cursos e a demanda real do setor privado. A ferramenta de ensino remoto oferecerá cursos profissionalizantes de tecnologia que vão desde alfabetização digital até módulos mais avançados de computação em nuvem.
Futuro Digital e Produtivo	Emprega Mais	Emprega Mais Qualificação - Oferta de Vouchers Empresariais pelo SENAI	• Parceria com o SENAI para a oferta de vouchers empresariais para qualificação profissional de seus empregados e de novos trabalhadores.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2021

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Ação**	**Descrição**
Futuro Digital e Produtivo	Emprega Mais	Emprega Mais Qualificação - Edital do primeiro contrato de impacto social (CIS) publicado.	• Contrato de Impacto Social para qualificação de jovens para qualificação e empregabilidade.
Futuro Digital e Produtivo	Emprega Mais	Emprega Mais Qualificação - Elaboração da Estratégia Nacional de Qualificação.	• Aprimora o alinhamento entre a oferta e a demanda de qualificação profissional e promove a oferta de cursos orientados à demanda, aumentando a empregabilidade dos trabalhadores para os desafios do futuro do trabalho.
Futuro Digital e Produtivo	Emprega Mais	Emprega Mais Qualificação - Normatização do Fundo a Fundo com previsão de uso do SuperTec.	• Resolução do CODEFAT para regulamentação das transferências de recursos do FAT para os fundos locais de trabalho para a execução de cursos de qualificação profissional por estados e municípios.
Futuro Digital e Produtivo	Emprega Mais	Emprega Mais Qualificação - Parceria para Educação Profissional ME/MEC.	• Oferta de qualificação profissional para empresas treinarem trabalhadores para novas vagas de emprego, por meio de parceria entre o Ministério da Economia e o Ministério da Educação.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2021

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Ação**	**Descrição**
Futuro Digital e Produtivo	Emprega Mais	Emprega Mais Qualificação - Portal de Qualificação no Todos por Todos.	• Portal de qualificação profissional, focada na promoção da oferta de cursos alinhados à demanda e no aumento da empregabilidade e da produtividade, utilizando metodologias e ferramentas de captação de demanda por qualificação e intermediação de cursos.
Futuro Digital e Produtivo	Emprega Mais	Emprega Mais Aprendiz - Aprendizagem Profissional 4.0.	• Projeto desenvolvido com o SENAI para elaboração de modalidade inovadora de aprendizagem profissional, por EaD, para formação direcionada para tecnologias habilitadoras da indústria 4.0.
Futuro Digital e Produtivo	Emprega Mais	Sistema Informatizado Mais Aprendiz.	• Aumenta a efetividade da Aprendizagem Profissional, em termos de cumprimento da cota, melhoria da formação técnico-profissional e empregabilidade dos jovens aprendizes, no contexto dos novos desafios do mundo do trabalho.
Futuro Digital e Produtivo	Emprega Mais	Aperfeiçoamento das regras do microcrédito (Res. CMN 4713 2019).	• Amplia o acesso aos serviços financeiros, com orientação e treinamento, para trabalhadores autônomos e microempreendedores em todo o país, com fundamento no modelo de sucesso do BNB, atualizado, adaptado e ampliado.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2021

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Ação**	**Descrição**
Futuro Digital e Produtivo	Emprega Mais	Emprega Mais SINE - Transformação Digital do SINE: MAPA DE INDICADORES.	• Ferramenta de apresentação dos índices de desempenho da Rede Sine.
Futuro Digital e Produtivo	Emprega Mais	Emprega Mais SINE - Transformação Digital do SINE: MAPA DO EMPREGO.	• Ferramenta de apresentação de dados de emprego regionalizados e das vagas disponíveis no Sine de maneira intuitiva para os trabalhadores (Mapa do Emprego).
Futuro Digital e Produtivo	Emprega Mais	Emprega Mais SINE - Transformação Digital do SINE: Novo processo de intermediação - Fase 1	• Processo de intermediação no SINE que permite que recrutadores acessem os currículos de candidatos antes da marcação de entrevistas, armazenar informações das interações e aprimorar a entrada de informações curriculares.
Futuro Digital e Produtivo	Emprega Mais	Microfinanças - Aperfeiçoamento do processo de cadastro de entidades no PNMPO.	• Aperfeiçoa a habilitação e o cadastro das instituições operadoras de que trata o caput do art. 3º da Lei n.º 13.636, de 20 de março de 2018, no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO e dá outras providências.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

DEMAIS ENTREGAS

ENTIDADES SUPERVISIONADAS



Resultados para a Sociedade. Entidades Supervisionadas

Relatório de Acompanhamento

A SEPEC

Eixo	Órgão Responsável	Resultados para a Sociedade
Modernização do Sistema Brasileiro de PI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial	• Plano de Combate ao Backlog implantado: mais de 70 mil processos de patentes decididos em 16 meses (Publicação das Resoluções INPI/PR n° 240 e nº 241/2019 e das Normas de Execução SEI n° 1 e nº 7/2019/DIRPA/PR) - redução de 50% do backlog
Modernização do Sistema Brasileiro de PI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial	• Operacionalização do Protocolo de Madri: liberado sistema para via internacional única para depósito de marcas a baixo custo em mais de 120 países (Decreto nº 10.033/2019)
Modernização do Sistema Brasileiro de PI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial	• Plano PI Digital: 100% dos serviços do Instituto acessíveis ao cidadão por meio digital.
Parcerias Estratégicas	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia	• Agilização de procedimentos de anuência de importação para operadores certificados de baixo risco (Portaria Conjunta INMETRO-RFB – Adesão ao Programa Operador Econômico Autorizado Integrado).

Resultados para a Sociedade. Entidades Supervisionadas

Relatório de Acompanhamento

A SEPEC

Eixo	Órgão Responsável	Resultados para a Sociedade
Fortalecimento do modelo da Zona Franca de Manaus	Superintendência da Zona Franca de Manaus	• 156 aprovações de projetos industriais e de serviços pelo Conselho de Administração da SUFRAMA em 2021; • De acordo com os pareceres dos projetos industriais e de serviços analisados, na Zona Franca de Manaus há expectativa de geração de 13.724 novos postos ade trabalho; • Projeção de faturamento para ZFM de US$ 17,7 bilhões em até 3 anos; • Aprovação de Projetos Agropecuários e afins aprovados, com Investimento total de R$ 34.443.293,91 e ocupação de 175 postos de trabalho, além da alienação de 14 lotes (140,237 hectares). (*) Dados tabulados até a Pauta 300 do CAS;
Fortalecimento do modelo da Zona Franca de Manaus	Superintendência da Zona Franca de Manaus	• Total Revisão e simplificação de marcos legais para dar maior agilidade na análise de projetos industriais e de serviços e na disposição e a utilização dos lotes disponibilizados pela SUFRAMA a empresas, com a publicação de 5 novas Resoluções (02/2021, 52/2021, 53/2021, 102/2021 e 205/2021) e Revogação de 2 Resoluções (101/2019 e 204/2019);

Fonte: NI 6/CGPRI/SPR

Resultados para a Sociedade. Entidades Supervisionadas

Relatório de Acompanhamento

A SEPEC		
Eixo	**Órgão Responsável**	**Resultados para a Sociedade**
Fortalecimento do modelo da Zona Franca de Manaus	**Superintendência da Zona Franca de Manaus**	• Acompanhamento de Projetos Industriais no ano de 2021,a emissão de: 177 Laudos de Operação; 223 Laudos de Produção; 129 Notas Técnicas; 197 Pareceres Técnicos; • Portarias emitidas para viabilizar o acompanhamento de projetos durante a pandemia: a) Portaria Suframa nº 20/2020, que possibilitou a emissão de laudos e pareceres a partir de relatório fotográfico; b) Portaria Suframa nº 445/2020, que incluiu a renovação automática de laudos por 120 dias; e c) Portaria Suframa 337/2021, que possibilitou o retorno gradual das visitas de inspeção técnica;
Fortalecimento do modelo da Zona Franca de Manaus	**Superintendência da Zona Franca de Manaus**	• Realização da integração do Sistema de Cadastro SUFRAMA – CADSUF com a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim), permitindo o acesso automatizado a inúmeras bases de dados dos estados abrangidos pela área de atuação da SUFRAMA. As Juntas Comerciais dos estados do AM e RR já estão integradas. Os demais estados estão com o processo em fase conclusiva.

Fonte: SAO

Resultados para a Sociedade. Entidades Supervisionadas

Relatório de Acompanhamento

A SEPEC		
Eixo	**Órgão Responsável**	**Resultados para a Sociedade**
Fortalecimento do modelo da Zona Franca de Manaus	**Superintendência da Zona Franca de Manaus**	• Aprimoramento da Gestão, Governança e Transparência no contexto dos investimento de PD&I com a assinatura de Acordo de Cooperação Técnica com a SEGES/DTRU, para viabilizar ações preparatórias para operacionalizar na Plataforma + Brasil parte dos investimentos de PD&I decorrentes de obrigações de empresas beneficiárias da Lei n° 8.387/1991 (Lei de Informática) no âmbito do PIM. • Otimização dos procedimentos internos e simplificação administrativa com a assinatura de Ato Administrativo definindo parâmetros para análise informatizada da prestação de contas dos convênios da Suframa na Plataforma +Brasil. • Aprimoramento das ações de governança institucional com a instituição de Comitê de Aplicação do Sistema de Melhoria da Gestão – SMEG, instituído pela Instrução Normativa SEGES nº 05, de 24 de junho de 2019.
Fortalecimento do modelo da Zona Franca de Manaus	**Superintendência da Zona Franca de Manaus**	• Assinatura de 4 ACT`s que visam fortalecer as parcerias institucionais entre a Suframa e diversos atores que atuam com desenvolvimento regional, criando sinergia e equalizando projetos com maior eficiência e eficácia nos resultados.

Fonte: SAP

Resultados para a Sociedade. Entidades Supervisionadas

Relatório de Acompanhamento

A SEPEC

Eixo	Órgão Responsável	Resultados para a Sociedade
Aumento da maturidade digital do setor produtivo brasileiro	**Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI**	• Aumentar a maturidade digital das pequenas e médias empresas atendidas pela ABDI em 5% • Aumentar a parcela do setor produtivo que consume produtos e serviços para a Jornada Digital em 2% • Aumentar a maturidade digital de empresas beneficiadas pelo Digital.BR em comparação com empresas não beneficiadas em 5% • Aumentar a adesão de instituições ao Digital.BR para 5% • Aumentar a conversão de visitantes em cadastrados no Portal do Programa Brasil Mais para 2% • Aumentar a conversão e registros de beneficiários ao HUBTEC para 2% • Aumentar a conversão e registros de beneficiários ao Monitor das Profissões para 2% • Aumentar a conversão e registros de beneficiários ao HUBTEC para 2% • Aumentar a conversão e registros de beneficiários ao Monitor das Profissões para 2% • Aumentar a resiliência de profissionais atendidos pela ABDI com capacitação em segurança cibernética em 15% • Aumentar o número de novas tecnologias, metodologias e processos BIM adotados pelo setor produtivo em 35 • Aumentar a maturidade BIM das empresas atendidas pela ABDI em 5% • Aumentar a adesão das capacitações por profissionais em BIM para 2% • Aumentar o número de tecnologias e processos da Indústria 4.0 adotadas pelas empresas atendidas pela ABDI em 50 • Aumentar a prontidão 4.0 do setor produtivo atendido pela ABDI em 5%

A SEPEC

- Acordo de Cooperação Técnica nº 62/2020 Suframa – DTRU/ME
- Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2021 Suframa – SUDAM
- Acordo de Cooperação Técnica Suframa/INPI/IFAM
- ACT's para desenvolvimento de Projetos de Cidades Inteligentes na Amazônia.



ABORDAGEM DIVERSIFICADA, CONVERGÊNCIA DE PROPÓSITOS

DEMAIS ENTREGAS

12 TASK FORCES - COVID19



Resultados para a Sociedade – 12 Task Forces –Covid-19*

Relatório de Acompanhamento SEPEC, ME 2021

A SEPEC	
Eixo	**Resultados para a Sociedade**
Task Forces - Covid-19	• O **PEAC FGI** proporcionou mais de 136 mil contratos resultando em um valor total contratado de mais de R$ 92 bi; • O **PRONAMPE** proporcionou mais de 516 mil contratos e um total de R$ 37,5 bi; • O **Fundo de Apoio a Micro e Pequena Empresa (FAMPE)** proporcionou mais de 32 mil contratações de linhas de crédito, resultando em um valor total contratado de mais de R$ 2,3 bi; • O **PEAC Maquininhas** proporcionou mais de 114 mil contratos e um total de R$ 3,1 bi. • Resultado em um total de mais de R$ 134 bi em mais de 798 mil contratos.
Task Forces - Covid-19	• O Portal Vamos Vencer** facilitou o entendimento do setor produtivo a respeito das centenas de ações apresentadas pelo Governo Federal, segmentando as ações por Setor e Perfil do empreendedor.
Task Forces - Covid-19	• Com a Gestão das 3.005 Contribuições do Setor Produtivo, 1.479 foram implementadas totalmente ou parcialmente em diversas categorias como: fôlego ao fluxo de caixa, manutenção da oferta de bens e serviços, desburocratizações, crédito, setoriais, trabalhistas e preservação do consumo responsável.
Task Forces - Covid-19	• Lançamento do Portal de Qualificações*** com mais de 700 cursos gratuitos e mais de 1,4 milhões de acessos únicos desde 3 abril de 2020. Os cursos oferecidos são frutos de parcerias com por renomadas escolas de negócios e de qualificação profissional. Entre elas: Microsoft, Conquer, Senai, Senat, Sebrae, Edu Livre, English Live (EF), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Fundação Bradesco, Google, e várias outras.

* Ações realizadas até o final de 2020 por possuírem caráter emergencial. Ações que tiveram continuidade, foram explícitas nos demais capítulos.

**Site: (https://www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/covid-19)

***Site: (https://www.gov.br/pt-br/todosportodos/cursos-ead)

Resultados para a Sociedade – 12 Task Forces –Covid-19*

Relatório de Acompanhamento SEPEC, ME 2021

A SEPEC

Eixo	Resultados para a Sociedade
Task Forces - Covid-19	• **Remarque Não Cancele** (MPV n 948), voltada ao setor de turismo e hotelaria, que permite ao consumidor que altere suas reservas, compras e viagens agendadas antes da pandemia, de maneira a não causar grande déficit de caixa a empresas de todo o país.
Task Forces - Covid-19	• **Demodays Online do InovAtiva Conecta** resultou em 66 startups participantes e 56% das startups que responderam a avaliação de impacto foram contactadas por potenciais investidores e clientes após as apresentações online. Com relação a visibilidade do programa, houveram cerca de 3.400 acessos aos vídeos dos demodays. • **Site InovAtiva Coronavírus,** o programa de aceleração de startups InovAtiva Brasil reuniu em seu site informações sobre iniciativas de apoio à startups no combate à COVID-19 e foi acessado mais de 7.200 vezes.
Task Forces - Covid-19	• **Soluções de Inovações de Startups** resultou em parcerias com Startups para a produção mensal dos seguintes testes: (i) PCR (1.770.000 testes);(ii) Elisa (1.498.000 testes); (iii) Rápido (7.600.000 testes)
Task Forces - Covid-19	• **Stand-Still** dos empréstimos do setor de saneamento básico com recursos do FGTS (R$ 700 milhões).
Task Forces - Covid-19	• **MP 952**, garante o diferimento de encargos para o setor de Telecom (R$4 bilhões).

* Ações realizadas até o final de 2020 por possuírem caráter emergencial. Ações que tiveram continuidade, foram explícitas nos demais capítulos.

Resultados para a Sociedade – 12 Task Forces –Covid-19*

Relatório de Acompanhamento SEPEC, ME 2021

A SEPEC	
Eixo	**Resultados para a Sociedade**
Task Forces - Covid-19	• **MP 950**, garante a isenção de tarifa de energia elétrica à população de baixa renda (R$900 milhões).
Task Forces - Covid-19	• **Decretos 10.350 e 10.377**, regulamenta a operação financeira de garantia ao fluxo de caixa do setor elétrico (R$16 bilhões), bem como oferece aos grandes consumidores de energia a oportunidade de parcelar os valores referentes à sua demanda contratada (contratos “take or pay”).
Task Forces - Covid-19	• **(i) Álcool Gel 70% e (ii) Álcool 70%:** (i) Desenvolvimento junto a iniciativa privada para inovação e desenvolvimento de novo espessante (insumo gel) e inclusão de novos produtores (setores de bebidas, cosméticos, tintas, higiene e limpeza, etc). Produção mais do que triplicada. Possibilidade de Brasil se tornar exportador do produto. (ii) Articulação com as entidades produtoras e flexibilização das normas da ANVISA para aumento do número de empresas produtoras.
Task Forces - Covid-19	• **Máscaras e Aventais hospitalares**. - Articulação com setor têxtil, montadoras de veículos e empresas de celulose para aproveitamento da capacidade instalada ociosa para produção. Crescimento em 15 vezes da oferta pré-crise.

* Ações realizadas até o final de 2020 por possuírem caráter emergencial. Ações que tiveram continuidade, foram explícitas nos demais capítulos.

Resultados para a Sociedade – 12 Task Forces –Covid-19*

Relatório de Acompanhamento SEPEC, ME 2021

A SEPEC	
Eixo	**Resultados para a Sociedade**
Task Forces - Covid-19	• **Portaria nº 102, de 20 de março de 2020:** Através da simplificação de procedimentos para certificação de produtos estratégicos é suspenso pelo prazo de 12 meses a compulsoriedade da certificação de EPIs e de luvas, mantidos os requisitos de segurança dos produtos.
Task Forces - Covid-19	• **Portaria nº 149, de 7 de abril de 2020:** Criação da modalidade de trâmite prioritário, em caráter emergencial, para os processos de patente relacionados com o tratamento de doenças provocadas pelo Covid-19.
Task Forces - Covid-19	• **Portaria º 320, de 24 de abril de 2020:** Abre a possibilidade para que as empresas beneficiadas pela Lei de Informática da Zona Franca de Manaus (ZFM) aportem, até o dia 31 de dezembro deste ano, recursos das obrigações de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) em projetos que gerem produtos, serviços ou processos – incorporando características inovadoras regionais – que auxiliem no combate ao novo coronavírus (Covid-19) nos estados da Amazônia Ocidental (Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia) e Amapá.
Task Forces - Covid-19	• **Ventiladores Pulmonares:** Coordenação de consórcios de empresas industriais e planejamento da produção de mais de 16.200 ventiladores pulmonares, doados ou adquiridos por meio de Contratos com o SUS e cerca de 3.500 reparados através de parcerias com a iniciativa privada.

* Ações realizadas até o final de 2020 por possuírem caráter emergencial. Ações que tiveram continuidade, foram explícitas nos demais capítulos.

CAPÍTULO 3

ATIVIDADE 1

PROGRAMAS ESTRATÉGICOS SEPEC

Redução do Custo Brasil
Atividade 1

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Redução do Custo Brasil | **Atividade 2** | **Atividade 3**

1. Redução do Custo Brasil

Detalhamento

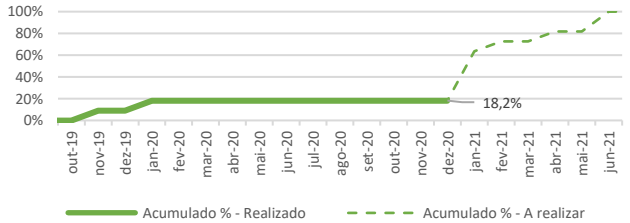
- **Justificativa do Programa:** toda a complexidade dos aspectos legais e burocráticos do país aumentam o chamado custo Brasil. Esse cenário dificulta a sobrevivência e inibe a abertura de novas empresas. Percebeu-se, também, a necessidade de se estabelecer um canal de comunicação efetivo e transparente entre o setor produtivo e o Governo Federal para que as contribuições possam ser aproveitadas na elaboração de projetos.
- **Evidência:** custo brasil apurado em R$ 1,5 trilhão[1].
- **Objetivos do Programa:** diminuir custo Brasil e promover a melhoria do ambiente de negócios.
- **Indicador Estratégico:** métricas Custo Brasil.
- **Eixo Estratégico:** Ambiente de Negócios

- **Projetos:**
  - Custo Brasil;
  - Pró-Segurança Jurídica ;
  - Medidas Ambiente de Negócios;

Meta e Avanço das Entregas

- **Legado:**
  - Reduzir o custo Brasil em R$ 1 trilhão
  - + 30% de produtividade das MPEs
  - Levar o Brasil ao top 50 dos melhores países do mundo para se fazer negócios até 2022
- **Meta Estratégica:**
  - Levar o Brasil ao top 50 dos melhores países do mundo para se fazer negócios até 2022
  - Reduzir o custo Brasil em R$ 1 trilhão

Avanço das Entregas



[1]Boston Consulting Group, 2019.

Redução do Custo Brasil
Atividade 1

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Redução do Custo Brasil → **Atividade 2** → **Atividade 3**

Projetos	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
Custo Brasil	• Objetiva reduzir o custo Brasil ao aumentar nível de agilidade e transparência do governo, criar canal de comunicação com o setor privado e acompanhamento da sociedade das medidas submetidas e em andamento, fazendo com que as políticas públicas adotadas possam ser mais efetivas e de fato proporcionarem uma melhoria do ambiente de negócios.	• Lançamento do PMCC (Portaria SEPEC/ME nº 12.302 de 28/11/19); • Abertura do canal único de propostas para a sociedade; • Construção de ferramenta CRM para sociedade com mapeamento e status dos pleitos *Real Time*; • Criação do Site Redução do Custo Brasil; • Lançamento da Frente Parlamentar Pelo Brasil Competitivo.	• Eventos de Coalizão em 10 entes federativos; • Atendimento das proposições com impacto setorial em 50%; • Atendimento das proposições da 2ª Onda Pandemia em 60%. • Precificação Final dos Projetos do Custo Brasil - R$ 1,1 Trilhão e disponibilização para a sociedade.
Pró Segurança Jurídica	• Promove melhoria no ambiente de negócios no Brasil ao dar mais previsibilidade às decisões judiciais e conter a crise numérica da Justiça.	• Avaliar, definir, propor e acompanhar as estratégias dos GTAs. • Definição de próximos passos/plano de ação.	• Articulação parlamentar para aprovação de Projeto. • PL de Segurança Jurídica sancionado pela Presidencia.
Ambiente de Negócios	• Traça estratégia e implementa instrumentos legais para: Levar o Brasil ao top 50 dos melhores países do mundo para se fazer negócios até 2022 e atingir a média da OCDE no Product Market Regulation até 2022 (resultados demonstrados em 2023).	• Elaboração da Minuta de Medida Provisória do Ambiente de Negócios. • Articulação Parlamentar para viabilizar Projeto; • MPAN: MP do Ambiente de Negócios (1.040/2021) - Sancionada pela Presidencia da República; • Índice de Concorrência dos Municípios (ICM).	• Relatório com Estratégia do caminho para o Top 50. • Tranformação Concorrencial *Global Competitiveness Index.*

Legado: Reduzir o custo Brasil em R$ 1 trilhão; + 30% de produtividade das MPEs; Atingir Levar o Brasil ao top 50 dos melhores países do mundo para se fazer negócios até 2022

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência para a Prosperidade | Atividade 2 | Atividade 3

2. Concorrência para a Prosperidade

Detalhamento

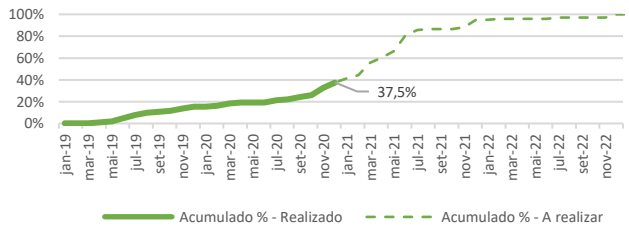
- **Justificativa do Programa:** o país encontra-se em baixas posições nos rankings de competitividade, as evidências mostram a necessidade de melhorias no ambiente de negócios e incentivo à concorrência.
- **Evidência:** Posição do Brasil no Pilar 7 Product Market do GCI = 124° de 190 países (Publicação de 2019).
- **Objetivos do Programa:** desburocratizar, desverticalizar, e contribuir para a evolução positiva da competição e funcionamento dos mercados.
- **Indicador Estratégico:** Pilar 7 do Global Competitiveness Index.
- **Eixo Estratégico:** Choque de Investimento Privado

- **Projetos:**
  - Pró Liberdade Profissional
  - Pró Terra
  - Novo Mercado de Gás
  - Pró Construção Civil
  - Pró Saúde
  - Pró Combustíveis
  - Novo Upstream – E&P
  - Acompanhamento da Modernização do Setor Elétrico
  - Pró Conecta
  - Pró Crédito
  - Pró Logística
  - Pró Mercado de Capitais
  - Reg OCDE
  - Pró Comex
  - Pró Turismo
  - Corretagem de Imóveis

Meta e Avanço das Entregas

- **Legado:**
  - + R$ 107 bi a.a em investimentos privados em infraestrutura
  - Atingir a média da OCDE no ranking PMR em 2 anos
- **Meta Estratégica:**
  - Alcançar a posição 114° Pilar 7, Product Market, do Global Competitiveness Index até 2022

Avanço das Entregas



Concorrência Para a Prosperidade
Atividade 1

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para a Prosperidade → **Atividade 2** → **Atividade 3**

Projetos	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
Pró-Construção Civil	• Estabelece medidas de desoneração, desregulação e liberalização do setor de construção civil além da automatização dos licenciamentos de Baixo Risco B e digitalização dos procedimentos.	• Elaboração do Plano de Ação; • Resolução CGSIM (CGSIM Nº 64) - Licenciamento Urbanístico Integrado	• MP da Construção Civil aprovada no Congresso Nacional; • MP da Construção Civil Sancionada pela Presidência da República.
Pró-Liberdade profissional	• Promove a retirada de barreiras concorrenciais para atuação profissional.	• Elaboração do Plano de Ação; • PL Engenheiros enviado ao Congresso Nacional.	• Aprovação do PL dos Engenheiros no Congresso Nacional; • MP da Revalidação de Diplomas publicada; • Portaria para atração de estrangeiros qualificados; • Envio do PL de Liberdade Profissional Arq, Cont, Corret e Adv ao Congresso.
Pró-Terra	• Visa incentivar o investimento privado de empresas nacionais e estrangeiras por meio de conjunto de iniciativas para eliminar barreiras regulatórias e reduzir custos de transação que comprometem a utilização econômica eficiente da terra.	• PL de Terras indígenas enviada ao Congresso Nacional; • PL de aquisição de terras por estrangeiros enviado ao Congresso; • PL do desenvolvimento verde da Amazônia enviada ao Congresso Nacional;	• Aprovação do PL de Modernização das Concessões Florestais no Congresso; • Publicação MP do Setor Nuclear; • Aprovação PL de Desapropriação; • Aprovação PL de Faixa de Fronteira; • Publicação Decreto Faixa de Fronteira • Publicação Decreto sobre Cavidades Naturais Subterrâneas;

Legado: + R$ 107 bi a.a em investimentos privados em infraestrutura; atingir a média da OCDE no ranking PMR em 2 anos.
Metas Estratégicas: Alcançar a posição 114° Pilar 7, Product Market, do GCI até 2022.

Concorrência Para a Prosperidade
Atividade 1

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para a Prosperidade → **Atividade 2** → **Atividade 3**

Projetos	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
Pró-Saúde	• Aperfeiçoamentos regulatórios para a promoção da concorrência no setor de saúde.	• Elaboração do Plano de Ação; • MIPs - Liberação da Regulação de Preços; • Revisão da Portaria INMETRO nº 54/2016.	• Publicação da MP da saúde; • Revisão da Resolução CMED nº 02/2004; • Resolução CONSU para ampliar a oferta de planos de Saúde;
Pró-Combustíveis	• Iniciativas de revisão regulatória para incentivar a concorrência e a redução de custos de transação.	• Apoio a elaboração da MP Mercado de Combustíveis - Enviada ao Congresso Nacional; • Compromissos de Desinvestimento da Petrobras em Refino; • Resoluções CNPE para abertura concorrencial e incentivo ao investimento.	• PL do fim da reserva de mercado de biodiesel – Aprovado no Congresso Nacional e Sancionada pela Presidência da República; • Apoio a elaboração da MP Mercado de Combustíveis - Sancionada pelo Presidente da República; • Resolução ANP sobre Venda Direta de Etanol

Legado: + R$ 107 bi a.a em investimentos privados em infraestrutura; atingir a média da OCDE no ranking PMR em 2 anos.
Metas Estratégicas: Alcançar a posição 114° Pilar 7, Product Market, do GCI até 2022.

Concorrência Para a Prosperidade
Atividade 1

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para a Prosperidade → **Atividade 2** → **Atividade 3**

Projetos	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
Novo Mercado de Gás	• Estímula à concorrência e desburocratização do mercado de gás natural e combustíveis (derivados de petróleo e renováveis).	• PL do Gás (PL 6.407/2013) - Sancionada pelo Presidente da República; • Arrendamento de terminal GNL- BA; • Chamada Pública do Gasbol; • Decreto nº 10.712/2021 (Regulamentador da Lei do Gás); • Decreto nº 9.934/2019 (Monitoramento do Novo Mercado de Gás); • Lei 14.052/2020 (PL do Risco Hidrológico sem Brasduto) - Sancionada pelo Presidente da República;	• Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum para Veículos à GNL • Regulação da Comercialização e Carregamento de Gás Natural; • Resolução sobre Autonomia do Transportador de Gás Natural; • Resolução sobre Cálculo das Tarifas de Transporte de Gás Natural; • Resolução sobre Sistema de Transporte de gás natural; • Resolução CNPE (medidas complementares para o Novo Mercado de Gás Natural)
Novo Upstream - Segmento de E&P	• Engloba aperfeiçoamentos regulatórios para a promoção da concorrência nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural.	• Resolução CNPE sobre Prorrogação de Contratos de E&P; • Decreto nº 10.320/2020 (Institui o Programa para Aprimoramento das Licitações de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural - BidSIM); • Resolução ANP - Serviço de Refino (CP 16/2020).	• PL do Regime de Partilha (PL 3178/19) - Sancionada Pela Presidência da República; • Impedir que PL conteúdo Local seja aprovada no Congresso Nacional e Sancionada pela Presidência da República.

Legado: + R$ 107 bi a.a em investimentos privados em infraestrutura; atingir a média da OCDE no ranking PMR em 2 anos.
Metas Estratégicas: Alcançar a posição 114° Pilar 7, Product Market, do GCI até 2022.

Concorrência Para a Prosperidade
Atividade 1

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para a Prosperidade → **Atividade 2** → **Atividade 3**

Projetos	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
Acompanhamento da Modernização do Setor Elétrico	• Acompanhamento da desestatização da Eletrobrás. A expectativa do Governo Federal é que a desestatização aumente a eficiência da empresa e traga competitividade para o setor de energia elétrica.	• NT para relatório de auditoria da CGU sobre PL 5877/2019; • Acompanhamento MP Desestatização da Eletrobrás (MP 1.031/2021) - Sancionada pelo Presidente da República	• Acompanhamento da Desestatização da Eletrobras.
Pró-Conecta	• Traz medidas que visam eliminar barreiras regulatórias que comprometem o setor de telecomunicações, facilitar o investimento de capital estrangeiro no país, incentivar investimento privado de companhias nacionais, reduzir custos de transação dos setores público e privado, diminuir insegurança jurídica no setor e viabilizar novos modelos de negócios.	• Apoio e Estruturação de Medida para Novo Marco de Telecom PLC 79/2019 para criação da Lei 13.879/2019; • Estudo Segurança Cibernética no 5G; • MP VSat (1.018/2020) - Sancionada pela Presidencia da República; • PL IoT - (PL 6.549/2019) - Sancionada pela Presidencia da República; • PL Reestruturação do FUST (172/2020) - Sancionada pela Presidencia da República.	• PEC do Capital Estrangeiro na Radiodifusão - Sancionada pela Presidencia da República; • MP da Concorrência no Audiovisual – Aprovada pelo Congresso Nacional e Sancionada pela Presidência da República; • Decreto para Modular os Princípios de Neutralidade da Rede ao Novos Serviços do 5G.
Pró-Crédito	• Remoção e aprimoramentos regulatórios no setor para maior dinamização no mercado de crédito por meio de redução de taxas e maior acesso	• Cadastro Positivo; • Decreto nº 9.936/2019 (Regulamenta Cadastro Positivo); • Queda de Tarifas da Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP); • Pagamentos de Tributos Federais por meio de DARF (Fintechs)	• PL Mutualismo no setor de seguros aprovada no Congresso Nacional e sancionado pela Presidência da República; • Primeira Onda do Open Banking - Interface Institucionalizada Seae/Bacen

Legado: + R$ 107 bi a.a em investimentos privados em infraestrutura; atingir a média da OCDE no ranking PMR em 2 anos.
Metas Estratégicas: Alcançar a posição 114° Pilar 7, Product Market, do GCI até 2022.

Concorrência Para a Prosperidade
Atividade 1

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para a Prosperidade → **Atividade 2** → **Atividade 3**

Projetos	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
Pró-Logística	• Desenvolvimento da logística no Brasil por meio de aprimoramentos regulatórios que aumentem a concorrência, com maior oferta de serviços e melhoria do ambiente de negócios.	• PL do Free Flow (886/2021) - Sancionada pelo Presidente da República; • Decreto nº 10.121/2019 (Não renovação do acordo com o Chile); • Decreto nº 10.786/2021 (Denúncias dos acordos marítimos com ARG e URU); • Resolução CPPI de Diretrizes Concorrenciais para o Triip; • Revisão das regras de slots em Congonhas (Decisão ANAC 109/2019); • PL BR do Mar Cabotagem (PL 4.199/2020) - Enviada ao Congresso Nacional	• MP Voo Simples publicada; • PL BR do Mar Cabotagem (PL 4.199/2020) aprovada no Congresso Nacional e sancionada pelo Presidência da República; • PL da Praticagem Enviado ao Congresso Nacional; • PL de Revisão do AFRMM Enviada ao Congresso Nacional; • Impedir que PL sobre o Triip prospere.
Pró-Mercado de Capitais	• Remoção e aprimoramentos regulatórios no setor para maior dinamização no mercado de capitais por meio de redução de taxas e maior acesso.	• Internalização de Ordens Negociais.	• Elaboração de Plano de Ação para próximos passos.
Reg- OCDE	• Melhores práticas regulatórias com foco em promoção da competitividade.	• Diagnóstico das dimensões para entendimento dos gaps e priorização dos trabalhos; • Estratégia de Melhoria Regulatória: PMR OCDE; • Recomendação OCDE sobre Neutralidade Concorrencial	• PL Lobbying aprovada pelo Congresso Nacional e Sancionada pela Presidência da República;

Legado: + R$ 107 bi a.a em investimentos privados em infraestrutura; atingir a média da OCDE no ranking PMR em 2 anos.
Metas Estratégicas: Alcançar a posição 114° Pilar 7, Product Market, do GCI até 2022.

Concorrência Para a Prosperidade
Atividade 1

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para a Prosperidade → **Atividade 2** → **Atividade 3**

Projetos	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
Pró-Comex	• O Pró-Comex trabalha para que o comércio exterior seja uma via efetiva de concorrência no mercado local, promovendo uma maior contestabilidade do mercado por parte das importações.	• Acordo de Livre Comércio entre Brasil e Chile; • Marco Legal das Zonas de Processamento de Exportações ZPEs (MP 1.033/2021) sancionada pelo Presidente da República; • Assinatura da Convenção de Singapura; • Decreto nº 10.839/2021 (Medidas Compensatórias); • ADTs Emirados Arabes, Suíça e Cingapura.	• ADT com Reino Unido; • Elaboração de redação do novo Decreto que regulamentará nova lei de ZPE.
Pró-Turismo	• Implementação de medidas legais que garantam segurança jurídica à investidores no setor para resultar em relevante atração de investimentos na infraestrutura hoteleira, turística e logística, com impactos na economia e na geração de emprego e renda.	• Elaboração do Plano de Ação;	• PL Delegação de competência sobre Resorts Integrados aprovada no Congresso Nacional e Sancionada pela Presidencia da República; • PL dos Investimentos Turísticos aprovada no Congresso Nacional e Sancionada pela Presidencia da República
Corretagem de Imóveis	• Projeto altera o Decreto nº 81.871/1978, que regulamenta a profissão de corretor de imóveis. Visa desburocratizar a entrada de profissionais na área e diminuir a restrição advindas de regulações no setor.	• Elaboração do Plano de Ação; • Elaboração da minuta;	• Publicação do Decreto Corretagem de Imóveis.

Legado: + R$ 107 bi a.a em investimentos privados em infraestrutura; atingir a média da OCDE no ranking PMR em 2 anos.
Metas Estratégicas: Alcançar a posição 114° Pilar 7, Product Market, do GCI até 2022.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: A Grande Desregulamentação | Atividade 2 | Atividade 3

3. A Grande Desregulamentação

Detalhamento

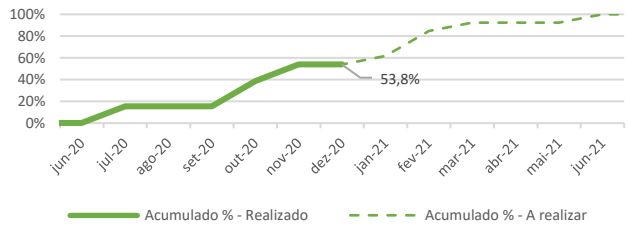
- **Justificativa do Programa:** a alta carga regulatória inibe a alocação eficiente de recursos e constitui barreira não-tarifária ao comércio internacional de serviços, com impactos na produtividade e na competitividade. A baixa posição do país nos rankings citados é reflexo de um arcabouço regulatório que prejudica o ambiente concorrencial e a liberdade econômica.
- **Evidência:** estima-se que o custo no Brasil para atuar em ambiente jurídico-regulatório tem uma diferença entre 160 a 200 bilhões de reais ao ano em relação à média dos países da OCDE.
- **Objetivos do Programa:** melhorar o ambiente de negócios, a competitividade e a participação do Brasil no comércio internacional.
- **Indicador Estratégico:** GCI Pilar 07 (Product market)
- **Eixo Estratégico:** Ambiente de Negócios

- **Projetos:**
  - Observatório de Desregulamentação
  - Melhoria Regulatória
  - FIARC - Frente Intensiva de Avaliação Regulatória e Concorrencial

Meta e Avanço das Entregas

- **Legado:**
  - Reduzir o custo Brasil em R$ 1 trilhão
  - + 30% de produtividade das MPEs
  - Levar o Brasil ao top 50 dos melhores países do mundo para se fazer negócios até 2022
- **Meta Estratégica:**
  - Alcançar a posição 114° Pilar 7, Product Market, do Global Competitiveness Index até 2022
  - Levar o Brasil ao top 50 dos melhores países do mundo para se fazer negócios até 2022

Avanço das Entregas



A Grande Desregulamentação
Atividade 1

Atividade 1 – Programas Estratégicos: A Grande Desregulamentação → **Atividade 2** → **Atividade 3**

Projetos	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
Observatório de Desregulamentação	• Implantação do observatório Nacional de Desregulamentação, seguindo as práticas definidas no Manual de Melhoria Regulatória, contendo as aspirações regulatórias do país, o framework de desregulamentação e o compêndio das boas práticas de desregulamentação.	• IN da Desoneração Regulatória; • Curso de Licenciamento 4.0.	• Assinada Portaria do Observatório da Desregulação; • Implantação do Observatório.
FIARC - Frente Intensiva de Avaliação Regulatória e Concorrencial	• Aprimora o conjunto de normas infralegais que disciplinam questões de natureza regulatória e concorrencial no Brasil. O programa buscará identificar e avaliar, nesse conjunto de normas, aquelas que possam potencialmente causar distorção ou que possuam caráter anticompetitivo.	• Conclusão da Consulta Pública 01/2020; • Publicação da IN do FIARC.	• Avaliações no âmbito do FIARC.
Melhoria Regulatória	• Medidas transversais que ajudam a melhorar o ambiente regulatório do Brasil, com impactos positivos na competitividade e no ambiente de negócio do país.	• Assinado Protocolo de Boas Práticas Regulatórias entre Brasil e EUA; • Decreto n°10.411/2020 (Regulamenta a análise de impacto regulatório - AIR); • Guia para Decreto AIR (10.411/2020); • Calculadora de Onerosidade Regulatória; • Lançamento do Site Único (gov.br/reg).	• Decreto da Agenda Legislativa; • Decreto de Internalização do Protocolo de Boas Práticas – BrasilxEUA; • Decreto Desregulamentação; • Desenvolvida a Agenda Regulatória para Leis "Primárias"; • Módulos para a Calculadora de Onerosidade Regulatória – CalReg.

Legado: Reduzir o custo Brasil em R$ 1 trilhão; + 30% de produtividade das MPEs.
Metas Estratégicas: Alcançar a posição 114° Pilar 7, Product Market, do GCI até 2022.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Programas Regionais e Setoriais → **Atividade 2** → **Atividade 3**

4. Programas Regionais e Setoriais

Detalhamento

- **Justificativa do Programa:** Tendo em vista as baixas posições do país nos rankings mundiais e os diferentes cenários do país de extensões continentais, justificam-se os projetos de melhorias setoriais e regionais.
- **Evidência:** Posição do Brasil no Pilar 7 Product Market do GCI = 124° de 190 países (Publicação de 2019).
- **Objetivos do Programa:** executar projetos que contribuam para tornar o país mais eficiente, competitivo e produtivo por meio de propostas regionais e setoriais específicas.
- **Indicador Estratégico:** GCI Pilar 07 (Product market).
- **Eixo Estratégico:** Ambiente de Negócios

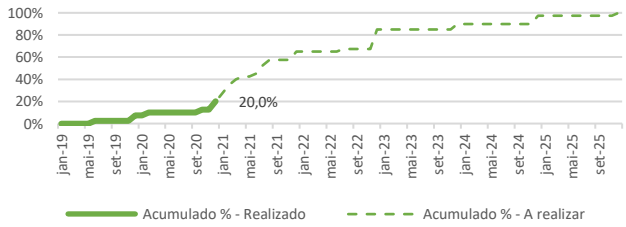
- **Projetos:**
  - Eficiência Máxima
  - Economia Verde
  - Mobilidade e Logística Sustentável
  - Reindustrializa Brasil
  - Destravando o Setor de Serviços e Comércio

Meta e Avanço das Entregas

- **Legado:**
  - Reduzir o custo Brasil em R$ 1 trilhão
  - + 30% de produtividade das MPEs
  - Levar o Brasil ao top 50 dos melhores países do mundo para se fazer negócios até 2022

- **Meta Estratégica:**
  - Alcançar a posição 114° Pilar 7, Product Market, do Global Competitiveness Index até 2022
  - Levar o Brasil ao top 50 dos melhores países do mundo para se fazer negócios até 2022

Avanço das Entregas



Regionais e Setoriais
Atividade 1

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Regionais e Setoriais → **Atividade 2** → **Atividade 3**

Projetos	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
Eficiência Máxima	• Zerar o backlog de todos os processos setoriais e proceder com a revisão dos atuais programas promovendo a eficiência máxima e gerando impactos positivos na economia; Garantir que os processos de Ex-Tarifário sejam realizados em até 45 dias; Garantir que os processos do PPBs sejam realizados em até 120 dias; Garantir que não existam processos pendentes de Convênio.	• Assinada Portaria Interministerial P&D - Rota 2030; • Decreto nº 10.602/2021 (Política industrial para o setor de tecnologias da informação e comunicação - PPB); • Decreto nº 10.615/2021 – PADIS; • PPB- portaria conjunta alterando o anexo do Decreto nº 10.356, de 2020; • PPB- portaria conjunta regulamentando a habilitação à Lei nº 8.248/1991 (LI); • Ex-tarifário / PPB - Lançamento do Site; • Plataforma Nacional de Mobilidade Elétrica • PPB – Concluido os processos de PPB em um prazo médio de 120 dias	• PPB – Publicado portaria conjunta regulamentando os ajustes de períodos cumulativos da Lei nº 8.248/1991 (LI); • Credenciamento de Programas Prioritários do Rota 2030; • PPB – Zerar backlog de processos; • Recriação do Conselho Gestor do Rota 2030 e do GT PPB; • Regulamentação do GT PPB.
Economia Verde	• Promover modelo econômico complementar para a Amazônia Legal através da melhoria do ambiente de negócios e do desenvolvimento sustentável com base em suas vantagens comparativas, por meio do incremento da bioeconomia e de atividades de baixo impacto ambiental, reduzindo a miséria e conservando a floresta	• NAV - Mapeamento da Bioeconomia na Amazônia (PRODOC/PNUD/SDIC) - Produto 4 - Relatório Final; • NAV - Programas Prioritários da Zona Franca de Manaus - CAPDA - Produto 4 - Pactuar os indicadores com os atores	• PL Crédito de Carbono (PL 528/21) – aprovada no Congresso Nacional e Sancionado pela Presidência da República; • PCE DA AMAZÔNIA - Metodologia SEBRAE - Plano de geração de emprego para 11 municípios da Amazônia; • ROTULAGEM AMBIENTAL - Divulgação do Guia para o setor produtivo; • CAPDA - Lançamento do Site Único.

Legado: Reduzir o custo Brasil em R$ 1 trilhão; + 30% de produtividade das MPEs.
Metas Estratégicas: Alcançar a posição 114° Pilar 7, Product Market, do GCI até 2022.

Regionais e Setoriais
Atividade 1

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Regionais e Setoriais → **Atividade 2** → **Atividade 3**

Projetos	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
Mobilidade e Logística Sustentável	• O projeto visa aumentar da competitividade da indústria automotiva nacional; Fomentar o desenvolvimento tecnológico; Incentivar a manutenção de atividades de P&D no país; Incentivar a manutenção e atração de investimentos produtivos ao país; Promover a redução do consumo de combustíveis fósseis, valorizando a matriz energética brasileira.	• Elaboração do Plano de Ação. • Resolução AUTOPEÇAS.	• MP da Renovação de Frota publicada; • Incluir no programa ABC/Plano Safra as máquinas movidas as novas tecnologias; • Assinatura de Portaria Regime de Importação de produtos automotivos; • Apresentação do Plano de trabalho de tecnologias sustentáveis; • Assinatura Decreto Renovação de Frota; • Assinatura Portaria Renovação de Frota; • Assinatura Resolução Conselho Renovar
Reindustrializa Brasil	• O projeto visa aumentar a competitividade da indústria nacional; Fomentar o desenvolvimento tecnológico; Substituir as técnicas e processos de produção, resultando em aumento da produtividade dos fatores e a geração de riqueza.	• Elaboração do Plano de Ação. • Definição dos produtos (commodities); • Contextualização: panorama atual, dados estatísticos, contexto mercadológico;	• Diretrizes para a agregação de valor aos produtos selecionados; • PDPs – Regularizar as PDPs objeto de redistribuição, de acordo com recomendação da CGU e CONJUR – 19 PDPs; • Implementação: articulação com os atores envolvidos; • Implementação: obtenção de recursos e estabelecimento de parcerias estratégicas; • Balanço dos resultados alcançados.

Legado: Reduzir o custo Brasil em R$ 1 trilhão; + 30% de produtividade das MPEs.
Metas Estratégicas: Alcançar a posição 114° Pilar 7, Product Market, do GCI até 2022.

Regionais e Setoriais
Atividade 1

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Regionais e Setoriais → **Atividade 2** → **Atividade 3**

Projetos	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
Destravando o Setor de Serviços e Comércio	• O projeto visa destravar os três setores que mais geram empregos no Brasil, como: construção, comércio e o horizonte das micro e pequenas empresas.	• Elaboração do Plano de Ação. • GUIA DO TURISMO - Definição das diretrizes estratégicas; • GUIA DO TURISMO – Lançamento do guia em parceira com o Ministério do Turismo.	• Aperfeiçoamento da obtenção do alvará de construção no eixo RJ – SP; • Implementação de melhores práticas permitindo a evolução no ambiente de negócios da Construção Civil; • Finalização do material dos 05 cursos EAD/ENAP e Guia com experimentos; • Assinatura do contrato de cessão de direitos da "Plataforma BIM-BR" para a ABDI; • Publicação das diretrizes estratégicas para combate a pirataria; • Publicação das diretrizes estratégicas aumentando em 25% a utilização de big data por parte de empresas de pequeno porte. • Disponibilização dos cursos gratuitos EAD/ENAP para a sociedade

Legado: Reduzir o custo Brasil em R$ 1 trilhão; + 30% de produtividade das MPEs.
Metas Estratégicas: Alcançar a posição 114° Pilar 7, Product Market, do GCI até 2022.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Emprega Mais | **Atividade 2** | **Atividade 3**

5. Emprega Mais

Detalhamento

- **Justificativa do Programa:** o país vem enfrentando sério problema de regressão na produtividade desde a década de 1990, perdendo competitividade frente a outros países emergentes, sendo a falta de qualificação profissional um dos principais fatores apontados para o agravamento desse quadro.
- **Evidência:** desde 1980 o Brasil apresenta aumento de produtividade do trabalho inferior a 0,5% a.a.; O SINE responde atualmente por 3,70% das colocações registradas no mercado formal de trabalho.
- **Objetivos do Programa:** visa a qualificação profissional dos trabalhadores brasileiros, a melhoria da intermediação para recolocação de mão de obra no mercado de trabalho, o aumento da efetividade da aprendizagem profissional dos jovens por meio de da implantação de plataformas digitais de aprendizagem e transformação digital do SiNE.
- **Indicador Estratégico:** participação das políticas ativas de emprego (Intermediação de mão de obra e qualificação) na colocação do trabalhador no mercado de trabalho formal.
- **Eixo Estratégico:** Futuro Digital e Produtivo

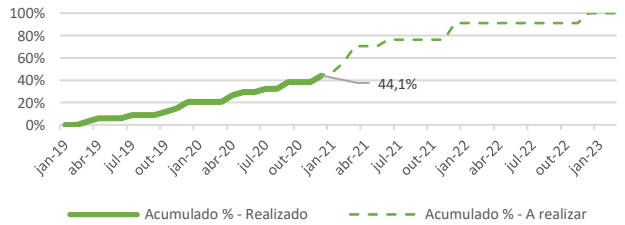
- **Projetos:**
  - Emprega Mais Qualificação
  - Emprega Mais SINE
  - Emprega Mais Aprendiz
  - Emprega Mais Microfinanças

Meta e Avanço das Entregas

- **Legado:**
  - + 20% de maturidade digital do setor produtivo
  - Ser Top 3 no ecossistema de startups mundial
  - Qualificar 10 mi de pessoas em TI.

- **Meta Estratégica:**
  - alcançar 16% de participação das políticas ativas de emprego (Intermediação de mão de obra e qualificação) na colocação do trabalhador no mercado de trabalho formal.

Avanço das Entregas



* De acordo com o disposto no Decreto n° 10.761/2021, publicado em 02 de agosto de 2021, este Programa foi extraído do escopo sob responsabilidade desta Secretaria Especial.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Emprega Mais → **Atividade 2** → **Atividade 3**

Projetos	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
Emprega + Qualificação	• Visa aprimorar o alinhamento entre a oferta e a demanda de qualificação profissional e promover a oferta de cursos orientados à demanda, aumentando a empregabilidade dos trabalhadores para os desafios do futuro do trabalho.	• Decreto n° 1.010/19 (Estratégia de Qualificação Profissional); • Acordo de Cooperação Técnica entre Senai e SEPEC para Vouchers; • Acordo de Cooperação Técnica entre SEPEC e Sebrae para Vouchers; • Elaboração da Estratégia Nacional de Qualificação; • Escola do Trabalhador 4.0 - Parceria Firmada entre Microsoft e SEPEC; • Normatização do Fundo a Fundo com previsão de uso do SuperTec; • Parceria para Educação Profissional Ministério da Economia e Ministério da Educação; • Portal de Qualificação no Todos por Todos; • Publicado Edital do Primeiro Contrato de Impacto Social (CIS)	• Projeto não faz mais parte das ações sob responsabilidade da SEPEC.

Legado: + 20% de maturidade digital do setor produtivo; Ser Top 3 no ecossistema de startups mundial; Qualificar 10 mi de pessoas em TI.
Metas Estratégicas: alcançar 16% de participação das políticas ativas de emprego (Intermediação de mão de obra e qualificação) na colocação do trabalhador no mercado de trabalho formal.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Emprega Mais → **Atividade 2** → **Atividade 3**

Projetos	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
Emprega + Aprendiz	• Alterações no arcabouço normativo legal e infralegal da Aprendizagem Profissional e institucionalização do Fórum Nacional de Aprendizagem Profissional. A iniciativa também abrange a intermediação da inserção de jovens talentos em contratos de aprendizagem na indústria 4.0 e a melhoria dos instrumentos de gestão e monitoramento da aprendizagem.	• Aprendizagem Profissional 4.0 - Elaboração de Modalidade inovadora de Aprendizagem Profissional, por EaD; • Sistema Informatizado Mais Aprendiz.	• Projeto não faz mais parte das ações sob responsabilidade da SEPEC.
Emprega + SiNE	• Plataforma de intermediação de mão de obra, com API para troca de dados com empresas Hrtechs e com entes federados parceiros e novas funções de perfilização e matching (machine learning).	• Estruturação do Fundo a Fundo: Portaria de Regulamentação do monitoramento e Relatório de Gestão; • Estruturação do Fundo a Fundo: Resolução regulamentando o monitoramento e o Relatório de Gestão; • Transformação Digital do SINE: MAPA DE INDICADORES; • Transformação Digital do SINE: MAPA DO EMPREGO; • Transformação Digital do SINE: Novo processo de intermediação - Fase 1.	• Projeto não faz mais parte das ações sob responsabilidade da SEPEC.

Legado: + 20% de maturidade digital do setor produtivo; Ser Top 3 no ecossistema de startups mundial; Qualificar 10 mi de pessoas em TI.
Metas Estratégicas: alcançar 16% de participação das políticas ativas de emprego (Intermediação de mão de obra e qualificação) na colocação do trabalhador no mercado de trabalho formal.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Emprega Mais | **Atividade 2** | **Atividade 3**

Projetos	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
Emprega + Microfinanças	• Ampliação do acesso aos serviços financeiros para trabalhadores autônomos e microempreendedores.	• Aperfeiçoamento das regras do microcrédito (Res. CMN 4713 2019); • Aperfeiçoamento do processo de cadastro de entidades no PNMPO; • Regulamentação das alterações promovidas no PNMPO pela Lei 13.999/2020 (Revisão da Portaria n. 1.190/2018).	• Projeto não faz mais parte das ações sob responsabilidade da SEPEC.

Legado: + 20% de maturidade digital do setor produtivo; Ser Top 3 no ecossistema de startups mundial; Qualificar 10 mi de pessoas em TI.
Metas Estratégicas: alcançar 16% de participação das políticas ativas de emprego (Intermediação de mão de obra e qualificação) na colocação do trabalhador no mercado de trabalho formal.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | Atividade 2 | Atividade 3

6. Investimento em Infraestrutura

Detalhamento

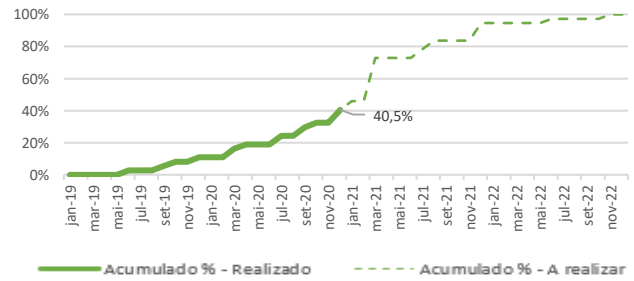
- **Justificativa do Programa:** além de ter uma infraestrutura precária, escassa e cara, o Brasil investe menos em infraestrutura que os países desenvolvidos.
- **Evidência:** o Brasil chegou a investir 6,3% do PIB em infraestrutura na década de 1970 contra 1,77% em 2017-18. Possui um estoque de infraestrutura de cerca de 36% do PIB, enquanto países desenvolvidos possuem, em média, mais que o dobro desse percentual. Em 2019, ocupamos a 78ª posição no ranking de Competitividade Global no pilar de infraestrutura.
- **Objetivos do Programa:** viabilizar investimentos nas áreas de habitação, ferrovias, telecomunicações, energia e saneamento a partir da liberalização do setor e atração do amplo e irrestrito investimento privado. O processo de elaboração do Plano Integrado de Longo Prazo da Infraestrutura, no âmbito do Governo Federal.
- **Indicador Estratégico:** % do PIB em investimentos em Infraestrutura; GCI Pilar 2 (Infrastructure);
- **Eixo Estratégico:** Choque de Investimento Privado

- **Projetos:**
  - Aproxima
  - Novo Marco do Saneamento Básico
  - Energia para o Crescimento - Modernização do Setor Elétrico
  - Digitaliza Brasil
  - Aprimoramentos no marco legal de concessões e PPPs
  - Ferrovias Produtivas
  - Planejamento Integrado de Longo Prazo
  - Observatório da Infraestrutura
  - Programa de Capacitação
  - Metodologias de Avaliação e Estruturação de Projetos
  - Resíduos Sólidos
  - Planejamento Subnacional de Longo Prazo
  - Infraestrutura para o Voo Simples

Meta e Avanço das Entregas

- **Legado:**
  - + R$ 107 bi a.a em investimentos privados em infraestrutura
  - Atingir a média da OCDE no ranking PMR em 2 anos
- **Meta Estratégica:**
  - Atingir 2,2% do PIB a.a em investimentos em infraestrutura
  - Alcançar a 76° posição no Pilar 2 do GCI até 2022

Avanço das Entregas



Investimento em Infraestrutura
Atividade 1

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura → **Atividade 2** → **Atividade 3**

Principais Entregas	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
Aproxima	• Ampliação da oferta de moradias nos grandes centros urbanos para famílias com renda bruta de 2 a 5 Salários Mínimos, a partir do aproveitamento de imóveis da União subutilizados inseridos em áreas urbanas consolidadas (com infraestrutura, serviços urbanos e oferta de trabalho).	• Acordo Cooperação com município piloto; • Alteração da Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo do Projeto Piloto; • Edição da Medida Legal que viabiliza a utilização dos terrenos da União.	• Regramento do Programa Aproxima (Portaria / Decreto); • Lançamento do Edital no Município Piloto; • Lançamento de editais nas 27 capitais; • Agenda de Apresentação a Investidores.
Novo Marco do Saneamento Básico	• Liberalização do setor e atração do amplo e irrestrito investimento privado para viabilizar a universalização do saneamento básico no Brasil até 2033.	• Decreto do CISB; • Decreto n°10.588/2020 (Apoio Técnico-Financeiro do Saneamento); • Decreto nº 10.710/2021 (Capacidade econômico-financeira); • Marco Legal do Saneamento Básico, Publicação da Lei n° 14.026/2020; • Leilão de CASAL, CEDAE e SANESUL; • Metodologia de cálculo para a indenização de investimentos em bens reversíveis não amortizados	• Decreto Regulamentador da nova Lei nº 11.445/07; • Decreto que regulamenta a Regionalização (Blocos de Referência); • Avaliação e proposição de alternativas para estrutura regulatória do setor de saneamento básico no Brasil.
Energia para o Crescimento – Modernização do Setor Elétrico	• Maior transparência do setor. Eliminação das arbitragens regulatórias do setor elétrico, que protegem segmentos específicos sem transparência e encarecem a tarifa de energia elétrica	• Aprovação do relatório PLS 232 pela CI do Senado; • Acompanhamento do Leilão A-4 e A-5.	• Votação do PLS 232 pela Câmara. • Sanção Presidencial do PL 232.

Legado: + R$ 107 bi a.a em investimentos privados em infraestrutura; atingir a média da OCDE no ranking PMR em 2 anos.
Metas Estratégicas: GCI – Infraestrutura (Pilar 02): da 78ª para a 76ª posição (2022); % do PIB em investimentos em Infraestrutura: de 1,77% para 2,2% do PIB Nacional (2022).

Investimento em Infraestrutura
Atividade 1

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura → **Atividade 2** → **Atividade 3**

Principais Entregas	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
Digitaliza Brasil	• Viabilização e expansão da rede de telecomunicações para massificação da banda larga e adoção do 5G.	• PL de Telecom PLC 79/2019 (Lei n° 13.879/2019) - Sancionado pela Presidência da República; • Decreto nº 10.480 (Ampliação da Infraestrutura de Telecomunicações); • Redução das taxas de IOT e VSAT - Colaboração de Estruturação e AcompanhamentoFinalização;	• Racionalização da tributação sobre Telecomunicações.
Aprimoramentos no marco legal de concessões e PPPs	• Aprimoramento do marco legal para a realização de parcerias de investimentos com o setor privado, com ênfase em regras que aumentem a segurança jurídica dos contratos, garantam a livre concorrência e o desenvolvimento do mercado de capitais, de forma a incentivar a aquisição de ativos de infraestrutura por investidores financeiros.	• Reuniões estratégicas com investidores financeiros de infraestrutura; • Reuniões estratégicas com 7 ministérios p/ fechar entendimento; • Proposta de alteração da Lei de Concessões e Parcerias Publico Privadas entregue ao Congesso Nacional.	• Votação do projeto pela Câmara dos Deputados • Lei de Concessões Votação do projeto pelo Senado Federal. • PL de PPPs de Concessões Sancionada pela Presidência da República.
Ferrovias Produtivas*	• Maior liberdade de iniciativa e de investimento privado, liberdade de preços, constituição de ferrovias privadas não reversíveis, etc. Destravamento de investimentos em infraestrutura ferroviária. Em especial, aos voltados para gargalos de acesso, novos ramais e extensões e ferrovias abandonadas.	• PL das Ferrovias (PLS 261/2018) - Aprovada no Senado Federal; • MP de Ferrovias - Redação de consenso; • MP de Ferrovias (MP nº 1065/2021) - Enviada ao Congresso Nacional;	• Projeto de Lei sancionado e promulgado; • Medida Provisória sancionada pela Presidência da República.

Legado: + R$ 107 bi a.a em investimentos privados em infraestrutura; atingir a média da OCDE no ranking PMR em 2 anos.
Metas Estratégicas: GCI – Infraestrutura (Pilar 02): da 78ª para a 76ª posição (2022); % do PIB em investimentos em Infraestrutura: de 1,77% para 2,2% do PIB Nacional (2022).

* Existem duas Medidas Legislativas com textos similares. As Medidas tramitam de forma simultânea por estratégia de viabilizar marco.

Investimento em Infraestrutura
Atividade 1

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura → **Atividade 2** → **Atividade 3**

Principais Entregas	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
Planejamento Integrado de Longo Prazo	• Padroniza e harmoniza o planejamento setorial de infraestrutura com racionalidade econômica e transparência propiciando a disseminação de informação qualificada pelo uso da metodologia ACB o que aumenta o potencial de seleção de melhores projetos	• Decreto Nº 10.526/2020 (Aprovação resolução PILPIE no CIG); • Projeções de variáveis econômicas necessárias aos planos setoriais. • Regimento Interno do Comitê Interministerial de Planejamento de Infraestrutura (CIP-Infra)	• Divulgação do 1º plano integrado de infraestrutura; • PILPI energia elétrica; • PILPI transportes; • PILPI recursos hídricos; • PILPI Telecomunicações.
Observatório da Infraestrutura	• Desenvolvimento de Hub de informações sobre a infraestrutura, trazendo de forma didática e objetiva as informações relevantes para o planejamento da infraestrutura nacional.	• Elaboração do Plano de Ação. • Observatório Beta;	• Manuais e vídeos de uso da plataforma; • Execução dos painéis do Observatório; • Lançamento do Observatório.
Programa de Capacitação	• Apresentar o diagnóstico da infraestrutura brasileira e difundir melhores práticas na avaliação de projetos de infraestrutura com base na metodologia *Five Case Model (5CM)* em parceria com o Tesouro Britânico.	• 1ª Turma ENAP - ACB socioeconômica de projetos de infraestrutura; • Realização 1ª turma 5CM; • Realização 2ª turma 5CM; • Realização 3ª turma 5CM; • Realização 4ª turma 5CM.	• Implementação do curso intermediário via ENAP; • Treinamento ACB - MDR Recursos Hídricos; • Treinamento ACB - MME/EPE Geração de Energia.
Metodologias de Avaliação	• Elaboração de guias metodológicos sobre avaliação de projetos de investimento em infraestrutura é composta por Guias gerais, Manuais setoriais e estudos de caso relacionados a análise socioeconômica de custo-benefício e ao arcabouço teórico do Five Case Model.	• Publicação Guia Geral de ACB; • Publicação da Taxa Social de Desconto; • Manual Setorial de Análise Socioeconômica de Custo Benefício para o Setor de Recursos Hídricos e Setor elétrico (versão SDI); • Publicação Guia Geral de Análise de Custo Benefício (ACB).	• Manual de Estruturação e Avaliação de Projetos de Infraestrutura (Five Case Model); • Manual Setorial de Análise Socioeconômica de Custo Benefício para o Setor de Transportes (versão CP); • Portaria de Publicação do Guia ACB.

Legado: + R$ 107 bi a.a em investimentos privados em infraestrutura; atingir a média da OCDE no ranking PMR em 2 anos.
Metas Estratégicas: GCI – Infraestrutura (Pilar 02): da 78ª para a 76ª posição (2022); % do PIB em investimentos em Infraestrutura: de 1,77% para 2,2% do PIB Nacional (2022).

Investimento em Infraestrutura
Atividade 1

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura → **Atividade 2** → **Atividade 3**

Principais Entregas	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
Resíduos Sólidos	• Estudos que apresentarão soluções ótimas, do ponto de vista de eficiência econômica e modelagem financeira, para a prestação de serviços de manejo de resíduos sólidos. Adicionalmente, resultará em um guia para estruturação de projetos de concessão seguindo a melhor prática internacional (5-Case Model).	• Elaboração do Plano de Ação.	• Guia 5 Case Model para Projetos de Resíduos Sólidos. • Estudo de Regionalização para Resíduos Sólidos; • Estudo para estruturação do Arcabouço Regulatório de Resíduos.
Planejamento Subnacional de Longo Prazo	• O Planejamento de Longo Prazo (PLP) é fundamental para obter maior eficiência e efetividade dos investimentos públicos e privados, considerando a cada vez maior escassez dos recursos disponíveis. Estabelece os eixos estratégicos que indicarão os projetos prioritários e os investimentos necessários para o alcance dos objetivos de desenvolvimento, vinculados a uma visão de futuro construída a partir das expectativas da sociedade.	• Elaboração do Plano de Ação. • Relatório com principais resultados das iniciativas do Programa LÍDER do SEBRAE.	• Divulgação do Guia Metodológico para Planejamento a Longo Prazo;
Infraestrutura para o Voo Simples	• O projeto do voo livre foi criado para simplificar e atualizar os processos e procedimentos relativos ao setor aéreo. O objetivo do Projeto é simplificar e atualizar processos e procedimentos relativos ao setor aéreo e à atuação da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.	• Elaboração do Plano de Ação. • Slots Aeroportuários - Estudo entregue à ANAC.	• Autorização de aeroportos privados; • Liberdade de compra do QAV (Acesso aos PAA's); • Slots Aeroportuários - Resolução ANAC editada.

Legado: + R$ 107 bi a.a em investimentos privados em infraestrutura; atingir a média da OCDE no ranking PMR em 2 anos.
Metas Estratégicas: GCI – Infraestrutura (Pilar 02): da 78ª para a 76ª posição (2022); % do PIB em investimentos em Infraestrutura: de 1,77% para 2,2% do PIB Nacional (2022).

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Brasil 4.0 | Atividade 2 | Atividade 3

7. Brasil 4.0

Detalhamento

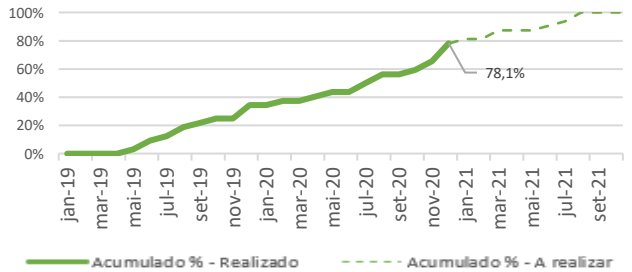
- **Justificativa do Programa:** há consenso na comunidade empresarial brasileira de que a inovação no país está abaixo de sua capacidade, o que limita o seu potencial de aumento da produtividade e competitividade.
- **Evidência:** posição no Ranking Global de Competividade Digital = 57° de 63 países no ano de 2019;
- **Objetivos do Programa:** modernizar a economia, aumentar a produtividade e competitividade das micro, pequenas e médias empresas, aperfeiçoar e facilitar o ambiente normativo para alavancar o ecossistema de startups e, alcançar um sistema de propriedade intelectual mais efetivo.
- **Indicador Estratégico:** Ambiente de Negócios Mundial
- **Eixo Estratégico:** Futuro Digital e Produtivo

- **Projetos:**
  - Brasil Mais
  - Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador
  - Inovativa 15K
  - Economia 4.0
  - PI Classe Mundial

Meta e Avanço das Entregas

- **Legado:**
  - + 20% de maturidade digital do setor produtivo
  - Ser Top 3 no ecossistema de startups mundial
- **Meta Estratégica:**
  - Levar o Brasil ao top 50 dos melhores países do mundo para se fazer negócios até 2022

Avanço das Entregas



Atividade 1 – Programas Estratégicos: Brasil 4.0 → **Atividade 2** → **Atividade 3**

Projetos	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
Brasil Mais	• Programa focado no aumento da produtividade das empresas brasileiras de todos setores da economia. Oferece conteúdo online de capacitação, apoio técnico e consultoria a empresas para o aprimoramento de competências como Gestão do Desempenho, Gestão por indicadores, Operação e Vendas, Capital Humano, Gestão Financeira e Gestão da Produção, além de suporte para transformação digital e adoção de tecnologias da Economia 4.0.	• Lançamento do Programa Reformulado – Brasil Mais; • Decreto nº 9.892/2019 (Nova Governança do Brasil Mais); • Reformulação da Plataforma Web e inserção de novos conteúdos; • Retomada dos atendimentos por SEBRAE e SENAI (copy); • 1º Ciclo de atendimento da Fase 1 do programa Brasil Mais (7 mil empresas); • 2º Ciclo de atendimento da Fase 1 do programa Brasil Mais (+21 mil empresas - total 28 mil).	• Avaliação de impacto do programa Brasil Mais (IPEA); • Avaliação de maturidade digital de MPMEs para o programa Brasil Mais - Parceria SEPEC/ME com BID; • Concurso para contratar tecnologias de capacitação de MPEs em Transformação Digital - programa Brasil Mais; • Desenho e piloto de metodologia de atendimento da Fase 2 do Brasil Mais - Transformação Digital; • Execução da Fase 3 do Brasil Mais Economia 4.0 em parceria com BNDES e SENAI.
Marco Legal de Startups	• Anteprojeto de Lei que visa melhorar o ambiente de negócios, facilitar o investimento nessas empresas, atrair talentos e alavancar o ecossistema de empreendedorismo inovador no Brasil.	• PLP do Marco legal das Startups enviado, pela Casa Civil, ao Congresso Nacional em 19/10/2020; • PLP do Marco legal das Startups aprovado no Congresso Nacional; • Marco Legal das Startups sancionado pela Presidência da República.	• Marco Legal das Startups 2.0; • Elaboração de minutas de atos normativos que regulamentam Lei aprovada.

Legado: + 20% de maturidade digital do setor produtivo; Ser Top 3 no ecossistema de startups mundial; Qualificar 10 mi de pessoas em TI.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Brasil 4.0 → **Atividade 2** → **Atividade 3**

Projetos	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
InovAtiva 15K	• Visa aumentar o número de startup aceleradas e apoiadas no Brasil. Reposicionar a política pública para se tornar um dos maiores programa de aceleração do mundo, realizando 15 mil atendimentos a startups até 2022.	• "Ideiaz - Powered by InovAtiva" - 1º ciclo; • "Ideiaz - Powered by InovAtiva" - Encerramento do 1º ciclo; • Evento "InovAtiva Conecta COVID-19“; • Evento InovAtiva Day - Evento de conexão regional do 2o ciclo de 2021; • Evento InovAtiva Day 2021.1 - Evento de conexão regional; • Evento InovAtiva Experience - Evento final de conexão do 1o ciclo de 2021; • Evento InovAtiva Experience 2019.2; • Evento InovAtiva Experience 2020.1; • Evento InovAtiva Experience 2020.2; • Execução do InovAtiva 2021-24; • InovAtiva Brasil - Ciclo 2020.1; • InovAtiva Brasil - Ciclo 2020.2; • InovAtiva Brasil - Lançamento do Ciclo 2021.1; • InovAtiva Brasil e InovAtiva de Impacto Socioambiental - Ciclo 2019.2; • InovAtiva de Impacto Socioambiental - Ciclo 2020. • StartOut Brasil - Ciclo "Lisboa 2021"	• Evento InovAtiva Experience - Evento final; • InovAtiva Brasil - Lançamento do 1° Ciclo de 2022; • InovAtiva Brasil - Lançamento do 2° Ciclo de 2022; • Powered by InovAtiva; • StartOut Brasil - Ciclo "Destino 1 (a definir) do ano de 2022" ; • StartOut Brasil - Ciclo "Destino 2 (a definir) do ano de 2022“.

Legado: + 20% de maturidade digital do setor produtivo; Ser Top 3 no ecossistema de startups mundial; Qualificar 10 mi de pessoas em TI.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Brasil 4.0 → **Atividade 2** → **Atividade 3**

Projetos	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
Economia 4.0	• Elaboração de um plano de Transformação Digital para aumento de produtividade das empresas brasileiras. Propiciar uma maior adoção de tecnologias digitais e de Indústria 4.0, principalmente nas pequenas e médias empresas.	• Elab. Marco Referencial - Digitalização da Economia Brasileira; • Formalização da Câmara Brasileira da Indústria 4.0; • Inaugurar o C4IR Brasil; • Programa prioritário de Indústria 4.0 e Modernização Industrial; • Publicar site da Câmara da Indústria 4.0.	• Conexão 4.0 - FASE 1 (início dos atendimentos); • Elaboração de Catálogo de Casos de Uso da Indústria 4.0 para Brasil Mais Economia 4.0; • Estratégia Nacional da Economia 4.0; • Proposta de política para aumentar a inovação via novos modelos de negócios, produtos e serviços; • Proposta de política para desenvolvimento do ecossistema de aplicações 5G - MCTI/ Deloitte/ ABDI.
PI Classe Mundial	• Se propõe a elevar o sistema de propriedade intelectual brasileiro a patamar de classe mundial, fornecendo serviços mais eficientes e atrativos aos usuários, estimulando depósitos de patentes, marcas e desenhos industriais.	• Decreto nº 10.617/2021 (institui o Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual - GIPI); • Adesão ao Protocolo de Madri para o registro internacional de marcas; • Ampliação dos acordos PPHs para a priorização de pedidos de patentes internacionais; • Avaliação das regras de Proteção de Dados de Testes Clínicos de produtos farmacêuticos; • Lançamento do Plano de Combate ao Backlog de pedidos de patentes; • Publicação do Plano de Ação da Estratégia de PI	• Tratado de Budapeste; • PL transferência de tecnologia; • Eliminação de 80% do backlog de pedidos de patentes pendentes de exame em 1ª instância depositados no INPI; • Inserção de Propriedade Intelectual no Programa Brasil Mais; • evento celebração do dia mundial da PI; • Vitrine de PI - plataforma para comercialização de ativos de Propriedade Intelectual

Legado: + 20% de maturidade digital do setor produtivo; Ser Top 3 no ecossistema de startups mundial; Qualificar 10 mi de pessoas em TI.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Brasil 4.0 → **Atividade 2** → **Atividade 3**

Projetos	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
PI Classe Mundial	• Se propõe a elevar o sistema de propriedade intelectual brasileiro a patamar de classe mundial, fornecendo serviços mais eficientes e atrativos aos usuários, estimulando depósitos de patentes, marcas e desenhos industriais.	• Publicação do Decreto da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual; • Criação do selo brasileiro de Indicação Geográfica	

Legado: + 20% de maturidade digital do setor produtivo; Ser Top 3 no ecossistema de startups mundial; Qualificar 10 mi de pessoas em TI.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Prospera MPEs | **Atividade 2** | **Atividade 3**

8. Prospera MPEs

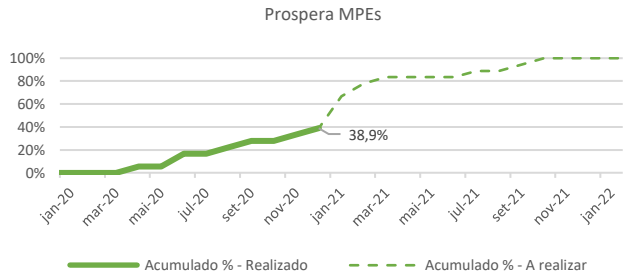
Detalhamento

- **Justificativa do Programa:** o ponto de partida para a construção do Programa é o diagnóstico de que do ponto de vista estrutural o problema de baixa produtividade da economia brasileira está fortemente relacionado à baixa produtividade observada nos pequenos negócios.
- **Evidência:** o Brasil se encontra em 77° em Resolução de Insolvência e 58° em Execução de Contratos na classificação entre 213 Economias. Razões de produtividade Microempresa/Grande empresa de cerca de 7 vezes entre brasil e países avançados.
- **Objetivos do Programa:** aumentar a produtividade das MPEs brasileiras por meio da promoção do tratamento diferenciado a ser dispensado às microempresas, da instituição de um Marco Legal do Reempreendedorismo, da democratização de acesso ao crédito e a correção de falhas no mercado de soluções de capacitação, associadas à existência de custos de transação, assimetrias de informação e mercado imperfeitos.
- **Indicador Estratégico:** Ambiente de Negócios mundial.
- **Eixo Estratégico:** Ambiente de Negócios e Futuro Digital e Produtivo

- **Projetos:**
  - Sistema Nacional de Garantias
  - Sistema de Defesa do Empreendedor
  - Marco Legal do Reemprendedorismo
  - Novas funcionalidades no Portal do Empreendedor
  - Pronampe - Programa Nacional de Apoio às MPEs

Meta e Avanço das Entregas

- **Legado:**
  - Reduzir o custo Brasil em R$ 1 trilhão
  - + 30% de produtividade das MPEs
  - Levar o Brasil ao top 50 dos melhores países do mundo para se fazer negócios até 2022
  - + 20% de maturidade digital do setor produtivo
- **Meta Estratégica:**
  - Levar o Brasil ao top 50 dos melhores países do mundo para se fazer negócios até 2022



Prospera MPEs
Atividade 1

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Prospera MPEs → **Atividade 2** → **Atividade 3**

Projetos	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
Sistema Nacional de Garantias	• Democratizar o acesso ao crédito de qualidade para alavancar a produtividade dos Microempreendedores Individuais, Micro e Pequenas Empresas.	• Decreto nº 10.780/2021 (Institui o Sistema Nacional de Garantias); • Portaria GT para SEPEC, Fazenda e BACEN (publicação); • Assinatura de Cooperação CAF.	• Relatório do Grupo Técnico do SNGC - Formado por SEPEC, BACEN e SPE; • Estruturação do Sistema Nacional de Garantias.
Sistema de Defesa do Empreendedor	• Capacitar e informar os interessados a respeito da LC nº123/2006 (estabelece normas nacionais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte.	• Elaboração do Plano de Ação. • Apresentar pleito da LGPD para ANPD; • Celebrar Termo Aditivo Com ABDI para Desenvolvimento da Ferramenta de TI • Reunião com a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD; • Validar internamente pleito da LGPD para Micro e Pequenas; • Piloto da ferramenta.	• Elaboração de estratégias para próximos passos.
Marco Legal do Reempreededorismo	• Facilitar a recuperação judicial, Extrajudicial e Falências para MPEs.	• Inserção do Marco Legal do Reempreendedorismo na pauta do Senado; • Realização do Seminário do Marco Legal do Reempreendedorismo.	• Marco Legal do Reempreendedorismo aprovado no Congresso Nacional; • Marco Legal do Reempreendedorismo Sancionado pela Presidência da República.

Legado: Reduzir o custo Brasil em R$ 1 trilhão; + 30% de produtividade das MPEs; + 20% de maturidade digital do setor produtivo.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Prospera MPEs → **Atividade 2** → **Atividade 3**

Projetos	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
Novas funcionalidades no Portal do Empreendedor	• Ferramenta digital para desenvolvimento de Plano de Negócios e autoatendimento que permitirá ao MEI: Avaliar seu perfil empreendedor, capacidades técnicas e gerenciais; conhecer o grau de maturidade de seu negócio em termos tecnológicos, técnicos e gerenciais.	• Desenvolver buscador de crédito com cotação de linhas de crédito de capital de giro e investimento; • Desenvolver buscador de crédito com cotação de meio de pagamento; • Desenvolvimento do Emprestômetro; • Possibilitar o acesso a solução para Micro e Pequenas Empresas; • Possibilitar o retorno da solicitação de produtos e serviços financeiros pela da entidade credenciada para o empreendedor dentro da solução.	• Integração portal do empreendedor com e-CAC para envio das informações de faturamento dos MEI/MPE via CREDMEI.
Pronampe - Programa Nacional de Apoio às MPEs	• O Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE) é um programa destinado ao desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios que concede linha de crédito para empréstimos.	• Decreto n° 10.739 (Regulamenta o Art. 9° da Lei n° 14.161, de 2 de junho de 2021); • Portaria que regulamenta o Ato da SEPEC previsto no § 4° do art. 3° da Lei n° 13.999/2020; • PRONAMPE Permanente (PL 5.575/2020) - Sancionada pelo Presidente da República; • Edição da MP n° 1.053 que abre crédito Crédito Extraordinário; • Operacionalização do PRONAMPE; • Portaria contemplando os CNAEs das MPEs que se enquadram no Perse.	• Alterações Legislativas na Lei n° 13.999/2020, para assegurar o caráter permanente do Pronampe trazido pela Lei 14.161/2021;

Legado: Reduzir o custo Brasil em R$ 1 trilhão; + 30% de produtividade das MPEs; + 20% de maturidade digital do setor produtivo.

CAPÍTULO 4

ATIVIDADE 2

PROGRAMAS ESTRATÉGICOS ENTIDADES SUPERVISIONADAS

Programa Modernização do Sistema Brasileiro de PI

Atividade 2

Atividade 1 → **Atividade 2 – Programas Estratégicos Supervisionadas: Modernização do Sistema Brasileiro de PI** → **Atividade 3**

Principais Entregas	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
Combate ao Backlog de Patentes e Reestruturação do exame de Patentes	• Reduzir em 80% o número de pedidos de patentes depositados até 2016 com pedido de exame e pendente de decisão de exame técnico no prazo de dois anos (2019-2021)	• Implantação do Plano de Combate ao Backlog de Patentes: resoluções INPI/PR n 240 e 241/2019 e Normas de execução SEI n 1 e 7/2019/DIRPA/PR • Redução do backlog em 18,5% em 2019 • Expansão do acesso ao PPH para todas as áreas tecnológicas e aumento na capacidade de admissão de requerimentos, de 300 (2018) para 400 por ciclo • Redução do backlog em 50% em 16 meses	• Projeto piloto de terceirização da Busca de Patentes em 2021 • Revisão das diretrizes de exame de patentes em 2021 • 400 requerimentos de priorização de exames de pedidos de patente na modalidade PPH recebidos
Escritório de PI para o Século 21	• Transformação organizacional estratégica do INPI orientada pelas melhores práticas internacionais de PI, adaptadas ao contexto local (Conduzida com a consultoria Palladium, em parceria com Prosperity Fund/UK)	• Entregue o Preliminary Diagnostic Report para 5 eixos (Qualidade, Processos, Pricing, TI, RH) (outubro) • Entregue o Benchmark dos IPOs internacionais (dezembro)	• Relatório final de Diagnóstico da fase de inception (30/07) • Plano de implementação de melhorias para cada eixo (Qualidade, Processos, Pricing, TI, RH)
INPI Negócios	• Uma nova estratégia comercial e de atuação nos ecossistemas de inovação para impulsionar a captura de depósitos e o fomento à criação de ativos de PI	• Mapeamento dos clusters de inovação em saúde no Brasil – 15 projetos, R$ 7,2 milhões. • Aumento de 24,3% no volume de depósitos de PI por unidades Embrapii • Lançamento do Programa de telementoria em PI; • IP Market Place Brasil – "vitrine de PI" (piloto patentes) • Inserção nos programas Wipo Match e Wipo Green	• 2 novos centros de PI, Negócios & Inovação: Salvador (SENAI – CIMATEC), Fortaleza (IFCE) • ACTs estruturantes com foco na expansão do uso do sistema por residentes (SEBRAE, APEX, FINEP, ABIMAQ) • Rodadas de negócios com unidades Embrapii

Programa Fortalecimento do modelo da Zona Franca de Manaus

Atividade 2

Atividade 1 → **Atividade 2 – Programas Estratégicos Supervisionadas: Fortalecimento do Modelo da ZFM** → Atividade 3

Principais Entregas	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
Atração de novos investimentos e postos de trabalho	• Manutenção da periodicidade das reuniões do Conselho de Administração da SUFRAMA (CAS), lócus estratégico para qualificação de investimentos na região	• As reuniões do CAS estão sendo cumpridas conforme calendário aprovado na última reunião do CAS em 2020, retomando as reuniões itinerantes (Rondônia e Roraima); • As análises do PPB, dede julho/2021, são concluídas em 120 dias, conforme Portaria Interministerial nº 32/19; • Os marcos de análise e acompanhamento de projetos industriais, bem como de concessão de áreas no Distrito Industrial, foram totalmente revisados; (quanto ao regulamento de PD&I, a SAP deve ser consultada); • 156 projetos industriais e de serviços aprovados, com a geração de 13.724 empregos, investimentos totais de US$ 2,9 bilhão e Projeção de faturamento de US$ 17,7 bilhões em até 3 anos; • Construção de Sistema de Elaboração, Análise e Acompanhamento de Projetos;	• Manutenção das reuniões itinerantes nos Estados da Amazônia Ocidental e Amapá; • Modernização de procedimentos para atração de projetos industriais, agropecuários e de serviços com desburocratização e expectativa de geração de maior quantidade de postos de trabalho na região; • Continuidade do desenvolvimento do Sistema de Elaboração, Análise e Acompanhamento de Projetos; • Discussão sobre a modernização do modelo da ZFM (manutenção da vantagem comparativa ao longo do tempo).
Novo Centro de Biotecnologia da Amazônia	• Proposta de um novo modelo de gestão e institucionalização para o Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA)	• Definição conjunta de diretrizes SUFRAMA-SEPEC para reestruturação do CBA; • Parcerias para desenvolvimento do ecossistema de bioeconomia da região da Amazônia; • Definição conjunta SUFRAMA-SEPEC de modelo de gestão e jurídico-institucional viável para autonomia na condução das atividades do CBA.	• Estudo de publicização; • Decisão de publicização; • Seleção de entidade (edital); • Qualificação da entidade selecionada como Organização Social; • Negociação do contrato de gestão; e • Celebração do contrato de gestão.

Programa Fortalecimento do modelo da Zona Franca de Manaus

Atividade 2

Atividade 1 → **Atividade 2 – Programas Estratégicos Supervisionadas: Fortalecimento do Modelo da ZFM** → **Atividade 3**

Principais Entregas	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
Atração de novos investimentos e postos de trabalho	• Manutenção de ações • em EIXOS ESTRATÉGICOS PARA A ZFM; AMAZÔNIA OCIDENTAL E ÁREAS DE LIVRE COMÉRCIO	• Apoio as ações para implantação da ZDS Abunã-Madeira - Confecção de Caracterização territorial. • Apoio as ações para implantação da ZDS de Roraima - Confecção de Caracterização territorial. • Intermediação para inclusão dos Municípios de Silves e Manacapuru em programa de Telemedicina dos Hospitais Albert Einstein e Sírio Libanês. • Articulação Institucional com a FIEP para troca de experiências na área de PD&I visando o fortalecimento do ecossistema de inovação do PIM. • Articulação institucional com Agência de Inovação de Curitiba • Articulação institucional com a Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná (FA) para realização de chamada de bolsas de Pós-Graduação – Doutorado • Articulação com a B³ para apoio ao edital de lotes do DAS e do PIM visando atração de investimentos diferenciados para área • Articulação com o Banco BTG Pactual para divulgaação de caso de sucesso e impacto positivo em ESG & Impact Investing na Amazônia.	• Elaboração de plano de ação para próximas etapas.

Programa Fortalecimento do modelo da Zona Franca de Manaus

Atividade 2

Atividade 1 → **Atividade 2 – Programas Estratégicos Supervisionadas: Fortalecimento do Modelo da ZFM** → Atividade 3

Principais Entregas	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
Atração de novos investimentos e postos de trabalho	• Manutenção de ações • em EIXOS ESTRATÉGICOS PARA A ZFM; AMAZÔNIA OCIDENTAL E ÁREAS DE LIVRE COMÉRCIO	• Articulação com Diretoria da Positivo para articulação de projetos da Empresa com demandas de Silves e Manacapuru no contexto de cidades inteligentes • Articulação com a Kenzie Academy Brasil com o objetivo de formar profissionais para mercado de tecnologia (programadores e desenvolvedores) • Articulação com a PUC-Campinas para integração da agência Inova PUC com o ecossistema local de PD&I. • Articulação com Centro de Inovação, Empreendedorismo e Tecnologia (CIETEC) para integração com o ecossistema local de PD&I. • Articulação com o IPT para abertura e credenciamento no CAPDA de unidade filial para enriquecimento dos ecossistemaS de ICTs da área de atuação da Suframa • Articulação com a USP para avaliar possibilidade de credenciamento no CAPDA de unidade avançada de estudo de doenças.	• Elaboração de plano de ação para próximas etapas.

Programa de Melhoria da qualidade de produtos e serviços

Atividade 2

Atividade 1 → **Atividade 2 – Programas Estratégicos Supervisionadas: Melhoria da Qualidade de Produtos e Serviços** → **Atividade 3**

Principais Entregas	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
Modernização do modelo de governança e gestão do Inmetro	• Elaboração do Planejamento Estratégico do Inmetro; • Elaboração de proposta da Modernização do Modelo Regulatório do Inmetro; e • Reestruturação do CONMETRO.	• Definição da Missão; • Pré diagnostico do modelo regulatório.	• Redefinição do Macroprocessos do Inmetro visando a atender melhor a sociedade; e • Readequação do Conmetro.
Soluções de infraestrutura da qualidade que adicionem confiança, qualidade e competitividade aos produtos e serviços	• Revisão da carteira de regulamentos do Inmetro visando atender Lei de Liberdade Econômica e reduzir a carga administrativa (desburocratização); e • Apoio do Inmetro junto ao setor produtivo e sociedade após COVID – 19.	• Readequação de regulamentos visando reduzir a carga administrativa (ação Portaria nº 508, de 10 de dezembro de 2019 revogando os 15 Programas de Avaliação da Conformidade)	• Regulamentos para revogação visando atender Lei de liberdade econômica e reduzir a carga administrativa (desburocratização); • Elaboração de Metodologia de Classificação de Risco para Atividades Econômicas; e • Construção de um plano de ações para apoiar por meio de serviços de infraestrutura da qualidade o setor produtivo e sociedade após COVID – 19.

Programa de Desenvolvimento Produtivo da ABDI

Atividade 2

Atividade 1 → **Atividade 2 – Programas Estratégicos Supervisionadas: Programa de Desenvolvimento Produtivo** → Atividade 3

Principais Entregas	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
Aumento médio da maturidade digital do setor produtivo brasileiro em 5 %	• Aumentar a maturidade digital do setor produtivo brasileiro em 5% em 2021.	• Reposicionamento estratégico da ABDI; • Aprovação do Planejamento Estratégico até 2023; • Aprovação do Contrato de Gestão até 2023; • Aprovação do Plano de Ação 2021; • Aprovação do Orçamento-Programa 2021; • Instituição das iniciativas, programas e projetos pela ABDI; • Lançamento de editais, plataformas, produtos e serviços pela ABDI; • Estabelecimento de parcerias estratégicas pela ABDI; • Projetos piloto iniciados.	• Apuração dos resultados às luz das metas de 2021.



CAPÍTULO 5

ATIVIDADE 3

TASK FORCES, COVID-19

SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE
MINISTÉRIO DA ECONOMIA
PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Task Forces - COVID-19
Atividade 3

Atividade 1 → Atividade 2 → **Atividade 3 – Task Forces - Covid-19**

Principais Entregas	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
Gestão das Contribuições do Setor Produtivo	• Sistematização das contribuições do setor produtivo e ações do Governo Federal.	• Mais de 3.000 contribuições do setor produtivo, apresentadas por aproximadamente 700 entidades; • 1.479 ações do Governo Federal implementadas; • Construção de ferramenta CRM para sociedade com mapeamento e status dos pleitos Real Time.	• Em caráter emergencial, Força Tarefa não possui mais entregas a serem realizadas
Vamos Vencer	• Facilitar o entendimento do Setor Produtivo Brasileiro sobre as ações apresentadas pelo Governo Federal no que tange os impactos da COVID-19 na Economia.	• *Desenvolvimento de um portal online com atualização diária e detalhamento de cada uma das ações.	• Em caráter emergencial, Força Tarefa não possui mais entregas a serem realizadas. As informações no site serão mantidas à disposição da população, órgãos de controle, governos e demais interessados.
Oferta de Produtos Críticos	• Maximizar a produção, distribuição, de produtos essenciais para minimizar os impactos da COVID-19.	• Viabilização e maximização da produção local de Ventiladores Pulmonares, EPIs, Álcool Gel, e Testes Rápidos.	• Em caráter emergencial, Força Tarefa não possui mais entregas a serem realizadas.

*Site: (https://www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/covid-19)

Task Forces - COVID-19
Atividade 3

Atividade 1 → **Atividade 2** → **Atividade 3 – Task Forces - Covid-19**

Principais Entregas	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
Portal de Qualificações	• Plataforma online que objetiva direcionar os trabalhadores que estão em casa, por conta dos impactos do Covid-19, para cursos de qualificação profissional, gratuitos e on-line.	• **Disponibilização de mais de 700 cursos gratuitos, online nas mais diversas áreas de Conhecimento.	• Em caráter emergencial, Força Tarefa não possui mais entregas a serem realizadas.
Solução de Inovações Startups	• Identificação de Startups que possam oferecer soluções para o enfrentamento dos Impactos da Covid-19 e conectá-las com os ministérios finalísticos.	• Apresentadas as soluções de 66 startups para os desafios da Covid-19; • *Concluído site que reúne informações sobre iniciativas de apoio a startups no combate à COVID-19. • Parcerias com Startups para a produção de testes de detecção da Covid-19.	• Em caráter emergencial, Força Tarefa não possui mais entregas a serem realizadas. As informações no site serão mantidas à disposição da população.
Garantia de Crédito ao Setor Produtivo	• Aumento da Concessão de garantias (Ex: PEAC FGI, FAMPE, outros); • Aumento das Linhas de Crédito para o Setor Produtivo.	• Publicação da Lei 13.999/2020, que institui o PRONAMPE;*** • Publicação da Lei 14.042/2020, que instituiu o PEAC/FGI e o PEAC/Maquininhas;	• Acompanhamento da iniciativa entregue. • Em caráter emergencial, Força Tarefa não possui mais entregas a serem realizadas.

*www.inovativabrasil.com.br

**Site: (https://www.gov.br/pt-br/todosportodos/cursos-ead)

*** Iniciativa em caráter permanete foi detalhado em entregas de Medidas legais para sociedade, neste mesmo capítulo.

Task Forces - COVID-19
Atividade 3

Atividade 1 → Atividade 2 → **Atividade 3 – Task Forces - Covid-19**

Principais Entregas	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
Elaboração e Articulação de Instrumentos Legais	• Apoio no desenvolvimento das estruturas legais necessárias para a viabilização dos produtos, MP, Decretos, Minutas de Leis.	• Medidas Provisórias, Decretos e portarias que versam sobre temas setoriais produtivos. Além da elaboração de Acordos de Parcerias.	• Em caráter emergencial, Força Tarefa não possui mais entregas a serem realizadas.
Barômetro Setorial	• Monitoramento Semanal por meio de pesquisa e outras fontes de informações sobre os impactos do Covid-19 nos Setores Produtivos; • Identificar a dinâmica setorial em outros países e projetar para o Brasil.	• Desenvolvimento de uma Plataforma de monitoramento Setorial; • Compartilhamento de Informações da Plataforma com o BNDES. • ACT Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC);	• Em caráter emergencial, Força Tarefa não possui mais entregas a serem realizadas.
Planos Setoriais Críticos	• Utilizando o Barômetro, desenhar e articular ações para aqueles setores que se encontram e situação mais crítica.	• MP 936 (MP Trabalhista) • MP946 (MP FGTS) • MP 948 (MP Turismo)	• Em caráter emergencial, Força Tarefa não possui mais entregas a serem realizadas.
Mapeamento das Cadeias Produtivas	• Monitoramento diário da situação do ambiente industrial; Micro monitoramento das Cadeias Locais, visando identificar problemas que possam estar afetando o setor.	• Diálogo constante com associações, governos locais, empresas, órgãos de controle, visando soluções para minimizar os impactos negativos locais.	• Monitoramento constante e ampliar o diálogo com os atores específicos, visando identificar eventuais problemas nas cadeias de produção e abastecimento.

Task Forces - COVID-19
Atividade 3

Atividade 1 → Atividade 2 → **Atividade 3 – Task Forces - Covid-19**

Principais Entregas	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
Plano de Recuperação Econômica	• Desenho do plano Estratégico de ambiente de negócios de atração de investimentos.	• Elaboração Inicial do Plano de Recuperação Econômica.	• Desenvolvimento de inciativas de recuperação incorporadas na atividade 1.
Ações Coordenadas para a Retomada com Zelo a Saúde	• Monitoramento frente as associações e Federações representativas do Setor Produtivo Brasileiro, o desenvolvimento de protocolos e políticas empresariais para a retomada das atividades com o Zelo a saúde.	• Mapeamento de protocolos disponibilizados pelo Setor Produtivo Brasileiro; • Desenvolvimento de um Banco de Dados de Protocolos e Guias.	• Em caráter emergencial, Força Tarefa não possui mais entregas a serem realizadas.



ACOMPANHAMENTO DOS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS 2021

Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade

Ministério da Economia

SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE
MINISTÉRIO DA ECONOMIA
PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

ATIVIDADE 1

REDUÇÃO DO CUSTO BRASIL



Atividade 1 – Programas Estratégicos: Redução do Custo Brasil | Atividade 2 | Atividade 3

1. Redução do Custo Brasil

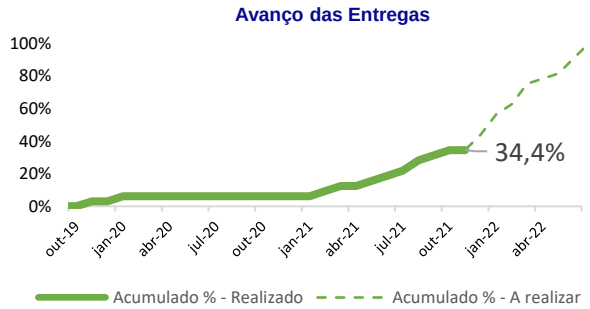
Detalhamento

- **Justificativa do Programa:** toda a complexidade dos aspectos legais e burocráticos do país aumentam o chamado custo Brasil. Esse cenário dificulta a sobrevivência e inibe a abertura de novas empresas. Percebeu-se, também, a necessidade de se estabelecer um canal de comunicação efetivo e transparente entre o setor produtivo e o governo federal para que as contribuições possam ser aproveitadas na elaboração de projetos.
- **Evidência:** custo brasil apurado em R$ 1,5 trilhões.
- **Objetivos do Programa:** diminuir custo Brasil e promover a melhoria do ambiente de negócios.
- **Indicador Estratégico:** Ambiente de Negócios mundial.
- **Eixo Estratégico:** Ambiente de Negócios

- **Projetos:**
  - Custo Brasil;
  - Pró-Segurança Jurídica ;
  - Medidas Ambiente de Negócios;

Meta e Avanço das Entregas

- **Legado:**
  - Reduzir o custo Brasil em R$ 1 trilhão
  - + 30% de produtividade das MPEs
  - Levar o Brasil ao top 50 dos melhores países do mundo para se fazer negócios até 2022
- **Meta Estratégica:**
  - Levar o Brasil ao top 50 dos melhores países do mundo para se fazer negócios até 2022
  - Reduzir o custo Brasil em R$ 1 trilhão



[1]Boston Consulting Group, 2019.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Redução do Custo Brasil | Atividade 2 | Atividade 3

1.1 Detalhamento: Custo Brasil

Detalhamento

- O Custo Brasil foi estimado em R$1,5 trilhão, valor que representa 22% do PIB nacional. Com base em uma matriz de priorização, a SEPEC irá trabalhar para que haja uma redução expressiva do custo Brasil. Todas essas ações são importantes para aumentar o nível de transparência do governo, criar novas bases para um contato mais objetivo com o setor privado e o acompanhamento da sociedade das medidas submetidas e em andamento, fazendo com que as políticas públicas adotadas pela SEPEC possam ser mais efetivas e de fato proporcionarem uma melhoria do ambiente de negócios.

Evidências

Decomposição do Custo Brasil



Atividade 1 – Programas Estratégicos: Redução do Custo Brasil | **Atividade 2** | **Atividade 3**

1.1.1 Detalhamento: Custo Brasil

Justificativa	► Estimado que o Custo brasil seja de 1,5 trilhões de reais (22% do PIB). ► Site GOV.BR atual (2019) – sem possibilidade de mensurar os impactos das solicitações do setor produtivo sobre o índice de competitividade mensurado pela OCDE.
Objetivo	► Reduzir o Custo Brasil em R$ 1 trilhão ao executar metodologia de análise, modelo operacional e capacitação de pessoal para a avaliação das proposições de políticas públicas e soluções para a melhoria do ambiente de negócios recebidos pela SEPEC.
Responsável	► João Accioly
Resultados Esperados	► Redução do Custo Brasil em R$ 1 trilhão. Aumento do nível de agilidade e transparência do governo, além de criar novas bases para um contato mais objetivo com o setor privado e o acompanhamento da sociedade das medidas submetidas e em andamento, fazendo com que as políticas públicas adotadas possam ser mais efetivas e de fato proporcionarem uma melhoria do ambiente de negócios na economia brasileira.
Principais Entregas	► Lançamento do PMCC (Portaria SEPEC/ME nº 12.302 de 28/11/19) ► Abertura do canal único de propostas para a sociedade ► Construção de ferramenta CRM para sociedade com mapeamento e status dos pleitos Real Time ► Criação do Site Redução do Custo Brasil ► Valoração dos Projetos para Redução do Custo Brasil

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Redução do Custo Brasil | **Atividade 2** | **Atividade 3**

1.1.2 Detalhamento: Custo Brasil

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Construção de ferramenta CRM para sociedade com mapeamento e status dos pleitos Real Time		✓																						
• Criação do Site Redução do Custo Brasil					✓																			
• Definir estratégia para visita aos Estados/Coalizões										✓														
• Formação de Coalizão - Atingir 20 Estados							✓																	
• Lançamento da Frente Parlamentar Pelo Brasil Competitivo							✓																	
• Valoração dos Projetos do Custo Brasil - R$ 850 bilhões								✓																
• Valoração dos Projetos do Custo Brasil - R$ 900 bilhões									✓															
• Encerramento Eventos de Coalizão em 10 Estados																								
• Atendimento das proposições com impacto setorial em 50%;																								
• Valoração dos Projetos do Custo Brasil - R$ 1 Trilhão																								
• Precificação Final dos Projetos do Custo Brasil - R$ 1,1 Trilhão e disponibilização para a sociedade																								

Decisões de Terceiros ✓ Entrega Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Redução do Custo Brasil | Atividade 2 | Atividade 3

1.2 Detalhamento: Pró Segurança Jurídica

Detalhamento

- Trata-se de Projeto de Lei que, ao reformar estruturalmente o atual Código de Processo Civil e outras leis, busca uma melhora do ambiente de negócios no Brasil ao dar mais previsibilidade às decisões judiciais e conter a crise numérica da Justiça. O PL está separado em três grandes eixos: 1) extra judicialização; 2) contenção do poder de justiça; 3) aumento da efetividade da justiça.

Evidências

- Taxa geral de congestionamento, ou seja, o percentual dos processos que ficam represados sem solução, comparativamente ao total tramitado em um ano. A taxa total de 2018 foi de 71,2%.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Redução do Custo Brasil | Atividade 2 | Atividade 3

1.2.1 Detalhamento: Pró Segurança Jurídica

Justificativa	► A economia moderna exige um ambiente de negócios fluido e desburocratizado. o percentual dos processos que ficam represados sem solução, comparativamente ao total tramitado em um ano foi em 2018 de 71,2%.
Objetivo	► Conter a crise numérica da Justiça
Responsável	► Geanluca / Felipe Ferro
Resultados Esperados	► Melhora do ambiente de negócios no Brasil ao dar mais previsibilidade às decisões judiciais e conter a crise numérica da Justiça.
Principais Entregas	► PL de Segurança Jurídica

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Redução do Custo Brasil | **Atividade 2** | **Atividade 3**

1.2.2 Detalhamento: Pró Segurança Jurídica

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• PL de Segurança Jurídica - Enviada ao Congresso Nacional																								
• PL de Segurança Jurídica - Aprovada na Câmara dos Dpeutados																								
• PL de Segurança Jurídica - Aprovada no Senado Federal																								
• PL de Segurança Jurídica - Sancionada pelo Presidente da República																								

Decisões de Terceiros | Entrega | Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Redução do Custo Brasil | Atividade 2 | Atividade 3

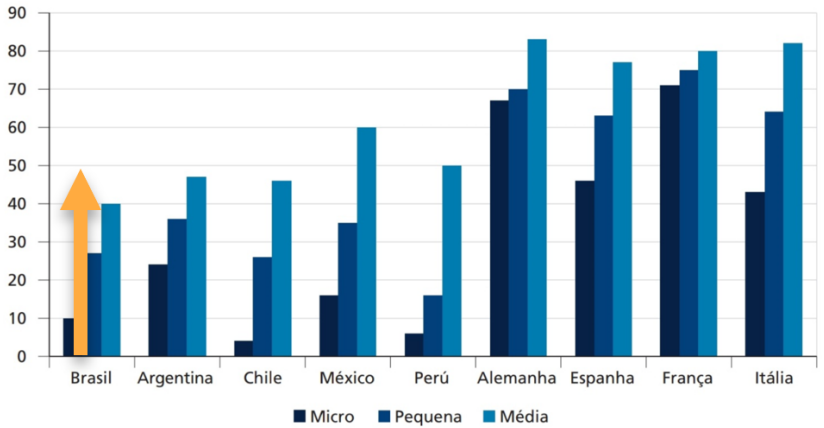
1.3 Detalhamento: Medidas Ambiente de Negócios

Detalhamento

- Engloba a emissão de relatório que irá traçar a estratégia para que o país atinja a média da OCDE PMR além da elaboração de MP que aborde estruturalmente as principais dimensões da realização de negócios no país e da MP com elementos não-processuais para a criação Sistema Brasileiro de Recuperação de Ativos (SBIRA), com o objetivo de conferir mais efetividade ao processo de execução, sobretudo em relação à localização de bens do devedor.

Evidências

- Produtividade relativa em países da América Latina selecionados OCDE (em % de produtividade de grandes empresas = 100%)



Atividade 1 – Programas Estratégicos: Redução do Custo Brasil | Atividade 2 | Atividade 3

1.3.1 Detalhamento: Medidas Ambiente de Negócios

Justificativa	► A economia moderna exige um ambiente de negócios fluido, desburocratizado, que permita a exploração rápida das oportunidades e a ágil adaptabilidade dos negócios a um ambiente cada vez mais competitivo e em constante mudança.
Objetivo	► Melhorar a posição do país nos rankings mundiais que medem a qualidade do ambiente de negócios.
Responsável	► Geanluca / Alexandre Messa
Resultados Esperados	► Levar o Brasil ao top 50 dos melhores países do mundo para se fazer negócios (resultados demonstrados em 2023). ► Alcance da média da OCDE no ranking Product Market Regulation até 2022.
Principais Entregas	► Caminho para o Top 50 ► Medida Provisória do Ambiente de Negócios ► Índice de Concorrência dos Municípios (ICM) ► Transformação Concorrencial

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Redução do Custo Brasil | **Atividade 2** | **Atividade 3**

1.3.2 Detalhamento: Medidas Ambiente de Negócios

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• MP do Ambiente de Negócios (1.040/2021) - Enviada ao Congresso Nacional			Proposta de Entrega																					
• MP do Ambiente de Negócios (1.040/2021) - Aprovada na Câmara dos Deputados						Proposta de Entrega																		
• MP do Ambiente de Negócios (1.040/2021) - Aprovada no Senado Federal								Proposta de Entrega																
• MP do Ambiente de Negócios (1.040/2021) - Sancionada pela Presidencia da República								Proposta de Entrega																
• Índice de Concorrência dos Municípios (ICM)									Proposta de Entrega															
• Caminho para o Top 50													Proposta de Entrega											

Decisões de Terceiros | Entrega | Proposta de Entrega

ATIVIDADE 1

CONCORRÊNCIA PARA A PROSPERIDADE



Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência para a Prosperidade | Atividade 2 | Atividade 3

2. Concorrência para a Prosperidade

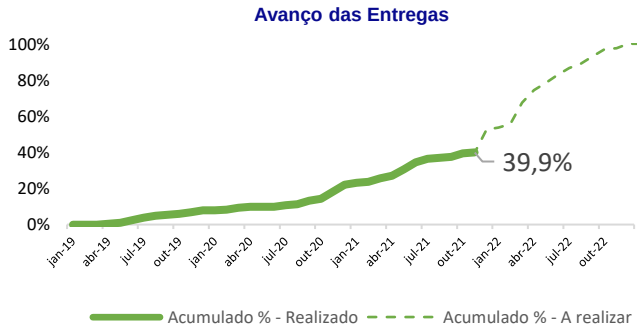
Detalhamento

- **Justificativa do Programa:** o país encontra-se em baixas posições nos rankings de competitividade, as evidências mostram a necessidade de melhorias no ambiente de negócios e incentivo à concorrência.
- **Evidência:** Posição do Brasil no Pilar 7 Product Market do GCI = 124° de 190 países (Publicação de 2019).
- **Objetivos do Programa:** desburocratizar, desverticalizar, e contribuir para a evolução positiva da competição e funcionamento dos mercados.
- **Indicador Estratégico:** posição no ranking Doing Business e no Pilar 7 do Global Competitiveness Index.
- **Eixo Estratégico:** Choque de Investimento Privado

- **Projetos:**
  - Pró Liberdade Profissional
  - Pró Terra
  - Novo Mercado de Gás
  - Pró Construção Civil
  - Pró Saúde
  - Pró Combustíveis
  - Novo Upstream – E&P
  - Acompanhamento da Modernização do Setor Elétrico
  - Pró Conecta
  - Pró Crédito
  - Pró Logística
  - Pró Mercado de Capitais
  - Reg OCDE
  - Pró Comex
  - Pró Turismo
  - Corretagem de Imóveis

Meta e Avanço das Entregas

- **Legado:**
  - + R$ 107 bi a.a em investimentos privados em infraestrutura
  - Atingir a média da OCDE no ranking PMR em 2 anos
- **Meta Estratégica:**
  - Alcançar a posição 114° Pilar 7, Product Market, do Global Competitiveness Index até 2022



Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade | Atividade 2 | Atividade 3

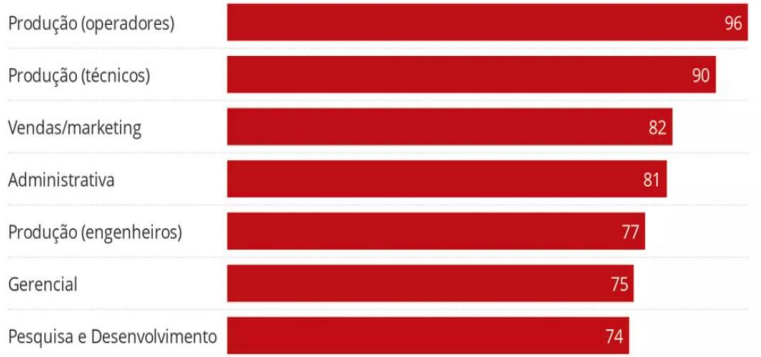
2.1 Detalhamento: Pró Liberdade Profissional

Detalhamento

- Trata-se da retirada de barreiras concorrenciais para livre atuação profissional. A medida também visa facilitar a vinda de profissionais estrangeiros qualificados para o país, de forma a suprir déficits de mão obra em setores específicos, contribuindo para o crescimento econômico e a geração de empregos para brasileiros. Espera-se com essas medidas a redução dos preços e melhoria da qualidade dos serviços prestados à população, bem como atendimento à demanda por mão-de-obra não suprida pelo mercado nacional.

Evidências

- Pelo levantamento, 96% das empresas reportaram dificuldade em contratar operadores qualificados, e 90% disseram que o maior desafio está em encontrar técnicos capacitados.



Fonte: Fonte: Interfarma – CNI/2020

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade | Atividade 2 | Atividade 3

2.1.1 Detalhamento: Pró Liberdade Profissional

Justificativa	▸ O Brasil passa por um cenário onde o déficit de mão de obra qualificada tem se revelado como um dos maiores gargalos para o desenvolvimento e o aumento da produtividade nacional. De acordo com estudo divulgado pela Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom), o mercado de TI pode apresentar déficit de 290 mil profissionais em 2024 e, segundo a Confederação Nacional das Indústrias (CNI), metade das indústrias reclama que falta mão de obra qualificada no Brasil.
Objetivo	▸ Reduzir preços e melhorar a qualidade dos serviços prestados à população, bem como atendimento à demanda por mão-de-obra não suprida pelo mercado nacional.
Responsável	▸ Geanluca / Paulo Isobe
Resultados Esperados	▸ Redução dos preços e melhoria da qualidade dos serviços prestados à população. Atendimento à demanda por mão-de-obra não suprida pelo mercado nacional.
Principais Entregas	▸ PL de Liberdade Profissional ▸ PL Engenheiros (PL nº 1024/2020) ▸ MP de simplificação da revalidação de diplomas

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade → **Atividade 2** → **Atividade 3**

2.1.2 Detalhamento: Pró Liberdade Profissional

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• PL Engenheiros Enviada para Congresso Nacional			✓																					
• PL de Liberdade Profissional Enviada ao Congresso Nacional															📄									
• PL Engenheiros Sancionada pelo Presidente da República																📄								
• MP de simplificação da revalidação de diplomas - Sancionada pelo Presidente da República															📄									
• PL de Liberdade Profissional Sancionado pelo Presidente da República																📄								

Decisões de Terceiros ✓ Entrega 📄 Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos SEPEC :Concorrência para Prosperidade → Atividade 2 → Atividade 3

2.2 Detalhamento: Pró Terra

Detalhamento

- O Projeto visa aumentar a oferta de um fator produtivo importante para diversas atividades econômicas do país e incentivar o investimento privado de empresas nacionais e estrangeiras por meio de conjunto de iniciativas para eliminar barreiras regulatórias e reduzir custos de transação que comprometem a utilização econômica eficiente da terra.

Evidências

- Existem 436 terras indígenas efetivamente regularizadas, com área de 1.057.146,70 km², aproximadamente 12,4% do território brasileiro. Estudos indicam potenciais na região de bauxita-alumínio, estanho-tântalo, ouro-cobre, urânio e diamante. Ademais, as novas oportunidades de exploração hidrelétrica no país tendem a estar próximas ou se encontrar nas referidas localidades.
- A publicação de Parecer da AGU, em 2010, inviabilizou a aquisição de imóveis rurais por empresas brasileiras controladas por estrangeiros. Isso prejudica o investimento privado em: i) indústrias, como a de papel e celulose, a mineração e o agronegócio; ii) infraestruturas diversas, como a geração de energia elétrica a partir de usinas solares, entre outros.
- As restrições à exploração da mineração em faixa de fronteira se mostram excessivas e ultrapassadas, sobretudo na indústria de mineração, em que 70% das empresas são de origem estrangeira.
- Desapropriações são morosas e constituem entraves à realização de investimentos relacionados à utilidade pública.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade | **Atividade 2** | **Atividade 3**

2.2.1 Detalhamento: Pró Terra

Justificativa	▶ A motivação são as restrições e vedações à exploração econômica do solo e subsolo em regiões do território nacional. Essas restrições tendem a comprometer de modo significativo a elevação da produtividade da economia brasileira e, por conseguinte, o crescimento econômico sustentável. Isso porque várias indústrias do país são intensivas na utilização da terra e há indicativos de que apresentam vantagens comparativas, ou seja, são potencialmente mais competitivas do que as mesmas atividades localizadas em outros países.
Objetivo	▶ Aumentar a oferta de um fator produtivo importante para diversas atividades econômicas do país e incentivar o investimento privado de empresas nacionais e estrangeiras por meio de conjunto de iniciativas para eliminar barreiras regulatórias e reduzir custos de transação que comprometem a utilização econômica eficiente da terra.
Responsável	▶ Geanluca / Alexandre Messa
Resultados Esperados	▶ Eliminação de barreiras regulatórias e redução dos custos de transação que comprometem a utilização econômica eficiente da terra.
Principais Entregas	▶ MP do Setor Nuclear ▶ PL do Desenvolvimento Econômico em Terras indígenas ▶ PL Concessões Florestais ▶ PL de Desapropriação ▶ PL de Licenciamento Ambiental ▶ PL de Faixa de Fronteira

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade → **Atividade 2** → **Atividade 3**

2.2.2 Detalhamento: Pró Terra

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• PL do Desenvolvimento Verde da Amazônia - Envio ao Congresso Nacional										✓														
• PL de Desapropriação - Enviada ao Congresso Nacional																								
• PL de Faixa de Fronteira - Enviada ao Congresso Nacional																								
• PL Concessões Florestais - Enviada ao Congresso Nacional																								
• PL de Licenciamento Ambiental - Enviada ao Congresso Nacional																								
• MP do Setor Nuclear - Enviada ao Congresso Nacional																								
• PL Concessões Florestais - Sancionada pela Presidencia da República																								
• PL de Licenciamento Ambiental - Sancionada pela Presidencia da República																								
• PL de Aquisição de Terras por Estrangeiros - Sancionada pela Presidencia da República																								
• PL do Desenvolvimento Econômico em Terras indígenas - Sancionada pela Presidencia da República																								
• MP do Setor Nuclear - Sancionada pela Presidencia da República																								
• PL de Faixa de Fronteira - Sancionada pela Presidencia da República																								
• PL de Desapropriação - Sancionada pelo Presidente da República																								

Decisões de Terceiros ✓ Entrega Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade → Atividade 2 → Atividade 3

2.3 Detalhamento: Novo Mercado do Gás

Detalhamento

- O projeto apresenta um conjunto de iniciativas, especialmente de desverticalização, para incentivar a concorrência na indústria de gás natural. Espera-se que, com as medidas de desverticalização, entre outras de incentivo ao investimento privado, ocorra aumento da concorrência, otimização de custos e outras mudanças na estrutura de oferta favoráveis ao bem-estar do consumidor.

Evidências

- Existência de monopolista ou principal investidor em praticamente todas as etapas da cadeia produtiva do gás natural.
- Preço do gás natural é um dos mais caros entre as principais referências do G-20.
- Normas infralegais na indústria de combustíveis amparam barreiras à entrada e limitam modelos de negócios com potencial de promover ganhos de eficiência na atividade.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade | **Atividade 2** | **Atividade 3**

2.3.1 Detalhamento: Novo Mercado do Gás

Justificativa	▸ A motivação do Projeto é a existência de regras de regulação econômica que amparam barreiras à entrada e criam custos de transação nos setores de gás natural e combustíveis, o que inibe a concorrência e investimentos de agentes que poderiam aumentar o bem-estar do consumidor nesses mercados, conforme apontado por documentos diversos de governo – a exemplo da Nota Conjunta do Comitê de Promoção da Concorrência no Mercado de Gás Natural do Brasil e dos Estudos da Resolução CNPE nº 12/2019.
Objetivo	▸ Aumentar a concorrência, otimizar custos e outras mudanças na estrutura de oferta favoráveis ao bem-estar do consumidor.
Responsável	▸ Geanluca / Paulo Isobe
Resultados Esperados	▸ Incentivo ao investimento privado, ocorra aumento da concorrência, otimização de custos e outras mudanças na estrutura de oferta favoráveis ao bem-estar do consumidor.
Principais Entregas	▸ Decreto de Monitoramento do Novo Mercado de Gás ▸ Revisão da cobrança de ICMS no transporte de gás natural ▸ Portaria para Alfandegamento de FSRU (de terminais GNL) ▸ PL do gás - PL 6407/2013 (Sancionada) ▸ Regulação da comercialização e carregamento de gás natural - revisão regulatória concluída

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade

Atividade 2

Atividade 3

2.3.2 Detalhamento: Novo Mercado do Gás

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• PL do Gás - Sancionada pelo Presidente da República				✓																				
• Chamada Pública do Gasbol					✓																			
• Decreto nº 10.712/2021 (Regulamentador da Lei do Gás)						✓																		
• Acompanhamento da Privatização da Gaspetro							✓																	
• Arrendamento de terminal GNL- BA										✓														
• Resolução CNPE (medidas complementares para o Novo Mercado de Gás Natural)																								
• Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum para Veículos à GNL																								
• Resolução sobre Autonomia do Transportador de Gás Natural																								
• Resolução sobre Interconexão de Gasodutos de Transporte																								
• Resolução sobre Cálculo das Tarifas de Transporte de Gás Natural																								
• Regulação da Comercialização e Carregamento de Gás Natural																								
• Resolução sobre Códigos Comuns de Acesso ao Sistema de Transporte																								
• Resolução sobre Oferta de Serviços pelos Transportadores																								
• Resolução sobre Repasse de Receita entre Transportadores de Gás Natural																								

Decisões de Terceiros ✓ Entrega Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade | Atividade 2 | Atividade 3

2.4 Detalhamento: Pró Construção civil

Detalhamento

- Compõem o projeto: 1) Medida Provisória que estabelece medidas de desoneração, desregulação e liberalização do setor de construção civil em cinco eixos: (i) ordenamento de obras e construções; (ii) modernização do urbanismo; (iii) revitalização das cidades; (iv) segurança jurídica; e (v) registro e transferência de imóveis; 2) Resolução CGSIM que estabelece o conceito de baixo risco para os licenciamentos de obras e habite-se, contemplando sistema nacional integrado entre CBMs e prefeituras; automatização dos licenciamentos de Baixo Risco B; digitalização dos procedimentos.

Evidências

- Existência de aumento de custo no preço dos imóveis devido à burocracia regulatória do país. Verificado pela CBIC que os imóveis custam em torno de 12% a mais por causa da burocracia. https://cbic.org.br/es_ES/imovel-custa-12-a-mais-por-culpa-da-burocracia.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade | **Atividade 2** | **Atividade 3**

2.4.1 Detalhamento: Pró Construção Civil

Justificativa	► Existência de custo burocrático do ambiente regulatório e licenciatório que impactam o preço final de um imóvel. Segundo estudo elaborado pela CBIC, publicado em 2014. Os imóveis custam em torno de 12% a mais por causa da burocracia.
Objetivo	► Desburocratizar, simplificar e unificar as normas de construção civil; modernizar o urbanismo brasileiro; combater o abandono de imóveis; fomentar a reabilitação urbana; modificar as regras de impenhorabilidade para imóveis suntuosos; digitalizar procedimentos; automatizar licenciamentos de risco II (médio ou baixo risco ³B´).
Responsável	► Geanluca / Felipe Ferro
Resultados Esperados	► Ordenamento de obras e construções; ► Modernização do urbanismo; ► Revitalização das cidades;.
Principais Entregas	► MP da Construção Civil ► Resolução CGSIM do Licenciamento Urbanístico Integrado publicada no DOU

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade → Atividade 2 → Atividade 3

2.4.2 Detalhamento: Pró Construção Civil

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• MP da Construção Civil - Enviada ao Congresso Nacional																								
• MP da Construção Civil - Aprovada na Câmara dos Deputados																								
• MP da Construção Civil - Aprovada no Senado Federal																								
• MP da Construção Civil - Sancionada pela Presidencia da República																								

Decisões de Terceiros Entrega Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade

Atividade 2

Atividade 3

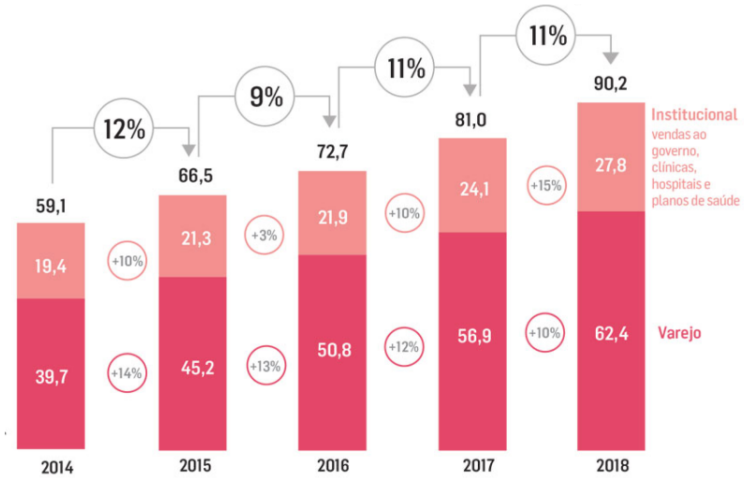
2.5 Detalhamento: Pró Saúde

Detalhamento

- O Pró saúde pretende reduzir barreiras regulatórias e aumentar a concorrência e competitividade do setor de saúde. Isso será feito por meio da MP Saúde com medidas estruturantes para o setor de saúde e revisão da RDC CMED nº 02/2004, que estabelece os critérios para precificação de medicamentos no Brasil.

Evidências

- Mercado Farmacêutico cresceu 53% nos últimos anos.



Fonte: Fonte: Interfarma – Assossiação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade | **Atividade 2** | **Atividade 3**

2.5.1 Detalhamento: Pró Saúde

Justificativa	► O setor de saúde é pautado por diversas falhas de mercado que justificam a intervenção do Estado, porém, essa interposição pode incorrer em ineficiências decorrentes de falha regulatória, que ocorre quando uma ação adotada não é efetiva ou é inconsistente, criando problemas ou agravando aqueles já existentes. O Brasil possui um dos maiores mercados de medicamentos do mundo, no entanto, o marco regulatório de precificação de medicamentos é datado de 2004, e não acompanha a inovação tecnológica do setor.
Objetivo	► Reduzir barreiras regulatórias com escopo de aumentar a concorrência e competitividade do setor de saúde.
Responsável	► Geanluca / Alexandre Messa
Resultados Esperados	► Aumento da inovação, da concorrência e da previsibilidade aos investimentos no setor da saúde. Fortalecimento da sustentabilidade do setor da saúde suplementar. ► Remoção das barreiras à entrada para empresas inovadoras de tecnologia em saúde.
Principais Entregas	► MIPs - Liberação da Regulação de Preços ► MP da Saúde ► Revisão da Resolução CMED nº 02/2004 ► Resolução CONSU para ampliar a oferta de planos de Saúde

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade → **Atividade 2** → **Atividade 3**

2.5.2 Detalhamento: Pró saúde

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Revisão da Portaria INMETRO nº 54/2016	✓																							
• MP da Saúde - Enviada ao Congresso Nacional																								
• MP da Saúde - Sancionada pelo Presidente da República																								
• Revisão da Resolução CMED nº 02/2004																								
• Resolução CONSU para ampliar a oferta de planos de Saúde																								

Decisões de Terceiros ✓ Entrega Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade → Atividade 2 → Atividade 3

2.6 Detalhamento: Pró Combustíveis

Detalhamento

- O projeto apresenta um conjunto de iniciativas de revisão regulatória para incentivar a concorrência e a redução de custos de transação, conferindo maior liberdade ao mercado para a seleção de acordos comerciais e societários mais eficientes: aperfeiçoamento da regulação do mercado de biodiesel, do mercado de infraestrutura de movimentação de combustíveis, e, da regulação do mercado de combustíveis de aviação. Trata-se de mudanças na estrutura de oferta favoráveis ao bem-estar do consumidor, com perspectiva de redução de custo não apenas para famílias, mas para várias atividades produtivas em que o combustível é insumo relevante.

Evidências

- No Brasil o mercado de petróleo e gás natural tem um atual agente dominante sem promoção da concorrência nessas atividades.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade | Atividade 2 | Atividade 3

2.6.1 Detalhamento: Pró Combustíveis

Justificativa	► Em relação ao setor de combustíveis, documentos indicam que a regulação econômica impõe vedações e restrições à verticalização entre as atividades de distribuição e revenda, à venda direta do produtor para o posto revendedor, à mistura de combustíveis derivados de petróleo e biocombustíveis, a operações associadas à importação e outro conjunto variado de transações comerciais e arranjos societários. As limitações estabelecidas pelas normas regulatórias do setor, além de criar custos de transação em situações diversas, pode impedir que o mercado revele arranjos comerciais e societários mais eficientes.
Objetivo	► Aumentar do bem-estar dos consumidores de combustíveis, bem como promoção de ganhos de eficiência nessa atividade e demais que utilizam o produto em seus processos produtivos.
Responsável	► Geanluca / Paulo Isobe
Resultados Esperados	► Maior liberdade de mercado ► Mais incentivos à concorrência ► Mudanças na estrutura de oferta favoráveis ao bem-estar do consumidor, com perspectiva de redução de custo não apenas para famílias, mas para várias atividades produtivas em que o combustível é insumo relevante.
Principais Entregas	► PL do fim da reserva de mercado de biodiesel ► Apoio a elaboração da MP Mercado de Combustíveis ► Compromissos de Desinvestimento da Petrobras em Refino ► Resolução ANP sobre Venda Direta de Etanol ► Resoluções CNPE de incentivo à concorrência e investimentos no mercado de combustíveis

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade | **Atividade 2** | **Atividade 3**

2.6.2 Detalhamento: Pró Combustíveis

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Resolução CNPE sobre Monitoramento e Coordenação do Mercado de Combustíveis	✓																							
• Resolução CNPE sobre a Redução da Mistura Obrigatória do Biodiesel no Oleo Diesel				✓																				
• Resolução CNPE sobre o Programa Combustível do Futuro					✓																			
• PL do fim da reserva de mercado de biodiesel - Enviada ao Congresso Nacional															✓									
• Apoio a elaboração da MP Mercado de Combustíveis - Sancionada pelo Presidente da República																							✓	
• PL do fim da reserva de mercado de biodiesel - Sancionada pelo Presidente da República																								✓

Decisões de Terceiros ✓ Entrega Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade | Atividade 2 | Atividade 3

2.7 Detalhamento: Novo Upstream - Segmento E&P

Detalhamento

- O projeto engloba aperfeiçoamentos regulatórios para a promoção da concorrência nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural. Objetivo: melhorar a racionalidade econômica para a escolha dos modelos de concessão de petróleo e gás, incentivar o desenvolvimento do mercado onshore e conferir maior liberdade ao mercado quanto à aquisição de bens e serviços.

Evidências

- No Brasil a exploração e produção de petróleo e gás natural se dá por um atual agente dominante sem promoção da concorrência nessas atividades.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade | **Atividade 2** | **Atividade 3**

2.7.1 Detalhamento: Segmento E&P

Justificativa	► Tendo em vista o monopólio existente, o projeto se justifica uma vez que objetiva promover a concorrência e liberdade ao mercado na aquisição de bens e serviços.
Objetivo	► Aperfeiçoar marcos regulatórios para a promoção da concorrência nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural.
Responsável	► Geanluca / Paulo Isobe
Resultados Esperados	► Desenvolvimento do mercado onshore de petróleo e gás ► Maior liberdade ao mercado quanto à aquisição de bens e serviços e o aperfeiçoamento da racionalidade econômica para a escolha dos modelos de concessão de petróleo e gás
Principais Entregas	► PL do Regime de Partilha ► Impedimento ao PL de Conteúdo Local ► Decreto que Institui o Programa para Aprimoramento das Licitações de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural – BidSIM

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade

Atividade 2

Atividade 3

2.7.2 Detalhamento: Novo Upstream (Segmento E&P)

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Resolução ANP - Serviço de Refino (CP 16/2020)										✓														
• PL do Regime de Partilha (PL 3178/19) - Sancionada Pelo Presidente da República																								

Decisões de Terceiros ✓ Entrega Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade | **Atividade 2** | **Atividade 3**

2.8 Detalhamento: Pró Conecta

Detalhamento

- Projeto Pró-Conecta traz medidas que visam eliminar barreiras regulatórias que comprometem o setor de telecomunicações, facilitar o investimento de capital estrangeiro no país, incentivar investimento privado de companhias nacionais, reduzir custos de transação dos setores público e privado, diminuir insegurança jurídica no setor e viabilizar novos modelos de negócios.

Evidências

- 5G pode gerar um valor adicional total ao PIB de R$ 249 bilhões até 2035 e R$ 1,12 trilhões até 2050;
- Com a desoneração destes chips, a taxa de crescimento do emprego deste tipo de tecnologia deve crescer de 21% para aproximadamente 45%;
- Mais de 4000 pedidos de licenciamento de antenas parado nas administrações públicas locais, representa cerca de R$ 2 bilhões em investimento represado e menos conectividade e menor qualidade do serviço de telecomunicações;
- Razão de chips iot por hab/ brasil está em 0,12 enquanto países desenvolvidos detém 0,3 conexões por hab.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade | Atividade 2 | Atividade 3

2.8.1 Detalhamento: Pró Conecta

Justificativa	► O setor de telecomunicações representa cerca de 3,6% do PIB brasileiro, sustentando mais de 500 mil empregos diretamente. Nas condições tecnológicas atuais, o aumento da penetração da banda larga, de 1%, gera um aumento médio anual de 0,08% no PIB, podendo variar a depender da renda e da concentração urbana. Nessas circunstâncias, é possível estimar que cada 10 pontos percentuais de aumento da penetração de Internet possibilitaria um acréscimo R$670 bilhões, nos próximos 10 anos. Isso considerando apenas as tecnologias já em operação. O 5G tem a capacidade de potencializar ainda mais esses efeitos.
Objetivo	► Eliminar barreiras regulatórias que comprometem o setor de telecomunicações, facilitar o investimento de capital estrangeiro no país, incentivar investimento privado de companhias nacionais, reduzir custos de transação dos setores público e privado, diminuir insegurança jurídica no setor e viabilizar novos modelos de negócios..
Responsável	► Geanluca / Andrey Vilas Boas / Paulo Isobe
Resultados Esperados	► Aumento da penetração da banda larga. ► Impactos positivos na produtividade e competitividade.
Principais Entregas	► MP Vsat ► PL IoT - PL 6.549/2019 ► PL de Reestruturação do FUST ► MP da Concorrência no audiovisual ► PEC do Capital Estrangeiro na Radiodifusão

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade | **Atividade 2** | **Atividade 3**

2.8.2 Detalhamento: Pró Conecta

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Estudo Segurança Cibernética no 5G			✓																					
• MP VSat (1.018/2020) - Sancionada pela Presidencia da República						✓																		
• PEC do Capital Estrangeiro na Radiodifusão - Enviada ao Congresso Nacional																								
• MP da Concorrência no Audiovisual - Enviada ao Congresso Nacional																								
• PEC do Capital Estrangeiro na Radiodifusão - Sancionada pela Presidencia da República																								
• MP da Concorrência no Audiovisual - Sancionada pela Presidencia da República																								

Decisões de Terceiros ✓ Entrega Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade → Atividade 2 → Atividade 3

2.9 Detalhamento: Pró Crédito

Detalhamento

- A remoção e aprimoramentos regulatórios no setor poderão resultar em uma maior dinamização no mercado de crédito por meio de redução de taxas e maior acesso, assim como em investimentos os agentes econômicos podem ter acesso aos mercados capitais culminando em uma nova fonte de financiamento para o setor produtivo. Nesse contexto serão identificadas as normas passíveis de aperfeiçoamento e efetuação de Advocacy juntos aos respectivos órgãos responsáveis.

Evidências

Dados do Relatório de Economia Bancária do Banco Central do Brasil, mostram que:

- 80,44% do estoque de crédito do país, em 2018, estavam na carteira dos cinco maiores bancos múltiplos (página 147, tabela 6.4);
- Dados do Indicador do Custo de Crédito (ICC) mostram que seu spread situava-se em 12,49 pontos percentuais em 2018, tendo se mantido basicamente estável desde 2016 (página 78, Tabela 3.1), a despeito da queda ocorrida na SELIC no período;
- Comparação internacional mostra que o spread no Brasil é o segundo maior do mundo, atrás apenas de Madagascar.

Fonte: https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioeconomiabancari; https://blogdoibre.fgv.br/posts/parcimonia-com-o-mercado-de-credito)

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade | Atividade 2 | Atividade 3

2.9.1 Detalhamento: Pró Crédito

Justificativa	▶ O Brasil possui um mercado de crédito marcado pela concentração bancária e por um nível de spread que está entre os maiores do mundo, o que prejudica o acesso dos empreendedores a crédito e impacta negativamente o nível de investimento na economia e, por conseguinte, o desenvolvimento do país. Dados do Relatório de Economia Bancária do Banco Central do Brasil, mostram que 80,44% do estoque de crédito do país, em 2018, estavam na carteira dos cinco maiores bancos múltiplos (página 147, tabela 6.4); dados do Indicador do Custo de Crédito (mostram que seu spread situava se em 12,49 pontos percentuais em 2018, tendo se mantido basicamente estável desde 2016 (página 78, Tabela 3.1), a despeito da queda ocorrida na SELIC no período; comparação internacional mostra que o spread no Brasil é o segundo maior do mundo, atrás apenas de Madagascar.
Objetivo	▶ Elevar a concorrência no mercado bancário e diminuir o spread bancário.
Responsável	▶ Geanluca / Alexandre Messa
Resultados Esperados	▶ Remoção e aprimoramentos regulatórios no setor poderão resultar em uma maior dinamização no mercado de crédito por meio de redução de taxas e maior acesso, assim como em investimentos os agentes econômicos podem ter acesso aos mercados capitais culminando em uma nova fonte de financiamento para o setor produtivo.
Principais Entregas	▶ Cadastro Positivo ▶ Decreto nº 9.936/2019 (Regulamenta Cadastro Positivo) ▶ Queda de Tarifas da Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP) ▶ Pagamentos de Tributos Federais por meio de DARF (Fintechs) ▶ Primeira Onda do Open Banking - Interface Institucionalizada Seae/Bacen ▶ PLC Mutualismo no Setor de Seguros

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade → Atividade 2 → Atividade 3

2.9.2 Detalhamento: Pró Crédito

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Primeira Onda do Open Banking - Interface Institucionalizada Seae/Bacen																								
• PLC Mutualismo no Setor de Seguros (519/2018) - Aprovada na Câmara dos Deputados																								
• PLC Mutualismo no Setor de Seguros (519/2018) - Aprovada no Senado Federal																								
• PLC Mutualismo no Setor de Seguros (519/2018) - Sancionada pela Presidencia da República																								

Decisões de Terceiros Entrega Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade

Atividade 2

Atividade 3

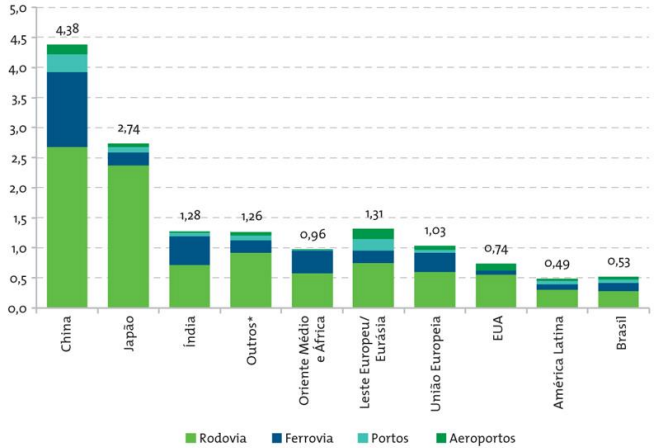
2.10 Detalhamento: Pró Logística

Detalhamento

- O projeto tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento da logística no Brasil por meio de aprimoramentos regulatórios que aumentem a concorrência, com maior oferta de serviços e melhoria do ambiente de negócios. E assim promover abertura da cabotagem, melhoria do marco regulatório dos transportes terrestre, aéreo e marítimo. O Pró-Logística pretende atuar sobre essas restrições, de forma a induzir o setor em direção a um ambiente com mais concorrência e menos distorções.

Evidências

Investimento em logística, em % do PIB, 1993-2015



Fontes: Dobbs (2013); BNDES (2016); Pereira e Puga (2016); e Bielschowsky (2002).
* Austrália, Canadá, Coreia do Sul, Croácia, Emirados Árabes Unidos, Islândia, Lichtenstein, Noruega, Nova Zelândia, Cingapura, Suíça e Taiwan (Taipei).
Nota: Dados de 1992 a 2011, exceto Brasil (1993 a 2015). Os investimentos brasileiros em logística, como proporção do PIB, mudaram muito pouco em relação ao período de 1993 a 2011 (rodovias: 0,27% do PIB; ferrovias: 0,14; portos: 0,06; e aeroportos: 0,04), o que sugere não haver problemas na comparação entre os dois períodos acima.

Fonte: https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/panoramas-setoriais-2030

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade | Atividade 2 | Atividade 3

2.10.1 Detalhamento: Pró Logística

Justificativa	► O setor de logística no Brasil é marcado por fechamento à saudável concorrência estrangeira, o que reduz investimentos e incentiva a obsolescência e preços abusivos. Além disso, ele também é marcado por subsídios cruzados, tais como o Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), por meio do qual todos os consumidores pagam um adicional ao frete para subsidiar a indústria naval. Como resultado, após décadas de regulação restritiva, temos uma oferta de serviços de logística pouco desenvolvida para atender as demandas da economia brasileira.
Objetivo	► Desenvolver a logística no Brasil por meio de aprimoramentos regulatórios que aumentem a concorrência, com maior oferta de serviços e melhoria do ambiente de negócios.
Responsável	► Geanluca / Alexandre Messa
Resultados Esperados	► Desenvolvimento da logística no Brasil por meio de aprimoramentos regulatórios que aumentem a concorrência, com maior oferta de serviços e melhoria do ambiente de negócios.
Principais Entregas	► PL do Free Flow ► PL de Revisão do AFRMM ► PL BR do Mar Cabotagem ► Decreto Não renovação do acordo com o Chile ► Decreto Denúncias dos acordos marítimos com ARG e URU ► Revisão das regras de slots em Congonhas

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade → **Atividade 2** → **Atividade 3**

2.10.2 Detalhamento: Pró Logística

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• PL do Free Flow (886/2021) - Sancionada pelo Presidente da República					✓																			
• Decreto nº 10.786/2021 - Denúncias dos acordos marítimos com ARG e URU							✓																	
• PL da Praticagem (PL 4.392/2020) - Enviado ao Congresso Nacional																								
• MP Voo Simples - Enviado ao Congresso Nacional																								
• PL de Revisão do AFRMM - Enviada ao Congresso Nacional																								
• Portaria sobre Homologação de Projetos de Veículos																								
• MP Voo Simples - Sancionada pelo Presidente da República																								
• PL BR do Mar Cabotagem (PL 4.199/2020) - Sancionada pelo Presidente da República																								
• PL da Praticagem (PL 4.392/2020) - Sancionada pelo Presidente da República																								
• PL de Revisão do AFRMM - Sancionada pelo Presidente da República																								
• Acompanhamento Privatização do Porto de Santos																								

Decisões de Terceiros ✓ Entrega Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade | Atividade 2 | Atividade 3

2.11 Detalhamento: Pró Mercado de Capitais

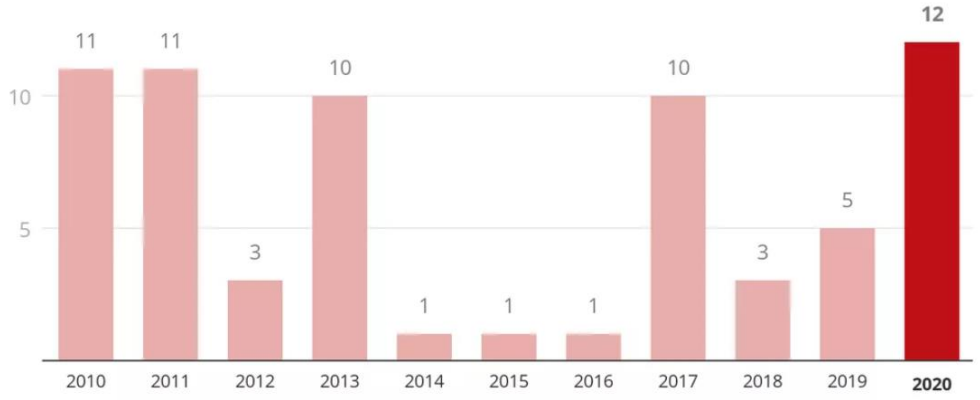
Detalhamento

- O projeto Pró-Mercado de Capitais fará avaliação da carga regulatória, objetivando identificar elementos que limitem as condições concorrenciais ou, impliquem diminuição da competitividade do mercado brasileiro relativamente a mercados no exterior. Nesse contexto, a remoção e aprimoramentos regulatórios no setor poderão resultar em uma maior dinamização no mercado de capitais por meio de redução de taxas e maior acesso, assim como em investimentos os agentes econômicos podem ter acesso aos mercados capitais culminando em uma nova fonte de financiamento para o setor produtivo.

Evidências

Panorama de IPO no Brasil

Número de empresas que abriram capital, por ano:



Fonte: https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/10/05/mesmo-com-crise-entrada-de-empresas-na-bolsa-este-ano-ja-e-mais-do-dobro-da-registrada-em-2019.ghtml

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade | Atividade 2 | Atividade 3

2.11.1 Detalhamento: Pró Mercado de Capitais

Justificativa	► Brasil possui um mercado de crédito marcado pela concentração bancária e por um nível de spread que está entre os maiores do mundo, o que prejudica o acesso dos empreendedores a crédito e impacta negativamente o nível de investimento na economia e, por conseguinte, o desenvolvimento do país.
Objetivo	► Desenvolver o Mercado de Capitais brasileiro
Responsável	► Geanluca /João Accioly
Resultados Esperados	► Desenvolvimento do Mercado de Capitais brasileiro ► Aperfeiçoamento da carga regulatória, desburocratização, cumprimento de contratos, popularização do mercado de capitais e outros temas correlatos
Principais Entregas	► Alteração na Instrução CVM para permitir Internalização da execução de Ordens Negociais

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade → **Atividade 2** → **Atividade 3**

2.11.2 Detalhamento: Pró Mercado de Capitais

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Plano de ação					✓																			
• Elaboração de proposições à melhoria pró mercado de capitais														🧍										

Decisões de Terceiros ✓ Entrega 🧍 Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade → Atividade 2 → Atividade 3

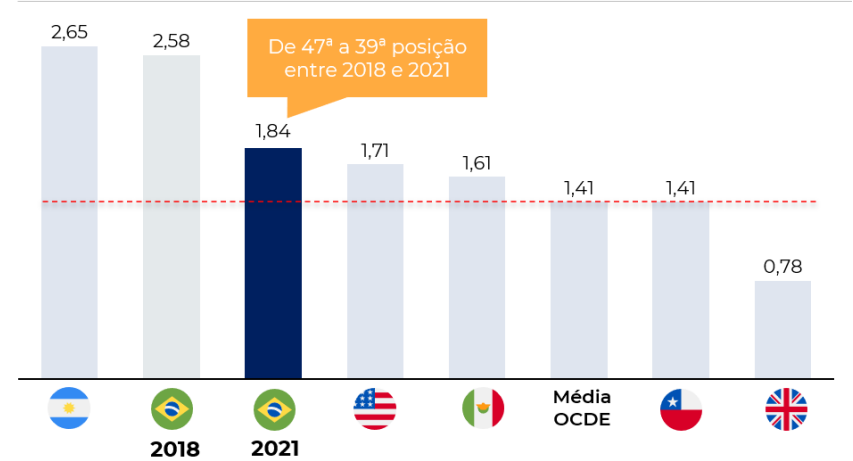
2.12 Detalhamento: Reg OCDE

Detalhamento

- O objetivo do Reg-OCDE é que o Brasil siga as melhores práticas regulatórias com foco em promoção da competitividade. A meta é que o Brasil atinja a média da OCDE em 2022 (resultado demonstrado em 2023). Atualmente, o Brasil está em 45º. Para além da implementação de melhorias regulatórias, também pretendemos publicar um documento de traçando e tornando pública a estratégia do Brasil para adesão regulatória aos padrões da OCDE. O documento será público e terá ampla divulgação

Evidências

A pontuação projetada do Brasil no Ranking PMR



Para medir a posição regulamentar dos países e acompanhar os progressos da reforma ao longo do tempo, a OCDE tem vindo a produzir, desde 1998, um conjunto de indicadores de regulação do mercado de produtos (PMR).

Fonte: seae/sepec/me, relatório doing business 2020 e relatório doing business 2021 sub-nacional do banco mundial

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade | **Atividade 2** | **Atividade 3**

2.12.1 Detalhamento: Reg OCDE

Justificativa	▸ O Brasil encontra-se em 45° lugar no ranking PMR OCDE dentre 46 países avaliados, portanto, necessita de diagnóstico e orientação para que as melhores práticas regulatórias com foco em promoção da competitividade sejam implantadas.
Objetivo	▸ Traçar estratégia do Brasil para adesão regulatória aos padrões da OCDE para que o país atinja a média da OCDE no ranking PMR (Product Market Regulation).
Responsável	▸ Geanluca / Alexandre Messa
Resultados Esperados	▸ Diagnóstico realizado para melhores práticas regulatórias com foco em promoção da competitividade sejam implantadas. ▸ Que o Brasil atinja a média da OCDE em 2022. Atualmente, o Brasil está em 45º.
Principais Entregas	▸ Elaboração de relatório com análise de todas as dimensões avaliadas para construção do ranking e diagnóstico para priorização dos trabalhos a serem realizados no Brasil. ▸ Publicação de documento de traçando e tornando pública a estratégia do Brasil para adesão regulatória aos padrões da OCDE. ▸ PL Lobbying

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade → **Atividade 2** → **Atividade 3**

2.12.2 Detalhamento: Reg OCDE

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Estratégia de Melhoria Regulatória: PMR OCDE						✓																		
• Recomendação OCDE sobre Neutralidade Concorrencial						✓																		
• OCDE - Peer Review																								
• PL Lobbying - Sancionada pela Presidencia da República																								

Decisões de Terceiros ✓ Entrega Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade | Atividade 2 | Atividade 3

2.13 Detalhamento: Pró Comex

Detalhamento

- O Pró-Comex trabalha para que o comércio exterior seja uma via efetiva de concorrência no mercado local, promovendo uma maior contestabilidade do mercado por parte das importações. Para tanto, busca-se i) advogar por uma reforma ampla do Imposto de Importação; ii) mapear e alterar normas e regulamentos associados ao comércio exterior que divirjam das boas práticas internacionais e iii) promover a celebração de acordos internacionais que facilitem a integração do país às cadeias globais de valor.

Evidências

- Nas dimensões relativas a barreiras tarifárias (tariff barriers) e a barreiras à facilitação do comércio (barriers to trade facilitation), do Product Market Regulation (PMR) da OCDE, o Brasil estava na última e antepenúltima posições, respectivamente, no ranking de 2018, com 46 países.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade | **Atividade 2** | **Atividade 3**

2.13.1 Detalhamento: Pró Comex

Justificativa	▸ O Brasil é reconhecidamente um país pouco integrado ao resto do mundo, tendo reduzida participação nos fluxos globais de importação e exportação. De fato, nas dimensões relativas a barreiras tarifárias (tariff barriers) e a barreiras à facilitação do comércio (barriers to trade facilitation), do Product Market Regulation (PMR) da OCDE, o Brasil estava na última e antepenúltima posições, respectivamente, no ranking de 2018, com 46 países. Seja devido a elevadas barreiras tarifárias, seja devido à imposição de barreiras técnicas e regulatórias às importações, o fato é que a menor integração às cadeias globais de valor protege o mercado local da maior concorrência internacional e, assim, dificulta a alocação eficiente dos recursos produtivos, atrasa o ingresso de novas tecnologias no país, encarece insumos e produtos finais, compromete a competitividade da economia e, em suma, reduz o bem-estar da sociedade como um todo.
Objetivo	▸ Promover a concorrência por meio da redução de barreiras tarifárias e não tarifárias ao comércio internacional
Responsável	▸ Geanluca / Alexandre Messa
Resultados Esperados	▸ Maior participação do país nos fluxos globais de importação e exportação. Celebração de acordos internacionais que promovam a integração do país às cadeias globais de valor.
Principais Entregas	▸ ADTs Emirados Arabes, Suíça e Cingapura ▸ ADT com Reino Unido ▸ Assinatura da Convenção de Singapura ▸ Marco Legal das Zonas de Processamento de Exportação ZPEs

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade → **Atividade 2** → **Atividade 3**

2.13.2 Detalhamento: Pró Comex

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• ADTs Emirados Arabes, Suíça e Cingapura			✓																					
• Assinatura da Convenção de Singapura						✓																		
• Acordo de Livre Comércio entre Brasil e Chile							✓																	
• Marco Legal das Zonas de Processamento de Exportações ZPEs (MP 1.033/2021) - Sancionada pelo Presidente da República							✓																	
• Decreto nº 10.839/2021 (Medidas Compensatórias)										✓														
• ADT com Reino Unido																								
• Elaboração de redação do novo Decreto que regulamentará nova lei de ZPE																								

Decisões de Terceiros ✓ Entrega Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade | Atividade 2 | Atividade 3

2.14 Detalhamento: Pró Turismo

Detalhamento

- O Pró-Turismo pretende como resultado relevante atração de investimentos na infraestrutura hoteleira, turística e logística, com impactos na economia e na geração de emprego e renda. E para isso prevê a implementação de medidas legais que garantam segurança jurídica à investidores no setor.

Evidências

Brasil Turistas estrangeiros e receita 2008-2019



Fonte: Pires inteligência em destinos e eventos, OMT e Mtur, 2019

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade | **Atividade 2** | **Atividade 3**

2.14.1 Detalhamento: Pró Turismo

Justificativa	▶ Apesar de seu imenso potencial turístico, os números do Brasil ainda são tímidos para o setor. O país recebe, anualmente, menos turistas que o Museu do Louvre, em 2018, houve um crescimento de apenas 0,5% no número de turistas estrangeiros no país, contra 8,4% na média da América do Sul, ou 10%, do vizinho Peru. Dentre as várias razões que confluem para resultar nesse quadro, pode-se destacar um ambiente regulatório defasado, que em muito limita o mercado turístico no país.
Objetivo	▶ Eliminar barreiras regulatórias a investimentos e ampliar a segurança jurídica para investimentos estrangeiros no setor do turismo.
Responsável	▶ Geanluca / Paulo Isobe
Resultados Esperados	▶ Atração de investimento para o setor de turismo.
Principais Entregas	▶ PL dos Investimentos Turísticos ▶ PL Delegação de competência sobre Resorts Integrados

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade → **Atividade 2** → **Atividade 3**

2.14.2 Detalhamento: Pró Turismo

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• PL Delegação de competência sobre Resorts Integrados - Enviada ao Congresso Nacional																								
• PL dos Investimentos Turísticos - Enviada ao Congresso Nacional																								
• PL dos Investimentos Turísticos - Sancionada pela Presidencia da República																								
• PL Delegação de competência sobre Resorts Integrados - Sancionada pela Presidencia da Públi																								

Decisões de Terceiros Entrega Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade | Atividade 2 | Atividade 3

2.15 Detalhamento: Acompanhamento da Modernização do Setor Elétrico

Detalhamento

- O projeto de Acompanhamento da Modernização do Setor Elétrico objetiva aumentar a eficiência da empresa e ampliar a capacidade de investimentos da companhia em geração e transmissão de energia elétrica no país.

Evidências

- A criação de um ambiente atrativo para investidores, aumentando a competitividade no setor e reduzindo preços para os consumidores. Segundo o Ministério de Minas e Energia, a redução tarifária estimada para consumidores cativos será de 5 a 7%;
- Revitalização dos recursos hídricos das bacias do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba: R$ 3,5 bilhões em 10 anos;
- Redução estrutural de custos de geração de energia na Amazônia Legal e melhoria na navegabilidade do Rio Madeira e do Rio Tocantins: R$ 2,95 bilhões em 10 anos;
- Revitalização dos recursos hídricos das bacias hidrográficas, na área de influência dos reservatórios das usinas hidrelétricas de Furnas: R$ 2,3 bilhões em 10 anos;

Fonte: https://www.gov.br/pt-br/noticias/energia-minerais-e-combustiveis/2021/07/lei-de-capitalizacao-da-eletrobras-e-sancionada

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade | **Atividade 2** | **Atividade 3**

2.15.1 Detalhamento: Acompanhamento da Modernização do Setor Elétrico

Justificativa	▶ Segundo o governo, a privatização irá recuperar a capacidade de investimentos da empresa em geração e transmissão de energia e pode reduzir a conta de luz. A capitalização e a potencial venda futura das ações remanescentes em poder da União pode destinar cerca de R$ 100 bilhões aos cofres públicos.
Objetivo	▶ Capitalizar e fortalecer a instituição, tornando-a a maior corporação brasileira do setor elétrico.
Responsável	▶ Geanluca / Gustavo Ene
Resultados Esperados	▶ Ações remanescentes em poder da União pode destinar cerca de R$ 100 bilhões aos cofres públicos.
Principais Entregas	▶ MP Desestatização da Eletrobrás

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade → **Atividade 2** → **Atividade 3**

2.15.2 Detalhamento: Acompanhamento da Modernização do Setor Elétrico

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• MP Desestatização da Eletrobrás (MP 1.031/2021) - Enviada ao Congresso Nacional																								
• NT para relatório de auditoria da CGU sobre PL 5877/2019																								
• MP Desestatização da Eletrobrás (MP 1.031/2021) - Sancionada pelo Presidente da República																								

Decisões de Terceiros Entrega Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade

Atividade 2

Atividade 3

2.16 Detalhamento: Corretagem de imóveis

Detalhamento

- Projeto altera o Decreto nº 81.871/1978, que regulamenta a profissão de corretor de imóveis. Visa desburocratizar a entrada de profissionais na área e diminuir a restrição advindas de regulações no setor.

Evidências

- A revisão do Decreto 81.871/78 faz parte de um conjunto de ações para melhoria do ambiente regulatório empreendidas pela SEPEC. O indicador do PMR concernente à regulação dos profissionais de intermediação imobiliária sinaliza excessiva regulamentação dessa atividade profissional frente ao verificado em outros países. Dos 49 países constantes da última edição divulgada pela OCDE, o Brasil figura no 43º lugar.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade | Atividade 2 | Atividade 3

2.16.1 Detalhamento: Corretagem de imóveis

Justificativa	▶ Brasil possui uma das regulações mais restritivas do mundo neste segmento. Dentre essas restrições, podemos citar elevadas barreiras à entrada para o exercício da profissão, exclusividade do corretor na realização de atividades que não são inerentes à intermediação imobiliária (acessórias), vinculação do anúncio público de determinado imóvel à cláusula de exclusividade e utilização de tabelas de honorários como piso mínimo obrigatório.
Objetivo	▶ Reduzir as barreiras à entrada ao exercício da profissão e o estímulo à criação de um ambiente mais competitivo, reduzindo custos no mercado imobiliário e facilitando o acesso à moradia. Além de fomentar a concorrência e reduzir custos regulatórios associados ao ambiente institucional brasileiro.
Responsável	▶ Geanluca / Paulo Isobe / Alexandre Gheventer
Resultados Esperados	▶ Melhoraria da pontuação do Brasil no indicador referente aos real estate agents do PMR (Product Market Regulation) correspondente - decréscimo de 2,21 para 1,65, equivalente a uma melhora da ordem de 25%, - , o que sinalizaria, juntamente com outras iniciativas, o esforço brasileiro no sentido de melhorar o ambiente de negócios em nosso País e, por conseguinte, favorecer o pleito do Brasil de admissão na OCDE.
Principais Entregas	▶ Decreto Corretagem de Imóveis

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade → **Atividade 2** → **Atividade 3**

2.16.2 Detalhamento: Corretagem de imóveis

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Publicação do Decreto de Corretagem de Imóveis																								

Decisões de Terceiros Entrega Proposta de Entrega

ATIVIDADE 1

A GRANDE DESREGULAMENTAÇÃO



Atividade 1 – Programas Estratégicos: A Grande Desregulamentação | Atividade 2 | Atividade 3

3. A Grande Desregulamentação

Detalhamento

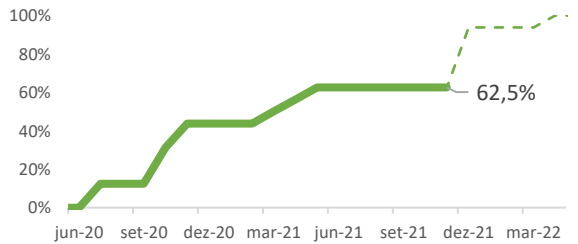
- **Justificativa do Programa:** a alta carga regulatória inibe a alocação eficiente de recursos e constitui barreira não-tarifária ao comércio internacional de serviços, com impactos na produtividade e na competitividade. A baixa posição do país nos rankings citados é reflexo de um arcabouço regulatório que prejudica o ambiente concorrencial e a liberdade econômica.
- **Evidência:** estima-se que o custo no Brasil para atuar em ambiente jurídico-regulatório tem uma diferença entre 160 a 200 bilhões de reais ao ano em relação à média dos países da OCDE.
- **Objetivos do Programa:** melhorar o ambiente de negócios, a competitividade e a participação do Brasil no comércio internacional.
- **Indicador Estratégico:** GCI Pilar 07 (Product market)
- **Eixo Estratégico:** Ambiente de Negócios

- **Projetos:**
  - Observatório de Desregulamentação
  - Melhoria Regulatória
  - FIARC - Frente Intensiva de Avaliação Regulatória e Concorrencial

Meta e Avanço das Entregas

- **Legado:**
  - Reduzir o custo Brasil em R$ 1 trilhão
  - + 30% de produtividade das MPEs
  - Levar o Brasil ao top 50 dos melhores países do mundo para se fazer negócios até 2022
- **Meta Estratégica:**
  - Alcançar a posição 114° Pilar 7, Product Market, do Global Competitiveness Index até 2022
  - Levar o Brasil ao top 50 dos melhores países do mundo para se fazer negócios até 2022

Avanço das Entregas



Atividade 1 – Programas Estratégicos: A Grande Desregulamentação → Atividade 2 → Atividade 3

3.1 Detalhamento: Observatório da Desregulamentação

Detalhamento	Evidências
► Implantação do Observatório Nacional de Desregulamentação, seguindo as práticas definidas no Manual de Melhoria Regulatória, contendo as aspirações regulatórias do país, o framework de desregulamentação e o compêndio das boas práticas de desregulamentação.	► Custo Brasil consome das empresas um valor de aproximadamente R$ 1,5 trilhão, cifra que representa 22% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Desse valor total, somente o custo para atuar em ambiente jurídico-regulatório eficaz tem uma diferença entre 160 a 200 bilhões ao ano em relação à média dos países da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Atividade 1 – Programas Estratégicos: A Grande Desregulamentação | Atividade 2 | Atividade 3

3.1.1 Detalhamento: Observatório da Desregulamentação

Justificativa	▸ A liberdade econômica deve ser um dos alicerces do desenvolvimento nacional. A ação normativa de agentes reguladores deve ocorrer para robustecer o ambiente econômico, especialmente no que diz respeito ao ambiente concorrencial. Desse modo, normas que restrinjam a liberdade econômica e que prejudiquem a concorrência serão objeto de investigação e, se for necessário, de revogação. A alta carga regulatória inibe a alocação eficiente de recursos e constitui barreira não-tarifária ao comércio internacional de serviços, com impactos na produtividade e na competitividade.
Objetivo	▸ Implantar observatório Nacional de Desregulamentação, seguindo as práticas definidas no Manual de Melhoria Regulatória, contendo as aspirações regulatórias do país, o framework de desregulamentação e o compêndio das boas práticas de desregulamentação.
Responsável	▸ Geanluca / Paulo Isobe
Resultados Esperados	▸ Elaboração de um Guia de Boas Práticas em Desregulamentação para auxiliar o País no plano de retomada da economia. O objetivo é criar uma ferramenta para identificar as oportunidades a serem exploradas e os ganhos que os brasileiros podem ter com um programa de desregulamentação.
Principais Entregas	▸ Curso Licenciamento 4.0 - Criada 1a turma ▸ Portaria do Observatório ▸ IN da Desoneração Regulatória

Atividade 1 – Programas Estratégicos: A Grande Desregulamentação | **Atividade 2** | **Atividade 3**

3.1.2 Detalhamento: Observatório da Desregulamentação

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Portaria do Observatório																								

Decisões de Terceiros | Entrega | Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos: A Grande Desregulamentação | Atividade 2 | Atividade 3

3.2 Detalhamento: Melhoria Regulatória

Detalhamento

- Medidas transversais que ajudam a melhorar o ambiente regulatório do Brasil, com impactos positivos na competitividade e no ambiente de negócio do país. O objetivo é aprimorar o processo regulatório, de modo a evitar o entulho regulatório e diminuir o custo Brasil relacionado ao alto volume de carga regulatória. Uma de suas principais entregas foi o Decreto Nº 10.411, de 30 de junho de 2020 que regulamenta a Análise de Impacto Regulatória.

Evidências

- Mais de 5,8 milhões de normas editadas desde a Constituição Federal.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: A Grande Desregulamentação | Atividade 2 | Atividade 3

3.2.1 Detalhamento: Melhoria Regulatória

Justificativa	► A liberdade econômica deve ser um dos alicerces do desenvolvimento nacional. A ação normativa de agentes reguladores deve ocorrer para robustecer o ambiente econômico, especialmente no que diz respeito ao ambiente concorrencial. Desse modo, normas que restrinjam a liberdade econômica e que prejudiquem a concorrência serão objeto de investigação e, se for necessário, de revogação. A alta carga regulatória inibe a alocação eficiente de recursos e constitui barreira não-tarifária ao comércio internacional de serviços, com impactos na produtividade e na competitividade.
Objetivo	► Ajudar a melhorar o ambiente regulatório do Brasil, por meio de medidas transversais, com impactos positivos na competitividade e no ambiente de negócio do país.
Responsável	► Geanluca / Paulo Isobe
Resultados Esperados	► Aprimoramento do processo regulatório, de modo a evitar o entulho regulatório e diminuir o custo Brasil relacionado ao alto volume de carga regulatória.
Principais Entregas	► Protocolo de Boas Práticas Regulatórias entre BrasilxEUA ► Decreto de Internalização do Protocolo de Boas Práticas – BrasilxEUA ► Decreto Desregulamentação ► Guia para Decreto AIR (10.411/2020) ► Calculadora de Onerosidade Regulatória ► Site Único (gov.br/reg)

Atividade 1 – Programas Estratégicos: A Grande Desregulamentação → **Atividade 2** → **Atividade 3**

3.2.2 Detalhamento: Melhoria Regulatória

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Formulário de Sugestões Regulatórias			✓																					
• Guia para Decreto AIR (10.411/2020)				✓																				
• Automatização do Site Único (gov.br/reg)					✓																			
• Decreto da Agenda Legislativa													📄											
• Decreto Desregulamentação													📄											
• Agenda Regulatória para Leis "Primárias"													📄											
• Decreto de Internalização do Protocolo de Boas Práticas - BrasilxEUA																📄								

Decisões de Terceiros ✓ Entrega 📄 Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos: A Grande Desregulamentação | Atividade 2 | Atividade 3

3.3 Detalhamento: FIARC - Frente Intensiva de Avaliação Regulatória e Concorrencial

Detalhamento

- O programa FIARC consiste na implementação, de maneira objetiva e transparente, dos procedimentos e quesitos para atuação da Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade – SEAE quanto às suas competências de proposição de alteração de atos normativos de interesse geral de agentes econômicos ou de usuários dos serviços prestados.
- O FIARC tem como objetivo aprimorar o conjunto de normas infralegais que disciplinam questões de natureza regulatória e concorrencial no Brasil. Para tanto, o programa buscará identificar e avaliar, nesse conjunto de normas, aquelas que possam potencialmente causar distorção ou que possuam caráter anticompetitivo.

Evidências

- Existência de normas que potencialmente possam causar distorção do mercado ou que possuam caráter anticompetitivo.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: A Grande Desregulamentação | Atividade 2 | Atividade 3

3.3.1 Detalhamento: FIARC - Frente Intensiva de Avaliação Regulatória e Concorrencial

Justificativa	► A liberdade econômica deve ser um dos alicerces do desenvolvimento nacional. A ação normativa de agentes reguladores deve ocorrer para robustecer o ambiente econômico, especialmente no que diz respeito ao ambiente concorrencial. Desse modo, normas que restrinjam a liberdade econômica e que prejudiquem a concorrência serão objeto de investigação e, se for necessário, de revogação. A alta carga regulatória inibe a alocação eficiente de recursos e constitui barreira não-tarifária ao comércio internacional de serviços, com impactos na produtividade e na competitividade.
Objetivo	► Identificar e avaliar conjunto de normas, aquelas que possam potencialmente causar distorção ou que possuam caráter anticompetitivo.
Responsável	► Geanluca / Andrey Vilas Boas
Resultados Esperados	► Aprimoramento do conjunto de normas infralegais que disciplinam questões de natureza regulatória e concorrencial no Brasil. Identificação e avaliação nesse conjunto de normas, aquelas que possam potencialmente causar distorção ou que possuam caráter anticompetitivo.
Principais Entregas	► IN do FIARC

Atividade 1 – Programas Estratégicos: A Grande Desregulamentação | **Atividade 2** | **Atividade 3**

3.3.2 Detalhamento: FIARC - Frente Intensiva de Avaliação Regulatória e Concorrencial

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Elaboração de novas proposições																								

Decisões de Terceiros Entrega Proposta de Entrega

ATIVIDADE 1

PROGRAMA REGIONAIS E SETORIAIS



Atividade 1 – Programas Estratégicos: Programa Regionais e Setoriais | Atividade 2 | Atividade 3

4. Programa Regionais e Setoriais

Detalhamento

- **Justificativa do Programa:** Tendo em vista as baixas posições do país nos rankings mundiais e os diferentes cenários do país de extensões continentais, justificam-se os projetos de melhorias setoriais e regionais.
- **Evidência:** Posição do Brasil no Pilar 7 Product Market do GCI = 124° de 190 países (Publicação de 2019).
- **Objetivos do Programa:** executar projetos que contribuam para tornar o país mais eficiente, competitivo e produtivo por meio de propostas regionais e setoriais específicas.
- **Indicador Estratégico:** GCI Pilar 07 (Product market).
- **Eixo Estratégico:** Ambiente de Negócios

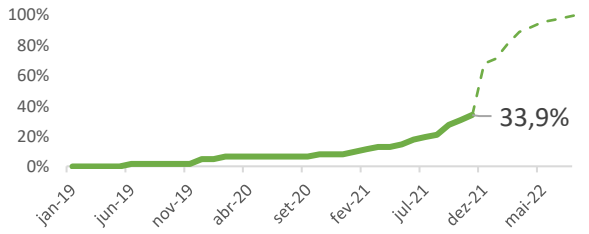
- **Projetos:**
  - Eficiência Máxima
  - Economia Verde
  - Mobilidade e Logística Sustentável
  - Reindustrializa Brasil
  - Destravando o Setor de Serviços e Comércio

Meta e Avanço das Entregas

- **Legado:**
  - Reduzir o custo Brasil em R$ 1 trilhão
  - + 30% de produtividade das MPEs
  - Levar o Brasil ao top 50 dos melhores países do mundo para se fazer negócios até 2022

- **Meta Estratégica:**
  - Alcançar a posição 114° Pilar 7, Product Market, do Global Competitiveness Index até 2022
  - Levar o Brasil ao top 50 dos melhores países do mundo para se fazer negócios até 2022

Avanço das Entregas



Atividade 1 – Programas Estratégicos: Programa Regionais e Setoriais | Atividade 2 | Atividade 3

4.1 Detalhamento: Eficiência Máxima

Detalhamento

- O Projeto Eficiência Máxima deve modernizar e agilizar o processo de concessão do PPB e Ex-tarifário; Concluir a regulamentação do Programa Rota 2030 e revisão de todos os programas; Zerar o backlog de todos os processos setoriais e proceder com a revisão dos atuais programas promovendo a eficiência máxima e gerando impactos positivos na economia.

Evidências

- Backlog de 104 Processos Produtivos Básicos em 2019.
- 40 convênios SI, SEMPE e SIN no início de 2019.
- Não cumprimento do prazo legal de 120 dias para fixação e alteração das portarias de Processos Produtivos Básicos (Lei nº 8.248/1991, Art. 4º, § 2º).
- Tempo médio de 90 dias para análise dos pleitos de Ex-tarifário no início de 2019.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Programa Regionais e Setoriais | **Atividade 2** | **Atividade 3**

4.1.1 Detalhamento: Eficiência Máxima

Justificativa	► Necessidade de modernizar e agilizar diversos processos da SDIC. Existência de backlog de processos e não cumprimento dos prazos regulamentados.
Objetivo	► Modernizar o processo de concessão do PPB; ► Modernizar o processo de análise de pedido de Ex-tarifário; ► Concluir a regulamentação do Programa Rota 2030 e revisão de todos os programas.
Responsável	► Tólio Ribeiro / Pedro Reckziegel
Resultados Esperados	► Zerar o backlog de todos os processos setoriais e proceder com a revisão dos atuais programas promovendo a eficiência máxima e gerando impactos positivos na economia.
Principais Entregas	► Ex-tarifário – Reduzir prazo de análise p/ 45 dias e reduzir equipe dedicada ► Portaria de agilização dos processos de ex-tarifário ► PADIS – Publicar decreto regulamentando a Lei nº 11.484/2007 ► PPB – Publicar alterações ao Decreto nº 10.356/2020 ► PPB – Zerar backlog de processos e reduzir equipe dedicada ► Implementação da Plataforma Nacional de Mobilidade Elétrica ► Rota 2030 – Publicação da Portaria Interministerial P&D

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Programa Regionais e Setoriais → **Atividade 2** → **Atividade 3**

4.1.2 Detalhamento: Eficiência Máxima

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Decreto nº 10.602/2021 (Política industrial para o setor de tecnologias da informação e comunicação - PPB	✓																							
• Decreto nº 10.615/2021 (Regulamentando a Lei nº 11.484/2007 - PADIS Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores)		✓																						
• PPB – Publicado portaria conjunta regulamentando a habilitação à Lei nº 8.248/1991 (LI)			✓																					
• PPB – Publicado portaria conjunta regulamentando a habilitação à Lei nº 8.248/1991 (LI)					✓																			
• PPB – Concluido os processos de PPB em um prazo médio de 120 dias							✓																	
• Lançamento do Site - Ex-tarifário / PPB									✓															
• PPB – Publicado portaria alterando a portaria conjunta regulamentando a habilitação à Lei nº 8.248/1991 (LI)																								
• PPB – Publicado portaria conjunta regulamentando a aplicação de sanção pelo descumprimento à Lei nº 8.248/1991 (LI)																								
• PPB – Publicado portaria conjunta regulamentando os ajustes de períodos cumulativos da Lei nº 8.248/1991 (LI)																								
• Ex-tarifário – Redução no Prazo de Análise para 45 dias																								

Decisões de Terceiros ✓ Entrega Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Programa Regionais e Setoriais → Atividade 2 → Atividade 3

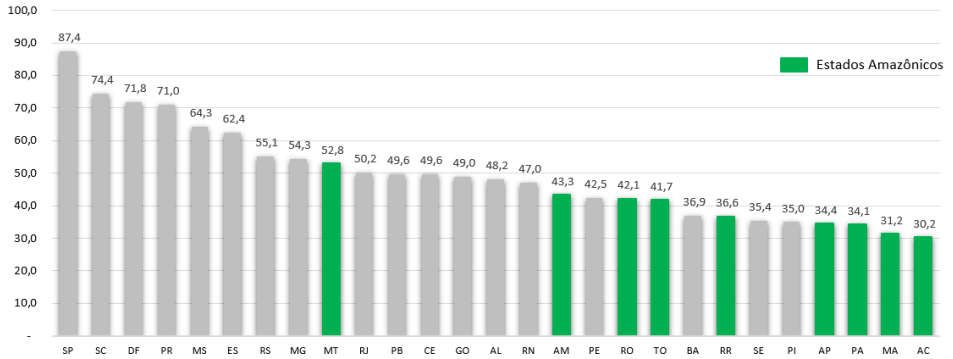
4.2. Detalhamento: Economia Verde

Detalhamento

- Serão definidas mudanças regulatórias relacionadas ao ambiente de negócios e da bioeconomia; Promover modelo econômico complementar para a Amazônia Legal através da melhoria do ambiente de negócios e do desenvolvimento sustentável com base em suas vantagens comparativas, por meio do incremento da bioeconomia e de atividades de baixo impacto ambiental, reduzindo a miséria e conservando a floresta

Evidências

Ranking de Produtividade dos Estados (2019)



1. 4º trimestre de cada ano e 3º trimestre de 2019

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Programa Regionais e Setoriais | **Atividade 2** | **Atividade 3**

4.2.1 Detalhamento: Economia Verde

Justificativa	► Necessidade de mudanças regulatórias relacionadas ao ambiente de negócios e da bioeconomia.
Objetivo	► Avaliar impactos econômicos e oportunidades do desenvolvimento sustentável para geração de emprego e renda; ► Viabilizar e integrar cadeias produtivas; ► Destravar e promover a alocação de recursos e de instrumentos financeiros.
Responsável	► Edson Silveira / José Ricardo Ramos Sales
Resultados Esperados	► Modelo econômico através da melhoria do ambiente de negócios e do desenvolvimento sustentável com base em suas vantagens comparativas, por meio do incremento da bioeconomia e de atividades de baixo impacto ambiental, reduzindo a miséria e conservando a floresta.
Principais Entregas	► PL Crédito de Carbono ► Mapeamento da Bioeconomia na Amazônia ► PCE DA AMAZÔNIA - Metodologia SEBRAE - Plano de geração de emprego para 11 municípios da Amazônia ► ROTULAGEM AMBIENTAL - Divulgação do Guia para o setor produtivo

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Programa Regionais e Setoriais → **Atividade 2** → **Atividade 3**

4.2.2 Detalhamento: Economia Verde

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• **NAV** - PDES a Amazônia Ocidental e Amapá (SEPEC/BID) – Lançamento do Relatório Final.												✓												
• **NAV** - Avaliação do Estado do Financiamento da Bioeconomia na Amazônia Legal (BIOFIN) - Lançamento do Panorama Mecanismos de Financiamento Prioritários para Bioeconomia									✓															
• **NAV** - Euroclima+: Apoio ao Nova Amazônia Verde															✓									
• **CAPDA -** Lançamento do Site Único										✓														
• **CRÉDITO DE CARBONO -** [GOV] PL Crédito de Carbono (PL 528/21) - Sancionado pela presidência																								
• **PCE DA AMAZÔNIA -** Metodologia SEBRAE - Plano de Geração de emprego para 11 municípios da Amazônia												✓												
• **ROTULAGEM AMBIENTAL** - Divulgação do Guia para o setor produtivo												✓												

Atividade 1 – Programas Estratégicos: A Grande Desregulamentação | Atividade 2 | Atividade 3

4.3 Detalhamento: Mobilidade e Logística Sustentável

Detalhamento

- O projeto visa aumentar da competitividade da indústria automotiva nacional; Fomentar o desenvolvimento tecnológico; Incentivar a manutenção de atividades de P&D no país; Incentivar a manutenção e atração de investimentos produtivos ao país; Promover a redução do consumo de combustíveis fósseis, valorizando a matriz energética brasileira. Por meio das seguintes iniciativas:
- **Combustível e Novas Tecnologias do Futuro:** Desenvolvimento de iniciativas que tenham impacto direto para que o Brasil assuma a liderança global em mobilidade e logística sustentável até 2032.
- **Autopeças:** Desenvolver e integrar na produção nacional as novas tecnologias do setor automotivo até 2027.
- **Rota 2030:** Desenvolvimento tecnológico em tecnologias de motorização, conectividade e tecnologias assistivas até 2032.
- **Renovação de Frota:** Reduzir a idade média da frota de caminhões e veículos automotores circulantes no País até 2027.

Evidências

- Baixa competitividade da indústria automotiva nacional, o que resulta em integração passiva nas cadeias globais de valor;
- A lacuna tecnológica, especialmente em eficiência energética, desempenho estrutural e tecnologias de segurança veicular, do produto nacional diante das novas tecnologias sendo implementadas nos grandes mercados dos países desenvolvidos;
- Risco de transferir atividades de P&D para outros centros, com a consequente perda de empregos altamente qualificados;
- Risco de perda de investimentos no país, com a não aprovação de novos projetos pela sede das empresas instaladas no país; A existência de capacidade ociosa no setor, que precisa ser direcionada ao mercado global; Risco de perda de conhecimento no desenvolvimento de tecnologias que utilizam biocombustíveis, com impactos nessa cadeia produtiva.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: A Grande Desregulamentação | Atividade 2 | Atividade 3

4.3.1 Detalhamento: Mobilidade e Logística Sustentável

Justificativa	► Mobilidade e Logística faz parte da estratégia desenvolvida pelo governo federal brasileiro para o desenvolvimento do setor automotivo no país. O projeto se justifica pela necessidade de se promover a competitividade da indústria automotiva nacional inclusive no que tange à eficiência energética, desempenho estrutural e tecnologias de segurança veicular, do produto nacional diante das novas tecnologias.
Objetivo	► Solucionar dificuldades enfrentadas pela indústria automotiva nacional ► Ampliar a competitividade da indústria automotiva nacional ► Modernizar o mercado automobilístico
Responsável	► Margarete Gandini
Resultados Esperados	► Aumento de investimentos em P&D, com reflexos diretos na melhoria da eficiência energética e segurança veicular, impactando na modernização e desenvolvimento do setor automotivo como um todo, ampliando a inserção global da indústria automotiva brasileira, por meio da exportação de veículos e autopeças.
Principais Entregas	► Decreto Renovação de Frota ► MP da Renovação de Frota ► MP do Regime de Autopeças ► MP do Novo Rota 2030 ► Assinatura Decreto Novo Rota 2030

Atividade 1 – Programas Estratégicos: A Grande Desregulamentação → **Atividade 2** → **Atividade 3**

4.3.2 Detalhamento: Mobilidade e Logística Sustentável

Cronograma de Etapas	2021											2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• **AUTOPEÇAS** - [GOV] MP do Regime de Autopeças - Sancionado pela presidência																								
• **AUTOPEÇAS -** Assinatura do Decreto de Autopeças																								
• **COMBUSTÍVEL DO FUTURO -** Apresentação do Modelo de Plataforma de tecnologias sustentáveis																								
• **COMBUSTÍVEL DO FUTURO** –Apresentação do Modelo de Plataforma de Transporte Coletivo elétrico (Baterias e Células de hidrogênio)																								
• **RENOVAÇÃO DE FROTA** - [GOV] MP da Renovação de Frota - Sancionado pela presidência																								
• **RENOVAÇÃO DE FROTA** - Assinatura Decreto Renovação de Frota																								
• **ROTAS LOGÌSTICAS** – Entregar 3 rotas estratégicas (Escoamento de Produção com corredores sustentáveis)																								
• **NOVO ROTA 2030 -** [GOV] MP do Novo Rota 2030 - Sancionado pela presidência																								
• **NOVO ROTA 2030 -** Assinatura Decreto Novo Rota 2030																								

Decisões de Terceiros Entrega Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos: A Grande Desregulamentação | Atividade 2 | Atividade 3

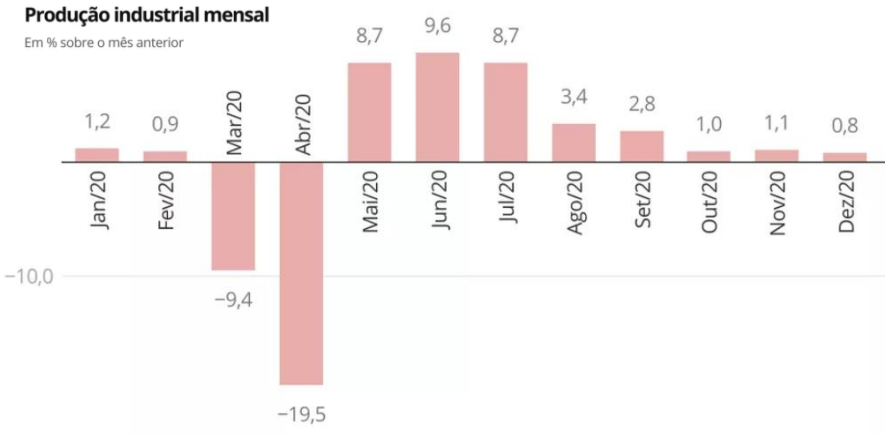
4.4 Detalhamento: Reindustrializa Brasil

Detalhamento

- O projeto visa aumentar a competitividade da indústria nacional; Fomentar o desenvolvimento tecnológico; Substituir as técnicas e processos de produção, resultando em aumento da produtividade dos fatores e a geração de riqueza.

Evidências

- Maior capacidade de impactar, positivamente, a economia brasileira quando se tem um aumento da produção.
- Participação da indústria geral representa cerca de 20% no PIB



Fonte: https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/03/05/producao-industrial-tem-alta-de-04percent-em-janeiro-aponta-ibge.ghtml

Atividade 1 – Programas Estratégicos: A Grande Desregulamentação | Atividade 2 | Atividade 3

4.4.1 Detalhamento: Reindustrializa Brasil

Justificativa	► Atualemnte existe a capacidade capacidade ociosa no setor, que precisa ser direcionada ao mercado global e assim promover maior capacidade de impactar, positivamente, a economia brasileira quanto ao aumento da produção.
Objetivo	► Solucionar dificuldades enfrentadas pela indústria nacional ► Modernizar o mercado
Responsável	► Rogério Glass/Laira Curado
Resultados Esperados	► Aumento da competitividade da indústria nacional e fomnto do desenvolvimento tecnológico industrial
Principais Entregas	► Decreto Renovação de Frota ► MP da Renovação de Frota ► MP do Regime de Autopeças ► MP do Novo Rota 2030 ► Assinatura Decreto Novo Rota 2030

Atividade 1 – Programas Estratégicos: A Grande Desregulamentação → **Atividade 2** → **Atividade 3**

4.4.2 Detalhamento: Reindustrializa Brasil

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• **AGREGAÇÃO DE VALOR –** Definição dos produtos (commodities).									✓															
• **AGREGAÇÃO DE VALOR –** Contextualização: panorama atual, dados estatísticos, contexto mercadológico.										✓														
• **AGREGAÇÃO DE VALOR –** Problematização – diagnóstico dos entraves, limitantes, limitações e fatores competitivos.											✓													
• **AGREGAÇÃO DE VALOR –** Publicação das diretrizes estratégicas para a agregação de valor aos produtos selecionados.												✓												
• **AGREGAÇÃO DE VALOR –** Implementação: articulação com os atores envolvidos.													📄											
• **AGREGAÇÃO DE VALOR –** Implementação: obtenção de recursos e estabelecimento de parcerias estratégicas.														📄										
• **AGREGAÇÃO DE VALOR –** Balanço dos resultados alcançados.																		📄						
• **CONVÊNIOS** - Concluir a análise técnica das "Prestações de Contas" dos Convênios em atraso									✓															
• **CONVÊNIOS** -Concluir análise financeira das "Prestações de Contas" de convênios em atraso													📄											
• **CONVÊNIOS** -Encerramento de todas as "Prestações de Contas" de convênios em atraso. Informar ao TCU													📄											

Decisões de Terceiros ✓ Entrega 📄 Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos: A Grande Desregulamentação → Atividade 2 → Atividade 3

4.5 Detalhamento: Destravando o Setor de Serviços e Comércio

Detalhamento

- O projeto visa destravar os três setores que mais geram empregos no Brasil, como: construção, comércio e o horizonte das micro e pequenas empresas.

Evidências

- Formam o elo essencial entre todos os setores da economia, incluindo o consumidor final;
- Alto potencial de geração de postos de trabalho no País;
- O universo das micro e pequenas empresas representam 27% do PIB, além também de representar 98,5% do total de empresários no país e ser responsável pela geração de renda de 70% dos empregados do setor privado

Atividade 1 – Programas Estratégicos: A Grande Desregulamentação | Atividade 2 | Atividade 3

4.5.1 Detalhamento: Destravando o Setor de Serviços e Comércio

Justificativa	► Melhoria para setor de serviço e comécio se forma com o elo essencial entre todos os setores da economia, incluindo o consumidor final para assim gerar mais empregos e consequentemente mais renda com iniciativas estratégicas para a sustentação, a retomada econômica e o crescimento dos setores.
Objetivo	► Proporcionar o aumento da empregabilidade nos serviços e em todo o horizonte das micro e pequenas empresas.
Responsável	► Thaise Dutra / Laira Curado / Adriana Azevedo
Resultados Esperados	► Execução de boas práticas realizadas por países de referência para recuperação e transformação econômica. Gerar emprego e renda.
Principais Entregas	► Guia do Turismo ► Comércio mais Digital ► Alvará de Contrução - melhorias

Atividade 1 – Programas Estratégicos: A Grande Desregulamentação → **Atividade 2** → **Atividade 3**

4.5.2 Detalhamento: Destravando o Setor de Serviços e Comércio

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• **BIM** - Finalização do material dos 05 cursos EAD/ENAP e Guia com experimentos												✓												
• **BIM** – Disponibilização dos cursos gratuitos EAD/ENAP para a sociedade													✓											
• **BIM -** Publicação e divulgação do Guia com Experimentos BIM para a sociedade																	✓							
• **BIM** – Assinatura do contrato de cessão de direitos da "Plataforma BIM-BR" para a ABDI													✓											
• **GUIA DO TURISMO** - Publicação do manual do turismo									✓															
• **ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO** - Implementação de melhores práticas permitindo a evolução no ranking do Banco Mundial e no ranking geral do Doing Business													✓											
• **ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO** - Aperfeiçoamento da obtenção do alvará de construção no eixo RJ - SP														✓										
• **ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO** - Convencimento do Banco Mundial referente as melhorias implementadas no primeiro semestre de 2022															✓									
• **COMÉRCIO MAIS DIGITAL –** Implementar conjunto de iniciativas para facilitar a integração do Varejo ao Meio Digital (Dashboard e Premiações)																		✓						
• **COMÉRCIO MAIS DIGITAL** - Aprovação de Normativa para permitir a retirada de produtos em pontos de terceiros (Omnichanel)															✓									
• **COMÉRCIO MAIS DIGITAL** - Publicação das diretrizes estratégicas para combate a pirataria													✓											

Decisões de Terceiros ✓ Entrega ✓ Proposta de Entrega

ATIVIDADE 1

EMPREGA MAIS

Nota: Este subcapítulo apresenta todas as entregas realizadas para a sociedade até a data em que o EMPREGA MAIS foi retirado do escopo de ações estratégicas da SEPEC, conforme disposto no Decreto n° 10.761/2021.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Emprega Mais | Atividade 2 | Atividade 3

5. Emprega Mais

Detalhamento

- **Justificativa do Programa:** o país vem enfrentando sério problema de regressão na produtividade desde a década de 1990, perdendo competitividade frente a outros países emergentes, sendo a falta de qualificação profissional um dos principais fatores apontados para o agravamento desse quadro.
- **Evidência:** desde 1980 o Brasil apresenta aumento de produtividade do trabalho inferior a 0,5% a.a.; O SINE responde atualmente por 3,70% das colocações registradas no mercado formal de trabalho.
- **Objetivos do Programa:** visa a qualificação profissional dos trabalhadores brasileiros, a melhoria da intermediação para recolocação de mão de obra no mercado de trabalho, o aumento da efetividade da aprendizagem profissional dos jovens por meio de da implantação de plataformas digitais de aprendizagem e transformação digital do SiNE.
- **Indicador Estratégico:** participação das políticas ativas de emprego (Intermediação de mão de obra e qualificação) na colocação do trabalhador no mercado de trabalho formal.
- **Eixo Estratégico:** Futuro Digital e Produtivo

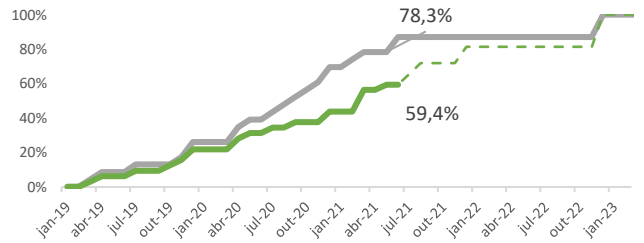
- **Projetos:**
  - Emprega Mais Qualificação
  - Emprega Mais SINE
  - Emprega Mais Aprendiz
  - Emprega Mais Microfinanças

Meta e Avanço das Entregas

- **Legado:**
  - + 20% de maturidade digital do setor produtivo
  - Ser Top 3 no ecossistema de startups mundial
  - Qualificar 10 mi de pessoas em TI.

- **Meta Estratégica:**
  - alcançar 16% de participação das políticas ativas de emprego (Intermediação de mão de obra e qualificação) na colocação do trabalhador no mercado de trabalho formal.

Avanço das Entregas



Atividade 1 – Programas Estratégicos: Emprega Mais | Atividade 2 | Atividade 3

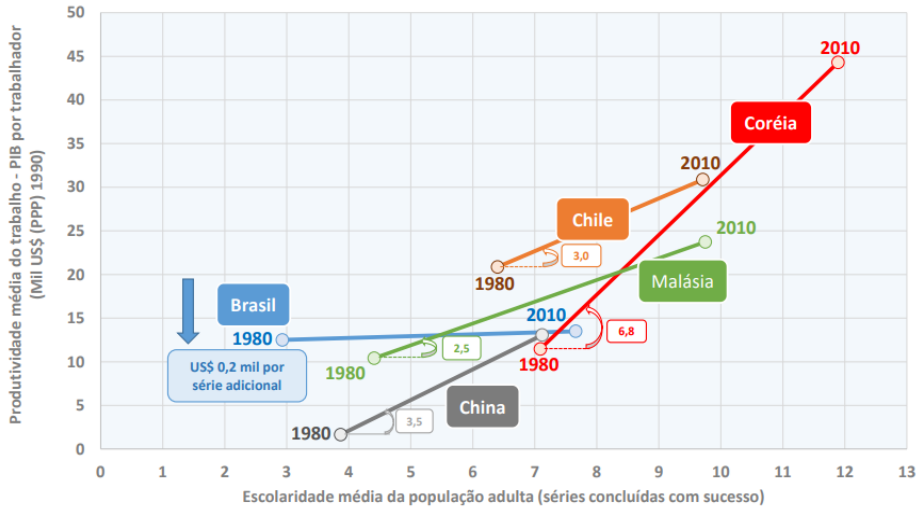
5.1 Detalhamento: Emprega + Qualificação

Detalhamento

- Política de qualificação profissional, focada no alinhamento entre a oferta de cursos e a demanda real do setor privado, na promoção da oferta de cursos alinhados à demanda e no aumento da empregabilidade e da produtividade, abrangendo sistema de vouchers empresariais, contratos por performance e outras metodologias e ferramentas de captação de demanda por qualificação e intermediação de cursos. O Emprega + Qualificação visa aprimorar o alinhamento entre a oferta e a demanda de qualificação profissional e promover a oferta de cursos orientados à demanda, aumentando a empregabilidade dos trabalhadores para os desafios do futuro do trabalho.

Evidências

Evolução da Escolaridade, População Adulta e Produtividade do Trabalho (1980-2010)



Nota: Para 74% dos investidores internacionais, **capital humano é o fator mais importante em um ambiente de negócios** e na decisão de onde investir e gerar empregos no mundo Econômico Mundial, 2018 - *The Future of Jobs Report)*

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Emprega Mais | **Atividade 2** | **Atividade 3**

5.1.1 Detalhamento: Emprega + Qualificação

Justificativa	► Segundo a OCDE (2016), diante das constantes mudanças da economia e do setor produtivo, uma das prioridades das políticas públicas deve ser o alinhamento, quantitativo e qualitativo, entre a qualificação profissional ofertada e as demandas do mercado de trabalho. As causas apontadas para esse desalinhamento são ausência ou incompletude das informações sobre as competências requeridas e as tendências do mercado, déficit de coordenação entre os estudantes / trabalhadores o que pode levar ao excesso de oferta de determinada qualificação, falta de oferta de qualificação, competências emergentes para as quais ainda não há formação, incapacidade de financiamento da aquisição das (novas) competências requeridas e regulações disfuncionais do mercado de trabalho.
Objetivo	► Aprimorar o alinhamento entre a oferta e a demanda de qualificação profissional e promover a oferta de cursos orientados à demanda, aumentando a empregabilidade dos trabalhadores para os desafios do futuro do trabalho.
Responsável	► Daniel Galvão
Resultados Esperados	► Aumento da empregabilidade dos trabalhadores para os desafios do futuro por meio do alinhamento entre a oferta e a demanda de qualificação profissional e promoção da oferta de cursos orientados à demanda.
Principais Entregas	► Decreto n° 1.010/19 (Estratégia de Qualificação Profissional) ► Elaboração da Estratégia Nacional de Qualificação ► Escola do Trabalhador 4.0 - Parceria Firmada entre Microsoft e SEPEC ► Normatização do Fundo a Fundo com previsão de uso do SuperTec ► Parceria para Educação Profissional Ministério da Economia e Ministério da Educação ► Portal de Qualificação no Todos por Todos ► Edital do Primeiro Contrato de Impacto Social (CIS)

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Emprega Mais → **Atividade 2** → **Atividade 3**

5.1.2 Detalhamento: Emprega + Qualificação

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Escola do Trabalhador 4.0 - Parceria Firmada entre Microsoft e SEPEC			✓																					
• Oferta de Vouchers Empresariais pelo SENAI			✓																					
• Parceria para Educação Profissional Ministério da Economia e Ministério da Educação			✓																					

Decisões de Terceiros ✓ Entrega Proposta de Entrega

Nota: Não há ações a serem realizadas em 2022.

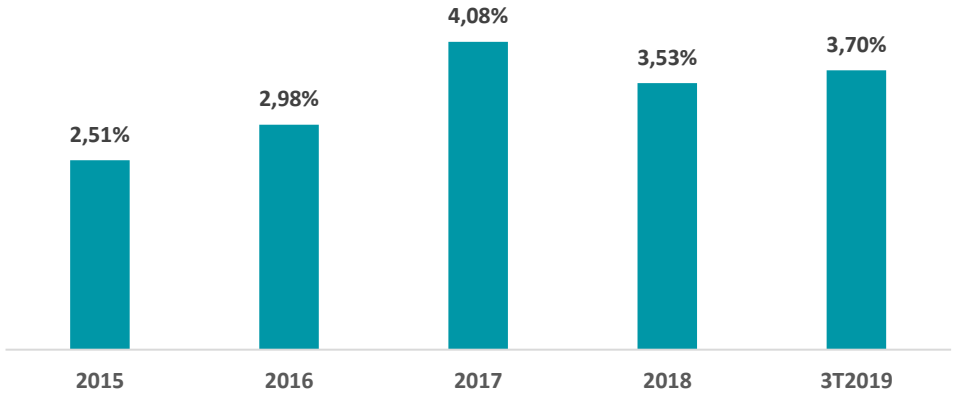
5.2 Detalhamento: Programa Emprega + SINE

Detalhamento

- Ampliação da participação do Sine no processo de intermediação de mão de obra. Implantação de plataforma de intermediação de mão de obra com API para troca de dados com empresas HRTechs e com entes federados parceiros. Uso de novas tecnologias (inteligência artificial e *machine learning*) para perfilização de trabalhadores e aprimoramento da ferramenta de *matching*.

Evidências

Participação das (re)colocações do Sine nas admissões do Caged



Fonte: Boletim de Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Renda, 3T2019

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Emprega Mais | Atividade 2 | Atividade 3

5.2.1 Detalhamento: Programa Emprega + SINE

Justificativa	► Tradicionalmente, as ações e serviços eram ofertadas exclusivamente por entes públicos, mediante convênios plurianuais com dinâmica complexa de execução e acompanhamento, com o suporte de sistema informatizado defasado para fins de intermediação de mão de obra. Além disso, não havia integração efetiva com as políticas públicas de qualificação profissional e fomento à geração de emprego e renda. E, quando o emprego formal não for a melhor solução para o trabalhador, que ele possa encontrar oportunidade de empreender em um ambiente propício para o desenvolvimento de sua atividade, com acesso ao microcrédito e a pacotes mais amplo de serviços financeiros destinados a pequenos empreendedores.
Objetivo	► Implantar plataforma de intermediação de mão de obra com API para troca de dados com empresas HRTechs e com entes federados parceiros. Uso de novas tecnologias (inteligência artificial, machine learning...) para perfilização de trabalhadores e aprimoramento da ferramenta de matching.
Responsável	► Daniel Galvão
Resultados Esperados	► Ampliação da participação do Sine no processo de intermediação de mão de obra.
Principais Entregas	► Estruturação do Fundo a Fundo: Portaria de Regulamentação do monitoramento e Relatório de Gestão ► Estruturação do Fundo a Fundo: Resolução regulamentando o monitoramento e o Relatório de Gestão ► Transformação Digital do SINE: MAPA DE INDICADORES ► Transformação Digital do SINE: MAPA DO EMPREGO ► Transformação Digital do SINE: Novo processo de intermediação - Fase 1

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Emprega Mais | **Atividade 2** | **Atividade 3**

5.2.2 Detalhamento: Programa Emprega + SINE

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Estruturação do Fundo a Fundo: Portaria de Regulamentação do monitoramento e Relatório de Gestão			✓																					
• Transformação Digital do SINE: Novo processo de intermediação - Fase 1				✓																				

Decisões de Terceiros ✓ Entrega Proposta de Entrega

Nota: Não há ações a serem realizadas em 2022.

5.3 Detalhamento: Emprega + Aprendiz

Detalhamento

- Alterações no arcabouço normativo legal e infralegal da Aprendizagem Profissional e institucionalização do Fórum Nacional de Aprendizagem Profissional. A iniciativa também abrange a intermediação da inserção de jovens talentos em contratos de aprendizagem na indústria 4.0 e a melhoria dos instrumentos de gestão e monitoramento da aprendizagem.

Evidências

Tabela 4: número de aprendizes em 2017 por ocupação

Ocupação (CBO):	Freq.	Prop.
Auxiliar de escritório	169.614	43,9%
Assistente administrativo	68.462	17,7%
Vendedor de comercio varejista	21.611	5,6%
Repositor de mercadorias	20.922	5,4%
Mecânico de manutenção de maquinas	11.736	3,0%
Alimentador de linha de produção	9.264	2,4%
Escriturário de banco	7.285	1,9%
Embalador, a mão	6.459	1,7%
Continuo	4.747	1,2%
Ajustador mecânico	3.448	0,9%
Outras	62.790	16,3%
Total	**386.338**	**100,0%**

Fonte: MTb/RAIS.

Tabela 10: Trajetória dos aprendizes desligados em 2016

	Freq.	% em relação aos desligados
Aprendizes desligados em 2016	297.425	
Admitidos em 2016 e 2017	122.400	41,2%
No mesma ocupação	18.537	15,1%
Na mesma família ocupacional	28.210	23,0%

Fonte: MTb, CAGED.

Tabela 6: evolução do cumprimento das cotas

Indicador	2015	2016	2017
Aprendizes	336.670	331.346	354.883
Cota mínima (5%)	1.018.092	968.710	971.021
Cumprimento	**33,07%**	**34,20%**	**36,55%**

Fonte: MTb/RAIS.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Emprega Mais | **Atividade 2** | **Atividade 3**

5.3.1 Detalhamento: Emprega + Aprendiz

Justificativa	▶ O programa de aprendizagem profissional estabelece cotas obrigatórias a serem cumpridas pelas empresas de médio e grande porte, que devem contratar e matricular, como aprendizes, jovens de 14 a 24 anos. Atualmente essa obrigatoriedade é entendida pela grande maioria das empresas como aumento de custos sem a contrapartida dos benefícios de uma aprendizagem técnica-profissional. Por sua vez, para boa parte da sociedade, o programa é visto como um auxílio para jovens em situação de vulnerabilidade social. Nesse cenário, os dados* mostram que apenas 36,6% da cota obrigatória são cumpridas, que mais de 60% dos contratos são registrados em ocupações administrativas (auxiliar de escritório, assistente administrativo, etc.) e que apenas 23% dos aprendizes são efetivados na mesma família ocupacional em até um ano após o término do contrato.
Objetivo	▶ Ressignificar o instituto da aprendizagem, desvelando o seu potencial para aumento de produtividade das empresas e para aquisição de uma profissão sólida pelo aprendiz. Para isso, iremos reformular as bases normativas criando incentivos para o cumprimento da cota, para o aumento da participação de cursos de mais profundidade técnica-profissional e para o aumento das taxas de efetivação dos aprendizes.
Responsável	▶ Daniel Galvão
Resultados Esperados	▶ Aumento da empregabilidade dos jovens aprendizes no contexto dos novos desafios do mundo do trabalho por meio de efetiva Aprendizagem Profissional, em termos de cumprimento da cota e melhoria da formação técnico-profissional.
Principais Entregas	▶ Aprendizagem Profissional 4.0 - Elaboração de Modalidade inovadora de Aprendizagem Profissional, por EaD ▶ Sistema Informatizado Mais Aprendiz

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Emprega Mais | Atividade 2 | Atividade 3

5.3.2 Detalhamento: Emprega + Aprendiz

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Elaboração do plano de ação		✓																						

Decisões de Terceiros ✓ Entrega Proposta de Entrega

Nota: Não há ações a serem realizadas em 2022.

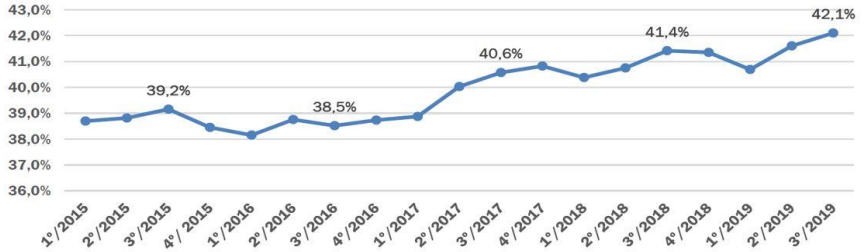
5.4 Detalhamento: Emprega + Microfinanças

Detalhamento

- Ampliação do acesso aos serviços financeiros, com orientação e treinamento, para trabalhadores autônomos e microempreendedores em todo o país, com fundamento no modelo de sucesso do BNB, atualizado, adaptado e ampliado. Pretende-se atingir 3 milhões de pequenos empreendedores atendidos no âmbito da política nacional de microfinanças.

Evidências

Evolução da taxa de informalidade, Brasil – 2015 a 2019



Fonte: IBGE/PNAD Continua

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Emprega Mais | **Atividade 2** | **Atividade 3**

5.4.1 Detalhamento: Emprega + Microfinanças

Justificativa	▸ Tradicionalmente, as ações e serviços eram ofertadas exclusivamente por entes públicos, mediante convênios plurianuais com dinâmica complexa de execução e acompanhamento, com o suporte de sistema informatizado defasado para fins de intermediação de mão de obra. Além disso, não havia integração efetiva com as políticas públicas de qualificação profissional e fomento à geração de emprego e renda. E, quando o emprego formal não for a melhor solução para o trabalhador, que ele possa encontrar oportunidade de empreender em um ambiente propício para o desenvolvimento de sua atividade, com acesso ao microcrédito e a pacotes mais amplo de serviços financeiros destinados a pequenos empreendedores.
Objetivo	▸ Atingir 3 milhões de pequenos empreendedores atendidos no âmbito da política nacional de microfinanças.
Responsável	▸ Daniel Galvão
Resultados Esperados	▸ Ampliação do acesso aos serviços financeiros, com orientação e treinamento, para trabalhadores autônomos e microempreendedores em todo o país, com fundamento no modelo de sucesso do BNB, atualizado, adaptado e ampliado.
Principais Entregas	▸ Aperfeiçoamento do processo de cadastro de entidades no PNMPO ▸ Aperfeiçoamento das regras do microcrédito ▸ Regulamentação das alterações promovidas no PNMPO pela Lei 13.999/2020

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Emprega Mais | Atividade 2 | Atividade 3

5.4.2 Detalhamento: Emprega + Microfinanças

Cronograma de Etapas	2020												2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Regulamentação das alterações promovidas no PNMPO pela Lei 13.999/2020 (Revisão da Portaria n. 1.190/2018)					✓																			

Decisões de Terceiros ✓ Entrega Proposta de Entrega

Nota: Não há ações a serem realizadas em 2022.

ATIVIDADE 1

INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA



Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | Atividade 2 | Atividade 3

6. Investimento em Infraestrutura

Detalhamento

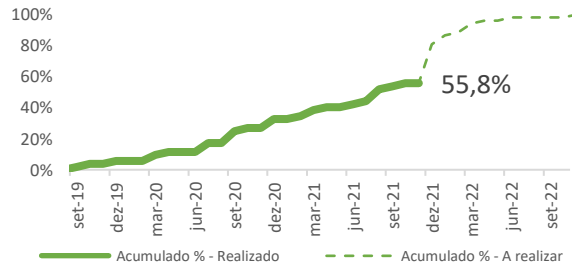
- **Justificativa do Programa:** além de ter uma infraestrutura precária, escassa e cara, o Brasil investe menos em infraestrutura que os países desenvolvidos.
- **Evidência:** o Brasil chegou a investir 6,3% do PIB em infraestrutura na década de 1970 contra 1,77% em 2017-18. Possui um estoque de infraestrutura de cerca de 36% do PIB, enquanto países desenvolvidos possuem, em média, mais que o dobro desse percentual. Em 2019, ocupamos a 78ª posição no ranking de Competitividade Global no pilar de infraestrutura.
- **Objetivos do Programa:** viabilizar investimentos nas áreas de habitação, ferrovias, telecomunicações, energia e saneamento a partir da liberalização do setor e atração do amplo e irrestrito investimento privado. O processo de elaboração do Plano Integrado de Longo Prazo da Infraestrutura, no âmbito do Governo Federal.
- **Indicador Estratégico:** % do PIB em investimentos em Infraestrutura; GCI Pilar 2 (Infrastructure);
- **Eixo Estratégico:** Choque de Investimento Privado

- **Projetos:**
  - Aproxima
  - Novo Marco do Saneamento Básico
  - Energia para o Crescimento - Modernização do Setor Elétrico
  - Digitaliza Brasil
  - Aprimoramentos no marco legal de concessões e PPPs
  - Ferrovias Produtivas
  - Planejamento Integrado de Longo Prazo
  - Observatório da Infraestrutura
  - Programa de Capacitação
  - Metodologias de Avaliação e Estruturação de Projetos
  - Resíduos Sólidos
  - Planejamento Subnacional de Longo Prazo
  - Infraestrutura para o Voo Simples

Meta e Avanço das Entregas

- **Legado:**
  - + R$ 107 bi a.a em investimentos privados em infraestrutura
  - Atingir a média da OCDE no ranking PMR em 2 anos
- **Meta Estratégica:**
  - Atingir 2,2% do PIB a.a em investimentos em infraestrutura
  - Alcançar a 76° posição no Pilar 2 do GCI até 2022

Avanço das Entregas



Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | Atividade 2 | Atividade 3

6.1 Detalhamento: Aproxima

Detalhamento

- O projeto visa a produção de habitações de interesse social por agentes privados a partir da utilização de terrenos da União desocupados, localizados em áreas urbanas consolidadas. Oferta de moradias para várias faixas de renda no mesmo empreendimento em conjunto com outras atividades não-residenciais (uso misto), aproximando os cidadãos dos empregos. Construção e operação de maneira integrada. Setor privado como proponente de projetos inovadores (maximização do resultado à sociedade).

Evidências

- Segundo última pesquisa realizada, o déficit habitacional no Brasil alcançou 5,57 milhões de moradias nas áreas urbanas (FJP, dados PNAD/2015). Em 2008, o déficit era de 4,48 milhões de moradias.
- Até 2016, vários empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) Faixa 1 foram construídos em áreas afastadas dos centros urbanos, carentes de infraestrutura e serviços públicos e longe das áreas com a maior oferta de empregos, resultando em menor produtividade urbana.
- Os recursos destinados a subsídios do OGU para o Minha Casa Minha Vida (MCMV) chegaram a R$ 19,9 bilhões em 2015 e, desde então, reduziram ano a ano, com estimativa de apenas R$ 2,2 bilhões em 2020.
- Existem mais de 750 mil imóveis cadastrados na base da SPU, sendo muitos deles desocupados ou subutilizados e localizados em áreas urbanas consolidadas.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | **Atividade 2** | **Atividade 3**

6.1.1 Detalhamento: Aproxima

Justificativa	► A crescente escassez de recursos do OGU para subsidiar a moradia popular, o crescente déficit habitacional, a expansão periférica das cidades por população de baixa renda e a existência de ativos imobiliários desocupados ou subutilizados da União em áreas urbanas consolidadas justificam a implementação do projeto Aproxima.
Objetivo	► Ampliar a oferta de moradias acessíveis e bem localizadas para famílias com renda bruta familiar de 2 a 5 Salários Mínimos, a partir do aproveitamento de imóveis da União desocupadas ou subutilizados, em áreas urbanas consolidadas (+ infraestrutura, serviços urbanos e oferta de trabalho).
Responsável	► Gustavo Ene / Fabio Ono / Paulo Avila
Resultados Esperados	► Ampliação da oferta de moradias acessíveis e bem localizadas para famílias com renda bruta de 2 a 5 salários mínimos nos grandes centros urbanos, a partir do aproveitamento de imóveis da União desocupados ou subutilizados inseridos em áreas urbanas consolidadas com infraestrutura, serviços urbanos e oferta de trabalho.
Principais Entregas	► Regramento do Programa Aproxima (Portaria Interministerial) ► Acordo Cooperação com município piloto ► Editação da Medida Provisória (MP Construção Civil + Aproxima) ► Lançamento de 27 editais ► Lançamento do Edital no Município Piloto

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | **Atividade 2** | **Atividade 3**

6.1.2 Detalhamento: Aproxima

Cronograma de Etapas	2020											2021										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Regramento do Programa Aproxima (Portaria Interministerial)												✓												
• Lançamento do Edital no Município Piloto																								
• Lançamento de 27 editais																								

Decisões de Terceiros ✓ Entrega Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | Atividade 2 | Atividade 3

6.2 Detalhamento: Novo Marco do Saneamento Básico

Detalhamento

- Viabiliza a universalização do saneamento básico no Brasil até 2033 a partir da liberalização do setor e atração de investimento privado.

Evidências

- Segundo o SNIS, menos de 50% da população tem esgoto coletado. Destes, somente cerca de 50% tem o esgoto tratado.
- Ainda segundo o SNIS, a quase totalidade das CESBEs aumentou a despesa com pessoal próprio acima da inflação de 2010 a 2017.
- Segundo estudo ABCON/KPMG, são necessários mais de R$ 700 bi pra universalizar o saneamento até 2033.
- Segundo estudo da Trata Brasil/FGV, o benefício econômico das externalidades geradas pela universalização do saneamento é de cerca de R$ 1,5 trilhão.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura → **Atividade 2** → **Atividade 3**

6.2.1 Detalhamento: Novo Marco do Saneamento Básico

Justificativa	► Os baixos índices de saneamento básico do país, os altos valores necessários para investimento em infraestrutura e o benefício econômico das externalidades geradas pela universalização do saneamento são os motivadores para implementação desse projeto.
Objetivo	► Viabilizar a universalização do saneamento básico no Brasil até 2033 a partir da liberalização do setor e atração do amplo e irrestrito investimento privado.
Responsável	► Gustavo Ene / Edson Silveira / Daniel
Resultados Esperados	► Liberalização do setor e atração do amplo e irrestrito investimento privado para viabilizar a universalização do saneamento básico no Brasil até 2033. Segundo estudo da Trata Brasil/FGV, o benefício econômico das externalidades geradas pela universalização do saneamento é de cerca de R$ 1,5 trilhão.
Principais Entregas	► PL do Saneamento ► Decreto Comitê Interministerial de Saneamento Básico - CISB ► Decreto Apoio Técnico-Financeiro do Saneamento ► Decreto Capacidade econômico-financeira ► Decreto que Regulamenta a Regionalização (Blocos de Referência) do Saneamento ► Manutenção dos Vetos Relativos ao Novo Marco Legal do Saneamento ► Metodologia de cálculo para a indenização de investimentos em bens reversíveis não amortizados ► Acompanhamento do Leilão da CASAL, CEDAE e SANESUL

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | Atividade 2 | Atividade 3

6.2.2 Detalhamento: Novo Marco do Saneamento Básico

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Manutenção dos Vetos Relativos ao Novo Marco Legal do Saneamento			✓																					
• Acompanhamento do Leilão da CEDAE				✓																				
• Decreto nº 10.710/2021 (Capacidade econômico-financeira)						✓																		
• Metodologia de cálculo para a indenização de investimentos em bens reversíveis não amortizados							✓																	
• Decreto que Regulamenta a Regionalização (Blocos de Referência) do Saneamento											✓													
• Decreto Regulamentador da Nova Lei nº 11.445/07													📄											
• Avaliação e proposição de alternativas para estrutura regulatória do setor de saneamento básico no Brasil													📄											
• Avaliação de novas proposições														📄										

Decisões de Terceiros ✓ Entrega 📄 Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | Atividade 2 | Atividade 3

6.3 Detalhamento: Energia para o Crescimento - Modernização do Setor Elétrico

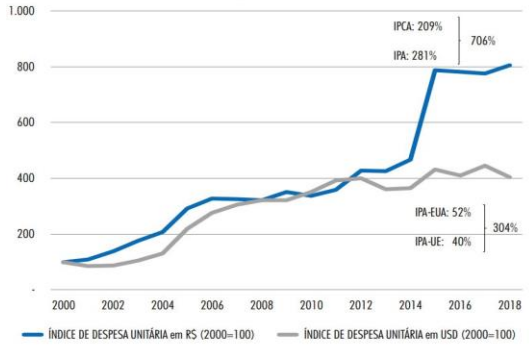
Detalhamento

- O projeto Energia para o Crescimento tem como objetivo eliminar as arbitragens regulatórias do setor elétrico, que protegem segmentos específicos sem transparência e encarecem a tarifa de energia elétrica. Apoia a aprovação do PLS 232, que endereça os quatro principais pilares de transformação do setor: (a) Sinal Locacional (valoração da potência onde é efetivamente necessária); (b) Tarifa binômia com justiça na alocação de custos (cada usuário paga quanto custa à rede); (c) Tarifa horária e/ou separação entre "lastro e energia" (precificação da segurança versus intermitência); e (d) Precificação dos atributos ambientais. Ainda, importante o "choque de realidade" nas garantias físicas brasileiras, por meio de um mecanismo que honre os contratos, mas permita a contratação de energia complementar.

Evidências

- Subsídios diretos (contabilizados na conta CDE) já somam mais de R$20 bilhões por ano
- Subsídios indiretos, ou "implícitos", não são transparentes, e na prática são mantidos pela obscuridade dos subsídios-cruzados, que não são calculados de maneira objetiva
- Somente a microgeração distribuída custará, entre 2020-35, R$56 bilhões àqueles que não possuem painéis em suas casas (pop. mais pobre).

Custo unitário com energia elétrica, índice base 2000 = 100
e taxas de variação acumulada entre 2000 e 2018



Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | Atividade 2 | Atividade 3

6.3.1 Detalhamento: Energia para o Crescimento - Modernização do Setor Elétrico

Justificativa	▸ Subsídios indiretos, ou implícitos não são transparentes, e na prática são mantidos pela obscuridade dos subsídios-cruzados, que não são calculados de maneira objetiva. Somente os subsídios diretos (contabilizados na conta CDE) já somam mais de R$20 bilhões por ano. A magnitude dos subsídios implícitos existentes na tarifa em razão de uma precificação e estrutura tarifária ineficiente é desconhecida e estima-se que seja muito superior.
Objetivo	▸ Eliminar as arbitragens regulatórias do setor elétrico, que protegem segmentos específicos sem transparência e encarecem a tarifa de energia elétrica.
Responsável	▸ Gustavo Ene / Gabriel Fiuza / Adriano Gerônimo
Resultados Esperados	▸ Maior transparência do setor. Eliminação das arbitragens regulatórias do setor elétrico, que protegem segmentos específicos sem transparência e encarecem a tarifa de energia elétrica. O projeto apoiará a modernização do setor com vistas à redução dos subsídios, racionalização dos preços e efetiva liberalização do mercado.
Principais Entregas	▸ PL do Setor Elétrico ▸ Acompanhamento do Leilão A-4 ▸ Acompanhamento do Leilão A-5

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | Atividade 2 | Atividade 3

6.3.2 Detalhamento: Energia para o Crescimento - Modernização do Setor Elétrico

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Acompanhamento do Leilão A-4							✓																	
• Acompanhamento do Leilão A-5									✓															
• PL do Setor Elétrico (PLS 232- 414/2021) - Sancionado pela Presidência da República													👤											

Decisões de Terceiros ✓ Entrega 👤 Proposta de Entrega

6.4 Detalhamento: Digitaliza Brasil

Detalhamento

- Trata-se de programa que visa aumentar a conectividade do Brasil, apoiando a transformação digital do Brasil para a Economia 4.0. Dentre as medidas que compõem o programa estão a redução de custos e entraves para a implantação de redes de telecomunicações, parcialmente concretizada por meio da Edição do Decreto 10.480/2020, e com estudos em andamento para promoção e facilitação do compartilhamento de infraestrutura junto com o setor de telecomunicações, seja em postes, e as chamada infratechs, implantação de infraestruturas tradicionais que se beneficiam da instalação conjunta de telecomunicações para manutenção e operação dos seus serviços e beneficiando populações na expansão da cobertura de serviços de banda larga fixa e móvel. Especial destaque para as medidas de desoneração de internet das coisas (IOT) e VSAT, antenas que usam sinais de satélite para prover banda larga em áreas rurais e remotas.

Evidências

- 5G pode gerar um valor adicional total ao PIB de R$ 249 bilhões até 2035 e R$ 1,12 trilhões até 2050;
- Com a desoneração destes chips, a taxa de crescimento do emprego deste tipo de tecnologia deve crescer de 21% para aproximadamente 45%;
- Mais de 4.000 pedidos de licenciamento de antenas parado nas administrações públicas locais o que representa cerca de R$ 2 bilhões em investimento represado, menos conectividade e menor qualidade do serviço de telecomunicações;
- Razão de chips IOT por hab/ brasil está em 0,12 enquanto países desenvolvidos detém 0,3 conexões por hab.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | Atividade 2 | Atividade 3

6.4.1 Detalhamento: Digitaliza Brasil

Justificativa	▸ O aumento da penetração da banda larga, de 1%, gera um aumento médio anual de 0,8% no PIB (UIT, 2012). O investimento estrangeiro direto no setor de telecomunicações caiu de USD 4,9 bilhões em 2014 para USD 404 milhões em 2018. O choque tecnológico promovido pela transformação do 5G demanda profunda adaptação da regulação e infraestrutura.
Objetivo	▸ Viabilizar a expansão da rede de telecomunicações para massificação da banda larga e adoção do 5G.
Responsável	▸ Gustavo Ene / Edson Silveira / Eduardo
Resultados Esperados	▸ Viabilização e expansão da rede de telecomunicações para massificação da banda larga e adoção do 5G. IHS (2017) estima que o 5G impulsionará USD 12,3 trilhões em 2035. Para o Brasil, isso representaria cerca de USD 250 bi. Segundo a Cisco, no relatório para o Visual Network Index, o tráfego de dados móvel no Brasil crescerá 6 vezes entre 2017 e 2022, o que demanda mais investimentos em redes de telecom.
Principais Entregas	▸ Decreto Ampliação da Infraestrutura de Telecomunicações ▸ Redução das taxas de IOT e VSAT - Colaboração de Estruturação e Acompanhamento ▸ Estratégias para Racionalização da tributação sobre Telecomunicações ▸ PL de Telecom

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | **Atividade 2** | **Atividade 3**

6.4.2 Detalhamento: Digitaliza Brasil

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Elaboração do novo plano de ação		✓																						
• Estratégias para Racionalização da tributação sobre Telecomunicações																								

Decisões de Terceiros ✓ Entrega Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | Atividade 2 | Atividade 3

6.5 Detalhamento: Ferrovias Produtivas

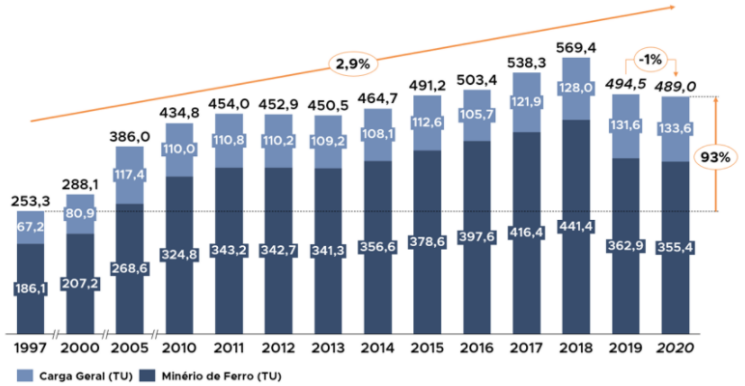
Detalhamento

- Com a aprovação do PLS 261/2018, pretende-se permitir a liberdade de iniciativa e de investimento privado, liberdade de preços e constituição de ferrovias privadas não reversíveis. Com tais medidas, pretende-se destravar investimentos em infraestrutura ferroviária. Em especial, aos voltados para gargalos de acesso, novos ramais e extensões e ferrovias abandonadas.

Evidências

- 30% da malha ferroviária brasileira está abandonada ou subutilizada.
- O modo ferroviário contribui com apenas 15% da matriz de transporte nacional, dos quais cerca de 13% são de minério.
- Custo logístico brasileiro 60% superior ao americano.

Volume transportado pelo setor ferroviário de carga brasileiro em milhões de toneladas úteis (TU)



Fonte: https://www.antf.org.br/informacoes-gerais/

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | **Atividade 2** | **Atividade 3**

6.5.1 Detalhamento: Ferrovias Produtivas

Justificativa	► As principais ferrovias do Brasil são mantidas por concessionárias de serviço público, sob regras regulatórias restritivas, que definem, por exemplo, teto tarifário, obrigações de investimento pactuados com o Poder Público, dependência da iniciativa pública para a licitação de novos empreendimentos, reversibilidade dos bens ao final do contrato, etc. Tais regras desestimulam o investimento, criando barreiras de entrada, burocratizando, criando uma dependência do setor público, limitando o prazo de amortização aos prazos contratuais, gerando incertezas políticas e regulatórias. Verificou-se ainda que 30% da malha ferroviária brasileira está abandonada ou subutilizada e que o modo ferroviário contribui com apenas 15% da matriz de transporte nacional, dos quais cerca de 13% são de minério.
Objetivo	► Criar o regime de autorização de ferrovias privadas, porém sem proteção ou privilégios aos operadores incumbentes. Promover maior liberdade de iniciativa e investimentos privados. Buscar o aumento da concorrência e contribuir para diminuição do custo logístico brasileiro.
Responsável	► Gustavo Ene / Edson Silveira
Resultados Esperados	► Redução dos custos logísticos - a falta de ferrovias privadas no Brasil retira competitividade dos produtos nacionais (custo logístico brasileiro 60% superior ao americano). Maior liberdade de iniciativa e de investimento privado, liberdade de preços, constituição de ferrovias privadas não reversíveis, etc. Destravamento de investimentos em infraestrutura ferroviária. Em especial, aos voltados para gargalos de acesso, novos ramais e extensões e ferrovias abandonadas.
Principais Entregas	► PL das Ferrovias ► MP de Ferrovias

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | **Atividade 2** | **Atividade 3**

6.5.2 Detalhamento: Ferrovias Produtivas

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• MP de Ferrovias (MP nº 1065/2021) - Enviada ao Congresso Nacional								✓																
• PL das Ferrovias (PLS 261/2018) - Sancionada pela Presidencia da República																								
• MP de Ferrovias (MP nº 1065/2021) - Sancionada pela Presidencia da República																								

Decisões de Terceiros ✓ Entrega Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | Atividade 2 | Atividade 3

6.6 Detalhamento: Planejamento Integrado de Longo Prazo

Detalhamento

- Padroniza e harmoniza o planejamento setorial de infraestrutura com racionalidade econômica e transparência propiciando a disseminação de informação qualificada pelo uso da metodologia ACB o que aumenta o potencial de seleção de melhores projetos; A utilização das informações do plano assegura uma priorização de projetos que aumentem o bem-estar da sociedade e que maximizem retorno socioeconômico; Esta seleção de projetos com maior retorno, por sua vez, condiciona uma maior participação do setor privado.

Evidências

- Relatório PIMA (FMI, 2018) e Back to Planning (World Bank, 2017) - diagnóstico: falta de planejamento e critério para seleção de investimentos
- 1/3 das obras do PAC paralisadas por deficiências em projetos
- 2/3 das obras do PAC com atrasos e/ou aumento de custos que poderiam ser evitados caso estivessem ancorados em estudos mais robustos
- Projetos públicos iniciados sem prévia avaliação de viabilidade socioeconômica, produzindo “elefantes brancos”
- Tentativas anteriores de colocar racionalidade econômica falharam por falta de capacitação em elaboração e avaliação de projetos
- Planos públicos, quando existem, têm premissas, horizontes de planejamento diferentes e falta de integração.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura → Atividade 2 → Atividade 3

6.6.1 Detalhamento: Planejamento Integrado de Longo Prazo

Justificativa	▸ É necessário melhorar a qualidade dos projetos a fim de evitar situações como aquelas observadas no decorrer da execução do Programa de Aceleração do Crescimento no qual 1/3 das obras foram paralisadas por deficiências em projetos. Questões que poderiam ser evitadas caso os projetos estivessem ancorados em estudos realizados com maior robustez.
Objetivo	▸ Regulamentar o processo de elaboração do Plano Integrado de Longo Prazo da Infraestrutura Econômica, no âmbito do Governo Federal como instrumento de governança do investimento em infraestrutura, e implementar a primeira rodada do plano, em articulação com os ministérios setoriais.
Responsável	▸ Gustavo Ene / Fabiano Pompermeyer / Sidney Caetano
Resultados Esperados	▸ Preparação para os ativos de infraestrutura que serão construídos no horizonte de curto, médio e longo prazos; ▸ Avanço de dez posições no pilar de infraestrutura do Global Competitiveness Report, publicado pelo Fórum Econômico Mundial, passando da classificação (81ª) para a 71ª posição ao final de 2022, construindo as fundações necessárias para que, até 2040, o Brasil possa figurar entre as 20 primeiras colocações; ▸ Contribuição com o crescimento sustentável, chegando a um estoque de infraestrutura de aproximadamente R$ 8,4 trilhões (61% do PIB) em 2040.
Principais Entregas	▸ Decreto de Aprovação resolução PILPIE no CIG ▸ Divulgação do 1º plano integrado de infraestrutura ▸ Projeções de variáveis econômicas necessárias aos planos setoriais

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura → Atividade 2 → Atividade 3

6.6.2 Detalhamento: Planejamento Integrado de Longo Prazo

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Projeções de variáveis econômicas necessárias aos planos setoriais		✓																						
• Divulgação do 1º plano integrado de infraestrutura													📄											

Decisões de Terceiros ✓ Entrega 📄 Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | Atividade 2 | Atividade 3

6.7 Detalhamento: Aprimoramentos no marco legal de concessões e PPPs

Detalhamento

- Tem o objetivo de aprimorar o marco legal para a realização de parcerias de investimentos com o setor privado, com ênfase em regras que aumentem a segurança jurídica dos contratos, garantam a livre concorrência e o desenvolvimento do mercado de capitais, de forma a incentivar a aquisição de ativos de infraestrutura por investidores financeiros estrangeiros.

Evidências

- O país possui um estoque de infraestrutura de cerca de 36% do PIB, enquanto países desenvolvidos possuem, em média, mais que o dobro desse percentual.
- Nos anos 2017-18, os investimentos em infraestrutura foram de 1,77% do PIB, segunda menor taxa da série. Chegamos a investir 6,3% nas décadas de 70 e 80.
- Os investimentos públicos diminuíram drasticamente em razão da crise fiscal que enfrentamos desde 2014.
- Em 2019, ocupamos a 78ª posição no ranking de Competitividade Global no pilar de infraestrutura.
- Além de ter uma infraestrutura precária, escassa e cara, o Brasil investe menos que os países desenvolvidos.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | **Atividade 2** | **Atividade 3**

6.7.1 Detalhamento: Aprimoramentos no marco legal de concessões e PPPs

Justificativa	► O baixo estoque de infraestrutura e baixos percentuais de investimento justificam a implementação deste projeto.
Objetivo	► Promover reformas legais para atrair investidor financeiro não-especulativo, endereçando o risco moral e a seleção adversa, e fomentar o crowding-in do mercado financeiro, pela redução do papel do Estado.
Responsável	► Gustavo Ene / Edson silveira
Resultados Esperados	► Aprimoramento do marco legal para a realização de parcerias de investimentos com o setor privado, com ênfase em regras que aumentem a segurança jurídica dos contratos, garantam a livre concorrência e o desenvolvimento do mercado de capitais, de forma a incentivar a aquisição de ativos de infraestrutura por investidores financeiros estrangeiros.
Principais Entregas	► PL de PPP e Concessões

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | Atividade 2 | Atividade 3

6.7.2 Detalhamento: Aprimoramentos no marco legal de concessões e PPPs

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• PL de PPPs de Concessões (PL n° 7063/2017) Aprovada no Congresso Nacional																								
• PL de PPPs de Concessões (PL n° 7063/2017) Sancionada pela Presidência da República																								

Decisões de Terceiros | Entrega | Proposta de Entrega

6.8 Detalhamento: Observatório da Infraestrutura

Detalhamento	Evidências
► O objetivo do Observatório da Infraestrutura é ser um hub de informações sobre a infraestrutura, trazendo de forma didática e objetiva conteúdo relevante para o planejamento da infraestrutura nacional. A ferramenta será importante para fornecer as informações pertinentes à infraestrutura para a sociedade civil, governo e investidores que tenham interesse no tema.	► Indisponibilidade de informações integradas sobre infraestrutura do país.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | Atividade 2 | Atividade 3

6.8.1 Detalhamento: Observatório da Infraestrutura

Justificativa	▸ A implementação do projeto se justifica pela não existência de plataforma que traga visibilidade da informação de estoque de capital e investimento em infraestrutura de forma agregada.
Objetivo	▸ Desenvolver ferramenta de informações sobre a infraestrutura, trazendo de forma didática e objetiva as informações relevantes para o planejamento da infraestrutura nacional. A ferramenta será importante para fornecer as informações pertinentes à infraestrutura para a sociedade civil, governo e investidores que tenham interesse no tema.
Responsável	▸ Gustavo Ene / Rodolfo Benevenuto
Resultados Esperados	▸ Disponibilização do Hub de informações sobre a infraestrutura de forma didática e objetiva com conteúdo relevante para o planejamento da infraestrutura nacional.
Principais Entregas	▸ Plataforma do Observatório As partes principais que compõem a entrega principal são: - Observatório Beta - Painéis: Macro, Setorial, Projetos e Radar. - Manuais e vídeo explicativo de como operar a ferramenta

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | Atividade 2 | Atividade 3

6.8.2 Detalhamento: Observatório da Infraestrutura

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Definição dos indicadores*				✓																				
• Execução dos painéis do Observatório*																								
• Vídeo institucional de apresentação do observatório																								
• Lançamento do Observatório da Infraestrutura																								

Decisões de Terceiros | Entrega | Proposta de Entrega

*Atividade categorizada como tarefa, no entanto, por possuir importante impacto no projeto está representada nesse relatório.

6.9 Detalhamento: Programa de Capacitação

Detalhamento

- O programa de capacitação está sendo desenvolvido em uma parceria SDI/ENAP e é baseado em uma trilha de aprendizagem que consiste inicialmente em dois módulos:
- Módulo Básico: Apresentar o diagnóstico da infraestrutura brasileira e difundir melhores práticas na avaliação de projetos de infraestrutura com base na metodologia Five Case Model em parceria com o Tesouro Britânico.
- Módulo Intermediário: Aprofundar conhecimentos técnicos necessários para elaboração de análises de viabilidade socioeconômica de custo-benefício de projetos de investimento em infraestrutura em parceria com o Governo Chileno.

Evidências

- Relatórios de análise da conjuntura do Brasil de diversas instituições renomadas, como FMI, Banco Mundial, OCDE, TCU e SAE da Casa Civil, respaldaram a necessidade de criação de critérios uniformes para a avaliação e seleção de projetos de investimento em infraestrutura.
- Especificamente, a OCDE (2018) destacou que a fraca estruturação de projetos tem impedido a participação privada no financiamento de Infraestrutura, sendo necessário fornecer treinamento de qualidade aos funcionários envolvidos na estruturação de projetos.
- Para estabelecimento de um modelo de gestão do investimento em Infraestrutura eficaz é fundamental a implementação de um programa de capacitação capaz de difundir e aprofundar o conhecimento e as diretrizes gerais aos agentes públicos envolvidos no processo de prospecção, elaboração e avaliação de projetos de investimento em Infraestrutura.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | **Atividade 2** | **Atividade 3**

6.9.1 Detalhamento: Programa de Capacitação

Justificativa	► Possibilitar uma gestão eficaz dos projetos de investimento em infraestrutura, capacitando stakeholders envolvidos nas etapas de prospecção, elaborarão e aprovação de estudos de projetos de investimento em infraestrutura.
Objetivo	► Fortalecimento da capacidade institucional do governo na área de seleção e priorização de projetos de investimento em infraestrutura, incluindo a formação na elaboração de estudos e relatórios (business cases, análises de custo-benefício), revisão de documentos preparados por consultores e avaliação de relatórios para fundamentar decisões.
Responsável	► Gustavo Ene / Rodolfo Benevenuto
Resultados Esperados	► Capital humano devidamente qualificado necessário a elaboração do Plano Integrado de Longo Prazo da Infraestrutura.
Principais Entregas	► 3 turmas do curso de Five Case Model (+ de 130 servidores capacitados) ► Implementação do curso básico via ENAP ► Implementação do curso intermediário via ENAP ► Treinamento ACB - MDR Recursos Hídricos ► Treinamento ACB - MME/EPE Geração de Energia

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | Atividade 2 | Atividade 3

6.9.2 Detalhamento: Programa de Capacitação

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Organização 4ª turma 5CM*		✓																						
• Realização 4ª turma 5CM*		✓																						
• Treinamento ACB - MDR Recursos Hídricos*						✓																		
• Treinamento ACB - MME/EPE Geração de Energia*									✓															
• 1ª Turma ENAP - ACB socioeconômica de projetos de infraestrutura*									✓															
• Formalização do TED SDI-ENAP sobre capacitação em infraestrutura*																								

Decisões de Terceiros ✓ Entrega Proposta de Entrega

*Atividade categorizada como tarefa, no entanto, por possuir importante impacto no projeto está representada nesse relatório.

6.10 Detalhamento: Metodologias de Avaliação

Detalhamento

- As elaborações de guias metodológicos sobre avaliação de projetos de investimento em infraestrutura é composta por Guias gerais, Manuais setoriais e estudos de caso relacionados a análise socioeconômica de custo-benefício e ao arcabouço teórico do *Five Case Model*. Abaixo segue o detalhamento das principais publicações já em andamento:
  - Guia Prático de Análise de Custo-Benefício de Projetos de Investimento em Infraestrutura;
  - Catálogo de Parâmetros (IPEA);
  - Manual Setorial ACB Transportes;
  - Manual Setorial ACB Geração de Energia;
  - Manual Setorial ACB Recursos Hídricos.

Evidências

- O "Relatório PIMA" do FMI (2018), apontou a necessidade de priorização de reforma na avaliação e seleção de projetos de investimento no Brasil. Em seus levantamentos, foram apontadas a baixa solidez institucional do Brasil nestas áreas, observando a falta de diretrizes padronizadas para avaliação de projeto, falta de exigência de análise econômico/financeira e falta de critérios padronizados e processo comum para a seleção de projetos.
- O relatório do Banco Mundial, "De Volta ao Planejamento" (2017), endossou a necessidade de resgate da capacidade de planejamento, orçamentação e gestão dos ativos.
- A OCDE (2018) destacou que a fraca estruturação de projetos tem impedido a participação privada no financiamento de Infraestrutura, sendo necessário fornecer treinamento de qualidade aos funcionários envolvidos na estruturação de projetos.
- O próprio Relatório de Conjuntura nº 5 da SAE (2018) destaca a existência de critérios opacos e inadequados para a seleção de projetos privados, assim como deficiências de qualidade na estruturação de parcerias e baixa efetividade do planejamento de longo prazo.
- O Acórdão do TCU nº 1.327/2020 Plenário destacou a necessidade de criação de critérios uniformes para a priorização de investimentos entre os diversos órgãos responsáveis pelo planejamento e execução dos empreendimentos de infraestrutura.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | Atividade 2 | Atividade 3

6.10.1 Detalhamento: Metodologias de Avaliação

Justificativa	► Possibilitar a elaboração e avaliação de análises de viabilidade socioeconômica de projetos e do arcabouço do Five Case Model, havendo critérios claros e uniformes para a seleção e priorização baseados no retorno socioeconômico do projeto.
Objetivo	► Sintetizar melhores práticas, nacionais e internacionais, em avaliação de projetos de investimento em infraestrutura, fornecendo diretrizes práticas e estudos de caso que possam ilustrar a aplicação da metodologia proposta.
Responsável	► Gustavo Ene / Rodolfo Benevenuto
Resultados Esperados	► Quando da elaboração e implementação do Plano Integrado de Longo Prazo da Infraestrutura, existência de diretrizes e critérios uniformes para a elaboração da ACB, seleção e priorização de projetos.
Principais Entregas	► Manual de Estruturação e Avaliação de Projetos de Infraestrutura (Five Case Model) ► Manual Setorial de Análise Socioeconômica de Custo Benefício para o Setor de Recursos Hídricos ► Manual Setorial de Análise Socioeconômica de Custo Benefício para o Setor de Transportes ► Manual Setorial de Análise Socioeconômica de Custo Benefício para o Setor Elétrico ► Portaria de Publicação do Guia ACB ► Publicação Guia Geral de Análise de Custo Benefício (ACB)

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | Atividade 2 | Atividade 3

6.10.2 Detalhamento: Metodologias de Avaliação

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Publicação Guia Geral de Análise de Custo Benefício (ACB)			✓																					
• Manual Setorial de Análise Socioeconômica de Custo Benefício para o Setor de Recursos Hídricos (versão SDI)								✓																
• Manual Setorial de Análise Socioeconômica de Custo Benefício para o Setor Elétrico (versão SDI)								✓																
• Manual de Estruturação e Avaliação de Projetos de Infraestrutura (Five Case Model)													📄											
• Portaria de Publicação do Guia ACB													📄											
• Manual Setorial de Análise Socioeconômica de Custo Benefício para o Setor de Transportes (versão CP)														📄										

Decisões de Terceiros ✓ Entrega 📄 Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura → Atividade 2 → Atividade 3

6.11 Detalhamento: Resíduos Sólidos

Detalhamento

- O marco do saneamento cria a obrigatoriedade de licitações para concessões e contratações de serviços de resíduos sólidos, impedindo contratos sem concorrência pública feitos por prefeituras. Há algumas barreiras econômicas aos desenvolvimento do setor de resíduos sólidos, tais como os mecanismos de cobrança (sobretudo por meio de tarifas), modelos financeiros adequados às condições e as tecnologias de tratamento e destinação adequado.
- O projeto trará estudos que apresentarão soluções ótimas, do ponto de vista de eficiência econômica e modelagem financeira, para a prestação de serviços de manejo de resíduos sólidos. Adicionalmente, resultará em um guia para estruturação de projetos de concessão seguindo a melhor prática internacional (5-Case Model).
- Além dos investimentos no setor, eliminar os lixões e dar uma melhor destinação e aproveitamento dos resíduos sólidos urbanos trará impactos positivos em diversas dimensões, podendo contribuir para múltiplos objetivos de desenvolvimento sustentável.

Evidências

- Segundo o Panorama de Resíduos Sólidos no Brasil–2017, elaborado pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), 40,9% dos resíduos coletados foram despejados em locais inadequados por 3.352 municípios brasileiros em 2017, totalizando mais de 29 milhões de toneladas de resíduos em lixões.
- O Novo Marco do Saneamento (Lei 14.026/2020), que traz dispositivos para modernizar e desenvolver o setor, em termos de eficiência e efetividade dos resultados. O texto aprovado traz uma proposta de uniformização regulatória, retira barreiras à entrada para participação do setor privado e incentiva à regionalização com ganhos de escala para contribuir para a universalização do serviço.
- A obrigatoriedade atribuída aos municípios de instituir mecanismos de cobrança de resíduos sólidos, que garantam a sustentabilidade econômico-financeira, pode ser considerada um dos maiores ganhos para o setor. O pagamento pelo serviço trará viabilidade e impulsionará os investimentos, garantindo a disposição final ambientalmente adequada.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | Atividade 2 | Atividade 3

6.11.1 Detalhamento: Resíduos Sólidos

Justificativa	▸ Para que o setor de resíduos sólidos se desenvolva de forma adequada, há necessidade de se desenhar um conjunto de soluções mais abrangentes, que garantam sua sustentabilidade, com uma adequada modelagem financeira via mercado, aprimorando-se a discussão de análise de custo-benefício e a própria definição de clusters/consórcios de municípios.
Objetivo	▸ Investigar as dimensões relevantes para o sucesso de projetos de manejo de resíduos sólidos, desenvolvendo um arcabouço regulatório que apresente alternativas de modelos de negócio que tenham sustentabilidade para o setor e sirvam de orientação para a estruturação dos projetos pelos entes subnacionais
Responsável	▸ Gustavo Ene / Fabio Ono / Gabriel Fiuza
Resultados Esperados	▸ Estruturação de bons projetos de concessão de resíduos sólidos urbanos, estimulando preferencialmente os arranjos intermunicipais consorciados
Principais Entregas	▸ Apresentação do Guia 5 Case Model (5CM) para Projetos de Resíduos Sólidos ▸ Estudo de Regionalização para Resíduos Sólidos ▸ Estudo para estruturação do Arcabouço Regulatório de Resíduos

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura → Atividade 2 → Atividade 3

6.11.2 Detalhamento: Resíduos Sólidos

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Estudo para estruturação do Arcabouço Regulatório de Resíduos*																								
• Estudo de Regionalização para Resíduos Sólidos*																								
• Guia 5 Case Model para Projetos de Resíduos Sólidos																									

Decisões de Terceiros Entrega Proposta de Entrega

*Atividade categorizada como tarefa, no entanto, por possuir importante impacto no projeto está representada nesse relatório.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | Atividade 2 | Atividade 3

6.12 Detalhamento: Planejamento Subnacional de Longo Prazo

Detalhamento

- O Planejamento de Longo Prazo (PLP) é fundamental para obter maior eficiência e efetividade dos investimentos públicos e privados, considerando a cada vez maior escassez dos recursos disponíveis. É o PLP que estabelece os eixos estratégicos que indicarão os projetos prioritários e os investimentos necessários para o alcance dos objetivos de desenvolvimento, vinculados a uma visão de futuro construída a partir das expectativas da sociedade.
- Como forma de aprendizado, em experiências concretas de planejamento subnacional de longo prazo, e por meio de acordo de Cooperação Técnica com o Sebrae, apoiamos lideranças locais mobilizadas pelos projetos Lider em diversas partes do país.
- Em parceria com PNUD e EY, iniciou-se também projeto que terá como produto final um guia metodológico, voltado aos entes subnacionais, visando a institucionalização de um planejamento de longo prazo com abordagem estratégica, que considere em sua formulação os contextos local, regional, nacional e as tendências de mudanças no cenário internacional que poderão afetar o desenvolvimento local.

Evidências

- Estudo da SAE-PR de 2018 (entrevista com 50 especialistas e investidores do setor de infraestrutura) indica que “aumentar a efetividade do planejamento de longo prazo” é a 2ª principal causa de impedimento ao maior investimento privado.
- Atores relevantes de mercado de infraestrutura indicam a importância de se “preparar e divulgar um plano estratégico de longo prazo que contenha os projeto prioritários para o país, inspirando-se em exemplos de outros países”
- Ao longo de 2020 foram realizadas reuniões com atores relevantes (líderes locais, prefeitos, acadêmicos e gestores públicos) e foi possível constatar que a continuidade é um dos grandes desafios a um bom processo de planejamento de longo prazo. Ou seja, o planejamento elaborado muitas vezes não resiste à troca de governantes em função de sua baixa institucionalização.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | Atividade 2 | Atividade 3

6.12.1 Detalhamento: Planejamento Subnacional de Longo Prazo

Justificativa	► Necessidade de estimular um planejamento de longo prazo institucionalizado, padronizado e intersetorial, que siga as boas práticas nacionais e internacionais para desenvolver a infraestrutura no país. Em nível subnacional, constata-se uma carência de modelos e metodologias replicáveis que tenham como resultado projetos robustos, selecionados a partir de critérios bem definidos.
Objetivo	► Elaborar e difundir uma metodologia para o Planejamento de Longo Prazo (PLP) capaz de definir prioridades de projetos estruturadores para a promoção do desenvolvimento, sobretudo projetos de infraestrutura, e de ser um mecanismo para que as instituições sejam preparadas para a negociação e capazes de tomar decisões, orientar iniciativas, gerar convergências e articular as formas de intervenção na realidade.
Responsável	► Gustavo Ene / Fabio Ono
Resultados Esperados	► Aplicação da "Metodologia de Planejamento de Longo Prazo para Investimentos em Infraestrutura" por entes subnacionais ► Organização e priorização de projetos subnacionais estratégicos e conexão com instituições relevantes no apoio a execução dos projetos
Principais Entregas	► Divulgação do Guia Metodológico para Planejamento a Longo Prazo ► Relatório com principais resultados das iniciativas do Programa LÍDER do SEBRAE

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | Atividade 2 | Atividade 3

6.12.2 Detalhamento: Planejamento Subnacional de Longo Prazo

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Relatório com principais resultados das iniciativas do Programa LÍDER do SEBRAE*			✓																					
• Divulgação do Guia Metodológico para Planejamento a Longo Prazo																								

Decisões de Terceiros | ✓ Entrega | Proposta de Entrega

*Atividade categorizada como tarefa, no entanto, por possuir importante impacto no projeto está representada nesse relatório.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | Atividade 2 | Atividade 3

6.13 Detalhamento: Infraestrutura para o Voo Simples

Detalhamento

- O projeto voo livre foi apresentado por meio de minuta de Medida Provisória para alterar os seguintes diplomas legais:

Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973 (Dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea); (ii) Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica); (iii) Lei nº 5.862, de 12 de dezembro de 1987 (Cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC); e (iv) Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005 (Autoriza o Poder Executivo a constituir a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO).

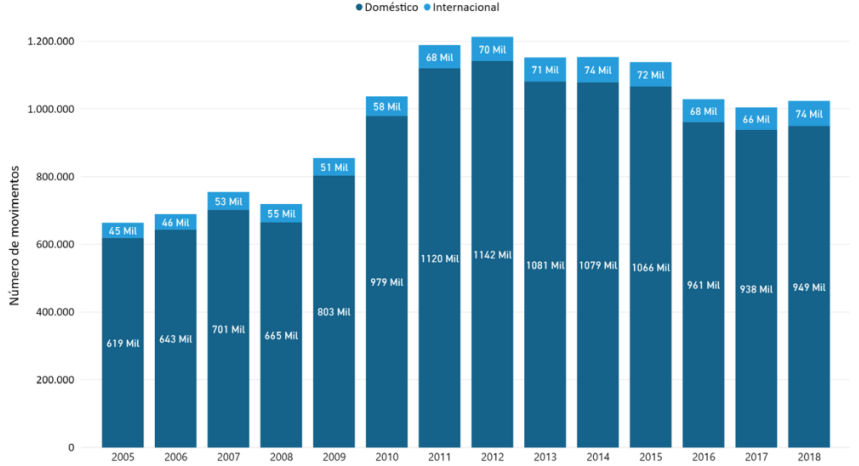
- As alterações nas mencionadas legislações se dão nos seguintes elementos:

(i)aeródromos; (ii) infraestrutura aeroportuária; (iii) utilização de aeródromos da Amazônia Legal; (iv) formação do pessoal de aviação civil; (v) aeronaves e manutenção; (vi) Registro Aeronáutico Brasileiro - RAB; (vii) exploração de serviços aéreos e de serviços auxiliares; (viii) regime tarifário; e (xix) Taxa de Fiscalização da Aviação Civil - TFAC.

Evidências

- O projeto do voo livre foi criado para simplificar e atualizar os processos e procedimentos relativos ao setor aéreo.

ATMOSFÉRICAS DA AVIAÇÃO CIVIL - 2019: Série histórica dos movimentos por tipo de voo.



Fonte: https://www.anac.gov.br/assuntos/paginas-tematicas/meio-ambiente/arquivos/inventario-nacional-de-emissoes_v6.pdf

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | Atividade 2 | Atividade 3

6.13.1 Detalhamento: Infraestrutura para o Voo Simples

Justificativa	▸ O projeto do voo livre foi criado para aumentar a eficiência do sistema aéreo brasileiro e para fomentar o desenvolvimento da aviação civil
Objetivo	▸ Simplificar e atualizar processos e procedimentos relativos ao setor aéreo e à atuação da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.
Responsável	▸ Gustavo Ene / Edson Silveira
Resultados Esperados	▸ Melhoria da eficiência do setor aéreo e fomento do desenvolvimento da aviação civil no Brasil
Principais Entregas	▸ Autorização de aeroportos privados ▸ Slots Aeroportuários - Resolução ANAC editada ▸ Liberdade de compra do QAV (Acesso aos PAA's) ▸ Autorização de aeroportos privados

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | Atividade 2 | Atividade 3

6.13.2 Detalhamento: Infraestrutura para o Voo Simples

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Autorização de aeroportos privados																								
• Liberdade de compra do QAV (Acesso aos PAA's)																								
• Slots Aeroportuários - Resolução ANAC editada																								

Decisões de Terceiros | Entrega | Proposta de Entrega

ATIVIDADE 1

BRASIL 4.0



Atividade 1 – Programas Estratégicos: Brasil 4.0 | Atividade 2 | Atividade 3

7. Brasil 4.0

Detalhamento

- **Justificativa do Programa:** há consenso na comunidade empresarial brasileira de que a inovação no país está abaixo de sua capacidade, o que limita o seu potencial de aumento da produtividade e competitividade.
- **Evidência:** posição no Ranking Global de Competividade Digital = 57° de 63 países no ano de 2019;
- **Objetivos do Programa:** modernizar a economia, aumentar a produtividade e competitividade das micro, pequenas e médias empresas, aperfeiçoar e facilitar o ambiente normativo para alavancar o ecossistema de startups e, alcançar um sistema de propriedade intelectual mais efetivo.
- **Indicador Estratégico:** Ambiente de Negócios Mundial
- **Eixo Estratégico:** Futuro Digital e Produtivo

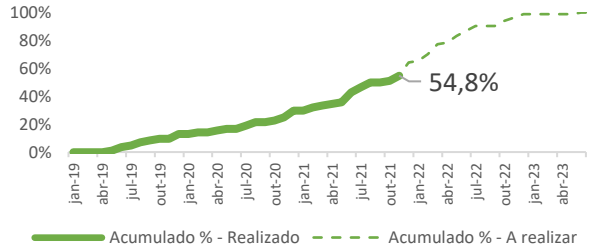
- **Projetos:**
  - Brasil Mais
  - Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador
  - Inovativa 15K
  - Economia 4.0
  - PI Classe Mundial

Meta e Avanço das Entregas

- **Legado:**
  - + 20% de maturidade digital do setor produtivo
  - Ser Top 3 no ecossistema de startups mundial
  - Qualificar 10 mi de pessoas em TI

- **Meta Estratégica:**
  - Levar o Brasil ao top 50 dos melhores países do mundo para se fazer negócios até 2022

Avanço das Entregas



Atividade 1 – Programas Estratégicos: Brasil 4.0 | Atividade 2 | Atividade 3

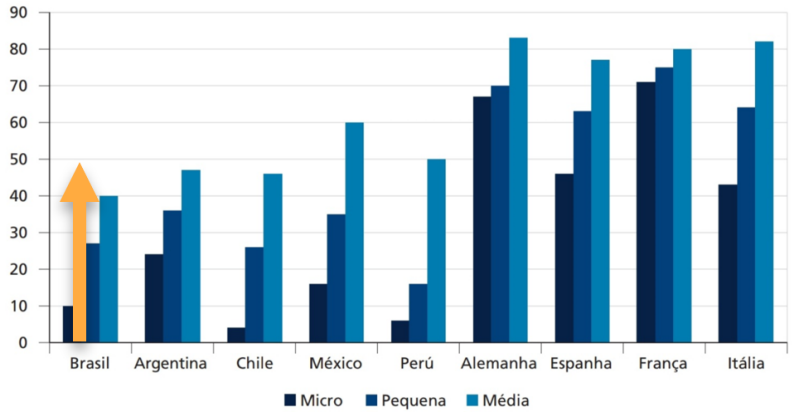
7.1 Detalhamento: Brasil Mais

Detalhamento

- Projeto focado no aumento da produtividade das empresas brasileiras de todos setores da economia oferece conteúdo online, capacitação, apoio técnico e consultoria a empresas para o aprimoramento de competências como Gestão do Desempenho, Gestão por indicadores, Operação e Vendas, Capital Humano, Gestão Financeira e Gestão da Produção, além de suporte para transformação digital e adoção de tecnologias da Economia 4.0.

Evidências

Produtividade Relativa em países Selecionados da América Latina e OCDE
(Em % Produtividade de grandes empresas = 100%)



Fonte: https://www.imd.org/wcc/world-competitiveness-center-rankings/world-digital-competitiveness-rankings-2019

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Brasil 4.0 | Atividade 2 | Atividade 3

7.1.1 Detalhamento: Brasil Mais

Justificativa	► De modo geral, entre 1990 e 2015, a produtividade na América Latina e Caribe esteve ancorada numa faixa de 20% e 25% da produtividade nos EUA. O Brasil não se diferencia desse quadro. Micro e pequenas empresas brasileiras têm baixa produtividade relativa quando comparadas às congêneres dos países desenvolvidos. São nesses portes que o governo precisar concentrar seus esforços.
Objetivo	► Aumentar a produtividade e competitividade das micro, pequenas e médias empresas brasileiras, por meio do desenvolvimento das capacidades gerenciais e adoção de tecnologias digitais na gestão e na produção.
Responsável	► Jackline Conca
Resultados Esperados	► Aumento da produtividade das empresas brasileiras de todos setores da economia oferecendo conteúdo online, capacitação, apoio técnico e consultoria a empresas para o aprimoramento de competências como Gestão do Desempenho, Gestão por indicadores, Operação e Vendas, Capital Humano, Gestão Financeira e Gestão da Produção, além de suporte para transformação digital e adoção de tecnologias da Economia 4.0.
Principais Entregas	► Retomada dos atendimentos por SEBRAE e SENAI - Brasil Mais ► Plataforma Web e inserção de novos conteúdos - Brasil Mais ► Decreto Nova Governança do Brasil Mais

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Brasil 4.0 → **Atividade 2** → **Atividade 3**

7.1.2 Detalhamento: Brasil Mais

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• 1º Ciclo de atendimento da Fase 1 do programa Brasil Mais (7 mil empresas)							✓																	
• 2º Ciclo de atendimento da Fase 1 do programa Brasil Mais (+21 mil empresas - total 28 mil)							✓																	
• 3º Ciclo de atendimento da Fase 1 do programa Brasil Mais (+ 21 mil empresas - total 49 mil)											✓													
• Assinatura Contrato de Gestão MCTI - Embrapii e ME como interveniente.											✓													
• Avaliação de maturidade digital de MPMEs para o programa Brasil Mais - Parceria SEPEC/ME com BID																								
• 4º Ciclo de atendimento da Fase 1 do programa Brasil Mais (+ 21 mil empresas - total 70 mil)																								
• Concurso para contratar tecnologias de capacitação de MPEs em Transformação Digital																								
• Desenho e piloto de metodologia de atendimento da Fase 2 do Brasil Mais																								

Decisões de Terceiros ✓ Entrega Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Brasil 4.0 | Atividade 2 | Atividade 3

7.2 Detalhamento: Marco Legal das Startups

Detalhamento

- O Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador é um anteprojeto de Lei que visa melhorar o ambiente de negócios, facilitar o investimento nessas empresas, atrair talentos e alavancar o ecossistema de empreendedorismo inovador no Brasil. As medidas estão organizadas em três eixos temáticos: ambiente de negócios, facilitação de investimentos e atuação do Estado.

Evidências

Global Competitive Index 2019 (Pilar 11 – Business dynamism)

Brazil **72nd**/140

Index Component	Value	Score *	Rank/140	Best Performer
Pillar 9: Financial system 0-100 (best)	-	63.2 ↓	57	United States
9.01 Domestic credit to private sector % GDP	65.0	68.4 ↓	49	Multiple (29)
9.02 Financing of SMEs 1-7 (best)	3.3	38.4 ↓	110	United States
9.03 Venture capital availability 1-7 (best)	2.5	24.3 ↓	103	United States
Pillar 11: Business dynamism 0-100 (best)	-	52.4 ↓	108	United States
11.01 Cost of starting a business % GNI per capita	5.0	97.5 ↑	58	Multiple (2)
11.02 Time to start a business days	79.5	20.6 =	137	New Zealand
11.03 Insolvency recovery rate cents/$	12.7	13.7 ↓	126	Norway
11.04 Insolvency regulatory framework 0-16 (best)	13.0	81.3 =	17	Multiple (5)
11.05 Attitudes toward entrepreneurial risk 1-7 (best)	4.1	51.6 ↑	56	Israel
11.06 Willingness to delegate authority 1-7 (best)	4.4	56.6 ↓	61	Denmark
11.07 Growth of innovative companies 1-7 (best)	4.1	51.5 ↑	60	Israel
11.08 Companies embracing disruptive ideas 1-7 (best)	3.8	46.8 ↑	44	United States

Fonte: Global Competitiveness Index 2019

Fonte: https://www.imd.org/wcc/world-competitiveness-center-rankings/world-digital-competitiveness-rankings-2019

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Brasil 4.0 | Atividade 2 | Atividade 3

7.2.1 Detalhamento: Marco Legal das Startups

Justificativa	▶ A baixa posição do país no no pilar 11, Dinamismo de Negócios do Ranking Mundial do WEF, que dentre outros itens avalia o crescimento de novas empresas e a adoção de ideias disruptivas justifica a implementação desse projeto.
Objetivo	▶ Melhorar o ambiente de negócios, facilitar o investimento nessas empresas e alavancar o ecossistema de empreendedorismo inovador no país.
Responsável	▶ Jackline Conca
Resultados Esperados	▶ Aperfeiçoamento e facilitação do ambiente normativo para alavancar o ecossistema de startups e de empreendedorismo inovador no Brasil.
Principais Entregas	▶ PLP do Marco legal das Startups

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Brasil 4.0 → **Atividade 2** → **Atividade 3**

7.2.2 Detalhamento: Marco Legal das Startups

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador (PLP 146/19 | 249/20) - Aprovado no Senado Federal		✓																						
• Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador (PLP 146/19 | 249/20) - Aprovado na Câmara dos Deputados					✓																			
• Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador (PLP 146/19 | 249/20) - Sancionado pela Presidência da República						✓																		
• Elaboração de novas proposições relativas à regulamentações do Marco Legal																								

Decisões de Terceiros ✓ Entrega Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Brasil 4.0 | **Atividade 2** | **Atividade 3**

7.3 Detalhamento: Inovativa 15K

Detalhamento

- Reestruturação do maior programa de aceleração de startups da América Latina. Passará a ter três eixos principais de atuação: (i) InovAtiva Aceleração, c/ os dois ciclos de aceleração, mentoria e conexão de startups com investidores; (ii) InovAtiva Ecossistema, que fará a conexão c/ grandes empresas e também apoiará eventos e iniciativas de aceleração nos estados; e (iii) InovAtiva Academy, que centralizará o conteúdo de capacitação dos empreendedores e startups. Serão realizados 15 mil atendimentos a startups até 2022.

Evidências

Competitividade Digital e Compromisso com a Inovação e Empreendedorismo G20 (OCDE) 2021



Atividade 1 – Programas Estratégicos: Brasil 4.0 | **Atividade 2** | **Atividade 3**

7.3.1 Detalhamento: Inovativa 15K

Justificativa	▶ Necessidade de reestruturação do programa para ampliar número de atendimentos a startups no Brasil
Objetivo	▶ Reestruturar o maior programa de aceleração de startups da América Latina, InovAtiva Brasil e ampliar de maneira disruptiva o número de atendimentos a startups no Brasil.
Responsável	▶ Jackline Conca
Resultados Esperados	▶ Ampliação de maneira disruptiva o número de atendimentos a startups no Brasil.
Principais Entregas	▶ Redesenho do Programa: Inovativa Aceleração; Ecossistema e Academy. ▶ O programa atendeu mais de 2 mil startups e acelerou 1064 empresas – Tornou-se o Maior Programa de Startups da AL. ▶ Lançamento do InovAtiva Conecta nos maiores eventos de startups do Brasil ▶ Realizar 15 mil atendimentos à startups.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Brasil 4.0 | Atividade 2 | Atividade 3

7.3.2 Detalhamento: Inovativa 15K

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• InovAtiva Brasil - Lançamento do Ciclo 2021.1 do programa nacional de aceleração de startups (aprox. 350 startups)			✓																					
• "Ideiaz - Powered by InovAtiva" - Encerramento do 1º ciclo do programa de aceleração de projetos inovadores						✓																		
• Evento InovAtiva Day 2021.1 - Evento de conexão regional do programa de aceleração InovAtiva Brasil						✓																		
• InovAtiva Brasil - Lançamento do Ciclo 2021.2 do programa nacional de aceleração de startups (aprox. 300 startups)						✓																		
• InovAtiva Brasil - Lançamento do Ciclo 2021.2 do programa nacional de aceleração de startups (aprox. 300 startups)										✓														
• StartOut Brasil - Ciclo "Lisboa 2021" do programa de apoio à internacionalização de startups brasileiras (até 40 startups)											✓													
• InovAtiva de Impacto Socioambiental - Ciclo 2021 do programa nacional de aceleração de startups (até 80 startups)												✓												
• InovAtiva Brasil - Lançamento do 1o Ciclo de 2022 do programa nacional de aceleração de startups																								
• Evento InovAtiva Day - Evento de conexão regional do 2o ciclo de 2022																								
• Evento InovAtiva Experience - Evento final de conexão do 2o ciclo de 2022																								

Decisões de Terceiros | ✓ Entrega | Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Brasil 4.0 | Atividade 2 | Atividade 3

7.4 Detalhamento: Economia 4.0

Detalhamento

- Elaboração de um plano de Transformação Digital para aumento de produtividade das empresas brasileiras. Propiciar uma maior adoção de tecnologias digitais e de Indústria 4.0, principalmente nas pequenas e médias empresas. Promover a modernização da economia mediante um programa de transformação digital e coordenar a política de Industria 4.0 no Brasil (Câmara Brasileira de Indústria 4.0).

Evidências

Classificação geral do Índice de Competitividade Mundial 2021 (Ranking é realizado pelo International Institute for Management Development/Reprodução)

Rank 1-32	2020	2021	1 yr Change
USA	1	1	-
Hong Kong SAR	5	2	+ 3
Sweden	4	3	+ 1
Denmark	3	4	- 1
Singapore	2	5	- 3
Switzerland	6	6	-
Netherlands	7	7	-
Taiwan, China	11	8	+ 3
Norway	9	9	-
UAE	14	10	+ 4
Finland	10	11	- 1
Korea Rep.	8	12	- 4
Canada	12	13	- 1
United Kingdom	13	14	- 1
China	16	15	+ 1
Austria	17	16	+ 1
Israel	19	17	+ 2
Germany	18	18	-
Ireland	20	19	+ 1
Australia	15	20	- 5
Iceland	23	21	+ 2
Luxembourg	28	22	+ 6
New Zealand	22	23	- 1
France	24	24	-
Estonia	21	25	- 4
Belgium	25	26	- 1
Malaysia	26	27	- 1
Japan	27	28	- 1
Qatar	30	29	+ 1
Lithuania	29	30	- 1
Spain	33	31	+ 2
Kazakhstan	36	32	+ 4

Rank 33-64	2020	2021	1 yr Change
Czech Republic	35	33	+ 2
Portugal	37	34	+ 3
Slovenia	31	35	- 4
Saudi Arabia	34	36	- 2
Latvia	38	37	+ 1
Thailand	39	38	+ 1
Chile	41	39	+ 2
Italy	42	40	+ 2
Poland	32	41	- 9
Russia	43	42	+ 1
Cyprus	40	43	- 3
Greece	46	44	+ 2
Hungary	47	45	+ 2
India	48	46	+ 2
Slovak Republic	50	47	+ 3
Turkey	44	48	- 4
Jordan	53	49	+ 4
Romania	49	50	- 1
Brazil	51	51	-
Bulgaria	45	52	- 7
Indonesia	56	53	+ 3
Ukraine	58	54	+ 4
Croatia	52	55	- 3
Mexico	54	56	- 2
Peru	55	57	- 2
Philippines	57	58	- 1
Colombia	61	59	+ 2
South Africa	60	60	-
Argentina	59	61	- 2
Mongolia	62	62	-
Botswana	-	63	New
Venezuela	63	64	- 1

Fonte: https://exame.com/bussola/brasil-mantem-51a-posicao-no-ranking-de-competitividade-digital-do-imd/

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Brasil 4.0 | Atividade 2 | Atividade 3

7.4.1 Detalhamento: Economia 4.0

Justificativa	▸ A baixa colocação do país no Ranking Global de Competitividade Digital 2019 (57° de 63 países avaliados) enseja a implementação desse projeto.
Objetivo	▸ Propiciar uma maior adoção de tecnologias digitais e de Indústria 4.0, principalmente nas pequenas e médias empresas.
Responsável	▸ Jackline Conca
Resultados Esperados	▸ Modernização da economia mediante um programa de transformação digital e coordenar a política de Industria 4.0 no Brasil (Câmara Brasileira de Indústria 4.0)
Principais Entregas	▸ Marco Referencial - Digitalização da Economia Brasileira ▸ Catálogo de Casos de Uso da Indústria 4.0 para Brasil Mais Economia 4.0 ▸ Estratégia Nacional da Economia 4.0 ▸ Câmara Brasileira da Indústria 4.0 ▸ Inaugurar o C4IR Brasil ▸ Programa prioritário de Indústria 4.0 e Modernização Industrial ▸ Proposta de política para desenvolvimento do ecossistema de aplicações 5G

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Brasil 4.0 | **Atividade 2** | **Atividade 3**

7.4.2 Detalhamento: Economia 4.0

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• site da Câmara da Indústria 4.0				✓																				
• Proposta de política para desenvolvimento do ecossistema de aplicações 5G - MCTI/ Deloitte/ ABDI													✓											
• Elaboração de Catálogo de Casos de Uso da Indústria 4.0 para Brasil Mais Economia 4.0													📄											
• Formalizar parceria BNDES/FUNTEC para Brasil Mais Economia 4.0 - atendimento 4 mil empresas														📄										
• Conexão 4.0 - FASE 1 (início dos atendimentos)															📄									
• Proposta de política para aumentar a inovação via novos modelos de negócios, produtos e serviços															📄									
• Estratégia Nacional da Economia 4.0																						📄		

Decisões de Terceiros ✓ Entrega 📄 Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Brasil 4.0 | Atividade 2 | Atividade 3

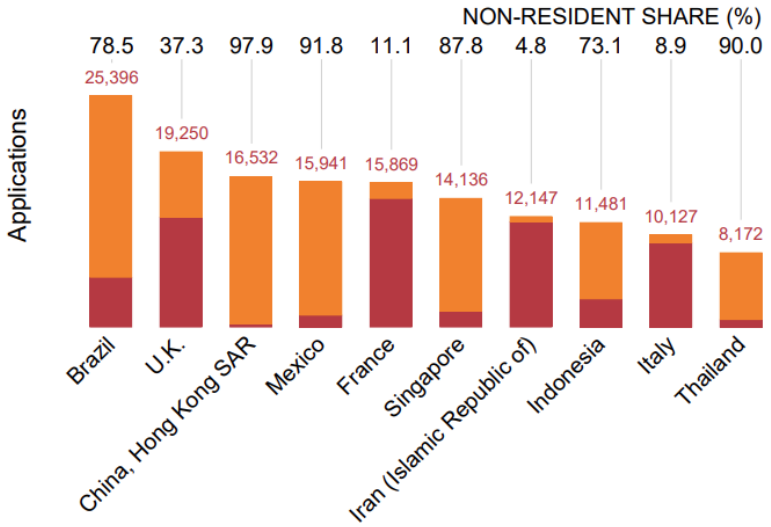
7.5 Detalhamento: PI Classe Mundial

Detalhamento

- Consiste em ações de curto prazo para a governança de temas de propriedade intelectual, inserção em políticas prioritárias de governo, redução de custo e tempo para os registros de propriedade industrial e na elaboração de uma Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual que orientará medidas estruturantes de longo prazo, visando alcançar um sistema de propriedade intelectual mais efetivo.

Evidências

Pedidos de patentes nos 20 principais escritórios, 2019



Fonte: https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/en/wipo_pub_941_2020.pdf

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Brasil 4.0 | Atividade 2 | Atividade 3

7.5.1 Detalhamento: PI Classe Mundial

Justificativa	► O projeto se justifica pela necessidade de uma Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual que incentive a economia da criatividade e investimentos em inovação.
Objetivo	► Alcançar um sistema de propriedade intelectual efetivo, que seja amplamente utilizado e que incentive a economia da criatividade e investimentos em inovação, visando ao aumento da competitividade econômica do Brasil.
Responsável	► Jackline Conca
Resultados Esperados	► Inserção em políticas prioritárias de governo, redução de custo e tempo para os registros de propriedade industrial e na elaboração de uma Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual que orientará medidas estruturantes de longo prazo, visando alcançar um sistema de propriedade intelectual mais efetivo.
Principais Entregas	► Tratado de Budapeste ► Decreto que institui o Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual – GIPI ► PL Revisão da legislação brasileira de transferência de tecnologia ► Decreto da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual ► Adesão ao Protocolo de Madri para o registro internacional de marcas ► Ampliação dos acordos PPHs para a priorização de pedidos de patentes internacionais ► Criação do selo brasileiro de Indicação Geográfica ► Eliminação de 80% do backlog de pedidos de patentes pendentes de exame em 1ª instância depositados no INPI ► Portal de Propriedade Intelectual ► Vitrine de PI - plataforma para comercialização de ativos de Propriedade Intelectual

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Brasil 4.0 | Atividade 2 | Atividade 3

7.5.2 Detalhamento: PI Classe Mundial

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Decreto nº 10.617/2021 (institui o Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual - GIPI)		✓																						
• Lançamento do Portal de Propriedade Intelectual						✓																		
• Avaliação das regras de Proteção de Dados de Testes Clínicos de produtos farmacêuticos								✓																
• Fim do período de extensão para vigência de patentes e fim da anuência prévia da ANVISA - MP Ambiente de Negócios								✓																
• Publicação do Decreto da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual												✓												
• Criação do selo brasileiro de Indicação Geográfica												✓												
• Eliminação de 80% do backlog de pedidos de patentes pendentes de exame em 1ª instância depositados no INPI																								
• Fase de implementação do Projeto de Reestruturação Operacional do INPI (processos, TI e precificação)																								
• Inserção de Propriedade Intelectual no Programa Brasil Mais																								
• Inserir propriedade intelectual nas plataformas do ME de apoio ao exportador																								
• Vitrine de PI - plataforma para comercialização de ativos de Propriedade Intelectual																								

Decisões de Terceiros ✓ Entrega Proposta de Entrega

ATIVIDADE 1

PROSPERA MPEs

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Prospera MPEs | Atividade 2 | Atividade 3

8. Prospera MPEs

Detalhamento

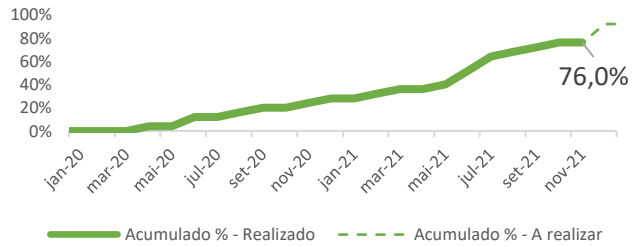
- **Justificativa do Programa:** o ponto de partida para a construção do Programa é o diagnóstico de que do ponto de vista estrutural o problema de baixa produtividade da economia brasileira está fortemente relacionado à baixa produtividade observada nos pequenos negócios.
- **Evidência:** o Brasil se encontra em 77° em Resolução de Insolvência e 58° em Execução de Contratos na classificação entre 213 Economias. Razões de produtividade Microempresa/Grande empresa de cerca de 7 vezes entre brasil e países avançados.
- **Objetivos do Programa:** aumentar a produtividade das MPEs brasileiras por meio da promoção do tratamento diferenciado a ser dispensado às microempresas, da instituição de um Marco Legal do Reempreendedorismo, da democratização de acesso ao crédito e a correção de falhas no mercado de soluções de capacitação, associadas à existência de custos de transação, assimetrias de informação e mercado imperfeitos.
- **Indicador Estratégico:** Ambiente de Negócios mundial.
- **Eixo Estratégico:** Ambiente de Negócios e Futuro Digital e Produtivo

- **Projetos:**
  - Sistema Nacional de Garantias
  - Sistema de Defesa do Empreendedor
  - Marco Legal do Reemprendedorismo
  - Novas funcionalidades no Portal do Empreendedor
  - Pronampe - Programa Nacional de Apoio às MPEs

Meta e Avanço das Entregas

- **Legado:**
  - Reduzir o custo Brasil em R$ 1 trilhão
  - + 30% de produtividade das MPEs
  - Levar o Brasil ao top 50 dos melhores países do mundo para se fazer negócios até 2022
  - + 20% de maturidade digital do setor produtivo
- **Meta Estratégica:**
  - Levar o Brasil ao top 50 dos melhores países do mundo para se fazer negócios até 2022

Avanço das Entregas



Atividade 1 – Programas Estratégicos: Prospera MPEs | **Atividade 2** | **Atividade 3**

8.1 Detalhamento: Sistema de Defesa do Empreendedor

Detalhamento

- Formalização do Sistema Nacional de Defesa do Empreendedor - SNDE por meio de Decreto Presidencial. Será criado, então, instrumento oficial de fiscalização do cumprimento dos comandos constitucional e legal de tratamento diferenciado, simplificado e favorecido às MPEs.
- Por meio dele, a SEMPE criará rotina de monitoramento de atos (Microlegis) normativos publicados nos 3 níveis de governo voltados para PJ e conferirá a aplicação do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido às MPE.
- Adicionalmente, a população empreendedora, por meio de canal de atendimento, poderá comunicar eventuais possíveis violações ao direito. A SEMPE, então, tomará as providencias constitucionais e legais possíveis para a adequação ou correção dos atos eventualmente violadores.

Evidências

- O Brasil atingiu 52.132 atos relativos as MPEs.
- Microempreendedor Individual e o Artesanato atingiu os 93.671 Atos
- Outros Atos de interesse das MPEs, do MEI e do Artesanato atingiu a marca de 41.539 Atos
- Microlegis - Monitoramento de editais de compras que eventualmente estão sem o tratamento diferenciado (licitação que deveria ser exclusiva para MPEs – contratação até R$ 80.000) análise e verificação de justificativas. Até o momento identificados 183 editais totalizando R$ 14.640.000,00 sem tratamento diferenciado.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Prospera MPEs | Atividade 2 | Atividade 3

8.1.1 Detalhamento: Sistema de Defesa do Empreendedor

Justificativa	▶ Diante das evidências levantadas percebeu-se a necessidade de criação instrumento oficial de fiscalização do cumprimento dos comandos constitucional e legal de tratamento diferenciado, simplificado e favorecido às MPE.
Objetivo	▶ Instituir o Sistema Nacional de Defesa do Empreendedor - SNDE por meio de Decreto Presidencial ▶ Criar rotina de monitoramento de atos (Microlegis) normativos publicados nos 3 níveis de governo voltados para PJ para conferir a aplicação do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido às MPE..
Responsável	▶ Fábio Silva
Resultados Esperados	▶ Criação de instrumento oficial de fiscalização do cumprimento dos comandos constitucional e legal de tratamento diferenciado, simplificado e favorecido às MPE.
Principais Entregas	▶ Termo Aditivo Com ABDI para Desenvolvimento da Ferramenta de TI ▶ Ferramenta Sistema de Defesa do Empreendedor

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Prospera MPEs → Atividade 2 → Atividade 3

8.1.2 Detalhamento: Sistema de Defesa do Empreendedor

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Piloto da ferramenta			✓																					
• Novas proposições à ferramenta																								

Decisões de Terceiros Entrega Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Prospera MPEs | **Atividade 2** | **Atividade 3**

8.2 Detalhamento: Marco Legal do Reempreendedorismo

Detalhamento

- O Projeto tem como objetivo definir instrumento legal que mitigue os gargalos da Lei nº 11.101/2005 (Lei de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falências - LRJEF), possibilitando a instituição de um Marco Legal do Reempreendedorismo.

Evidências



Fonte: https://exame.com/pme/brasil-bate-recorde-de-novos-negocios-em-2021/

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Prospera MPEs | Atividade 2 | Atividade 3

8.2.1 Detalhamento: Marco Legal do Reempreendedorismo

Justificativa	▶ No Relatório Doing Business (2019), o Brasil se encontra em 77 em Resolução de Insolvência e 58 em Execução de Contratos na classificação entre 213 Economias. O sistema atual de recuperação judicial e falências para as microempresas não é eficiente. ▶ Segundo dados do SEBRAE, mais de 99% das empresas brasileiras são MPEs, entretanto, outro estudo realizado pelo Núcleo de Estudos de Processos de Insolvência da PUCSP, no Estado de São Paulo (Estado que concentra 2/3 de todas as Recuperações Judiciais do Brasil), apenas 10% das Recuperações Judiciais foram ajuizadas por Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.
Objetivo	▶ Definir instrumento legal que mitigue os gargalos da Lei nº 11.101/2005 (Lei de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falências - LRJEF), possibilitando a instituição de um Marco Legal do Reempreendedorismo facilitando a recuperação judicial de micro e pequenas empresas.
Responsável	▶ Fábio Silva
Resultados Esperados	▶ Melhorias ao PLP 33/2020, com proposta de criação de um capítulo específico na LC 123. ▶ Facilitação da recuperação judicial de micro e pequenas empresas.
Principais Entregas	▶ Proposta de substitutivo, com proposta de criação de um capítulo específico na LC 123/2003; ▶ Aprovação do Substitutivo ao PLP 33 de 2020.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Prospera MPEs | Atividade 2 | Atividade 3

8.2.2 Detalhamento: Marco Legal do Reempreendedorismo

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Realização do Seminário do Marco Legal do Reempreendedorismo		✓																						
• Marco Legal do Reempreendedorismo (PLP n°33/2020) - Sancionado pela Presidência da República																								

Decisões de Terceiros ✓ Entrega  Proposta de Entrega

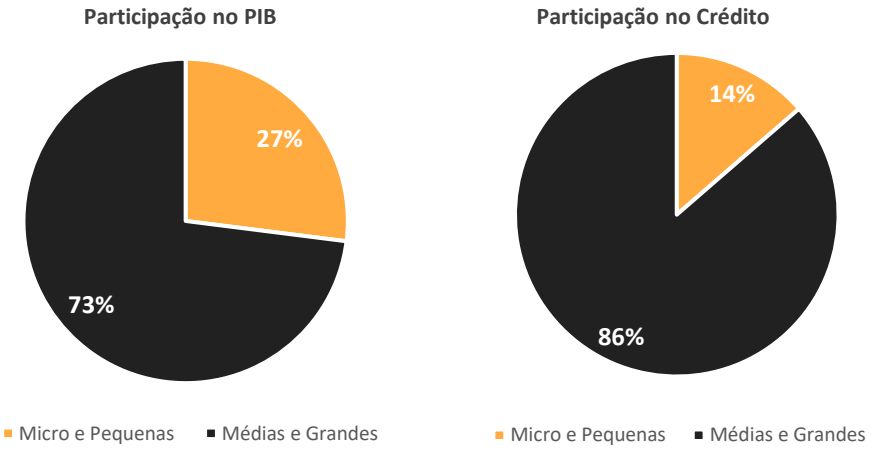
Atividade 1 – Programas Estratégicos: Prospera MPEs | **Atividade 2** | **Atividade 3**

8.3 Detalhamento: Sistema Nacional de Garantias

Detalhamento

- Visa democratizar o acesso ao crédito de qualidade para alavancar a produtividade dos Microempreendedores Individuais, Micro e Pequenas Empresas. Para cada dificuldade apontada pelos respondentes, foram traçadas ações no sentido de superá-las ou, minimizar seus impactos. Incluem-se a qualificação gerencial e administrativa, qualificação produtiva, revisão de normas, disponibilização de soluções web e construção de um sistema de garantias de crédito.

Evidências



Atividade 1 – Programas Estratégicos: Prospera MPEs | **Atividade 2** | **Atividade 3**

8.3.1 Detalhamento: Sistema Nacional de Garantias

Justificativa	▶ O ponto de partida para a construção do Programa é o diagnóstico de que do ponto de vista estrutural o problema de baixa produtividade da economia brasileira está fortemente relacionado à baixa produtividade observada nos pequenos negócios, a qual é constatada pela baixa capacidade de produção (produtividade) das pequenas empresas brasileiras comparativamente a (i) grandes empresas nacionais ou a (ii) pequenas empresas de outros países. Medidas de acesso ao crédito de qualidade irão alavancar a produtividade das MPEs.
Objetivo	▶ Democratizar o acesso ao crédito de qualidade para alavancar a produtividade dos Microempreendedores Individuais, Micro e Pequenas Empresas.
Responsável	▶ Fábio Silva
Resultados Esperados	▶ Democratização do acesso ao crédito de qualidade e ações de qualificação gerencial e administrativa, qualificação produtiva, revisão de normas, disponibilização de soluções web e construção de um sistema de garantias de crédito.
Principais Entregas	▶ Decreto Institui o Sistema Nacional de Garantias ▶ Portaria GT para SEPEC, Fazenda e BACEN ▶ Relatório do Grupo Técnico do SNGC - Formado por SEPEC, BACEN e SPE ▶ Estruturação do Sistema Nacional de Garantias

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Prospera MPEs | Atividade 2 | Atividade 3

8.3.2 Detalhamento: Sistema Nacional de Garantias

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Decreto nº 10.780/2021 (Institui o Sistema Nacional de Garantias)								✓																
• Portaria GT para SEPEC, Fazenda e BACEN (publicação)									✓															
• Relatório do Grupo Técnico do SNGC - Formado por SEPEC, BACEN e SPE																								
• Estruturação do Sistema Nacional de Garantias																								

Decisões de Terceiros ✓ Entrega Proposta de Entrega

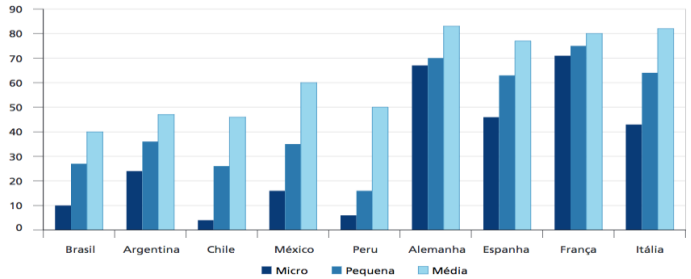
Atividade 1 – Programas Estratégicos: Prospera MPEs | **Atividade 2** | **Atividade 3**

8.4 Detalhamento: Novas Funcionalidades no Portal do Empreendedor

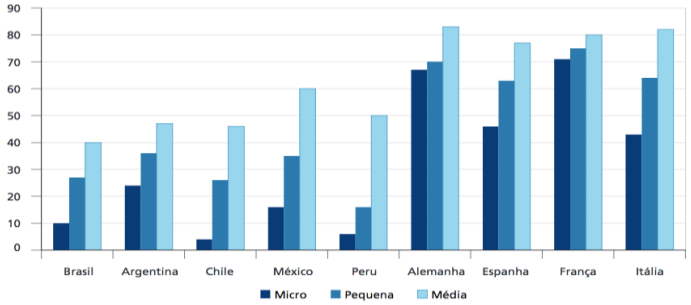
Detalhamento

- Ferramenta digital para desenvolvimento de Plano de Negócios e autoatendimento que permitirá ao MEI: Avaliar seu perfil empreendedor, capacidades técnicas e gerenciais; conhecer o grau de maturidade de seu negócio em termos tecnológicos, técnicos e gerenciais.

Evidências



Há um hiato de produtividade do trabalho entre microempresas e grandes empresas brasileiras de cerca de 10 vezes, ou seja, as grandes empresas brasileiras produzem por trabalhador 10 vezes mais valor que as microempresas



Há um hiato entre as razões de produtividade Microempresa/Grande empresa de cerca de 7 vezes entre brasil e países avançados.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Prospera MPEs | **Atividade 2** | **Atividade 3**

8.4.1 Detalhamento: Novas Funcionalidades no Portal do Empreendedor

Justificativa	► O ponto de partida para a construção do Projeto é o diagnóstico de que do ponto de vista estrutural o problema de baixa de produtividade da economia brasileira está fortemente relacionado à baixa produtividade observada nos pequenos negócios, a qual é constatada pela baixa capacidade de produção (produtividade) das pequenas empresas brasileiras comparativamente a (i) grandes empresas nacionais ou a (ii) pequenas empresas de outros países.
Objetivo	► Elevar a capacidade produtiva das empresas de pequeno porte, especialmente a de microempreendedores individuais.
Responsável	► Fábio Silva
Resultados Esperados	► Uniformização e desburocratização e simplificação do acesso a soluções de capacitação oferecidas por Sistema S, Redetec e outros operadores, através de ferramenta de matching a ser disponibilizada no Portal do Empreendedor (www.portaldoempreendedor.gov.br).
Principais Entregas	► Buscador de crédito com cotação de linhas de crédito de capital de giro e investimento ► Buscador de crédito com cotação de meio de pagamento ► Desenvolvimento do Emprestômetro ► Integração portal do empreendedor com e-CAC para envio das informações de faturamento dos MEI/MPE via CREDMEI ► Possibilitar o acesso a solução para Micro e Pequenas Empresas ► Possibilitar o retorno da solicitação de produtos e serviços financeiros pela da entidade credenciada para o empreendedor dentro da solução

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Prospera MPEs | Atividade 2 | Atividade 3

8.4.2 Detalhamento: Novas Funcionalidades no Portal do Empreendedor

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Possibilitar o retorno da solicitação de produtos e serviços financeiros pela da entidade credenciada para o empreendedor dentro da solução				✓																				
• Integração portal do empreendedor com e-CAC para envio das informações de faturamento dos MEI/MPE via CREDMEI																								

Decisões de Terceiros ✓ Entrega Proposta de Entrega

CAPÍTULO 7

PROGRAMAS ESTRATÉGICOS ENTIDADES SUPERVISIONADAS

ATIVIDADE 2

SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE
MINISTÉRIO DA ECONOMIA
PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL



ATIVIDADE 2

MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA BRASILEIRO DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Atividade 1 | Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Modernização do Sistema Brasileiro de PI) | Atividade 3

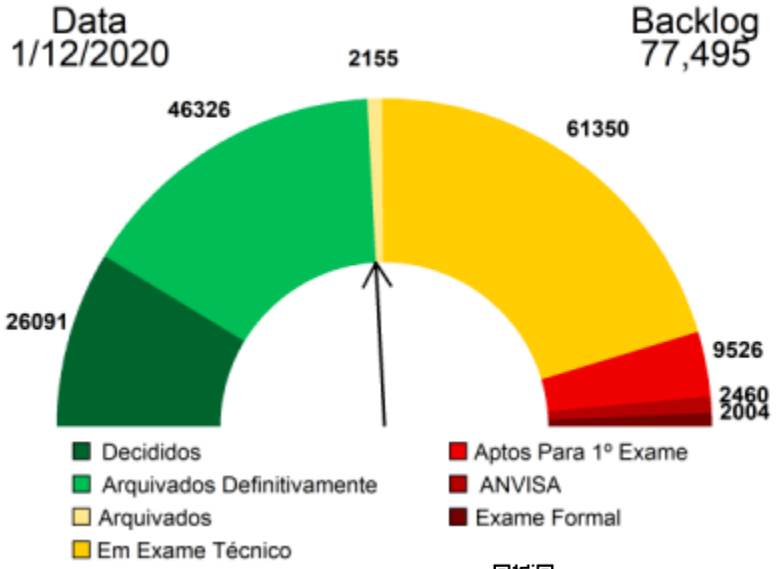
1.1.1 Detalhamento: Combate ao Backlog de Patentes e Reestruturação do exame de Patentes

Detalhamento

- O acúmulo de pedidos de patentes no INPI chegou a uma proporção insustentável frente à capacidade de exame e resposta da autarquia. Esse acúmulo, conhecido como backlog, encontrava-se em torno de 160.000 pedidos de patente com requerimento de exame e pendentes de decisão no início 2019, para um total de 336 pesquisadores em PI dedicados à atividade de exame de pedidos. O maior impacto deste backlog é o tempo decorrido desde o depósito do pedido de patente até a concessão, que implica na extensão do prazo de vigência das patentes concedidas quando este tempo é superior a 10 anos, conforme previsto no Parágrafo Único do Art.40 da Lei de Propriedade Industrial (LPI).
- O Programa objetiva a simplificação do esforço dedicado ao exame técnico de pedidos de patentes de invenção, e o incentivo à melhoria do desempenho individual, de forma a possibilitar a decisão, em dois anos após o seu início, de pelo menos 80% dos pedidos de patentes no backlog.

Evidências

Evolução do combate ao Backlog de patentes



Fonte: Site do INPI (https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/patentes/plano-de-combate-ao-backlog)

Combate ao Backlog de Patentes

Modernização do Sistema Brasileiro de PI – Programas Estratégicos - Vinculadas

Atividade 1 | Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Modernização do Sistema Brasileiro de PI) | Atividade 3

1.1.2 Detalhamento: Combate ao Backlog de Patentes e Reestruturação do exame de Patentes

Objetivo	➢ Reduzir em 80% o número de pedidos de patentes depositados até 2016 com pedido de exame e pendente de decisão de exame técnico no prazo de dois anos (2019-2021) ➢ Melhorar a etapa de busca de patentes, a distribuição da carga de trabalho e as diretrizes para exame de patentes, buscando maior agilidade do processo
Responsável	➢ Liane Lage– INPI/DIRPA
Descrição	➢ Para o alcance desta meta, foram instituídas as exigências preliminares, conforme as Resoluções nº 240/19 e 241/19, que serão publicadas na RPI sob os códigos de despacho 6.22 e 6.21, respectivamente. ➢ No caso da reestruturação do exame de patentes, várias medidas estão sendo implementadas, tais como a expansão do acesso ao PPH, os projetos piloto de terceirização e uso de inteligência artificial da busca de patentes, a harmonização da distribuição da produção de patentes por área tecnológica, elaboração e revisão de diretrizes para exame de patentes, aperfeiçoamento dos programas de exame prioritário de patentes
Principais Entregas	➢ Concluídos: Plano de Combate ao Backlog implementado, redução do backlog em 18,5% em 2019, expansão do acesso ao PPH para todas as áreas tecnológicas e aumento na capacidade de admissão de requerimentos ➢ Redução em 50% do número de pedidos do Programa de Combate ao Backlog de Patentes, em 16 meses ➢ Projeto piloto de terceirização da Busca de Patentes iniciado ➢ Revisão das diretrizes de exame de patentes iniciada ➢ 400 requerimentos de priorização de exames de pedidos de patente na modalidade PPH recebidos

Combate ao Backlog de Patentes

Modernização do Sistema Brasileiro de PI – Programas Estratégicos Supervisionadas

Atividade 1 | **Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Modernização do Sistema Brasileiro de PI)** | **Atividade 3**

1.1.3 Detalhamento: Combate ao Backlog de Patentes e Reestruturação do exame de Patentes

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Implantação do Plano de Combate ao Backlog de Patentes: resoluções INPI/PR n 240 e 241/2019 e Normas de execução SEI n 1 e 7/2019/DIRPA/PR							✓																	
• Expansão do acesso ao PPH para todas as áreas tecnológicas e aumento na capacidade de admissão de requerimentos, de 300 (2018) para 400 por ciclo										✓														
• Publicação de Diretriz de exame de pedidos de patentes na área de biotecnologia																								✓
• Definição de metodologias para harmonização da distribuição de pedidos de patentes por área tecnológica																								
• Atualização de normativas do INPI relativas a programas de exame prioritário de patentes																					✓			
• Execução e avaliação de projeto piloto de terceirização da Busca de Patentes																								✓
• Elaboração de plano de terceirização de buscas de patentes para iniciativa privada																								
• Diretriz de exame de Invenções implementada por computador, revisão de diretrizes gerais de exame de pedidos de patentes																								✓

Decisões de Terceiros ✓ Entrega Proposta de Entrega

Atividade 1 | Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Modernização do Sistema Brasileiro de PI) | Atividade 3

1.2.1 Detalhamento: Escritório de PI para o século XXI

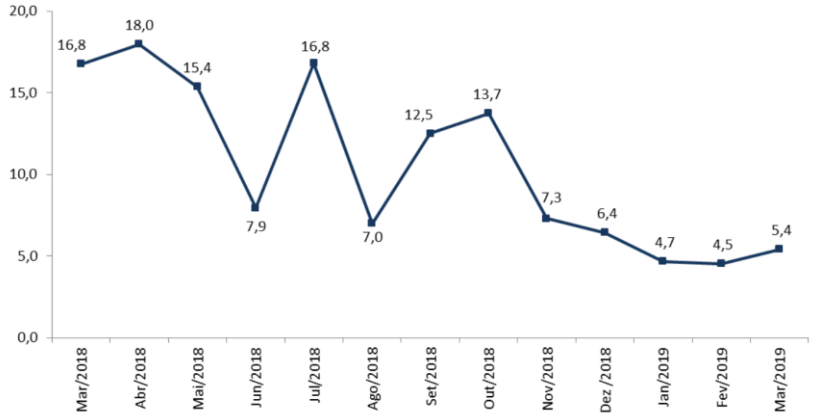
Detalhamento

- No Brasil, o registro de patentes pode levar mais tempo do que a média internacional, sendo que a análise e decisão sobre o registro podia levar mais de 10 anos em 2018.
- Um Sistema de PI mais lento que a média internacional cria uma barreira não-tarifária para o comércio no país, o que também dificulta que o país alcance seu pleno potencial em comércio.
- Esse programa visa apoiar o país na melhoria da gestão dos direitos de propriedade intelectual, por meio da implementação de intervenções que aproximarão o país dos padrões e práticas internacionais no setor.

Evidências

Prazo de análise e decisão médio sobre o registro de patentes

Figura 6: Tempo médio de decisões de exame técnico, em meses



Fonte: Boletim mensal – Indicadores institucionais do INPI – abril 2019

Atividade 1 | Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Modernização do Sistema Brasileiro de PI) | Atividade 3

1.2.2 Detalhamento: Escritório de PI para o século XXI

Objetivo	► Transformação organizacional estratégica do INPI orientada pelas melhores práticas internacionais de PI, adaptadas ao contexto local.
Responsável	► Alessandro Bergamaschi/CQUAL e Leopoldo Coutinho/COINT do INPI
Descrição	► Iniciativa conduzida pela consultoria Palladium, em parceria e financiada pelo Prosperity Fund/UK; Composto por 5 eixos, visa apoiar a implementação de sistemas de gestão da qualidade, gestão de processos, a elaboração da política de precificação de serviços, a modernização dos serviços de TI e de RH.
Principais Entregas	► Plano de implementação do Sistema de Gestão da Qualidade ► Mapeamento do "AS IS" e redesenho "To be" de macroprocessos do INPI ► Plano de implementação do Sistema de Gestão de Processos ► Nova estrutura de política de precificação de serviços ► Proposição de estrutura de custos e fórmula para a revisão das contribuições ► Plano de implementação da modernização dos serviços de TI e de RH

Escritório de PI para o Século XXI

Modernização do Sistema Brasileiro de PI – Programas Estratégicos Supervisionadas

Atividade 1 | **Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Modernização do Sistema Brasileiro de PI)** | **Atividade 3**

1.2.3 Detalhamento: Escritório de PI para o século XXI

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Seleção e contratação da empresa para implementação da Fase III do Projeto do Prosperity Fund – Global												✓												
• Preliminary Diagnostic Report (PDR): Diagnóstico preliminar do estado atual do INPI em cada um dos eixos de trabalho																						✓		
• Mapeamento do "AS IS" e redesenho "To be" de 2 Macroprocessos do INPI (Desenho Industrial e Gestão de Pessoas)*																								📄
• Relatório de Benchmarking Internacional																								📄

Decisões de Terceiros ✓ Entrega 📄 Proposta de Entrega

* Cronograma já ajustado conforme indicação de medida corretiva face ao fechamento do INPI (cronograma postergado em 3 meses)

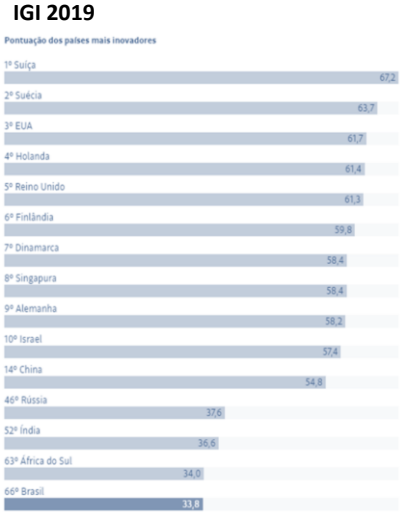
Atividade 1 | Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Modernização do Sistema Brasileiro de PI) | Atividade 3

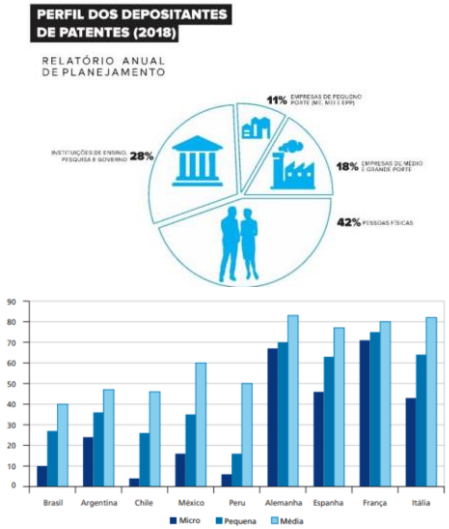
1.3.1 Detalhamento: INPI Negócios

Detalhamento

- Trata-se de uma nova estratégia comercial e de atuação nos ecossistemas de inovação para impulsionar a captura de depósitos e o fomento à criação de ativos de PI
- Brasil está apenas na 66ª posição como país mais inovador segundo o IGI (2019), e o perfil dos depositantes de patentes no país demonstra que 42% dos depósitos são realizados por pessoas físicas, não empresas, instituições de ensino, pesquisa e governo
- Destaca-se também que as micro, pequenas e médias empresas possuem baixa participação no depósito de patentes, em relação a outros países.

Evidências





Fonte: IGI 2019 e outros dados apresentados pelo INPI em apresentação sobre o tema

Atividade 1 | Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Modernização do Sistema Brasileiro de PI) | Atividade 3

1.3.2 Detalhamento: INPI Negócios

Objetivo	► Estimular a geração, proteção e gestão de novos ativos de PI, especialmente por empresas nacionais, universidades e centros de inovação. O objetivo é ter um crescimento de 20% no número de depósitos de patentes, que por conta do Covid-19 está hoje na ordem de 14%.
Responsável	► Felipe Augusto (CGDI) e Leopoldo Coutinho (COINT)/INPI
Descrição	► O instituto passa a atuar como facilitador de negócios com os principais ecossistemas de inovação brasileiros. O intuito é ampliar a interlocução entre empresas (nacionais e estrangeiras), universidades, startups e institutos de pesquisa para gerar novos ativos de PI, como marcas e patentes, especialmente em parceria com empresas afins. O "INPI Negócios" atuará junto aos residentes - startups, centros tecnológicos de empresas e núcleos de pesquisa das universidades - em três vetores: primeiramente na "criação" da Propriedade Intelectual, seguida pela "proteção" propriamente dita e, por fim, no "alinhamento" com o processo de monetização e comercialização do ativo de PI.
Principais Entregas	► Inserção do INPI junto a fóruns de IG e marcas coletivas, em eventos tecnológicos, e em programas regionais de fomento ► Elaboração de radares tecnológicos e estudos setoriais ► Contratação de solução (software + serviço) de inteligência comercial ► Desenvolvimento de Plataforma Digital de Inovação, Programa de Mentoria em PI, Portal INPI Negócios ► Desenvolvimento de novos cursos e programas de formação para pequenas e médias empresas ► Celebração de MoU de Inovação com Dinamarca, EUA, Japão, China, EU, Singapura, Coreia do Sul e Israel, e inserção no “WIPO Match” e “WIPO Green”

Atividade 1 | Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Modernização do Sistema Brasileiro de PI) | Atividade 3

1.3.3 Detalhamento: INPI Negócios

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Assinatura de acordo com a Dinamarca para permitir a interlocução entre instituições dos dois países em atividades na área de inovação										✓														
• Realização de parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII)											✓													
• Elaboração de radares tecnológicos e estudos setoriais																						✓		
• Desenvolvimento do Programa de Mentoria em PI e do Portal INPI Negócios																						✓		
• Inserção do INPI junto a fóruns de IG e marcas coletivas, em eventos tecnológicos, e em programas regionais de fomento																							✓	
• Contratação de solução (software + serviço) de inteligência comercial																								📄
• Desenvolvimento de Plataforma Digital de Inovação																					✓			
• Desenvolvimento de novos cursos e programas de formação com ênfase em pequenas e médias empresas																								📄
• Celebração de MoU de Inovação com Dinamarca, EUA, Japão, China, EU, Singapura, Coreia do Sul e Israel, e inserção no “WIPO Match” e “WIPO Green”																								📄

Decisões de Terceiros ✓ Entrega 📄 Proposta de Entrega

ATIVIDADE 2

FORTALECIMENTO DO MODELO DA ZONA FRANCA DE MANAUS

Atração de novos investimentos e postos de trabalho

Fortalecimento do modelo Zona Franca de Manaus – Programas Estratégicos Supervisionadas

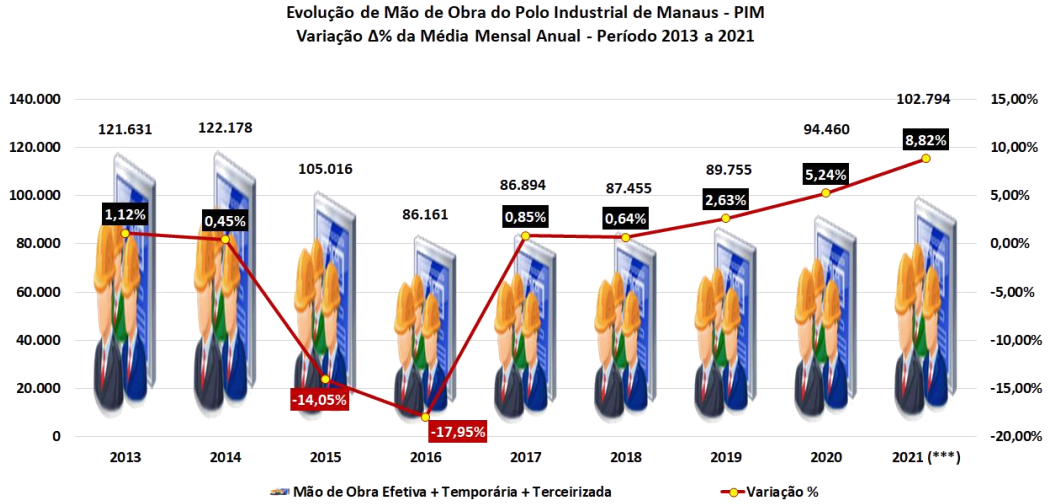
Atividade 1 | **Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Fortalecimento do Modelo da ZFM)** | **Atividade 3**

2.1.1 Detalhamento: Atração de novos investimentos e postos de trabalho

Detalhamento

- A evolução da média de MOD do PIM tem se mantido crescente, com tendência acima de 100 mil postos de trabalho diretos na indústria, aproximadamente 400 mil indiretos, num universo amostral de 426 empresas que informam os indicadores de desempenho do PIM.
- Média anual: janeiro a setembro/2021: 102.794 mil
- Média mensal setembro/2021: 102.555 mil

Evidências



(*) Mão-de-obra Efetiva + Temporária + Terceirizada
(**) Corresponde a média mensal de Empresas informantes do Sistema de Indicadores Industriais, com Projetos Plenos aprovados pelo Conselho de Administração da SUFRAMA
(***) Dados parciais ATÉ SETEMBRO/2021
FONTE: CGAPI/SPR

Fonte: COGEC/Resumo dos Indicadores

Atração de novos investimentos e postos de trabalho

Fortalecimento do modelo Zona Franca de Manaus – Programas Estratégicos Supervisionadas

Atividade 1 | **Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Fortalecimento do Modelo da ZFM** | **Atividade 3**

2.1.2 Detalhamento: Atração de novos investimentos e postos de trabalho

Objetivo	► Garantir o atingimento dos resultados da política da Zona Franca de Manaus por meio da aprovação de investimentos com foco no aumento da geração de emprego e renda na região.
Responsável	► Dower Jerônimo Morini Borges (Superintendente Adjunto de Projetos)
Descrição	► Manutenção da periodicidade das reuniões do Conselho de Administração da SUFRAMA (CAS), lócus estratégico para qualificação de investimentos na região
Principais Entregas	► Simplificação de normativos ligados à proposição e análise de projetos e disposição de terrenos: 52/2021 e 102/2021 ► Agilidade na aprovação de novos PPBs: passivo de PPB´s eliminados (backlog "0"), com redução da média de carteira de 400 dias para 40 dias todos dentro do prazo. Atualmente consta em carteira 12 Pleitos de Alteração/Fixação de PPB, restando ainda é 2/3 do tempo definido em lei para tratar o processo e publicar as portarias. Até 22/11 já foram publicados 97 Portarias, sendo 57 da ZFM; ► Novos projetos aprovados: 156 (até CAS 300) ► Novos postos de trabalho criados: 13.724 ► Concessão de Áreas para implantação de projetos industriais e agropecuários: Investimento total de R$ 34.443.293,91 e ocupação de 175 postos de trabalho, além da alienação de 14 lotes (140,237 hectares). (*) Dados tabulados até a Pauta 300 do CAS; ► Acompanhamento de projetos industriais: 177 LO; 223 LP;

(*) As normas que dispõem sobre a caracterização, destinação e a utilização dos lotes de propriedade da SUFRAMA, localizados no Distrito Industrial, foram alteradas no ano de 2021, passando a viger os regulatórios disciplinados pelas Resoluções nº 52/2021 e 102/2021". Fonte: NI 06/2021/XCGPRI/SPR

Atração de novos investimentos e postos de trabalho

Fortalecimento do modelo Zona Franca de Manaus – Programas Estratégicos Supervisionadas

Atividade 1 → **Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Fortalecimento do Modelo da ZFM** → **Atividade 3**

2.1.3 Detalhamento: Atração de novos investimentos e postos de trabalho

Cronograma de Etapas	2019												2020												2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Retomada da periodicidade das reuniões após inicio de novo ciclo de gestão governamental						✓														✓																
• Simplificação de normativos ligados à proposição e análise de projetos e disposição de terrenos;						✓		✓		✓		✓		✓		✓		✓		✓		✓		✓		✓		✓		✓		✓		✓	✓	
• Agilidade na aprovação de novos PPBs						✓		✓		✓		✓		✓		✓		✓		✓		✓		✓		✓		✓		✓		✓		✓	✓	📄
• Novos projetos aprovados																																				📄
• Novos postos de trabalho criados																									📄	Janeiro a Dezembro										📄

Decisões de Terceiros ✓ Entrega 📄 Proposta de Entrega

Obs.:
A SUFRAMA, por meio de seu Conselho de Administração, realizou a reformulação dos regulatório da área de projetos. A Resolução CAS nº 204/2019 foi revogada pela Resolução CAS nº 205/2021, modernizando e desburocratizando a apresentação, análise, aprovação e acompanhamento de projetos industriais. Foi publicada ainda a Resolução CAS nº 02/2021, que disciplina a apresentação de projetos voltados à industrialização com uso de matéria-prima regional, regulamentada pelo Decreto-lei nº 1.435/1975. Na mesma direção, a Resolução CAS nº 101/2019 foi revogada pela Resolução CAS nº 102/2021, disciplinando a caracterização, destinação e a utilização dos lotes de propriedade da SUFRAMA. Por fim, foram publicadas as Resoluções CAS nº 52 e 53/2021, que regulamentam dispositivos da Resolução CAS nº 102/2021 e a apresentação de projetos comerciais e de serviços.

Novo Centro de Biotecnologia da Amazônia

Fortalecimento do modelo Zona Franca de Manaus – Programas Estratégicos Supervisionadas

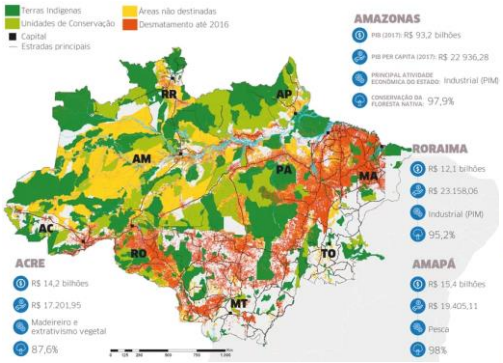
Atividade 1 | **Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Fortalecimento do Modelo da ZFM)** | **Atividade 3**

2.2.1 Detalhamento: Novo Centro de Biotecnologia da Amazônia

Detalhamento

- Em linha com as atuais discussões sobre mudanças nos vetores econômicos globais, bem como a identificada necessidade de se buscar uma modernização do atual modelo de desenvolvimento aliado à proteção ambiental até então apresentado pela política da Zona Franca de Manaus, a biotecnologia (bioeconomia) surge como importante propulsor de um possível novo ciclo de prosperidade para a região.
- Nesse sentido, o Centro de Biotecnologia da Amazônia, nascido dentro do Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para Uso Sustentável da Amazônia (Probem) – estrutura que não gerou os resultados esperados frente aos investimentos realizados -, coloca-se agora como alternativa viável e avançada para instrumentalização de um novo caminho para exploração sustentável da biodiversidade da Amazônia voltada à negócios.

Evidências



Cadeias Produtivas do Amazonas
Verticalização e valor adicionado



FONTES: IBGE, IPEADATA, EMBRAPA, PIATAM, IPAM E INPE | INFOGRAFIA: JONATHAS COSTA

Novo Centro de Biotecnologia da Amazônia

Fortalecimento do modelo Zona Franca de Manaus – Programas Estratégicos Supervisionadas

Atividade 1 | Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Fortalecimento do Modelo da ZFM) | Atividade 3

2.2.2 Detalhamento: Novo Centro de Biotecnologia da Amazônia

Objetivo	► Transformar o CBA em relevante centro de inteligência e apoio às iniciativas promotoras do aproveitamento econômico, racional e sustentável da biodiversidade Amazônica com foco em negócios.
Responsável	► Fábio Calderaro (Gestor do CBA – SUFRAMA)
Descrição	► Dar um sentido público mais relevante ao atual Centro de Biotecnologia da Amazônia – CBA, delegando a sua gestão a um ente de direito privado sem fins lucrativos, qualificado como Organização Social, sob a denominação de Centro de Bionegócios da Amazônia, com expertise para identificar oportunidades de negócios vocacionados na região e não desenvolvidos ainda; fomentar, buscar interessados em desenvolver o produto; e, se for o caso, empregando recursos técnicos do CBA para implementação do negócio prospectado e condução de pesquisas científicas necessárias.
Principais Entregas	► Estudo de publicização; ► Decisão de publicização; ► Seleção de entidade (edital); ► Qualificação da entidade selecionada como Organização Social; ► Negociação do contrato de gestão; ► Celebração do contrato de gestão.

Atividade 1 | Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Fortalecimento do Modelo da ZFM) | Atividade 3

2.2.3 Detalhamento: Cronograma de Implementação do Centro de Bionegócios da Amazônia

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Definição modelo de gestão								✓																
• Estudo de publicização									✓															
• Decisão de publicização										✓			📄											
• Seleção da entidade (Edital)																	📄							
• Qualificação da entidade selecionada como Organização Social																					📄			
• Negociação do contrato de gestão																						📄		
• Celebração do contrato de gestão																								📄

Decisões de Terceiros | ✓ Entrega | 📄 Proposta de Entrega

ATIVIDADE 2

MELHORIA DA QUALIDADE DE PRODUTOS E SERVIÇOS



Atividade 1 | Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Melhoria da Qualidade de Produtos e Serviços) | Atividade 3

3.1.1 Detalhamento: Modernização do modelo de governança e gestão do Inmetro

Detalhamento

- Conforme diretrizes atuais da Presidência da República, o Inmetro deve buscar atender de forma acertada a população do País.
- Aspecto esse que pode ser evidenciado em algumas pesquisas de percepção institucional e de satisfação do cliente que constam no relatório do Contrato de Gestão 2019, com resultados não muito satisfatórios.
- Neste sentido, a liderança do INMETRO, em todos os níveis, tem empreendido inúmeros esforços para modernizar o modelo de governança e gestão do instituição, visando garantir a entrega produtos e serviços mais adequados as necessidades das organizações brasileiras.

Evidências



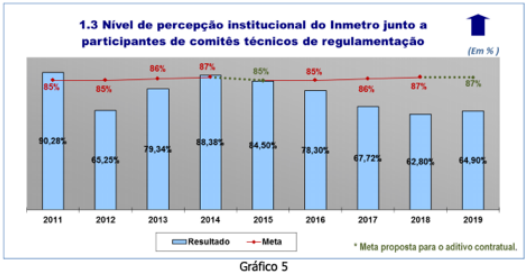


Gráfico 5

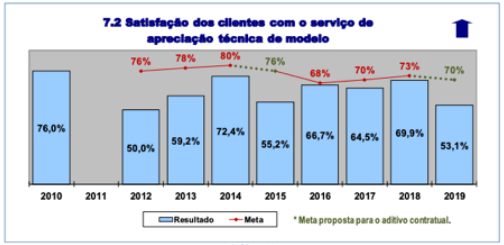


Gráfico 19



Gráfico 1

Modernização do Modelo de Governança e Gestão do INMETRO

Melhoria da qualidade de produtos e serviços – Programas Estratégicos Supervisionadas

Atividade 1 | Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Melhoria da Qualidade de Produtos e Serviços) | Atividade 3

3.1.2 Detalhamento: Modernização do modelo de governança e gestão do Inmetro

Objetivo	► Assegurar uma melhor interlocução do Inmetro com as partes interessadas visando conceber soluções apropriadas, no âmbito da infraestrutura da qualidade, para as demandas da sociedade.
Responsável	► Marcos Heleno Guerson de Oliveira Junior, Inmetro
Descrição	► O último Planejamento Estratégico da instituição foi realizado em 2010 com horizonte de 2014, isto posto, se torna inadiável a elaboração de um novo planejamento para o Inmetro; ► Modernização do Modelo Regulatório visa reduzir a carga administrativa, estimular a inovação e a competitividade do setor produtivo, modificando a forma como o Instituto formula regras, exerce o monitoramento dos produtos e serviços regulamentados. ► O Conmetro é um colegiado interministerial, sendo o Inmetro sua secretaria executiva, e tem como principais competências : Formular, coordenar e supervisionar a política nacional de metrologia, normalização industrial e certificação da qualidade de produtos, serviços e pessoal, prevendo mecanismos de consulta que harmonizem os interesses públicos, das empresas industriais e dos consumidores.
Principais Entregas	► Planejamento Estratégico da instituição com objetivos, metas e indicadores; ► Proposta para a Modernização do Modelo Regulatório; e ► A reestruturação do CONMETRO.

Modernização do Modelo de Governança e Gestão do INMETRO

Melhoria da qualidade de produtos e serviços – Programas Estratégicos Supervisionadas

Atividade 1 | **Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Melhoria da Qualidade de Produtos e Serviços)** | **Atividade 3**

3.1.3 Detalhamento: Modernização do modelo de governança e gestão do Inmetro

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Definição da missão institucional																	✓							
• Estrutura de macroprocessos do Inmetro																					✓			
• Análise estratégica																							✓	
• Formulação do Plano Estratégico do Inmetro																								📄
• Proposta de indicadores (quantitativos e qualitativos) associados aos macroprocessos																								📄
• Plano de metas para os indicadores de resultados do Contrato de Gestão																								📄
• Elaboração de Proposta de Restruturação do Conmetro																	✓							
• Implantação da nova estrutura do Conmetro																								📄
• Elaboração de Proposta de Modernização do Modelo Regulatório do Inmetro																								📄

Decisões de Terceiros | ✓ Entrega | 📄 Proposta de Entrega

Soluções de Infraestrutura da Qualidade que Adicionem Confiança, Qualidade e Competitividade aos Produtos e Serviços

Melhoria da qualidade de produtos e serviços – Programas Estratégicos Supervisionadas

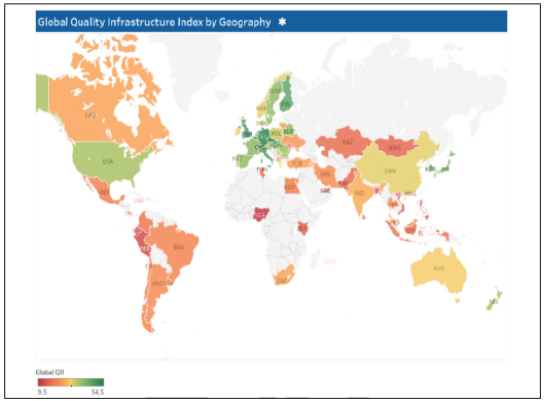
Atividade 1 | **Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Melhoria da Qualidade de Produtos e Serviços)** | **Atividade 3**

3.2.1 Detalhamento: Soluções de infraestrutura da qualidade que adicionem confiança, qualidade e competitividade aos produtos e serviços

Detalhamento

- A infraestrutura da qualidade - IQ é necessária para o funcionamento efetivo dos mercados nacionais, e seu reconhecimento internacional é importante para permitir o acesso aos mercados estrangeiros. A IQ é um elemento crítico na promoção do desenvolvimento econômico, sendo que pesquisas recentes demonstram também que existe uma relação específica entre IQ e competitividade.
- Um estudo, de 2019, sobre o Índice de Infraestrutura da Qualidade - IIQ aponta o Brasil na 46º posição em uma tabela com mais de 70 países, algo que não condiz com a 8º maior economia em termos de PIB. Independente de outras discrepâncias se comparados o PIB do Brasil e diferentes índices, essa constatação da posição do País na tabela de IIQ pode significar que o Inmetro não está atuando de forma aqueda para adicionar confiança, qualidade e competitividade aos produtos e serviços disponibilizados pelas organizações brasileiras.
- Neste sentido, o Inmetro por meio dos seus serviços, e como instituição central da infraestrutura da qualidade do País, deve buscar soluções, em especial agora, para que as organizações brasileiras possam enfrentar o período de restrição econômica e consigam se reposicionar no período pôs pandemia.

Evidências



Índice de Infraestrutura em Qualidade - IIQ

Países	IIQ 2019*	15 Maiores Economias do Mundo (PIB em trilhões de US$) 2019 **
Alemanha	2º	4º
China	29º	2º
Índia	33º	6º
África do Sul	34º	--
Argentina	43º	--
Brasil	46º	8º

* https://www.researchgate.net/publication/337840061

Title: Measurement and Performance of Quality Infrastructure - A proposal for a Global Quality Infrastructure Index
Author: Ulrich Harmes-Liedtke and Juan José Oteiza Di Matteo
Version: Buenos Aires and Duisburg, Version 1, 5 December 2019

** http://www.funag.gov.br/ipri/images/analise-pesquisa/tabelas/top15pib.pdf

Soluções de Infraestrutura da Qualidade que Adicionem Confiança, Qualidade e Competitividade aos Produtos e Serviços

Melhoria da qualidade de produtos e serviços – Programas Estratégicos Supervisionadas

Atividade 1 | **Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Melhoria da Qualidade de Produtos e Serviços)** | **Atividade 3**

3.2.2 Detalhamento: Soluções de infraestrutura da qualidade que adicionem confiança, qualidade e competitividade aos produtos e serviços

Objetivo	▶ Assegurar a adequação dos serviços infraestrutura da qualidade do Inmetro a realidade imposta, buscando propor soluções para adicionar confiança, qualidade e competitividade aos produtos e serviços disponibilizados pelas organizações brasileiras.
Responsável	▶ Marcos Heleno Guerson de Oliveira Junior, Inmetro
Descrição	▶ No atual contexto de restrição econômica os serviços infraestrutura da qualidade do Inmetro estão sendo ajustados para atender as organizações brasileiras. Neste sentido as seguintes ações estão em curso: desregulamentação, estudos para redução da carga administrativa (desburocratização), apoio ao setor produtivo e sociedade após COVID – 19, criação de grupo de trabalho (OS 1/2020/Gabin-Inmetro) para formular uma metodologia para classificação de risco de medidas regulatórias já publicadas.
Principais Entregas	▶ Revisão da carteira de regulamentos visando atender Lei de liberdade econômica (exemplo de ação em curso: consulta pública a Portaria Inmetro n.º 09 / 2020) ▶ Elaboração de Metodologia de Classificação de Risco para Atividades Econômicas (grupo de trabalho (OS 1/2020/Gabin-Inmetro) ▶ Readequação de regulamentos visando reduzir a carga administrativa (desburocratização). → ação já realizada Portaria nº 508, de 10 de dezembro de 2019 revogando os 15 Programas de Avaliação da Conformidade. ▶ Plano de ações para apoiar, por meio de serviços de infraestrutura da qualidade, o setor produtivo e sociedade após COVID – 19

Soluções de Infraestrutura da Qualidade que Adicionem Confiança, Qualidade e Competitividade aos Produtos e Serviços

Melhoria da qualidade de produtos e serviços – Programas Estratégicos Supervisionadas

Atividade 1 | **Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Melhoria da Qualidade de Produtos e Serviços)** | **Atividade 3**

3.2.3 Detalhamento: Soluções de infraestrutura da qualidade que adicionem confiança, qualidade e competitividade aos produtos e serviços

Cronograma de Etapas	2021											2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Readequação de regulamentos visando reduzir a carga administrativa (desburocratização).												✓												
• Nova readequação de regulamentos visando reduzir a carga administrativa (desburocratização).																							✓	
• Elaboração de Metodologia de Classificação de Risco para Atividades Econômicas																				✓				
• Revisão da carteira de regulamentos visando atender Lei de liberdade econômica (Regulamentos para revogação)																							✓	
• Plano de ações para apoiar, por meio de serviços de infraestrutura da qualidade, o setor produtivo e sociedade após COVID – 19																								

Decisões de Terceiros | ✓ Entrega | Proposta de Entrega

Modernização do Modelo de Governança e Gestão do INMETRO

Melhoria da qualidade de produtos e serviços – Programas Estratégicos Supervisionadas

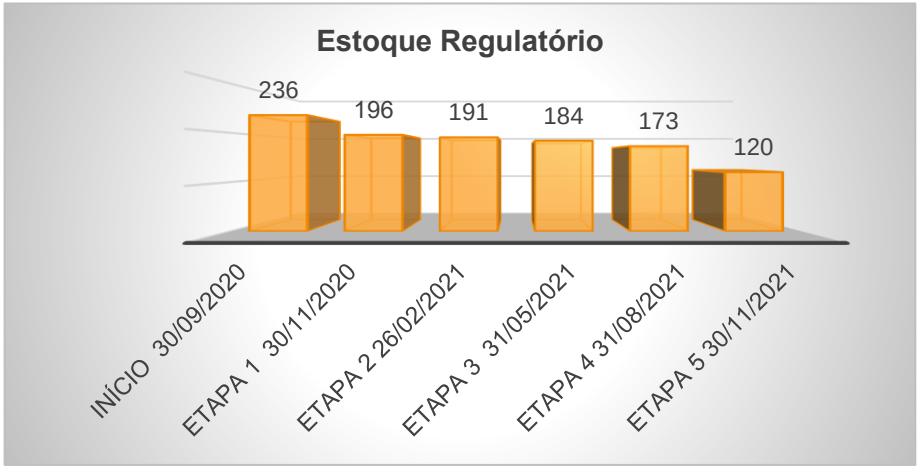
Atividade 1 | Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Melhoria da Qualidade de Produtos e Serviços) | Atividade 3

3.3.1 Detalhamento: Consolidação do Estoque Regulatório

Detalhamento

- Ao longo do tempo é comum que os requisitos estabelecidos nos regulamentos técnicos metrológicos sofram revisões e ajustes pontuais. Estas revisões são editadas por portarias que se somam ao regulamento original elevando o somatório de regras a serem observadas pelo setor produtivo e usuários dos instrumentos regulamentados. O Decreto nº 10.139/2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto, estabeleceu as fases de triagem, exame e consolidação (ou revogação) do estoque regulatório.
- Os regulamentos em vigor foram classificados em grupos temáticos conforme sua complexidade.
- Após a fase de triagem e revogação dos regulamentos técnicos metrológicos, os regulamentos vigentes passarão pela fase de consolidação de todos os requisitos para determinado assunto em um único regulamento.

Evidências



Modernização do Modelo de Governança e Gestão do INMETRO

Melhoria da qualidade de produtos e serviços – Programas Estratégicos Supervisionadas

Atividade 1 | Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Melhoria da Qualidade de Produtos e Serviços) | Atividade 3

3.3.2 Detalhamento: Consolidação do Estoque Regulatório

Objetivo	▶ Simplificar e atualizar o estoque de regulamentos técnicos metrológicos conforme estabelecido no Decreto nº 10.139/219
Responsável	▶ Periceles José Vieira Vianna, Inmetro/Dimel
Descrição	▶ Revisão e consolidação dos regulamentos técnicos metrológicos que estejam em desacordo com o disposto no inciso I do art. 3º da Lei 13.874/2019. (dispensa de ato de liberação - Tabela 1 da Portaria 265/2020). ▶ Consolidação dos regulamentos técnicos metrológicos de forma que todas os requisitos que tratam de um determinado instrumento de medição estejam agrupados no mesmo documento.
Principais Entregas	▶ Regulamentos atualizados e consolidados até 30/11/2021, com redução de 49% estoque de regulamentos técnicos metrológicos. Saindo de 236 regulamentos, em 2020, para 120 regulamentos, até novembro 2021.

Atividade 1 | **Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Melhoria da Qualidade de Produtos e Serviços)** | **Atividade 3**

3.3.3 Detalhamento: Consolidação do Estoque Regulatório

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Consolidação regulatória – regulamentos atualizados e consolidados																								

Decisões de Terceiros | Entrega | Proposta de Entrega

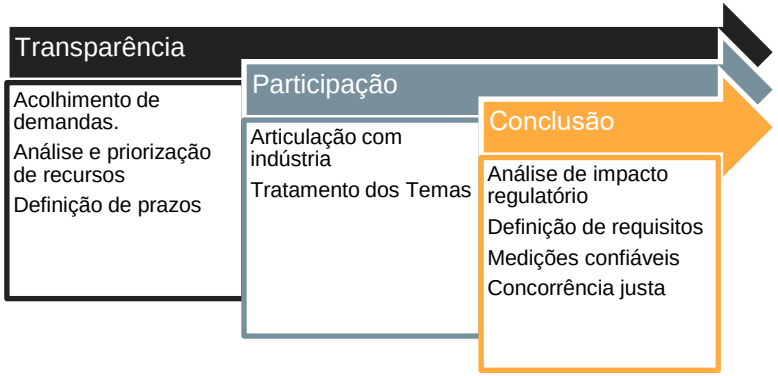
Atividade 1 | Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Melhoria da Qualidade de Produtos e Serviços) | Atividade 3

3.4.1Detalhamento: Atualização da Agenda Regulatória para Metrologia Legal

Detalhamento

- O Inmetro tem autoridade competente para estabelecer regulamentos técnicos na área da metrologia legal, o que engloba o desempenho de instrumentos de medição utilizados em transações comerciais, na área da saúde de pessoas e animais ou em atividades de fiscalização pelas autoridades públicas, assim com do conteúdo nominal das mercadorias pré-embaladas. O processo de elaboração de um regulamento técnico metrológico é extremamente complexo pois deve ser conduzido em ambiente participativo e prever impactos e benefícios dos requisitos propostos. A elaboração de uma agenda regulatória fornece previsibilidade para os diversos setores impactados e permite a alocação responsável dos recursos necessários. A participação do setor produtivo no processo de elaboração desta agenda permite também o alinhamento de necessidades facilitando o cumprimento da missão do Inmetro. Na visão do setor produtivo, a sistematização deste processo é peça chave para a evolução regulatória. A entrega de projetos de regulamentação relevantes também é de suma importância.

Evidências



Modernização do Modelo de Governança e Gestão do INMETRO

Melhoria da qualidade de produtos e serviços – Programas Estratégicos Supervisionadas

Atividade 1 | Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Melhoria da Qualidade de Produtos e Serviços) | Atividade 3

3.4.2 Detalhamento: Atualização da Agenda Regulatória para Metrologia Legal

Objetivo	► Disponibilizar uma agenda regulatória transparente e factível, alinhada `s demandas da sociedade e aos objetivos estratégicos do Inmetro. Ao mesmo tempo, ter condições de responder a inovações tecnológicas em tempos alinhados às melhores práticas internacionais.
Responsável	► Periceles José Vieira Vianna, Inmetro/Dimel
Descrição	► Avaliação do grau de cumprimento da agenda regulatória atual. ► Análise e articulação com setor produtivo para identificação dos temas prioritários que se enquadram nas competências da Diretoria de Meteorologia Legal do Inmetro. ► Conclusão dos principais projetos em andamento. ► Estabelecimento metas e prioridades para 2021 em consonância com as demandas da sociedade e os recursos disponíveis.
Principais Entregas	► Divulgação da agenda regulatória atualizada para 2021 e 2022 (fevereiro/2021). ► Retirada da obrigatoriedade de recuperadores de vapor para bombas medidoras de combustíveis (março/2021). ► Revisão da Portaria Inmetro nº 338/2019 sobre instalação de taxímetros (abril/2021). ► Emitir regulamento para designação de laboratórios (junho/2021).

Atividade 1 | **Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Melhoria da Qualidade de Produtos e Serviços)** | **Atividade 3**

3.4.3 Detalhamento: Atualização da Agenda Regulatória para Metrologia Legal

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Divulgação da agenda regulatória atualizada para 2021 e 2022																								
• Retirada da obrigatoriedade de recuperadores de vapor para bombas medidoras de combustíveis.																								
• Revisão da Portaria Inmetro nº 338/2019 sobre instalação de taxímetros.																								
• Emitir regulamento para designação de laboratórios																								

Decisões de Terceiros | Entrega | Proposta de Entrega

Atividade 1 | Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Melhoria da Qualidade de Produtos e Serviços) | Atividade 3

3.5.1 Detalhamento: Aprimorar combate a fraudes digitais em instrumentos de medição regulamentados

Detalhamento

- Nos últimos anos tem se observado grande aumento da incidência de fraudes em instrumentos de medição, especialmente em bombas medidoras de combustíveis. Estas fraudes ocorrem, em sua grande maioria, na alteração dos componentes eletrônicos internos, que numa ação de fiscalização, torna-se difícil identificar se os elementos fraudulentos fazem parte efetivamente do instrumento. Além disso, já foi identificado que em muitos casos, o software embarcado no instrumento é alterado, para que o valor final apresentado seja diferente do real.
- Neste sentido, faz-se necessário métodos de identificação de fraudes digitais, visando minimizar o tempo gasto numa fiscalização, que pode levar semanas de investigação do equipamento em laboratório.
- Para dirimir estas questões, propõe-se o Inmetro se tornar autoridade certificadora normativa de primeiro nível, dentro da infraestrutura de chaves públicas (ICP-Brasil), para prover a possibilidade das informações das medições serem digitalmente assinadas pelo próprio instrumento de medição, provendo assim, uma forma rápida e segura de identificar, em campo, se a medição realizada pelo instrumento foi adulterada.

Evidências

- As fraudes digitais acontecem principalmente em bombas medidoras de combustíveis;
- A capacidade para fiscalizar bombas em campo é de aproximadamente 20 mil bombas medidoras/ano. (verificação metrológica);
- O índice de reprovação destas fiscalizações em campo está em torno de 9%;
- Atualmente, para identificar a existência de fraudes digitais é necessário periciar o instrumento em laboratório;
- A perícia em laboratório é extremamente delicada e exige alta qualificação dos técnicos envolvidos e ainda requer todo um apoio logístico para transportar as partes da bomba medidora a serem periciadas para o laboratório;
- Não é possível realizar mais do que 100 perícias/ano por conta de falta de pessoal qualificado, logística e tempo atrelado ao processo;
- Com o aprimoramento do combate à fraudes digitais qualquer pessoa poderá realizar a conferência da assinatura digital realizada no interior da bomba, consequentemente, identificando se houve fraude

Tempo médio de perícia para identificação de fraude eletrônica	Tempo máximo para identificação de fraude eletrônica através da assinatura digital
40 horas	10 minutos

Modernização do Modelo de Governança e Gestão do INMETRO

Melhoria da qualidade de produtos e serviços – Programas Estratégicos Supervisionadas

Atividade 1 | Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Melhoria da Qualidade de Produtos e Serviços) | Atividade 3

3.5.2 Detalhamento: Aprimorar combate a fraudes digitais em instrumentos de medição regulamentados

Objetivo	▸ Aumentar a eficiência na identificação de fraudes digitais em instrumentos de medição.
Responsável	▸ Marcos Heleno Guerson de Oliveira Junior, Inmetro
Descrição	▸ Mesmo com a doação dos equipamentos, por parte do ITI, o Inmetro não detém sala cofre, outras infraestruturas e mão de obra exclusiva para a operacionalização, desta forma, há necessidade de contratação de entidade para operacionalizar o fornecimento de certificados digitais da Autoridade Certificadora Inmetro de primeiro nível normativa. ▸ Além disso, os Regulamentos Técnicos Metrológicos vigentes e suas respectivas normas e procedimentos precisam ser revisados para contemplarem a possibilidade das informações das medições serem assinadas digitalmente por emissores vinculados à AC Inmetro.
Principais Entregas	▸ Publicação de termo de referência para contratação de entidade para operacionalizar a AC Inmetro mar/2021.

Atividade 1 | **Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Melhoria da Qualidade de Produtos e Serviços)** | **Atividade 3**

3.5.3 Detalhamento: Aprimorar combate a fraudes digitais em instrumentos de medição regulamentados

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• **Fraudes digitais** - Publicação de termo de referência para contratação de entidade para operacionalizar a AC Inmetro																								

Decisões de Terceiros | Entrega | Proposta de Entrega

Modernização do Modelo de Governança e Gestão do INMETRO

Melhoria da qualidade de produtos e serviços – Programas Estratégicos Supervisionadas

Atividade 1 | Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Melhoria da Qualidade de Produtos e Serviços) | Atividade 3

3.6.1 Detalhamento: Ampliação da capacidade de fiscalização do Inmetro e dos órgãos da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade

Detalhamento

- A regulamentação vigente demanda controle contínuo do Estado nos instrumentos de medição utilizados em transações comerciais, saúde, segurança e meio ambiente, tais como balanças, bombas medidoras de combustíveis, taxímetros, medidores de velocidade, etilômetros, esfignomanômetros, etc.
- O encurtamento das fronteiras proporcionado pelo comércio global de instrumentos de medição, apesar de extremamente positivo, atrai a oferta de instrumentos (principalmente balanças) que não são projetados para atender a requisitos técnicos e metrológicos, mesmo sendo estes requisitos alinhados com as práticas internacionais.
- No caso de balanças, o setor estima a existência de um mercado próximo a 50 % de instrumentos irregulares. Para combater o uso de instrumentos irregulares e a comercialização de produtos pré-embalados irregulares, seja pelo projeto/produção, seja pela interferência fraudulenta, torna-se essencial que o Inmetro atue de forma mais racional com respostas rápidas, e se possível antecipadas, à situações de irregularidade.

Evidências

- No caso de balanças, o Sibapem, Sindicato de Balanças Pesos e Medidas de São Paulo, que representa a indústria de balanças, estima a existência de um mercado próximo a 50 % de instrumentos irregulares;
- Para combater o uso de instrumentos irregulares e a comercialização de produtos pré-embalados irregulares, seja pelo projeto/produção, seja pela interferência fraudulenta, torna-se essencial que o Inmetro atue de forma mais racional com respostas rápidas, e se possível antecipadas, à situações de irregularidade;
- O Inmetro realiza campanhas publicitárias para informar a sociedade da existência deste mercado irregular, porém há necessidade de utilizar ferramentas de tecnologia da informação para otimizar sua ação.

Modernização do Modelo de Governança e Gestão do INMETRO

Melhoria da qualidade de produtos e serviços – Programas Estratégicos Supervisionadas

Atividade 1 | Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Melhoria da Qualidade de Produtos e Serviços) | Atividade 3

3.6.2 Ampliação a capacidade de fiscalização do Inmetro e dos órgãos da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade

Objetivo

- Iniciar projeto piloto de implantação de plataforma para identificação balanças comerciais que permitirá o monitoramento do mercado e a interação com cidadão através de informações armazenadas na nuvem e acessíveis por QR-Code.
- Coibir o comércio de instrumentos irregulares (pirataria) que lesam o consumidor, a indústria e o erário público.

Responsável

- Pericles José Vieira Vianna, Inmetro/Dimel

Descrição

- Implantação de QR-Code destinado a fornecer de forma segura informações sobre as balanças comerciais utilizadas no comércio. Estas informações permitirão ao cidadão verificar se o instrumento utilizado é aprovado pelo Inmetro e está em dia com todas as etapas do controle metrológico legal.

Principais Entregas

- Trata-se de um projeto de grandes proporções a ser realizado em parceria com a USP e a GIZ (Agência alemã de cooperação). Até junho de 2021 será concluído o detalhamento do projeto e em conjunto com os parceiros.

Atividade 1 | Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Melhoria da Qualidade de Produtos e Serviços) | Atividade 3

3.6.3 Detalhamento: Ampliação a capacidade de fiscalização do Inmetro e dos órgãos da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade

Cronograma de Etapas	2020												2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Fiscalização – detalhamento do projeto em conjunto com USP e GIZ																								

Decisões de Terceiros | Entrega | Proposta de Entrega

Modernização do Modelo de Governança e Gestão do INMETRO

Melhoria da qualidade de produtos e serviços – Programas Estratégicos Supervisionadas

Atividade 1 | Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Melhoria da Qualidade de Produtos e Serviços) | Atividade 3

3.7.1 Detalhamento: Preparação para interface com a inovação de base bio

Detalhamento

- O Brasil através do Inmetro se mantém a par das questões relacionadas com a competência em medições de importância para a indústria de base bio (terapias avançadas, diagnóstico, toxicologia in vitro, agroindústria, etc.), aos moldes do que já realiza nas áreas de física e química (indústria metal-mecânica, telecomunicações, etc.). As biotecnologias são vistas como o futuro da atividade industrial, mas o ramo "bio" é especialmente complexo e regulado, gerando grande custo de operação. As cerca de 500 pequenas empresas/ startups de base bio são sua maioria pequenas, dispersas e com baixo potencial de investimento. A concepção, operação e manutenção no Inmetro de ambiente de laboratório compartilhado aderente às múltiplas regulações, somado ao esforço de comunicação e reposicionamento com o setor industrial na área bio para processos piloto e prova de conceito, tem o potencial de melhor capitalizar a competência do Inmetro e promover a indústria nacional de base bio, em todos os níveis de TRL.

Evidências

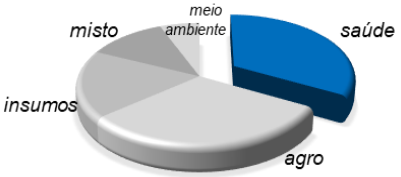
Bio - Prevalência nas 4 maiores áreas de produção científica nacional (125k publicações)



Saúde – representatividade IVD no fornecimento para o SUS, geral (~R$ 3bi/ ano)

Produtor nacional

Saúde - prevalência nas ~300 empresas nacionais em biotecnologia



Saúde – representatividade IVD no fornecimento para o SUS, produtos de tecnologia alta (~R$ 1,3 bi/ ano)

Produtor nacional

Legenda: IVD – diagnósticos in vitro

Modernização do Modelo de Governança e Gestão do INMETRO

Melhoria da qualidade de produtos e serviços – Programas Estratégicos Supervisionadas

Atividade 1 | Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Melhoria da Qualidade de Produtos e Serviços) | Atividade 3

3.7.2 Detalhamento: Preparação para interface com a inovação de base bio

Objetivo	▸ Assegurar infraestrutura da qualidade com a oferta de serviços de medição e de estrutura compartilhada para a inserção do Inmetro como protagonista no ecossistema da bioindústria nacional.
Responsável	▸ Marcos Heleno Guerson de Oliveira Junior, Inmetro
Descrição	▸ Os próximos grandes desafios da humanidade incluem segurança alimentar, sustentabilidade e qualidade de vida com o aumento da longevidade, todos atrelados à biotecnologia (produtividade no campo, manejo da biodiversidade, biofármacos) com isso está em formação todo um complexo industrial bilionário em torno do melhoramento genético, biossensores, bioinsumos, terapias avançadas; esse desenvolvimento dependente de sistemas de medição mais finos. ▸ O capital humano nacional em biociências é importante cientificamente mas o *Technological Readiness Level* na P&D em biotecnologia segue baixo, em parte por carência de infraestrutura da qualidade e física para o desenvolvimento; ▸ A busca internacional por cadeias de suprimento mais diversas, o tamanho de sua economia e poder de compra em produtos para saúde, sua já grande competitividade no agronegócio e o movimento crescente de desburocratização/ simplificação e internacionalização da atividade industrial nacional criam um ecossistema favorável para reunião dos atores da indústria de base bio.
Principais Entregas	▸ Definição de objetivos táticos alinhados ao Planejamento Estratégico da instituição; ▸ Proposta para a concepção da estrutura base para as entregas relevantes; ▸ Construção de interfaces com as partes interessadas.

Soluções de Infraestrutura da Qualidade que Adicionem Confiança, Qualidade e Competitividade aos Produtos e Serviços

Melhoria da qualidade de produtos e serviços – Programas Estratégicos Supervisionadas

Atividade 1 | **Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Melhoria da Qualidade de Produtos e Serviços)** | **Atividade 3**

3.7.3 Detalhamento: Preparação para interface com a inovação de base bio

Cronograma de Etapas	2021											2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Rediscussão alinhamento interno do negócio infraestrutura da qualidade para a indústria de base bio e de ações estratégicas											✓													
• Parcerias estabelecidas com startups/ pequenas empresas na indústria de base bio																		📄						
• Identificação de potenciais gargalos tecnológicos e tendências de desenvolvimento em medição																📄								
• Busca de financiamento para modernização de infraestrutura do Inmetro																		📄						
• Aproximação preliminar com setor do diagnóstico in vitro, incluindo COVID-19									✓															
• Projeto contratado com setor do diagnóstico in vitro, incluindo COVID-19																📄								
• Projeto contratado de interface com bioinsumos agrícolas																								📄
• Projeto contratado de interface com insumos estratégicos em saúde de interesse do Ministério da Saúde																								📄
• Aproximação preliminar com setor de dispositivos médicos implantáveis																		📄						

Decisões de Terceiros ✓ Entrega 📄 Proposta de Entrega

ATIVIDADE 2

AUMENTO DA MATURIDADE DIGITAL DO SETOR PRODUTIVO BRASILEIRO



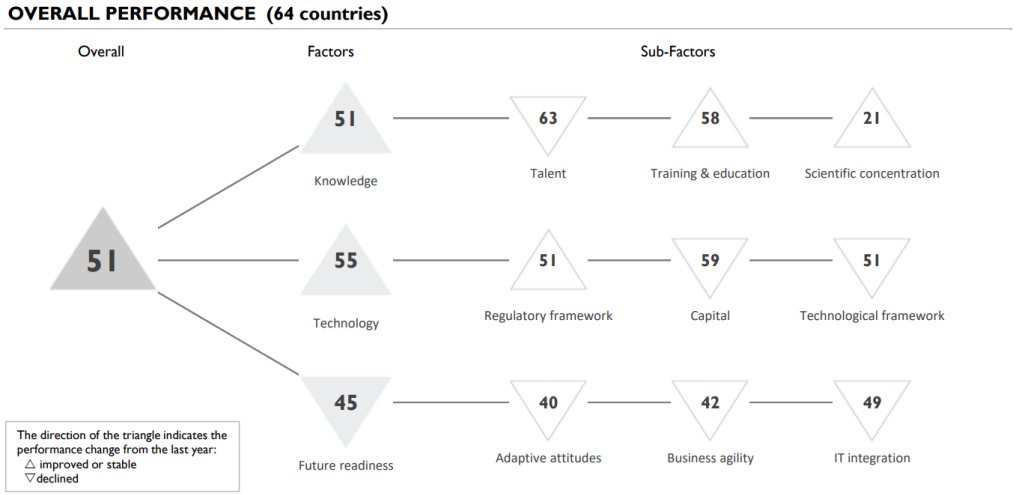
Atividade 1 | Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Programa de Desenvolvimento Produtivo) | Atividade 3

3.7.1 Detalhamento: Aumento da maturidade digital do setor produtivo brasileiro em 5% em 2021

Detalhamento

- A transformação digital tem se revelado um aspecto essencial à competitividade e à produtividade da economia brasileira devido aos seus impactos significativos no processo de produção, no desenvolvimento de produtos e na forma de se fazer negócios; por consequência, no crescimento econômico do país. Em 2016, 22% do PIB brasileiro já estava ligado à nova economia, com projeção de 25,1% em 2021, conforme a Oxford Economics. Segundo a Accenture, o aumento da densidade digital da economia poderia trazer 6,6% de acréscimo ao PIB do Brasil já em 2020.
- O uso de tecnologias digitais no setor produtivo brasileiro ainda é pouco difundido e pesquisas indicam que pouco mais da metade das empresas do país conhecem a importância dessas tecnologias e menos da metade as utiliza. Segundo o índice de maturidade 4.0 da ABDI, o setor produtivo brasileiro encontra-se na metade da jornada digital, pontuando 1,98 (considerando uma escala de 0 a 4).
- Para que a ABDI possa direcionar melhor a sua atuação, é importante conhecer e acompanhar a evolução do nível de maturidade digital do setor produtivo.
- Nesse sentido, a ABDI adota um indicador de maturidade digital para realizar esse acompanhamento junto ao setor produtivo de forma estruturada. A base da construção desse indicador será o conjunto de índices existentes, a exemplo do Índice Cesar de Transformação Digital, da autoavaliação de práticas digitais e do Índice de Prontidão 4.0.

Evidências



Fonte: IMD WORLD DIGITAL COMPETITIVENESS RANKING 2021

Atividade 1 | Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Programa de Desenvolvimento Produtivo) | Atividade 3

3.7.1 Detalhamento: Aumento da maturidade digital do setor produtivo brasileiro em 5% em 2021

Objetivo	▸ Aumentar a maturidade digital do setor produtivo brasileiro em 5% em 2021.
Responsável	▸ Igor Nogueira Calvet, ABDI
Descrição	▸ A transformação digital tem se revelado um aspecto essencial à competitividade e à produtividade da economia brasileira devido aos seus impactos significativos no processo de produção, no desenvolvimento de produtos e na forma de se fazer negócios; por consequência, no crescimento econômico do país. Em 2016, 22% do PIB brasileiro já estava ligado à nova economia, com projeção de 25,1% em 2021, conforme a Oxford Economics. Segundo a Accenture, o aumento da densidade digital da economia poderia trazer 6,6% de acréscimo ao PIB do Brasil já em 2020. O uso de tecnologias digitais no setor produtivo brasileiro ainda é pouco difundido e pesquisas indicam que pouco mais da metade das empresas do país conhecem a importância dessas tecnologias e menos da metade as utiliza. Segundo o índice de maturidade 4.0 da ABDI, o setor produtivo brasileiro encontra-se na metade da jornada digital, pontuando 1,98 (considerando uma escala de 0 a 4). ▸ Para que a ABDI possa direcionar melhor a sua atuação, é importante conhecer e acompanhar a evolução do nível de maturidade digital do setor produtivo. Nesse sentido, a ABDI adota um indicador de maturidade digital para realizar esse acompanhamento junto ao setor produtivo de forma estruturada. A base da construção desse indicador será o conjunto de índices existentes, a exemplo do Índice Cesar de Transformação Digital, da autoavaliação de práticas digitais e do Índice de Prontidão 4.0.
Principais Entregas	▸ Reposicionamento estratégico da ABDI; ▸ Instituição das iniciativas, programas e projetos pela ABDI; ▸ Lançamento de editais, plataformas, produtos e serviços pela ABDI; ▸ Estabelecimento de parcerias estratégicas pela ABDI;

Programa de Desenvolvimento Produtivo

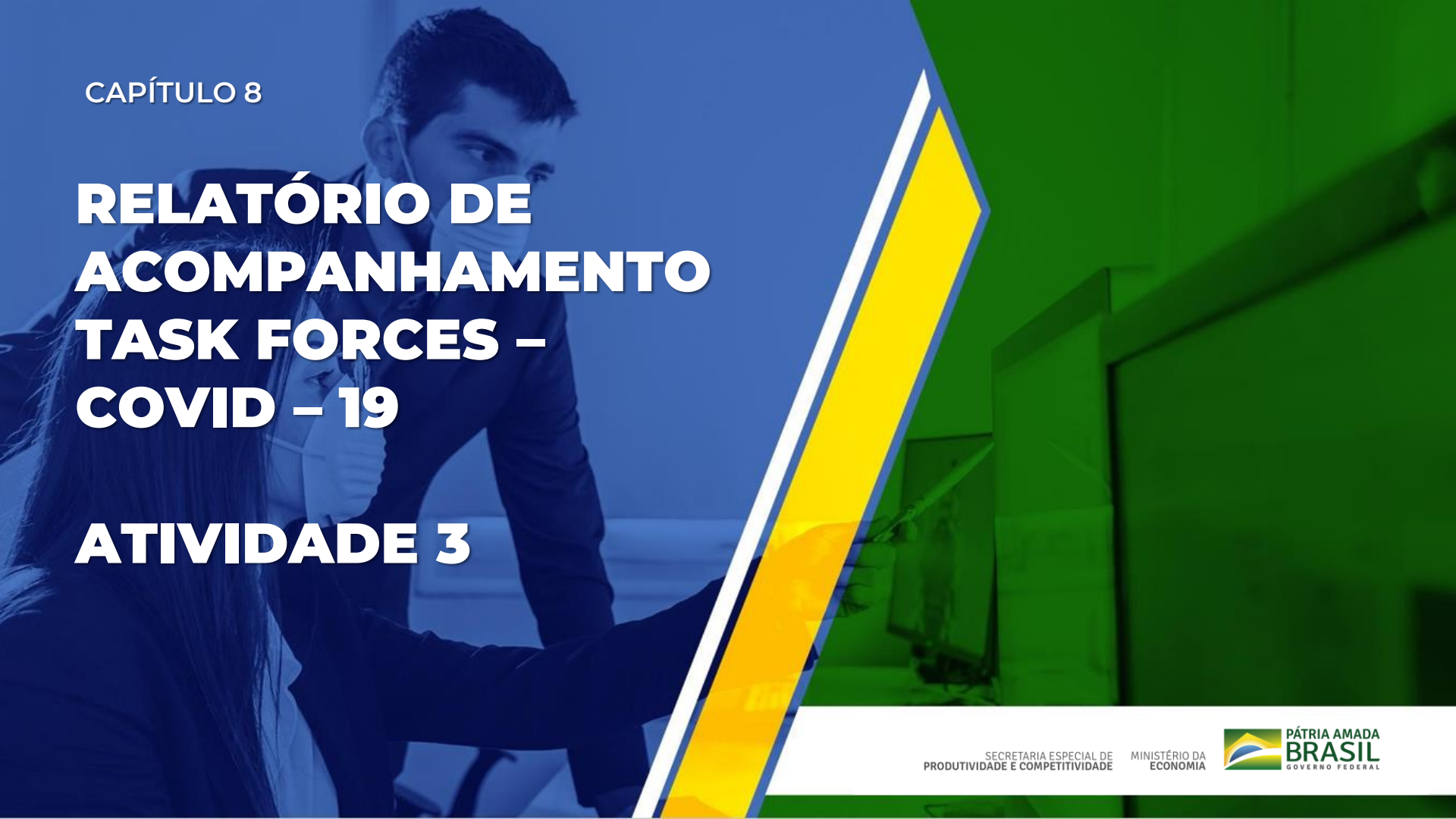
Aumento da maturidade digital do setor produtivo brasileiro – Programas Estratégicos Supervisionadas

Atividade 1 → **Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Programa de Desenvolvimento Produtivo)** → **Atividade 3**

3.7.1 Detalhamento: Aumento da maturidade digital do setor produtivo brasileiro em 5% em 2021

Cronograma de Etapas	2021												2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Aumento da maturidade digital do setor produtivo brasileiro em 5%																								
• Reposicionamento estratégico da ABDI;			✓																					
• Instituição das iniciativas, programas e projetos pela ABDI;												✓												
• Lançamento de editais, plataformas, produtos e serviços pela ABDI													✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
• Estabelecimento de parcerias estratégicas pela ABDI;													✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	

Decisões de Terceiros ✓ Entrega Proposta de Entrega



CAPÍTULO 8

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO TASK FORCES – COVID – 19

ATIVIDADE 3

SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE
MINISTÉRIO DA ECONOMIA
PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Atividade 1 | Atividade 2 | **Atividade 3 – Task Forces - Covid-19**

1.1 Detalhamento: Gestão das Contribuições do Setor Produtivo

Objetivo	► Monitorar as Contribuições do Setor Produtivo; ► Monitorar as Ações Propostas pelo Governo Federal; ► Cruzamento das Contribuições Recebidas pelo Setor Produtivo com as Ações Propostas pelo Governo Federal.
Responsável	► Isabela Ávila – SDIC/SEPEC
Descrição	► Reúne as propostas e demandas para o enfrentamento da crise econômica, enviadas por entidades representativas do Setor Produtivo Brasileiro. As ações dessa força-tarefa dão prioridade às políticas públicas destinadas a preservar empregos e garantir renda para os trabalhadores e suas famílias. As contribuições chegam à SEPEC por canais oficiais ou meios eletrônicos.
Principais Entregas	► Das 3.005 contribuições recebidas pelo Setor Produtivo Brasileiro, 1.479 foram implementadas totalmente ou parcialmente em um período de aproximadamente 158 dias pelo Governo Federal; * ► A Indústria encaminhou 1.154 contribuições, desse total, 516 foram atendidas; A Agropecuária encaminhou 147 contribuições, desse total 75 foram atendidas; O Comércio encaminhou 340 contribuições, desse total 202 foram atendidos; O Setor de Serviços encaminhou 662 contribuições, desse total 338 foram atendidas; O Setor de Infraestrutura encaminhou 330 contribuições, desse total 168 foram atendidas; o Setor público encaminhou 372 contribuições, desse total 180 foram atendidas. *

Nota: Em caráter emergencial, Força Tarefa foi encerrada e por este motivo não possui dados a serem atualizados
*Dados foram obtidos até 12/2020.

Atividade 1 | Atividade 2 | **Atividade 3 – Task Forces - Covid-19**

1.2 Detalhamento: Vamos Vencer

Objetivo	► Plataforma online de apresentação de todas as ações implementadas pelo Governo Brasileiro no enfrentamento aos impactos econômicos da COVID-19.
Responsável	► Leonardo Durans– SDIC/SEPEC
Descrição	► Facilita o entendimento do setor produtivo sobre as dezenas de ações apresentadas pelo governo federal, praticamente todos os dias, para reduzir os impactos negativos da Covid-19. Numa plataforma na internet, com atualização permanente, as medidas oficiais estão classificadas pelo setor a que se destinam, com resumo do seu conteúdo e indicações de como acessar os benefícios.
Principais Entregas	► Plataforma online, com atualização diária. ► O Portal segmenta as ações por Setor e Perfil do empreendedor. ► Site: (https://www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/covid-19)

Nota: Em caráter emergencial, Força Tarefa foi encerrada e por este motivo não possui dados a serem atualizados.
*Dados foram obtidos até 12/2020.

Oferta de Produtos Críticos

Atividade 3- Descrição das Task Forces Covid-19

Atividade 1 | Atividade 2 | **Atividade 3 – Task Forces - Covid-19**

1.3 Detalhamento: Oferta de Produtos Críticos

Objetivo	► Maximizar a produção local de produtos críticos no enfrentamento dos impacos da COVID-19 na saúde pública. Incluindo: Ventiladores Pulmonares, EPIs, Alcool Gel e Testes Rápidos.
Responsável	► Isabela Ávila – SDIC/SEPEC
Descrição	► Promove a articulação de diversos órgãos do governo federal e agências reguladoras com o setor privado, a fim de garantir o abastecimento de produtos essenciais para o combate aos efeitos do Coronavírus na saúde pública, como ventiladores pulmonares, álcool em gel e máscaras de proteção. Desempenha papel fundamental na elevação imediata da produção nacional desses itens e sua distribuição, para atender às necessidades em todas as regiões do país.
Principais Entregas	► Viabilização da Produção de mais de 19.000 ventiladores pulmonares, por meio de Contratos com o SUS, Doações e Manutenção de equipamentos danificados*; ► Viabilização da produção de 8.610.000 máscaras hospitalares por mês; 1.460.000 aventais hospitalares por mês; 27.750 ton/mês de álcool gel.*

Nota: Em caráter emergencial, Força Tarefa foi encerrada e por este motivo não possui dados a serem atualizados
*Dados foram obtidos até 12/2020.

Portal de Qualificação
Atividade 3- Descrição das Task Forces Covid-19

Atividade 1 | Atividade 2 | **Atividade 3 – Task Forces - Covid-19**

1.4 Detalhamento: Portal de Qualificação

Objetivo	▸ Disponibilização de uma Plataforma online e gratuita, que disponibilize cursos de qualificação profissional aos trabalhadores brasileiros, objetivando maximizar a utilização do tempo na busca do aperfeiçoamento técnico e profissional.
Responsável	▸ Daniel Galvão – SPPE/SEPEC
Descrição	▸ Plataforma de capacitação a distância, com objetivo de direcionar trabalhadores e empreendedores que estão em casa para cerca de 700 cursos de qualificação, gratuitos e on-line. A escolha pode ser feita por área temática ou por instituição de ensino. ▸ Os cursos estão a cargo de instituições como Microsoft, EF, Google, Fundação Bradesco, Senai, Sebrae, Senac e Sesc, entre muitas outras. Entre as áreas disponíveis, estão tecnologia da informação, administração, inglês e empreendedorismo.
Principais Entregas	▸ Disponibilização de 700 cursos distribuídos em 11 áreas temáticas, que incluem: Competências Gerais/Básicas; Competências Socioeconômicas; Serviços; Comércio; Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC); Indústria; Agropecuária e Afins; Transporte e Armazenamento; Empreendedorismo; Administração; Administração Pública.

Nota: Ação emergencial não dará continuidade, pois Secretaria responsável não faz mais parte da SEPEC.
*Dados foram obtidos até 12/2020.

Atividade 1 | Atividade 2 | **Atividade 3 – Task Forces - Covid-19**

1.5 Detalhamento: Soluções de Inovações de Startups

Objetivo	▸ Identificar Startups que tenham soluções para enfrentamento do impacto da COVID-19, seja na área de saúde ou da economia, conectando-as com órgãos do governo, investidores, potenciais clientes (entre eles os micro e pequenos empresários) ▸ Disseminar oportunidades oferecidas para startups de soluções inovadoras relacionadas aos desafios trazidos pela COVID-19.
Responsável	▸ Jackline Conca – SDIC/SEPEC
Descrição	▸ Identifica startups que podem oferecer soluções para mitigar os efeitos da COVID-19, promove a conexão delas com Ministérios e ajuda na busca de recursos. Atua em favor de iniciativas em áreas como inteligência artificial para diagnóstico, testes rápidos e aperfeiçoamento de instrumentos para enfrentar o Coronavírus. Reúne, em plataforma online, informações sobre iniciativas de apoio a startups no combate à COVID-19.
Principais Entregas	▸ Apoio ao mapeamento de mais de 900 soluções de startups (parceria com GoNew.co e ABStartups);* ▸ Apresentação online de 66 startups com soluções para os desafios trazidos pela COVID-19 (junto com a ABStartups e SEBRAE);* ▸ 56% das startups foram contactadas por potenciais investidores e clientes após a realização das apresentações online;* ▸ Criação de plataforma online para divulgação das iniciativas de apoio a startups no combate à COVID-19 (https://www.inovativabrasil.com.br/coronavirus/). Mais de 7.200 acessos foram realizados;*

Nota: Em caráter emergencial, Força Tarefa foi encerrada e por este motivo não possui dados a serem atualizados
*Dados foram obtidos até 12/2020.

Garantia de Crédito ao Setor Produtivo
Atividade 3- Descrição das Task Forces Covid-19

Atividade 1 | Atividade 2 | **Atividade 3 – Task Forces - Covid-19**

1.6 Detalhamento: Garantia de Crédito ao Setor Produtivo

Objetivo	➢ Atuar para eliminar as barreiras que dificultam o acesso a crédito, especialmente no contexto da crise ocasionada pela pandemia da Covid-19. Garantindo fôlego no capital de giro das Empresas
Responsável	► Antônia Martins – SDIC/SEPEC
Descrição	► Busca aumentar a oferta de linhas de crédito de instituições financeiras públicas e privadas para o setor produtivo, a fim de que as empresas consigam manter suas atividades e os empregos. Trabalha para o aumento de concessões de garantias para empréstimos, por meio de mecanismos como o BNDES FGI e o Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe), entre outros.
Principais Entregas	► Novo FAMPE implementado em parcerias com CEF. O SEBRAE foi poupado do corte no Sistema S, com a contrapartida de investir os recursos integralmente no Fundo de Aval das MPEs. Além disso, o SEBRAE fechou uma parceria com a CEF para a criação de uma linha especial, garantida com os recursos do FAMPE. ► Publicação da Lei 13.999/2020, que institui o PRONAMPE. Coordenação do ME com o Congresso Nacional para instituir linha de crédito com foco nas MPEs, com garantia do Tesouro Nacional até 85% das primeiras perdas da Carteira de cada instituição financeira. ► Publicação da Lei 14.042/2020, que instituiu o PEAC/FGI e o PEAC/Maquininhas; ► Mais de R$ 134 Bilhões de recursos que atenderam 798 mil empresas.

Nota: Em caráter emergencial, Força Tarefa foi encerrada e por este motivo não possui dados a serem atualizados
* Dados foram obtidos até 12/2020.

Atividade 1 | Atividade 2 | Atividade 3 – Task Forces - Covid-19

1.7 Detalhamento: Elaboração e Articulação de Instrumentos Legais

Objetivo	► Elaborar e articular a viabilização de instrumentos legais, visando dar subsídio e respaldo jurídico às medidas de apoio econômico, objeto da crise da Covid-19
Responsável	► Assessoria – SEPEC
Descrição	► Elabora de minutas de instrumentos legais necessários para viabilizar as ações desenvolvidas pelas forças-tarefa, como medidas provisórias, decretos, portarias e leis. Faz a articulação com outros órgãos de governo no caso de normas que dizem respeito a diferentes áreas da administração pública. Apoia a elaboração de acordos de parceria com a iniciativa privada, visando à cooperação diante dos impactos provocados pela Covid-19. Acompanha a evolução de mais de cem medidas econômicas já anunciadas pelo governo federal.
Principais Entregas	► Decreto N 10.280/2010 - Decreto nº 10.280/2020. Altera o Decreto nº 9.976, de 19 de agosto de 2019, que dispõe sobre o Conselho de Participação em Fundos Garantidores de Risco de Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas e em Operações de Crédito Educativo. ► Decreto nº 10.302 - 1º/04/2020 Reduz temporariamente as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados ; ► Medida Provisória 927, 22/03/2020_Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública; ► Medida Provisória nº 948/2020. Dispõe sobre o cancelamento de serviços, de reservas e de eventos dos setores de turismo e cultura em razão do estado de calamidade pública. ► Portaria n° 20.809 de 14/09/2020 que lista os setores da economia mais impactados pela pandemia.

Nota: Em caráter emergencial, Força Tarefa foi encerrada e por este motivo não possui dados a serem atualizados
* Dados foram obtidos até 12/2020.

Atividade 1 | Atividade 2 | **Atividade 3 – Task Forces - Covid-19**

1.8 Detalhamento: Barômetro Setorial

Objetivo	▸ Plataforma de monitoramento mensal dos impactos economicos da crise ocasionada pela pandemia da Covid-19 na Economia Brasileira. Tem por objetivo oferecer uma avaliação atualizada para servir de base para o desenvolvimento de políticas emergencias.
Responsável	▸ Isabela Ávila – SDIC/SEPEC
Descrição	▸ Monitora os impactos da pandemia nos setores produtivos, em todo o país, por meio de pesquisa direta e outras fontes de informações. Identifica a dinâmica setorial em outros países e estabelece projeções para o Brasil, avaliando as melhores práticas adotadas no mundo. Utiliza fontes primárias, como por exemplo o consumo de energia elétrica no sistema interligado por ramo de atividade ou a evolução do consumo por cartão de crédito.
Principais Entregas	▸ Um banco de dados atualizados para ser fornecido ao BNDES, que utiliza como insumo para diagnósticos e desenvolvimento de plano a setores afetados pela crise, bem como orientar as instituições financeiras em ceder linhas de crédito emergencial aos setores mais impactados.

Nota: Em caráter emergencial, Força Tarefa foi encerrada e por este motivo não possui dados a serem atualizados
* Dados foram obtidos até 12/2020.

Atividade 1 | Atividade 2 | **Atividade 3 – Task Forces - Covid-19**

1.9 Detalhamento: Planos Setoriais Críticos

Objetivo	➢ Formular políticas de apoio emergências ao setores mais afetados pela crise econômica ocasionada pelo Covid-19
Responsável	▶ Geanluca Lorenzon – SEAE/SEPEC
Descrição	▶ Com base no barômetro Setorial, define os setores críticos como sendo aqueles que mais enfrentam diminuição de faturamento e capital de giro neste momento. Além disso, planeja e articula ações focadas na preservação de empregos e na concessão de créditos, a fim de que não haja um dano descontrolado em cadeia.
Principais Entregas	▶ Suporte Financeiro ao Pagamento de Trabalhadores ▶ Desenvolvimento do Plano de Empréstimo aos Setores mais críticos ▶ Desenho do uso de FGTS como estímulo para a crise ▶ Modificações regulatórias de médio prazo e setoriais

Nota: Em caráter emergencial, Força Tarefa foi encerrada e por este motivo não possui dados a serem atualizados
* Dados foram obtidos até 12/2020.

Atividade 1 | Atividade 2 | Atividade 3 – Task Forces - Covid-19

1.10 Detalhamento: Mapeamento das Cadeias Produtivas

Objetivo	➢ Monitorar e acompanhar a situação nas cadeias de produção e abastecimento do setor produtivo nacional, visando minimizar os impactos decorrentes da crise da Covid-19
Responsável	► Isabela Ávila – SDIC/SEPEC
Descrição	► Faz o levantamento da situação do ambiente industrial, em contato permanente com entidades empresariais, para entender os problemas que estão afetando o setor, como dificuldades no transporte de cargas, ameaças ao abastecimento, necessidade de crédito ou obstáculos na importação, por exemplo. De maneira semelhante, realiza o micro monitoramento das cadeias produtivas locais, a fim de verificar como os entraves se dão no plano das empresas.
Principais Entregas	► Ampliação do rol de atividades econômicas essenciais destravando uma série de interrupções na produção de diversos setores, entre eles: Químico, Metalúrgico, Saúde, Construção Civil, Comércio eletrônico, alimentos, entre outros; ► Normalização do abastecimento de Gás GLP em todas as regiões do país; ► No setor de medicamentos, houve articulação com o MRE visando liberação de insumos dos países de origem (China e índia) ao Brasil; ► No setor de alimentos, houve articulação com empresas para assegurar abastecimento de alguns produtos básicos, como por exemplo: leite, carne, ovos, etc. ► Atuação técnica para a redução das tarifas de importação junto à Camex.

Nota: Em caráter emergencial, Força Tarefa foi encerrada e por este motivo não possui dados a serem atualizados

Atividade 1 | Atividade 2 | Atividade 3 – Task Forces - Covid-19

1.11 Detalhamento: Ações Coordenadas para a Retomada da Rotina de Trabalho com Zelo a Saúde

Objetivo	➢ Monitorar frente as associações e Federações representativas do Setor Produtivo Brasileiro, o desenvolvimento de guias e políticas empresariais para a retomada das atividades com o Zelo a saúde.
Responsável	➢ Marilia Garcez – ABDI
Descrição	➢ Estimular as associações e entidades representativas do setor produtivo a desenvolver e implantar melhores práticas de trabalho, mediante informações e esclarecimentos sobre os cuidados necessários para a preservação da saúde dos empregados. Incentivar o planejamento da retomada das atividades das empresas. Este trabalho envolve um processo constante e rigoroso de planejamento, acompanhando os desdobramentos no dia a dia da crise para modular a retomada dentro da realidade.
Principais Entregas	➢ Identificação e construção de base de dados com todos os protocolos de retomada empresarial, disponibilizado pelas associações representativas do Setor Produtivo Brasileiro. ➢ 91% das entidades responsáveis pela geração total de emprego formais no país, já divulgaram guias de melhores práticas de segurança para a retomada das atividades. Desses: 100% Agropecuária; 100% Comércio; 100% Indústria; 93,1% Infraestrutura e Construção; 80,2% Serviços.

Nota: Em caráter emergencial, Força Tarefa foi encerrada e por este motivo não possui dados a serem atualizados
* Dados foram obtidos até 12/2020.

Atividade 1 | Atividade 2 | **Atividade 3 – Task Forces - Covid-19**

1.12 Detalhamento: Plano de Retomada as Atividades

Objetivo	➢ Formular os eixos de retomada econômica no contexto da crise da covid-19
Responsável	▶ Geanluca Lorezzon – SEAE/SEPEC
Descrição	▶ Desenvolve um projeto de recuperação econômica baseado na redução do custo Brasil, na desregulação da economia e no aumento de exportações e competitividade. O projeto está sendo desenhado com base na atualização diária e no monitoramento permanente da situação em todo o país.
Principais Entregas	▶ Desenvolvimento de políticas e ações econômicas para a retomada das atividades;

Nota: Em caráter emergencial, Força Tarefa foi encerrada e por este motivo não possui dados a serem atualizados
* Dados foram obtidos até 12/2020.

ANEXO 1

GESTÃO DAS CONTRIBUIÇÕES DO SETOR PRODUTIVO ÀS TASK FORCES



TOTAL DE CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS E ADMINISTRADAS

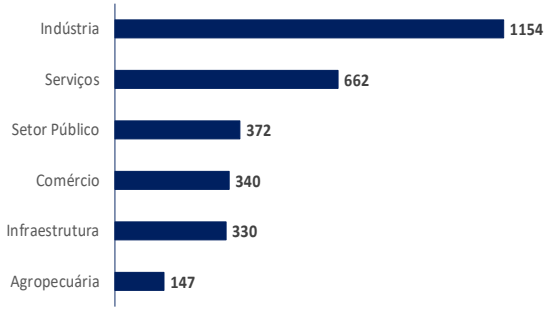
1 O Ministério da Economia recebeu **3.005** contribuições do setor produtivo.

+ de 670 Entidades enviaram contribuições até a presente data.

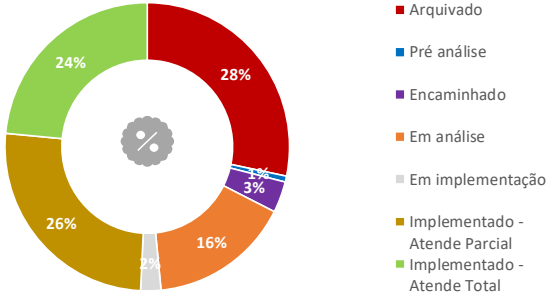
2 Das 3.005 contribuições, **1.479** foram implementadas totalmente ou parcialmente em um período de 158 dias pelo Governo Federal.

3 As 3.005 contribuições foram organizadas em **2.176** contribuições homogeneizadas* por Natureza.

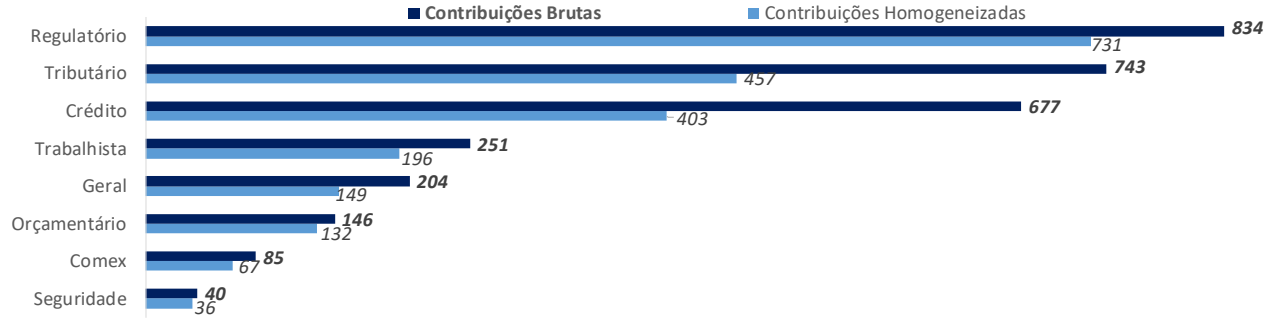
1 Contribuições do Setor Produtivo



2 Nível de Implementação das contribuições



3 Contribuições Homogeneizadas por Natureza



Pleitos inconclusivos foram excluídos da análise

Pleitos cedidos pelas instituições representativas do setor produtivo

*Definição de contribuição homogeneizada: exposição abreviada de um pleito bruto, de forma a atender as diferentes entidades.

Contribuições recebidas foram dadas como encerradas e por este motivo todos os dados foram obtidos até o término do

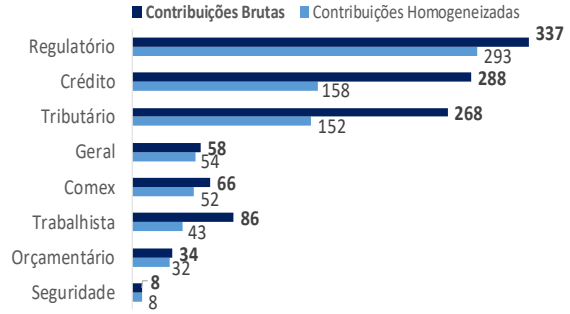
INDÚSTRIA

1 O setor da Indústria encaminhou **1.154** contribuições. Deste total, **516** já foram atendidas totalmente ou parcialmente.

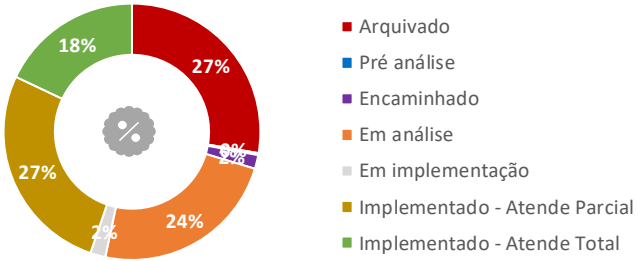
2 Entre as principais contribuições recebidas do setor destacam-se:

- Disponibilização de crédito;
- Diferimento de impostos federais;
- Desoneração da folha.

Contribuições Homogeneizadas* por Natureza



Nível de Implementação das Contribuições



Top 10 Contribuições para o setor da Indústria

Contribuição Homogeneizada	Quantidade de Associações	Nível de Atendimento
Disponibilização de crédito emergencial	25	Implementado parcialmente
Diferimento de impostos - federais	19	Implementado totalmente
Desoneração da folha	16	Implementado parcialmente
Redução da Jornada e salários	14	Implementado totalmente
Disponibilização de crédito emergencial - MPE e/ou MPME	11	Implementado parcialmente
Readequação de prazos de financiamentos	11	Implementado parcialmente
Suspensão de prazos - cumprimento de obrigações acessórias, inclusive multas	10	Implementado parcialmente
Diferimento de impostos - sem especificação	10	Implementado totalmente
Simplificação de exigências - CND	9	Implementado parcialmente
Parcelamento de dívidas tributárias	8	Implementado totalmente

Pleitos inconclusivos foram excluídos da análise

Pleitos cedidos pelas instituições representativas do setor produtivo

*Definição de contribuição homogeneizada: exposição abreviada de um pleito bruto, de forma a atender as diferentes entidades.

Contribuições recebidas foram dadas como encerradas e por este motivo todos os dados foram obtidos até o término do

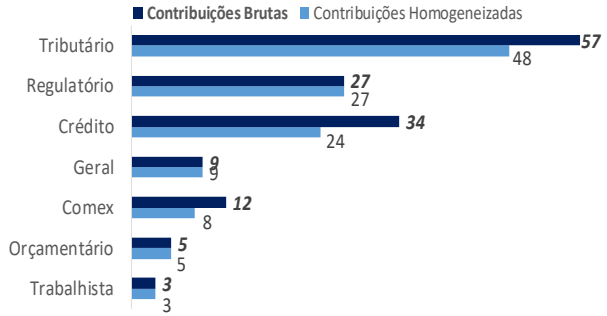
AGROPECUÁRIA

1 O setor da Agropecuária encaminhou **147** contribuições. Deste total, **75** já foram atendidas totalmente ou parcialmente.

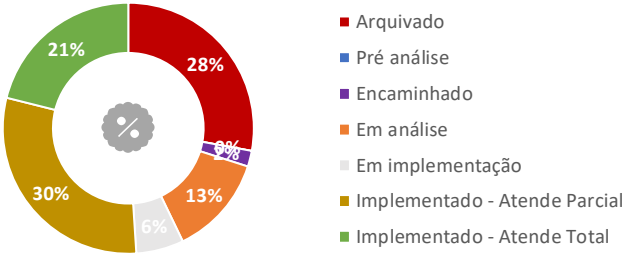
2 Entre as principais contribuições recebidas do setor destacam-se:

- Disponibilização de crédito rural;
- Readequação de prazos de financiamentos;
- Diferimento de impostos federais.

Contribuições Homogeneizadas* por Natureza



Nível de Implementação das Contribuições



Top 10 Contribuições para o setor da Agropecuária

Contribuição Homogeneizada	Quantidade de Associações	Nível de Atendimento
Disponibilização de crédito emergencial - Crédito Rural	5	Implementado totalmente
Readequação de prazos de financiamentos	4	Implementado parcialmente
Diferimento de impostos - federais	4	Implementado totalmente
Desoneração da folha	3	Implementado parcialmente
Suspensão de prazos - ACE e ACC	3	Implementado totalmente
Parcelamento de dívidas tributárias	3	Implementado totalmente
Disponibilização de crédito emergencial	3	Implementado parcialmente
Suspensão de prazos - cumprimento de obrigações acessórias. inclusive multas	2	Implementado parcialmente
Aproveitamento de créditos tributários - ICMS	2	Arquivado
Suspensão de prazos - Draw Back	2	Implementado parcialmente

Pleitos inconclusivos foram excluídos da análise

Pleitos cedidos pelas instituições representativas do setor produtivo

*Definição de contribuição homogeneizada: exposição abreviada de um pleito bruto, de forma a atender as diferentes entidades.

Contribuições recebidas foram dadas como encerradas e por este motivo todos os dados foram obtidos até o término do

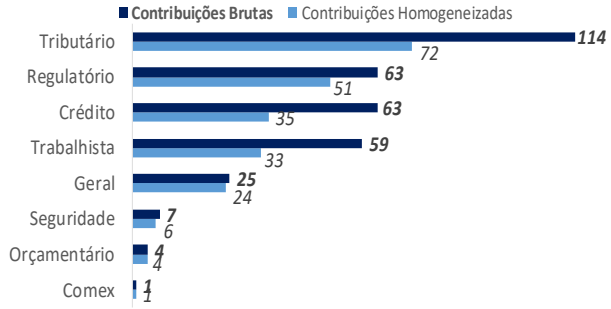
COMÉRCIO

1 O setor de Comércio encaminhou **340** contribuições. Deste total, **202** já foram atendidas totalmente ou parcialmente.

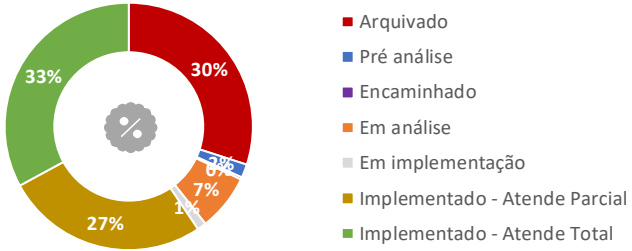
2 Entre as principais contribuições recebidas do setor destacam-se:

- Disponibilização de crédito;
- Antecipação de férias;
- Parcelamento de dívidas tributárias.

Contribuições Homogeneizadas* por Natureza



Nível de Implementação das Contribuições



Top 10 Contribuições para o setor de Comércio

Contribuição Homogeneizada	Quantidade de Associações	Nível de Atendimento
Disponibilização de crédito emergencial	15	Implementado parcialmente
Antecipação de férias	7	Implementado totalmente
Parcelamento de dívidas tributárias	7	Implementado totalmente
Diferimento de impostos - sem especificação	7	Implementado totalmente
Redução da Jornada e salários	6	Implementado totalmente
Suspensão do contrato de trabalho	6	Implementado totalmente
Simplificação de exigências - CND	5	Implementado parcialmente
Suspensão de prazos - cumprimento de obrigações acessórias, inclusive multas	5	Implementado parcialmente
Desoneração da folha	5	Implementado parcialmente
Diferimento de impostos - federais	5	Implementado totalmente

Pleitos inconclusivos foram excluídos da análise

Pleitos cedidos pelas instituições representativas do setor produtivo

*Definição de contribuição homogeneizada: exposição abreviada de um pleito bruto, de forma a atender as diferentes entidades.

Contribuições recebidas foram dadas como encerradas e por este motivo todos os dados foram obtidos até o término do

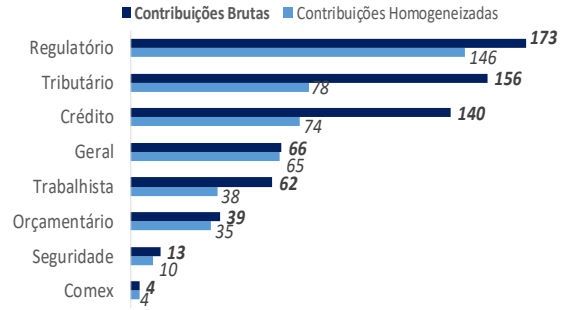
SERVIÇOS

1 O setor de Serviços encaminhou **662** contribuições. Deste total, **338** já foram atendidas totalmente ou parcialmente.

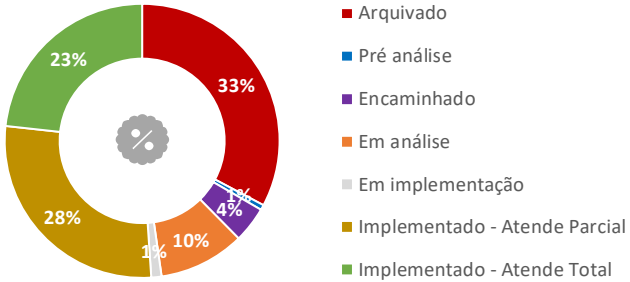
2 Entre as principais contribuições recebidas do setor destacam-se:

- Disponibilização de crédito;
- Desoneração da folha;
- Parcelamento de dívidas tributárias.

Contribuições Homogeneizadas* por Natureza



Nível de Implementação das Contribuições



Top 10 Contribuições para o setor de Serviços

Contribuição Homogeneizada	Quantidade de Associações	Nível de Atendimento
Disponibilização de crédito emergencial	25	Implementado parcialmente
Desoneração da folha	20	Implementado parcialmente
Parcelamento de dívidas tributárias	11	Implementado totalmente
Disponibilização de crédito emergencial - Linha de financiamento para capital de giro	9	Implementado parcialmente
Redução da Jornada e salários	9	Implementado totalmente
Diferimento de impostos - federais	9	Implementado totalmente
Diferimento de impostos - sem especificação	9	Implementado totalmente
Cancelamento de serviços e/ou reservas e/ou eventos	7	Implementado parcialmente
Cobrança pela energia efetivamente consumida	7	Implementado totalmente
Suspensão de prazos - cumprimento de obrigações acessórias, inclusive multas	6	Implementado parcialmente

Pleitos inconclusivos foram excluídos da análise

Pleitos cedidos pelas instituições representativas do setor produtivo

*Definição de contribuição homogeneizada: exposição abreviada de um pleito bruto, de forma a atender as diferentes entidades.

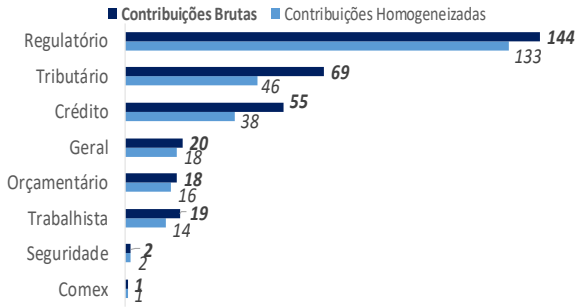
Contribuições recebidas foram dadas como encerradas e por este motivo todos os dados foram obtidos até o término do

INFRAESTRUTURA

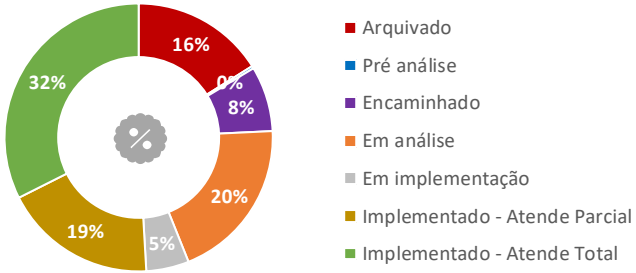
1. O setor de Infraestrutura encaminhou **330** contribuições. Deste total, **168** já foram atendidas totalmente ou parcialmente.

2. Entre as principais contribuições recebidas do setor destacam-se:
   - Disponibilização de crédito;
   - Diferimento de impostos federais;
   - Parcelamento de dívidas tributárias.

Contribuições Homogeneizadas* por Natureza



Nível de Implementação das Contribuições



Top 10 Contribuições para o setor de Infraestrutura

Contribuição Homogeneizada	Quantidade de Associações	Nível de Atendimento
Disponibilização de crédito emergencial	10	Implementado parcialmente
Diferimento de impostos - federais	9	Implementado totalmente
Parcelamento de dívidas tributárias	5	Implementado totalmente
Suspensão de prazos - cumprimento de obrigações acessórias, inclusive multas	4	Implementado parcialmente
Suspensão do contrato de trabalho	4	Implementado totalmente
Desoneração da folha	4	Implementado parcialmente
Readequação de prazos de financiamentos	3	Implementado parcialmente
Criação de canal de comunicação do governo com a sociedade - gestão de crise	3	Implementado totalmente
Disponibilização de crédito emergencial - médias e/ou grandes empresas	3	Implementado parcialmente
Aprovação do PL 3975/2019	2	Em análise

Pleitos inconclusivos foram excluídos da análise

Pleitos cedidos pelas instituições representativas do setor produtivo

*Definição de contribuição homogeneizada: exposição abreviada de um pleito bruto, de forma a atender as diferentes entidades.

Contribuições recebidas foram dadas como encerradas e por este motivo todos os dados foram obtidos até o término do

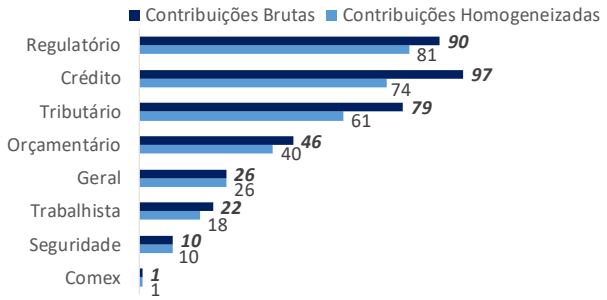
SETOR PÚBLICO

1 O Setor Público encaminhou **372** contribuições. Deste total, **180** já foram atendidas totalmente ou parcialmente.

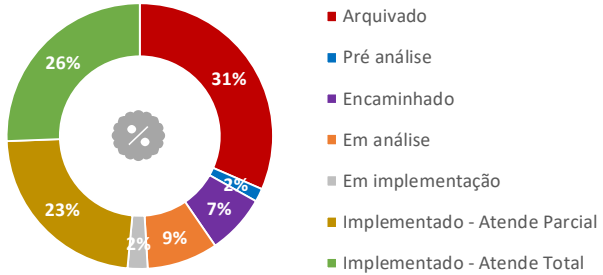
2 Entre as principais contribuições recebidas do setor destacam-se:

- Disponibilização de crédito;
- Parcelamento de dívidas tributárias;
- Readequação de prazos de financiamentos.

Contribuições Homogeneizadas* por Natureza



Nível de Implementação das Contribuições



Top 10 Contribuições para o Setor Público

Contribuição Homogeneizada	Quantidade de Associações	Nível de Atendimento
Disponibilização de crédito emergencial	10	Implementado parcialmente
Parcelamento de dívidas tributárias	8	Implementado totalmente
Readequação de prazos de financiamentos	5	Implementado parcialmente
Inclusão dos pescadores para receber auxílio emergencial	4	Implementado totalmente
Desoneração da folha	4	Implementado parcialmente
Diferimento de impostos - federais	3	Implementado totalmente
Suspensão de prazos - cumprimento de obrigações acessórias. inclusive multas	3	Implementado parcialmente
Suspensão do contrato de trabalho	3	Implementado totalmente
Transferência de renda - ampliação do PBF	3	Implementado totalmente
Disponibilização de crédito emergencial - Pessoa Física	3	Implementado totalmente

Pleitos inconclusivos foram excluídos da análise

Pleitos cedidos pelas instituições representativas do setor produtivo

*Definição de contribuição homogeneizada: exposição abreviada de um pleito bruto, de forma a atender as diferentes entidades.

Contribuições recebidas foram dadas como encerradas e por este motivo todos os dados foram obtidos até o término do

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade

Paulo Roberto Nunes Guedes
Ministro da Economia

Carlos Alexandre Da Costa
Secretário Especial de Produtividade e Competitividade

Bruno Monteiro Portela
Secretario Especial Adjunto de Produtividade e Competitividade

Leonardo Batista Paiva
Chefe de Gabinete da Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade

Luiza de Amorim Motta Deusdará
Subsecretaria de Supervisão e Estratégia da Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade

Fernando Freire Dutra
Diretor de Apoio a Gestão da Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade

Geanluca Lorenzon
Secretário de Advocacia da Concorrência e Competitividade

João Accioly
Secretário de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação

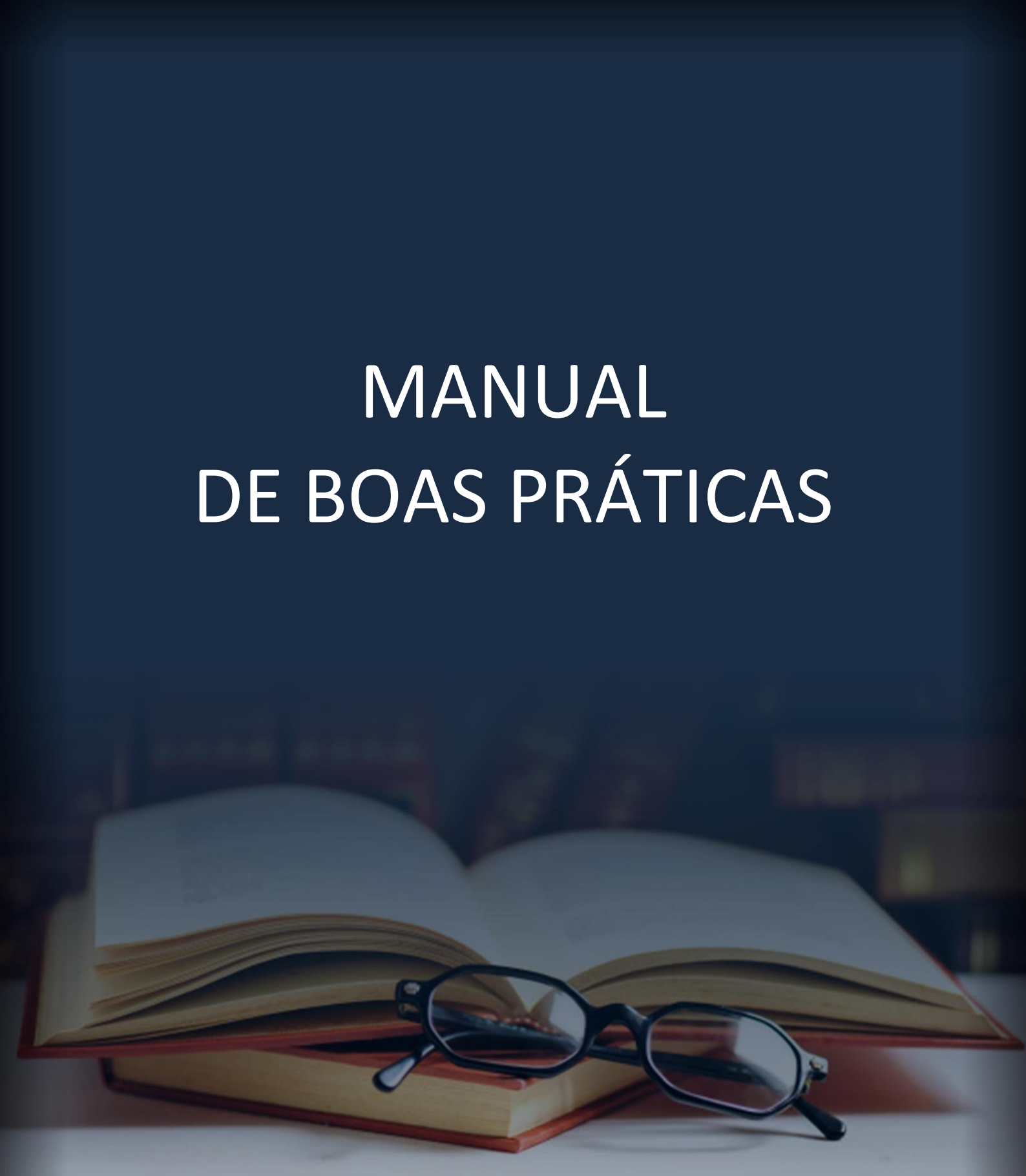
Gustavo Leipnitz Ene
Secretário de Desenvolvimento da Infraestrutura

Equipe Técnica:

Adriana Nogueira
Adriana Amorim
Alexandre Messa Peixoto da Silva
Amélia Regina Mussi Gabriel
Andrey Vilas Boas
Claudio Evangelista de Carvalho
Etienne Lopes Ribeiro de Arruda
Edson Silveira
Fabiano Mezadre Pompermayer
Fábio Hideki Ono
Fábio Silva
Filipe Soares Vidal
Frederico França Batista
Gabriel Godofredo Fiuza de Bragança
Graziele Cristina Silveira Zerbini Costal
Isabela Ávila
Jackline Conca
José Ricardo Ramos Sales
José Ricardo de Freitas Martins da Veiga
Lucas Henrique de Alcantara Viana
Marcelo de Matos Ramos
Marcelo Leandro Ferreira
Natália Ribeiro
Paulo Isobe
Rafaella Peçanha Guzela
Rodolfo Benevenuto
Thaise Pereira Pessoa Dutra
Thalia Lacerda de A. G. de Montezuma
Tólio Edeo Ribeiro

SECRETARIA ESPECIAL DE
PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE
MINISTÉRIO DA
ECONOMIA
PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

MANUAL DE BOAS PRÁTICAS



Secretaria Técnica

Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE
MINISTÉRIO DA ECONOMIA
PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

MANUAL DE BOAS PRÁTICAS

Instituído pela Lei Complementar 123/2006, o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte é a instância consultiva do Governo Federal responsável por tratar dos aspectos não tributários relativos ao tratamento diferenciado e favorecido dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte brasileiras.

É o espaço de interlocução entre o Governo Federal, as instituições nacionais de apoio e representatividade das Micro e Pequenas Empresas e os Fóruns Regionais das 27 Unidades da Federação.

. Governança

Presidência

Presidente

- Secretário de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação

Secretário Técnico

- Subsecretário de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas, Empreendedorismo e Artesanato

Comitês Temáticos/Grupos de Trabalho

Coordenador Público

- A Secretaria Técnica do Fórum Permanente das MPEs indicará, nominalmente, um coordenador de governo para cada Comitê Temático, cujo mandato será de dois anos, prorrogável uma única vez por igual período.

Coordenador Privado

- Os titulares das entidades de apoio e de representação nacional integrantes do Fórum Permanente das MPEs escolherão, entre seus pares, o coordenador da iniciativa privada dos Comitês Temáticos, para mandato de dois anos, prorrogável uma única vez por igual período

Competências dos Coordenadores dos Comitês Temáticos

Regimento Interno, Seção III
Competências dos Coordenadores de Governo e da Iniciativa Privada

Art. 17. Compete aos coordenadores de governo e da iniciativa privada dos Comitês Temáticos do Fórum Permanente das MPEs:

I - conduzir as reuniões dos Comitês Temáticos;

II - definir as pautas das reuniões dos Comitês Temáticos, com antecedência mínima de 10 (dez) dias;

III - o registro e controle de presença dos representantes titulares ou respectivos suplentes das entidades de apoio e de representação nacional;

IV - o registro, homologação e encaminhamento à Secretaria Técnica das Atas (Memória das Reuniões).

V - exercer a interlocução com os demais coordenadores de governo e de iniciativa privada;

VI - participar das reuniões promovidas no âmbito do respectivo Comitê Temático; e

VII - Convidar não integrantes do Fórum Permanente das MPEs para participar das reuniões ordinárias e extraordinárias.

Boas Práticas na Coordenação dos Comitês

I - Conduzir as reuniões dos Comitês Temáticos

Os membros do Comitê Temático esperam uma reunião produtiva. Para isso, é importante que a pauta seja objetiva e tenha tópicos definidos. Além disso, é necessário:

Determinar a finalidade da reunião: Os assuntos e pautas a serem resolvidos devem ser previamente estabelecidos, e a reunião não deve fugir do foco determinado;

Programar e administrar o tempo do debate: Planeje o desenrolar da reunião e, se necessário, divida-o em blocos certos para discutir cada pauta específica;

Evitar perder o foco nas discussões: Não deixe que as pautas que devem ser discutidas sejam ignoradas em função de outros assuntos que possam surgir. Intervenha quando for necessário e mantenha o foco;

Escolha as pessoas mais indicadas para tratar dos assuntos propostos: Sempre que possível, convide especialistas para assuntos específicos da pauta. Este tipo de ajuda se mostrou muito produtivo sempre que foi utilizado em reuniões passadas.

Prepare-se para colaborar 100% com a reunião: A atenção e o foco devem estar em alta durante toda a reunião para que ela seja produtiva; portanto, inicie o debate com comprometimento total em achar uma solução.

II - definir as pautas das reuniões dos Comitês Temáticos, com antecedência mínima de 10 (dez) dias

- Entenda as Necessidades da reunião;
- Faça uma lista com todos os tópicos a serem tratados;
- Organize os assunto da pauta;
- Defina responsabilidades;
- Convide especialistas com antecedência;
- Garanta que a pauta será seguida durante a reunião.



III - o registro e controle de presença dos representantes titulares ou respectivos suplentes das entidades de apoio e de representação nacional

Desde a retomada do Fórum Permanente em 2017, a Secretaria Técnica tem realizado esse controle de presença, tanto nas participações presenciais quanto virtuais, mas é importante notar as pessoas e entidades que sempre estão participando e contribuindo com os debates para que se possa eleger líderes de projetos e assuntos específicos, bem como entender as especialidades de cada um como forma de se extrair o máximo de informações pertinentes às discussões.

IV - O registro, homologação e encaminhamento à Secretaria Técnica das Atas (Memória das Reuniões)

Esta é outra tarefa que a Secretaria Técnica vem desempenhando desde a retomada do Fórum, mas é importante:

- Avisar a Secretaria Técnica caso deseje redigir a ata, ou eleger outra pessoa que o faça;
- Propor, sempre que achar necessário, formas diferenciadas de redação ou apresentação da ata;
- Aprovar o texto da ata (homologação), que é encaminhada logo após a sua elaboração, para que a Secretaria Técnica possa providenciar o seu arquivamento.

V - Exercer a interlocução com os demais coordenadores de governo e de iniciativa privada

O Fórum Permanente conta com o GAT – Grupo de Assessoramento Técnico, onde participam: A Secretária Técnica do Fórum e todos os Coordenadores Privados e Públicos de todos os Comitês Temáticos.

O objetivo deste grupo é exatamente promover e facilitar a interlocução entre comitês, onde podem ser tratados temas comuns e projetos transversais, além da divulgação de eventos e boas práticas.



VI - participar das reuniões promovidas no âmbito do respectivo Comitê Temático

É imprescindível a participação dos Coordenadores em todas as reuniões do Fórum Permanente, e de forma presencial, sempre que possível.

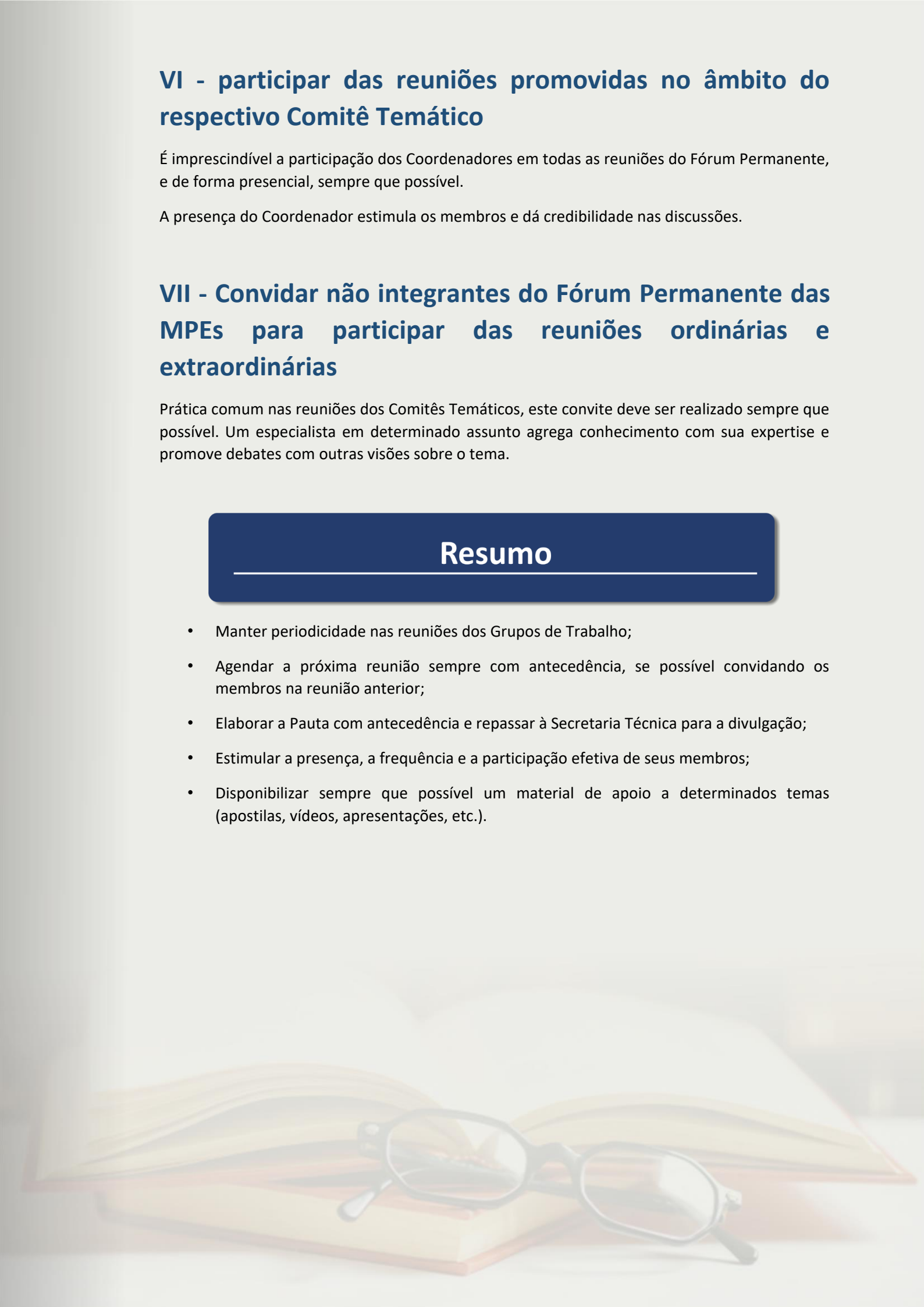
A presença do Coordenador estimula os membros e dá credibilidade nas discussões.

VII - Convidar não integrantes do Fórum Permanente das MPEs para participar das reuniões ordinárias e extraordinárias

Prática comum nas reuniões dos Comitês Temáticos, este convite deve ser realizado sempre que possível. Um especialista em determinado assunto agrega conhecimento com sua expertise e promove debates com outras visões sobre o tema.

Resumo

- Manter periodicidade nas reuniões dos Grupos de Trabalho;
- Agendar a próxima reunião sempre com antecedência, se possível convidando os membros na reunião anterior;
- Elaborar a Pauta com antecedência e repassar à Secretaria Técnica para a divulgação;
- Estimular a presença, a frequência e a participação efetiva de seus membros;
- Disponibilizar sempre que possível um material de apoio a determinados temas (apostilas, vídeos, apresentações, etc.).



FÓRUM PERMANENTE
DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

PÁTRIA AMADA BRASIL
GOVERNO FEDERAL

